

Timor Leste

J. Chrys Chrystello



The Secret Files

O Dossier Secreto

1973 - 1975



contemporânea

TIMOR-LESTE: 1973-1975, O DOSSIÊ SECRETO

- PARA AS LENDAS E MEMÓRIAS DE TIMOR-LESTE -

© J. Chrys Chrystello 1976, 1992, 1998, 2012

SINOPSE

Este trabalho mostra a atitude lânguida dos colonizadores portugueses, os primeiros europeus a “descobrir” Timor-Leste e Austrália, que se descartaram da Austrália e preferiram instalar-se em Timor devido à sua madeira de sândalo. A expansão holandesa forçou os Portugueses a colonizar Timor-Leste e a tentar “pacificar” a sua rebelde população.

Este diário de acontecimentos, até à sangrenta anexação de Timor-Leste, pretende mostrar como Portugal lidou incompetente e apressadamente com a sua retardada descolonização. Conclui-se que Timor-Leste não estava então preparado, nem os Portugueses tiveram tempo para os preparar, e, os EUA, Austrália e Indonésia estavam ansiosos para se verem livres do problema de Timor.

O Timor Português era um atraso, sem educação, nem infraestruturas. A Austrália competia pelo petróleo em plena crise energética de 1973, e Portugal estava ainda a aprender a tornar-se numa democracia depois de 48 anos de ditadura, à medida que tentava evitar a sua própria quase guerra civil.

Quando a descolonização se inicia em 1974, a Administração Portuguesa introduz medidas aceleradas para a preparação de quadros com vista à futura passagem de poderes e autodeterminação. A Indonésia já estava adiantada a falsificar a escrita apoiada pela histeria anticomunista dos EUA devido à queda de Saigão, à “Teoria do Dominó” do Dr. Kissinger e incentivada pela pragmática ingenuidade da diplomacia petrolífera australiana.

Para Portugal, Timor ainda é, uma vez mais, demasiado longe, demasiado pobre e demasiado pequeno para ter alguma importância. Deficientemente preparados, os Timorenses esperavam, por qualquer razão desconhecida, que o mundo escutasse os seus pedidos de S.O.S., depois duma curta guerra civil e breve declaração unilateral de independência.

Mas, quando os abutres Indonésios descem a pique, o mais abafado genocídio secreto do século ocorre fora dos olhos e ouvidos do mundo. Apesar dos duzentos mil mortos (um terço da população), sabemos agora que Timor não era o Kuwait, e ninguém escutava os seus apelos. A luta prossegue ainda após a queda de Suharto.

Ao invés da invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990, os EUA, Reino Unido e outras potências ocidentais não fizeram uma campanha unida contra a brutal agressão da Indonésia. Ninguém se importou então e poucos querem saber disso agora. Esta é a razão principal desta tese.

Dedico-a à memória de todos os que lutaram de armas na mão, ou doutras formas, e que ainda lutam pelo direito do povo Maubere à autodeterminação, que com pleno direito eles têm tentado afirmar ao longo dos últimos 23 anos.

Este trabalho acompanha a bibliografia disponível para o período 1973-1975: artigos de jornal, entrevistas, a minha vivência real de Timor, e mais de vinte anos de pesquisas em bibliotecas e editoras. As suas conclusões tornam-se óbvias ao adicionarmos os cabogramas SECRETOS de países ocidentais. A tese baseada em documentação escrita da época pretende demonstrar que embora enormemente desejada, a independência não teria sido viável então, mas é mais do que merecida hoje.

BIBLIOGRAFIA E AGRADECIMENTOS**A**

1. A Descoberta Secreta da Austrália", Kenneth Gordon McIntyre, Fundação Oriente, Centro de Estudos Marítimos de Macau, Macau, 1989,
2. "A Traveller's Dictionary in Tetun-English and English-Tetun from the Land of the sleeping", Baba Dook Books, Frankston, Austrália, 1992,
3. "A Voz de Timor", jornais, 1973-1975,
4. Amnesty International, relatórios anuais sobre violações dos Direitos Humanos, atualizações e declarações na O.N.U., Comité de Descolonização,
5. Arquivos dos jornais: "The Sydney Morning Herald", "The Australian", "The Age", "Northern Territory News",
6. "Australia's Defense and foreign policy documents 1968-1975" G. J. Munster e J. R. Walsh, ed. Autor, Hong Kong, 1980

B.

7. "Background Briefing" programas da Rádio ABC Radio, Austrália
8. BCET: British Coalition for East Timor, boletins

C

9. "Children of Resistance", Rebecca Winters e Brian Kelly, AFFET, (Australians for a Free East Timor), Darwin, Austrália, 1996

E

10. "East Timor: a western made tragedy", Mark Aarons e Robert Domm, The Left Book Club, Sydney, 1992,
11. "East Timor: an Indonesian Intellectual speaks out", George J. Aditjondro, ACFOA, Deakin, ACT, Austrália, 1994,
12. "East Timor at the Crossroads, the forging of a nation", Peter Carey e G. Carter Bentley, Social Science Research Council, Nova Iorque & Cassell, 1995,
13. "East Timor, getting away with murder? Hugh O'Shaughnessy, British Coalition for East Timor, Londres, 1994,
14. "East Timor, Keeping the flame of freedom alive", Robert Domm, Australian Council for Overseas Aid, Canberra, 1992,
15. "East Timor, nationalism and colonialism" Jill Jolliffe, University of Queensland Press, 1978,
16. "East Timor, The Balibó incident in perspective", James Dunn, Australian Centre for Independent Journalism, University of Technology, Sydney 1995,
17. "East Timor, The continuing betrayal", Comment Series, ed. CIIR, London, Set. 1996,
18. "East Timor, the hidden war", George Preston and George Tilman, Australia East Timor Association, Melbourne, julho 1989,
19. East Timor: The impact of integration, an Indonesian Anthropological Study, Prof. Mobyarto, Dr Loekman Soetrisno et al, ed. IRIP, dez. 1991,
20. "East Timor, West Papua/Irian and Indonesia" Prof. Keith Sutter, ed. MRC (Minority Rights Group) International Report, U.K. (Reino Unido) dez. 97,
21. "Eyewitness", Seno Gumira Ajidarma, ed. ETT IMPRINT; Sydney, Australia, 1992

F.

22. "FUNU: the unfinished saga of East Timor", José Ramos Horta, The Red Sea Press, Trenton, New Jersey, 1987

G.

23. "Generations of Resistance, East Timor/Timor-Leste, Gerações de Resistência", Peter Carey, John Pilger, ed. Caminho 1995

H.

24. "Human Rights in Indonesia and East Timor", Asia Watch Reports, Nova Iorque, 1988-1998

I.

25. "Integrasi", Yayasan Parikesit, ed. Soekarno, Jakarta 1976,
26. "Independent Company: The Australian Army in Portuguese Timor 1941-1943" Bernard Callinan, Heinemann, Londres, 1953 e Melbourne, 1984,
27. "Indonesia's Forgotten War: The hidden history of East Timor", John G. Taylor, Zed Books, Londres e Pluto Press, Sydney, 1991,
28. "Inside Indonesia", magazine trimestral, ACFOA/IRIP, Austrália 1984-1998

P.

29. "Peacemaking initiatives for East Timor", East Timor Talks Campaign, Australian National University, 1995
30. Arquivos pessoais e temas de notícia e reportagem (cobrindo o período 1973 - 1994) enviados p/
 - ANOP/NP/LUSA (agências noticiosas portuguesas),
 - Estações de TV: TDM (Rádio Macau e Televisão de Macau), R.T.P. em Portugal e Hong Kong TVB, reportagens e documentários,
 - Jornais em Timor-Leste: "A Voz de Timor",
 - Jornais em Portugal: "Jornal de Notícias", "Europeu", "PÚBLICO", "Expresso", "Independente", e "Semanário",
 - Jornais na Austrália: "The Journalist", "The Metal Worker", e "The Maritime Worker",
 - Jornais em Macau: "Correio de Macau",
 - Rádio em Macau: E.R.M./Rádio Macau,
 - Rádio em Portugal: RDP e Rádio Comercial,
 - Guiões de filmes.

S.

31. "Suharto's Indonesia", Hamish McDonald, Fontana 1980,

T.

32. Tapol Bulletins, UK, 1975-1998
33. "Telling: East Timor. Personal Stories", Michele Turner, NSW University Press, Sydney, 1992
34. "The Book of Leaks" Brian Toohey e Marian Wilkinson, Angus e Robertson Publishers, Austrália 1987
35. "The Indonesian Occupation of East Timor 1974-1989, a chronology", John G. Taylor, ed. CIIR, Londres, 1990
36. "The Legends of the Mauberes", Fernando Sylvan, Fundação Austronésia Borja da Costa, Lisboa, 1988
37. "The Redundancy of Courage", Timothy Mo, Chatto & Windus, Londres 1991
38. "The secret discovery of Australia", Kenneth McIntyre, Picador/Pan Books, 1977
39. "The Timor Papers", Dale van Hatten e Brian Toohey, National Times (Australia), junho 1982
40. "The war against East Timor" Carmel Budiardjo e Liem Soei Liong, Zed Books, Londres, 1984
41. "Timor, A people betrayed", James Dunn, The Jacaranda Press, 1983
42. "Timor Contemporâneo" F. Themudo Barata, Equilíbrio Editorial, Lisboa, março 1998
43. "Timor: legends and poems from the land of the sleeping crocodile" Cliff Morris, Melbourne 1984
44. "Timor-Leste, em ano de viragem", Universidade do Porto, ed. Paz e Justiça para Timor-Leste, Porto, 1986-1987
45. "Timor-Leste, Mensagem aos vivos", Barbedo de Magalhães, 1983
46. "Timor-Leste: ocupação e genocídio", Barbedo de Magalhães, Universidade do Porto, 1992
47. "Timor-Leste, terra de esperança", A. Barbedo de Magalhães, ed. Reitoria da Universidade do Porto, Portugal, 1992
48. "Timor Link", boletim trimestral, Londres, CIIR

W

49. "Why Timor talks upset Indonesia", Michael Richardson, Set. 75

X

50. Xanana Gusmão: "Mar meu", Granito Editores e Livrários, Porto, set.º.

Agradecimento especial e reconhecimento (1982-1994) a:

- Kevin Sherlock, Darwin (Recortes de jornais, 1973-1989),
- António Estanislau,
- João Vasconcellos,
- Fretilin (Lola Reis e Ágio Pereira) (fotografias da época e diapositivos),
- Nuno Souto (Computadores e auxiliares 1983-1992),
- Jan Politanski (Computadores 1994),
- Luís & António Emílio Rocha (Gráfica e Ilustrações),
- Prof. A. Barbedo de Magalhães (Pesquisa e exemplo)

Biodados do autor chrys@lusofonias.net; <https://www.lusofonias.net/mais/chrys-cv.html>

J. Chrys CHRYSTELLO (n. 1949-) é um cidadão australiano que não só acredita em multiculturalismo, como é um exemplo vivo do mesmo. Nasceu no seio duma família mesclada de Alemão, Galego-Português (942 AD), Brasileiro (carioca) do lado paterno e Português e marrano do materno.

Publicou aos 23 anos o livro “Crónicas do Quotidiano Inútil, vol. 1” (poesia).

O exército colonial português levou-o a viver em Timor (set.º 1973- junho 1975) onde foi Editor-chefe do jornal local (A Voz de Timor, Díli) antes de ir à Austrália e decidir adotá-la como pátria.

Começou a interessar-se pela linguística ao ser confrontado com mais de 30 dialetos em Timor.

De 1967 a 1996 dedicou-se sempre ao jornalismo (rádio, televisão e imprensa).

Durante décadas escreveu sobre o drama de Timor Leste enquanto o mundo se recusava a ver essa saga.

De 1976 a 1982 desempenhou funções executivas na Companhia de Eletricidade de Macau. Ali, também foi Redator, Apresentador e Produtor de Programas para a ERM/ Rádio 7/Rádio Macau/TDM e RTP Macau e jornalista para a TVB - Hong Kong. Depois, radicar-se-ia em Sydney (e, mais tarde, em Melbourne).

Durante os anos na Austrália esteve envolvido nas instâncias oficiais que definiram a política multicultural daquele país.

Foi Jornalista no Ministério Federal do Emprego, Educação e Formação Profissional e no Ministério Federal da Saúde, Habitação e Serviços Comunitários; tendo sido Tradutor e Intérprete no Ministério Estadual da Imigração e no Ministério de Saúde (Nova Gales do Sul).

Divulgou a descoberta na Austrália de vestígios da chegada dos Portugueses (1521-1525, mais de 250 anos antes do capitão Cook) e difundiu a existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (há quatro séculos).

Membro Fundador do AUSIT (Australian Institute for Translators & Interpreters), Chrys lecionou em Sidney na Universidade UTS, Linguística e Estudos Multiculturais a candidatos a tradutores e intérpretes. Durante mais de vinte anos foi responsável pelos exames dos candidatos a Tradutores e Interpretes na Austrália (NAATI National Authority for the Accreditation of Translators & Interpreters).

Foi Assessor de Literatura Portuguesa do Australia Council, na UTS Universidade de Tecnologia de Sidney (1999-2005),

Em 1999, publicou a sua tese de MA, o Ensaio Político “Timor Leste: o dossiê secreto 1973-1975”, esgotado ao fim de três dias. Em 2000 publicou (e-book) a 1ª edição da monografia “Crónicas Austrais 1976-1996”. Em 2005 publicou o “Cancioneiro Transmontano 2005” e publicou (e-book DVD) outro volume dos seus contributos para a história “Timor-Leste vol. 2: 1983-1992, Historiografia de um Repórter” (> 2600 pp., edição de autor CD).

Entre 2006 e 2010, traduziu, entre outras, as obras de autores açorianos para Inglês, nomeadamente de Daniel de Sá (Santa Maria ilha-mãe, O Pastor das Casas Mortas) e de Manuel Serpa (As Vinhas do Pico), Victor Rui Dorés “Ilhas do Triângulo, coração dos Açores (numa viagem com Jacques Brel)”; “São Miguel: A Ilha esculpida” e a “Ilha Terceira, Terra de Bravos” também de Daniel de Sá. Em 2011 traduziu a Antologia de Autores Açorianos Contemporâneos para inglês e em 2012 completou a tradução de Caetano Valadão Serpa “Uma pessoa só é pouca gente, o sexo e o divino.” Nestes anos traduziu vários excertos de obras de dezenas de escritores açorianos integrados em projetos dos Colóquios da Lusofonia.

Organiza desde 2001-2002, Colóquios Anuais da Lusofonia [Porto, Bragança, Seia, Fundão, Montalegre e Belmonte), nos Açores na Lagoa, Ribeira Grande, Maia, Moinhos de Porto Formoso, Lomba da Maia (São Miguel) e Vila do Porto (Santa Maria, Açores), e ainda no Brasil, Galiza e Macau] num total de 28 edições (2 por ano).

Foi (2000-2012) Mentor dos finalistas de Literatura da ACL (Association for Computational Linguistics, Information Technology Research Institute) da University of Brighton no Reino Unido

Foi Revisor (Translation Studies Department) da Universidade de Helsínquia (2005-2012).
Foi Consultor do Programa REMA da Universidade dos Açores. (2008 a 2012)
Considera marcante a Palestra proferida na ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS em 29 de março de 2010 juntamente com Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Concha Rousia, presidida pelo então Presidente da ABL, Marcos Vilaça e ter sido admitido a 5 de outubro 2012 como ACADÉMICO CORRESPONDENTE DA AGLP (Academia Galega da Língua Portuguesa).

Em março 2009 publicou o volume 1 da trilogia "*CrónicaAçores: uma Circum-navegação, De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores, (esgotado)*" cronicando as suas viagens pelo mundo.

Em 2010 foi colocado em linha para livre consulta em <http://www.scribd.com/doc/39955110>

Em 2011 publicou o segundo volume da trilogia ***CrónicaAçores: uma Circum-navegação, De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores*** (ed. Calendário das Letras).

Em outubro de 2012 lançou um volume especial (obras completas) de poesia ***Crónica do Quotidiano Inútil (volumes 1 a 5)***, a assinalar os 40 anos de vida literária, bem como uma nova edição em CD-livro da sua trilogia sobre a História de Timor.

Em 2015 lançou a 4ª edição de ***Crónicas Austrais 1978-1998***.

<http://www.lusofonias.net/projetos/2014-10-14-08-36-29/2014-10-13-19-52-29.html> e nova edição completa dos 3 volumes da ***Trilogia da História de Timor*** (<https://meocloud.pt/link/0f421777-0158-43a4-80a8-41c9a0c32c21/TRILOGIA%20COMPLETA%20compressed.pdf>)

Em 2017 lançou o seu opus magister *Bibliografia Geral da Açorianidade* em 2 vols (1600 pp. com 19500 entradas) e teve vários trabalhos (ensaio e poesia) seus publicados em antologias. Prepara mais três obras para publicação 2018-19

É Editor dos **CADERNOS (DE ESTUDOS) AÇORIANOS**, publicação online, da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, <http://www.lusofonias.net/conteudo/estudos-acorianos/> e continua a presidir à Direção da AICL – Colóquios da Lusofonia.

0.1.2. Outras obras do autor:

<i>Outras obras do autor (artigos)</i>		
ALGUNS ARTIGOS PUBLICADOS		
1.	Autor, 2015. "Açorianidade" na revista Atlântida. IAC	
2.	Autor, 2013, de 12 textos mensais sobre Açorianidade em PNETLit	
3.	Autor, 2013, Autor de "texto sobre a Açorianidade" na revista Atlântida do IAC	
4.	Autor, 2011, "O 15º colóquio da lusofonia em Macau" na Revista Macau https://issuu.com/revista-macau/docs/rm_issue_23	
5.	Autor, 2005, "Notas sobre o 4º Colóquio Anual da Lusofonia", Revista Aqália #83-84 Galiza http://www.agal-qz.org	
6.	Autor, 2005, "Os Avós de Barra e os Avós de Baía", Revista Aqália #81-82 Galiza http://www.agal-qz.org	
7.	Autor, 2005, "Lusofonia" in #2 Confluências online (Revista de Tradução Científica e Técnica)	
8.	Autor, 2004, "Notas sobre o 3º Colóquio Anual Da Lusofonia", Revista Aqália #79-80 Galiza http://www.agal-qz.org	
9.	Autor, 2004, "A língua portuguesa e a UE alargada", Aqália #77-78 Galiza http://www.agal-qz.org/modules.php?name=News&file=article&sid=1536&mode=nested	
10.	Autor, 2004, "Os Mitos da Lusofonia I", Revista Aqália #75-76 Galiza http://www.agal-qz.org/modules.php?name=News&file=article&sid=1183	
11.	Autor, 2002. "Os mitos da Lusofonia I", Revista Elo online, http://www.cffh.pt/public/elo_online/indice.htm	
12.	Autor, 2002, "The Guardian, Chosing a native tongue" TEFL News http://education.guardian.co.uk/tefl/story/0%2C5500%2C684863%2C00.html	
13.	Autor, 1999, "Translating in a multicultural society" in AUSIT National Newsletter vol. 7 #4.	
14.	Autor, 1997, "Mitos da Lusofonia", in Jornal A Voz da Língua, ALFE - Associação dos Lusofalantes na Europa	
15.	Autor. 1997. "Os avós de Barra e os avós de Baía, tribo afro australiana falando crioulo português, alguns comentários a 500 anos de língua portuguesa nos antípodas" Sociedade de Língua Portuguesa, Jornal "Língua e Cultura" Séries II #3-4 jan – jun. 97	
16.	Autor 1985-1987, de 21 Crónicas para as revistas MACAU E NAM VAN, Macau incluídas depois na obra Crónicas Austrais http://coloquios.lusofonias.net/projetos_aicl/CRONICAS%20AUSTRAS%201978%204%20EDICAO.pdf	
17.	Autor, 1976, ensaio político Timor – O dossier secreto , versão portuguesa, Jornal de Notícias, Porto.	
contacto drchryschrystello@yahoo.com.au chrys@lusofonias.net		

ÍNDICE

CAPÍTULO I – (PRELÚDIO) TIMOR-LESTE 1973	
1.	À CHEGADA
2.	PROGNÓSTICOS: PETRÓLEO E TURISTAS AUSTRALIANOS
3.	HISTÓRIA
4.	POPULAÇÃO
	I. RECENSEAMENTO
	II. RELIGIÃO E CRENÇAS ANIMISTAS
	III. A LENDA DE TIMOR E O CROCODILO
	IV. DIALETOS
5.	ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA, ÉTNICA E HISTÓRICA
	I. OS PRIMEIROS HABITANTES
	II. POPULAÇÃO CHINESA
	III. OS MUÇULMANOS (OU ÁRABES)
	IV. OS GRUPOS TIMORENSES
	a) O GRUPO DE HIERARQUIA TRADICIONAL
	b) OS POVOS COSTEIROS
	c) OS MISCIGENADOS
	d) OS ESTUDANTES
	V. OS EUROPEUS
CAPÍTULO II – O GOVERNO PORTUGUÊS EM TIMOR-LESTE	
1.	GOVERNADORES E GOVERNADOS
2.	HIERARQUIA ADMINISTRATIVA E REALINHAMENTO DE ELITES
CAPÍTULO III - O BARRIL DE PÓLVORA	
1.	1973, MÊS A MÊS: EVENTOS EM RETROSPECTIVA: UM ANO ANTES DA REVOLUÇÃO
	I) janeiro
	II) março
	III) abril
	IV) maio I
	V) maio II
	VI) junho
	VII) julho
	VIII) agosto
	IX) setembro
	X) outubro
	XI) novembro
2.	1974: UMA NOVA ERA
	I. JANEIRO - UM ENFANT TERRIBLE
	II. FEVEREIRO: HORTA ATACA DE NOVO
	III. MARÇO, UM MÊS PREDESTINADO
	IV. ABRIL, A REVOLUÇÃO DAS FLORES
	V. MAIO 1974. A ESPERANÇA, A FRAUDE E O DESENCANTO
	VI. MAIO: PARTIDOS POLÍTICOS EMBRIONÁRIOS
	VII. JUNHO: UDT CONTRA ASDT
	VIII. JULHO: A CONTROVÉRSIA DE BLANCHINHA
	a) A MÉDICA E OS MÉDICOS. A BELA E O MONSTRO DA DEMOCRACIA
	b) A PASSAGEM DO FACHO
	c) SONDAJENS À OPINIÃO PÚBLICA – PELA PRIMEIRA VEZ EM TIMOR
	d) AS MANOBRAS INQUALIFICADAS
	e) DESEMPREGO. DISCRIMINAÇÃO. SUBEMPREGO. EXPLORAÇÃO
	IX. AGOSTO: FILAS PARA COMIDA E O PÂNICO
CAPÍTULO IV – A ECONOMIA, NA PRIMEIRA PESSOA DO SINGULAR	
1.	O GOVERNO PRONUNCIA-SE
2.	A AGRICULTURA SOB ESCRUTÍNIO
3.	TRÊS VIAS PARA A DESCOLONIZAÇÃO. NO MUNDO PERDIDO DE TIMOR

4. A RELIGIÃO E A IGREJA EM TIMOR
5. O GOVERNO QUE NÃO GOVERNOU
6. ALFÂNDEGAS
7. PECUÁRIA
8. UMA SEGUNDA REGATA, UM SEGUNDO JORNAL E OUTRO MANIFESTO POLÍTICO
9. ÁGUAS DE TIMOR OU ÁGUAS PARADAS DE TIMOR?
CAPÍTULO V – A CONTAGEM DECRESCENTE
1. TIMOR: UM TRANSATLÂNTICO IMOBILIZADO OU OS MALEFÍCIOS DA PALAVRA?
2. SETEMBRO, UM MÊS DE ESPERAS
I. UMA EXONERAÇÃO OU A DEMISSÃO FRUSTRADA QUE DEVERIA TER SIDO?
II. A RENOVAÇÃO DO JORNAL “V.T. (Voz de Timor)”
III. SET.º 1974: A INDONÉSIA OBTÉM O ASSENTIMENTO DA AUSTRÁLIA
IV. A CRISE AGRAVA-SE
V. TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS POSTAIS
VI. UNIDADE ANTI-APODETI – OU A HISTÓRIA DA PRIMEIRA ALIANÇA TÁTICA
VII. Fretilin – UM PARTIDO RENOVADO, NOVA IDEOLOGIA RENOVADORA
VIII. DE COMO GOVERNAR O POVO É FAZER VISITAS POLÍTICAS
IX. A INDONÉSIA DIZ SIM À REINTEGRAÇÃO DE TIMOR
3. A VISITA
I. A DESCOBERTA DE UMA NOVA “RELIGIÃO”
II. OS CRISTÃOS E A POLÍTICA, OU OS RESULTADOS DA VISITA
4. OUTUBRO 1974, A VIDA APÓS A VISITA
I. O AUXÍLIO ECONÓMICO OU OS DÉFICES DO TRANSATLÂNTICO
II. PETRÓLEO E PROSPEÇÕES
III. O M.F.A. APROVA A NOMEAÇÃO DO NOVO GOVERNADOR
IV. RUFAM OS TAMBORES CONTRA A Fretilin
V. DESORDENADAMENTE EM BUSCA DE UM REI, O QUE JÁ LÁ ESTAVA
5. NOVEMBRO 1974, O COMEÇO DO FIM
I. Fretilin EM TRIBUNAL
II. INFLAÇÃO DEFINE NOVOS PREÇOS
III. NOVEMBRO 18, 1974: UM NOVO COMEÇO OU UMA CAVALGADA PARA O FIM?
6. DEZEMBRO: OS PRIMEIROS PASSOS PARA A AUTODETERMINAÇÃO
I. A Fretilin BUSCA APOIOS EXTERNOS
II. UMA CONSCIÊNCIA HOJE, UMA FORÇA A TER EM CONTA NO FUTURO
III. DESCOLONIZAÇÃO SEGUNDO ALMEIDA SANTOS
IV. OS MONÁRQUICOS DE VIVA VOZ
V. A TIMORIZAÇÃO DAS TROPAS
VI. A Fretilin TEM UM NOVO MANUAL POLÍTICO:
VII. ENGANAR O POVO SEMPRE ENGANADO
VIII. A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO NOVO ELENCO GOVERNATIVO
IX. O BISPO DE DILI: ENTRE A REAÇÃO E A REVOLUÇÃO
X. PARA CRIAR UM CONSELHO DE GOVERNO TIMOR
XI. A NOVA LEI DE IMPRENSA
XII. O REGRESSO DE RAMOS HORTA E O AUXÍLIO INTERNACIONAL À Fretilin
XIII. OS SENTIMENTOS PORTUGUESES PARA COM TIMOR
CAPÍTULO VI - 1975: O FIM DA HISTÓRIA DE TIMOR?
1. TODOS OS PEÕES NO MICROPOLÍTICO XADREZ DECIDEM MOVER-SE
I. JANEIRO
II. APELO DA Fretilin
III. A Fretilin RECONHECE PORTUGAL
IV. UM DESAIRE PARA O GOVERNO
V. O GOVERNADOR, OS PARTIDOS POLÍTICOS E A R.T.P.
VI. POR UMA JUSTIÇA TIMORENSE
VII. O ENSINO E AS VIAS DA EDUCAÇÃO DESCOLONIZADAS
VIII. COLIGAÇÃO SIM, APODETI NÃO

2. OS ANTECEDENTES DA GUERRA E A CIMEIRA
I. AS MANOBRAS DE BASTIDOR
II. O GOLPE
III. NÃO HÁ REAÇÃO PORTUGUESA
IV. PORTUGAL ESTÁ NO LIMAR DE UMA GUERRA CIVIL
V. REFÊNS PORTUGUESES
VI. RETIRADA DOS PORTUGUESES
VII. A GUERRA CIVIL TERMINA
VIII. COMO OS MÍDIA VIRAM O GOLPE DE ESTADO
IX. MANOBRAS DA DIPLOMACIA AUSTRALIANA
X. IMPRENSA DA AUSTRÁLIA PREOCUPA-SE COM REFUGIADOS
XI. COMO FICOU A GUERRA CIVIL
XII. COMO A IMPRENSA VIU A INVASÃO IMINENTE
XIII. INTERESSES AUSTRALIANOS
XIV. A INDONÉSIA ATRAI OS PORTUGUESES
XV. CURTA INDEPENDÊNCIA
XVI. FINALMENTE ACONTECE A BRUTAL INVASÃO
XVII. TIMOR, OS MÍDIA E A CENA POLÍTICA INTERNACIONAL:
XVIII. OS PORTUGUESES DEIXAM O TERRITÓRIO DE TIMOR-LESTE
XIX. A CONDENAÇÃO DA O.N.U.
XX. DELEGAÇÃO DA O.N.U. A TIMOR
XXI. 200 MIL MORTOS E NEM O GADO ESCAPOU
XXII. COMO A IMPRENSA VIU A INVASÃO
XXIII. UM SUMÁRIO DE EVENTOS
ADENDA I: TIMOR: ALGUNS FACTOS E DADOS ESTATÍSTICOS
I. LOCALIZAÇÃO
II. OROGRAFIA
III. HIDROGRAFIA
IV. GEOLOGIA
V. CLIMATOLOGIA
VI. ECONOMIA
i) COMÉRCIO E INDÚSTRIA
ii) FAUNA E FLORA. AGRICULTURA E PISCAS
iii) PETRÓLEO 213
ADENDA II: SEMINÁRIO SOBRE TIMOR-LESTE
I) BREVE SUMÁRIO
II) A SESSÃO DE ABERTURA
III) A REPRESENTAÇÃO DA AUSTRÁLIA
a) MENSAGENS DA AUSTRÁLIA; DO SECRETÁRIO FEDERAL DA AJA (Australian Journalists' Association),
b) DE LAURIE FERGUSON, "PARLIAMENTARIANS FOR EAST TIMOR:
c) DE MICHELE TURNER, ESCRITORA (FALECIDA 1995)
d) MENSAGEM DE PADDY KENNEALLY, SOLDADO DA 2ª GUERRA EM TIMOR:
e) MENSAGEM DE JAMES KESTERVEN, SHADOW FILMS, SBS:
f) MENSAGEM DE RAYMOND LONGBOTTOM, ASSUNTOS ABORÍGENES
CONCLUSÃO: 23 ANOS DEPOIS: "TIMOR-LESTE, E OS VENTOS DA MUDANÇA"

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Chapa 1 (Arquivo Chapa 062) 1973-1975 Mulher e criança mostrando os sintomas da subnutrição e subalimentação.

Chapa 2 (Arquivo Chapa 008) 1973-1975 Companhia de Moradores (sempre prontas a mostrar as suas bandeiras e lealdade, em Díli)

Chapa 3 (Arquivo Chapa 006) 1973-1975 Luta de galos. Ramos Horta escreve na página 39: *“A luta de galos é um hábito que faz parte da própria personalidade e cultura do Timorense, sempre retratado de catana e galo (de combate) debaixo do braço.”*

Chapa 4 (Arquivo Chapa 017) 1973-1975 Tacitolu e a Ilha do Ataúro à distância. Tacitolu serviu para os Indonésios cavarem valas comuns durante a sua ocupação, tendo testemunhado depois a missa Papal em 1989. Ataúro foi o último refúgio da Administração Portuguesa quando a guerra começou entre a UDT e a Fretilin. Os portugueses testemunharam dali os bombardeamentos em massa da Indonésia sobre Díli depois de dez. 7 1975

Chapa 5 (Arquivo Chapa 101) 1973-1975 Cena de Bazar. À espera de Godot,¹ como quem espera apenas um comprador.

Chapa 6 (Arquivo Chapa 021) 1973-1975 Canhão Português no Cais em frente ao Palácio do Governo: mostrando a força de impérios idos. Timor era indefensável...

Chapa 7 (Arquivo Chapa 123) Mulher Katuas

Chapa 8 (Arquivo Chapa 019) 1973-1975 Tropas de 2ª Linha (a sua função era a de defender os postos de fronteira, lugares e povoações distantes, mostrando a presença e bandeira portuguesa)

Chapa 9 (Arquivo Chapa 030) 1973-1975 Mulher katuas

Chapa 10 (Arquivo Chapa 113) 1973-1975 Aldeia de montanha perto de Bobonaro

Chapa 11 (Arquivo Chapa 025) 1974 O Governador de Timor Indonésio, Coronel El-Tari, Comandante-em-Chefe de Nusa Tenggara Timur (região indonésia de Timor Oriental) visita oficialmente Díli pela primeira vez. Trata-se da primeira visita do género desde 1967, e a segunda para El-Tari, um seguidor fiel de Suharto, detentor daquele posto desde o abortado golpe de estado comunista de 1965.

Chapa 12 (Arquivo Chapa 169) 1973-1975 *Mocidade Portuguesa* os jovens grupos paramilitares eram treinados para marchar de uniforme desde tenra idade escolar

Chapa 13 (Arquivo Chapa 71) 1973-1975 Mulher Katuas

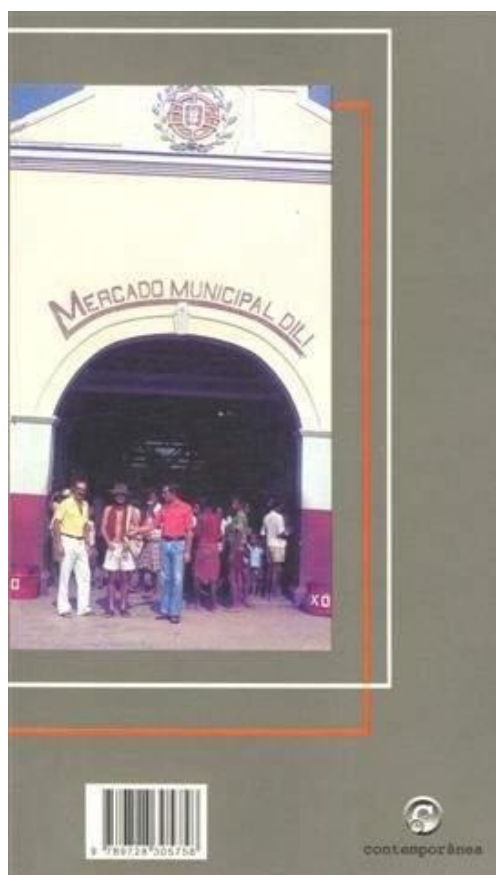
Chapa 14 (Arquivo Chapa 018) 1973-1975 Companhia de Moradores em frente ao Palácio do Governo (manifestando sempre o seu apoio a qualquer pedido da Administração Portuguesa)

Chapa 15 (Arquivo Chapa 023) 1973-1975 O cais de Díli, com o velho vapor Timor numa das suas últimas viagens em 1973

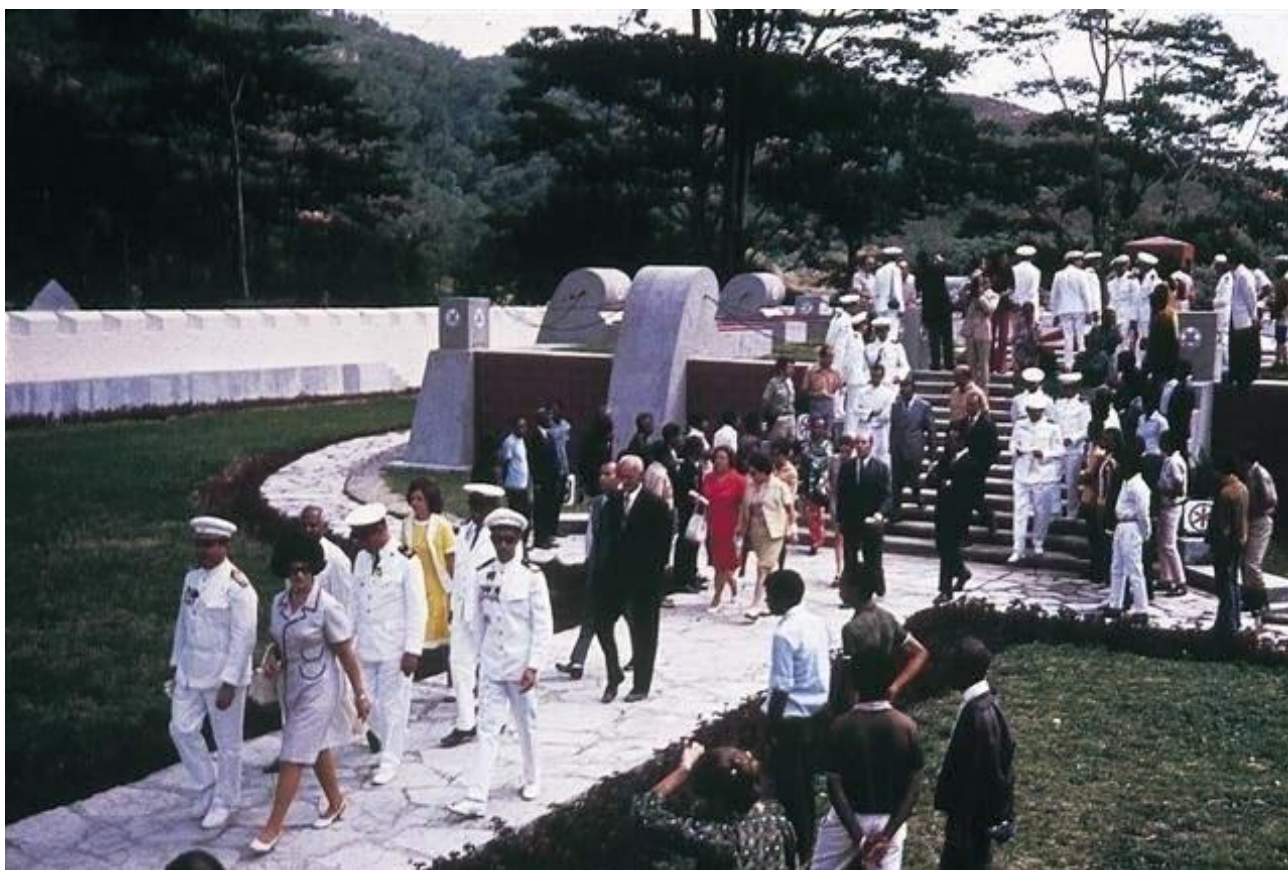
Chapa 16 (Arquivo Chapa 110) 1973-1975 Quase todos os retratos tirados em Timor-Leste antes da saída dos Portugueses incluíam esta cena típica da Guarda ao Palácio.

¹Samuel Beckett: “Waiting for Godot” (À espera de Godot).

*TIMOR-LESTE: 1973-1975, O
DOSSIER SECRETO
(PARA AS LENDAS E
MEMÓRIAS)*



© J. Chrys Chrystello 1976, 1992, 1998, 2012, 2018

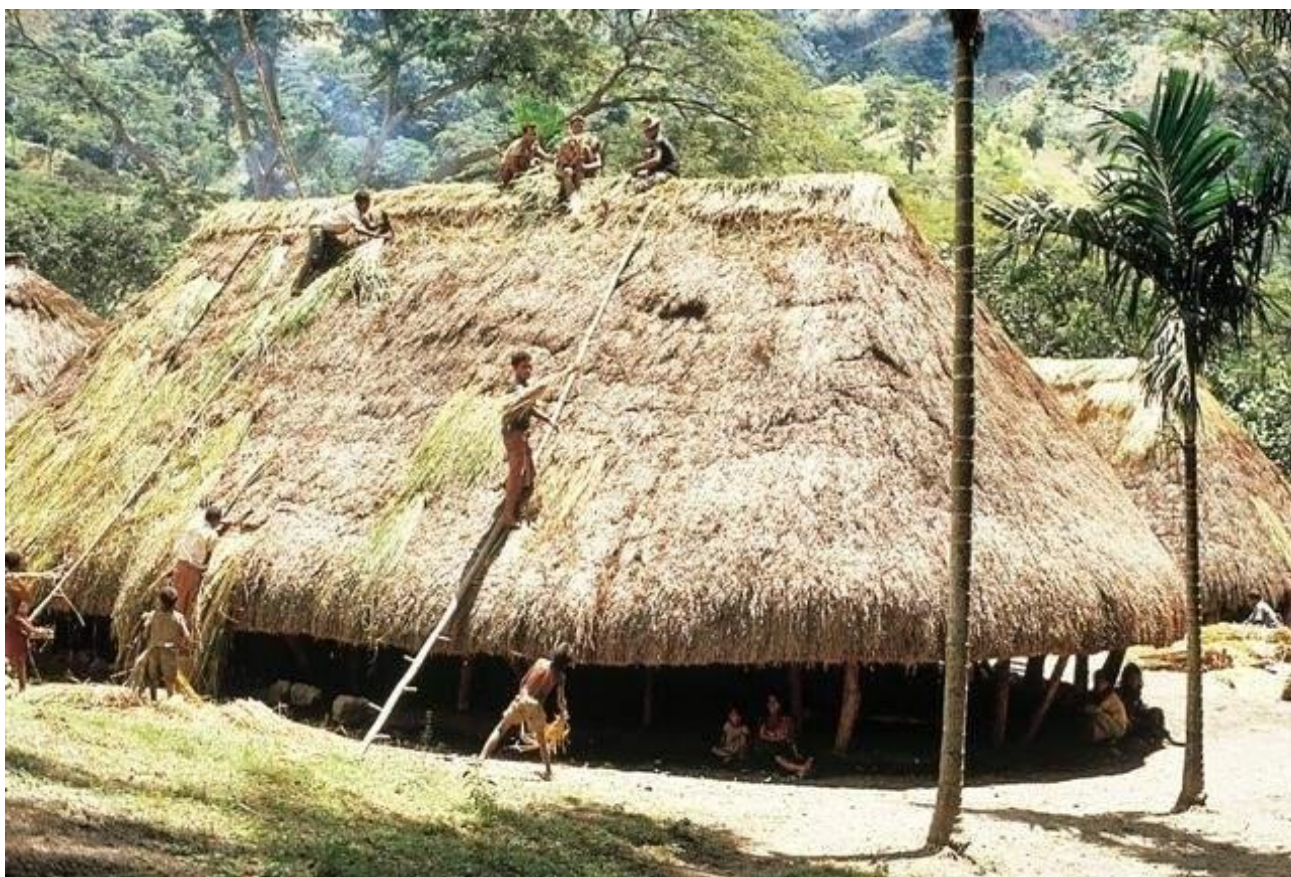


Chapa 14

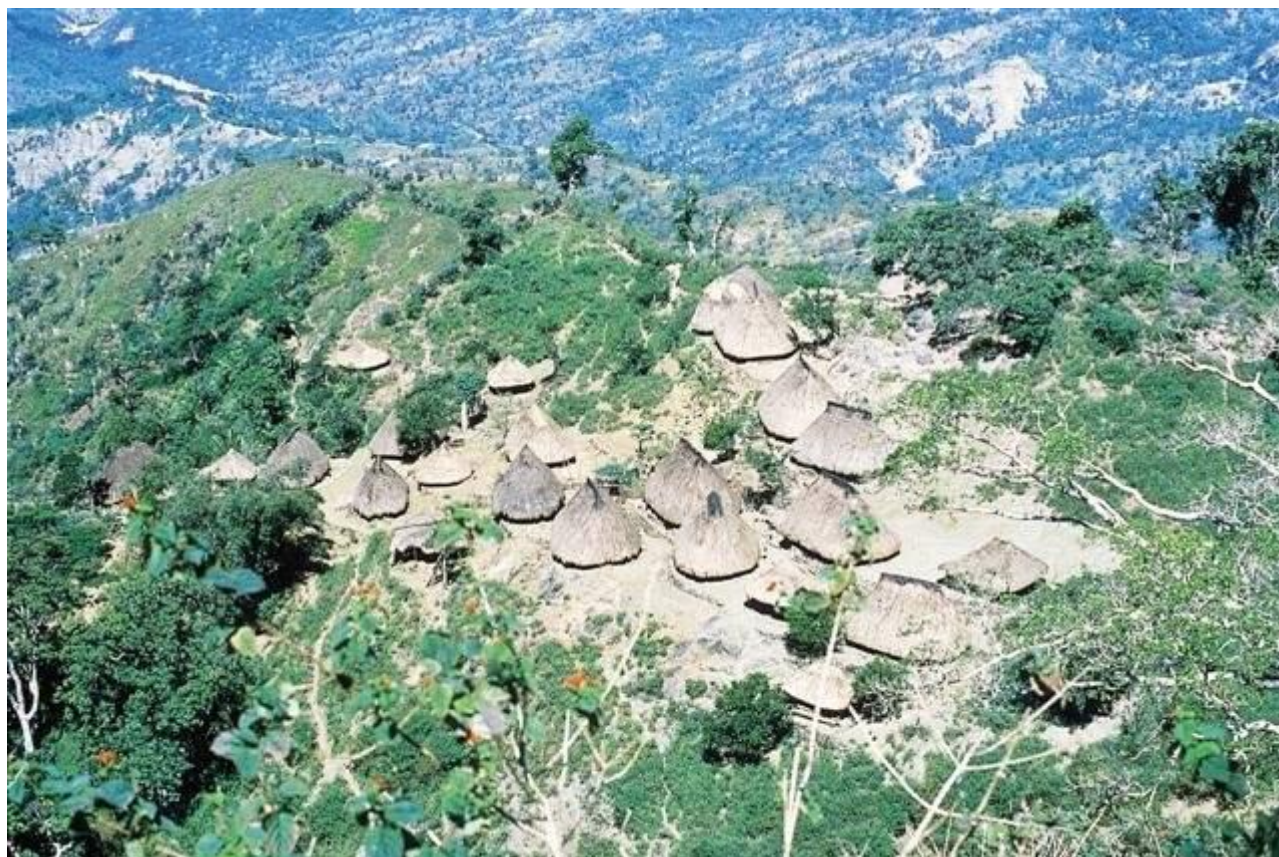


Chapa 11

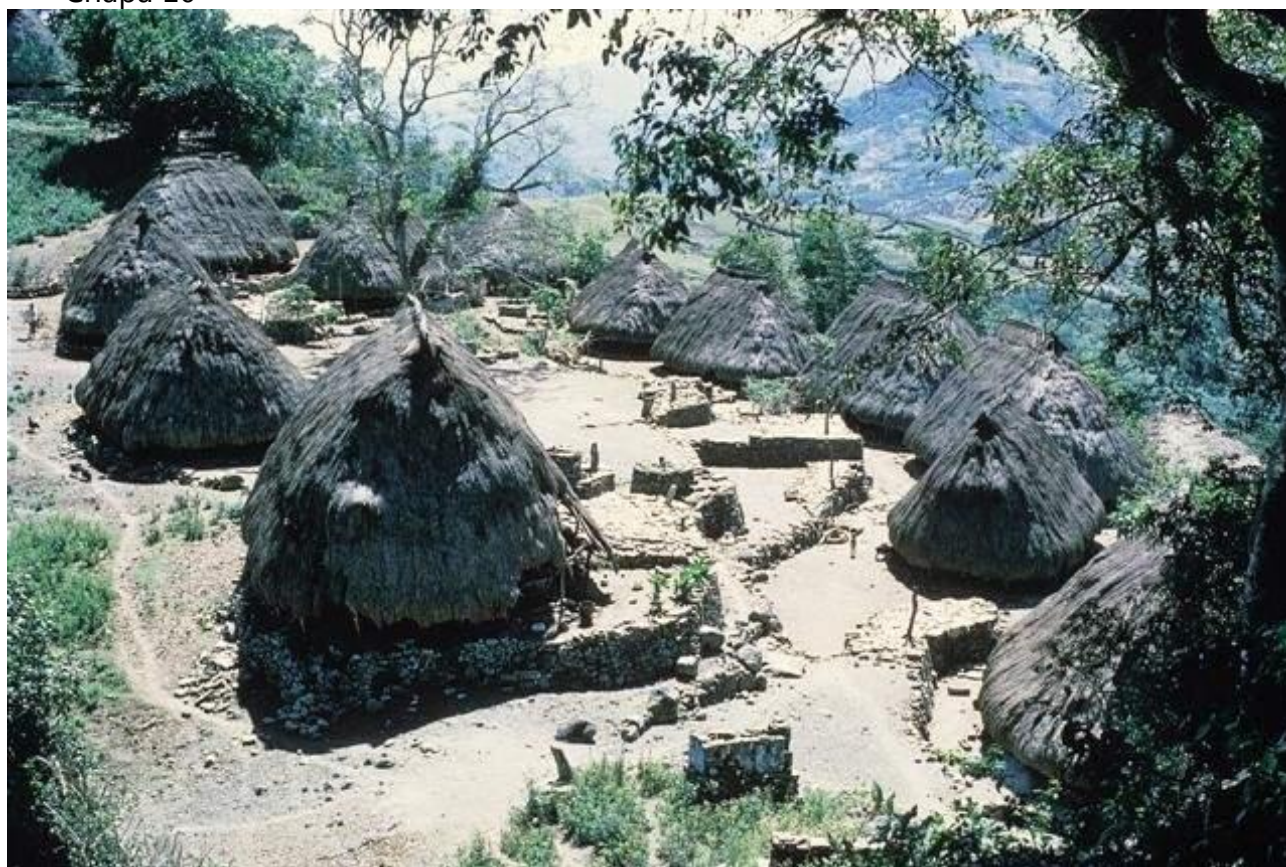




Chapa 10



Chapa 10







Chapa 6



Chapa 15

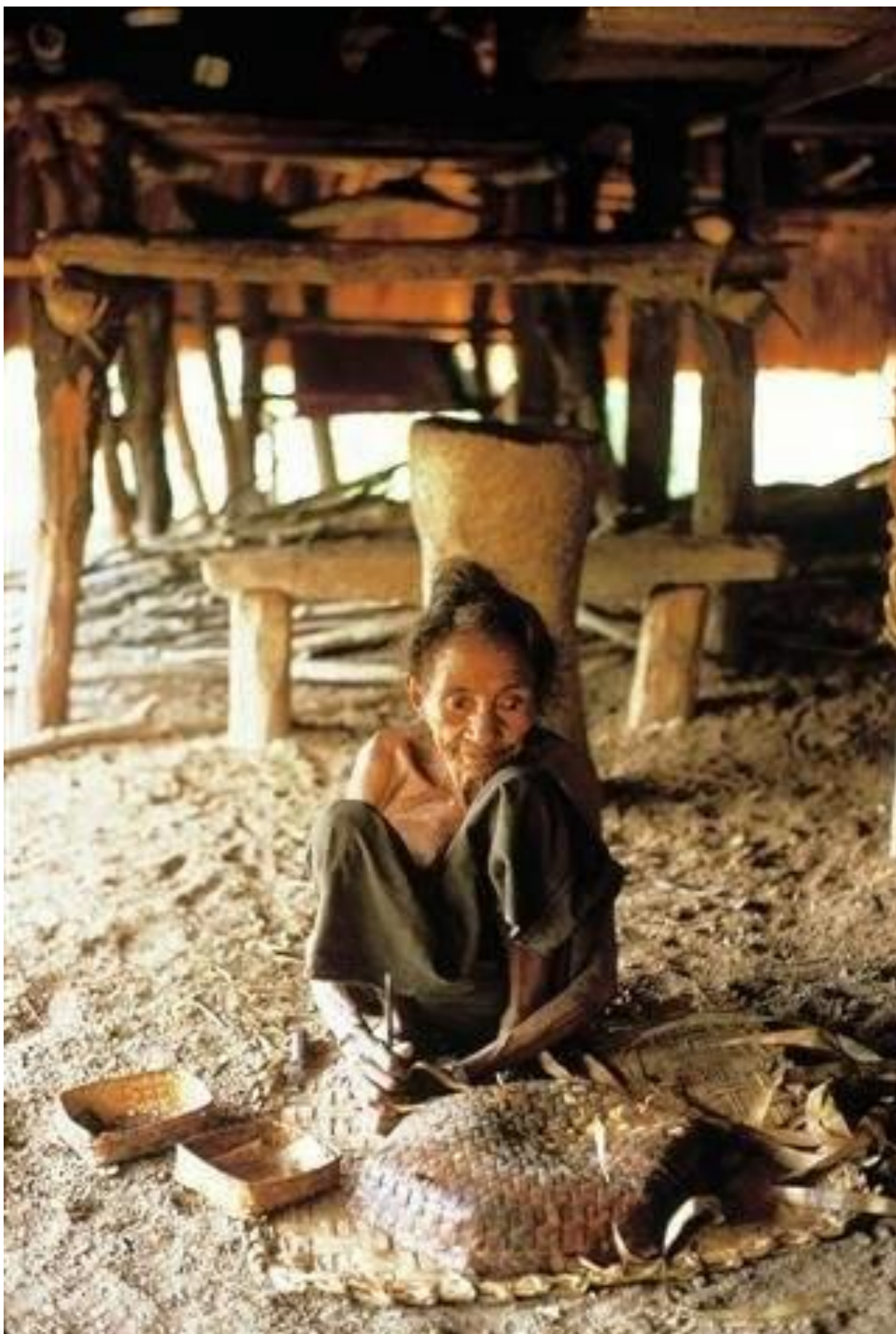




Chapa 4









Chapa 7



Chapa 1



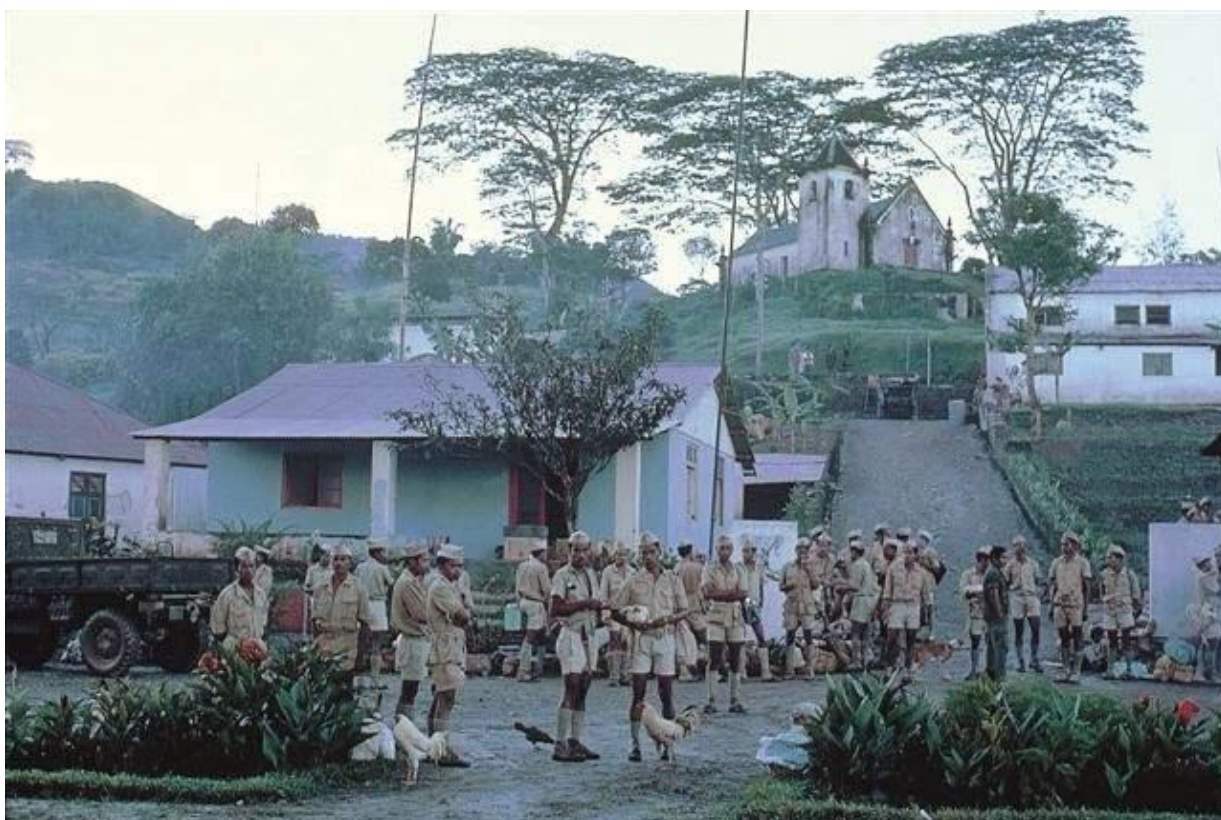
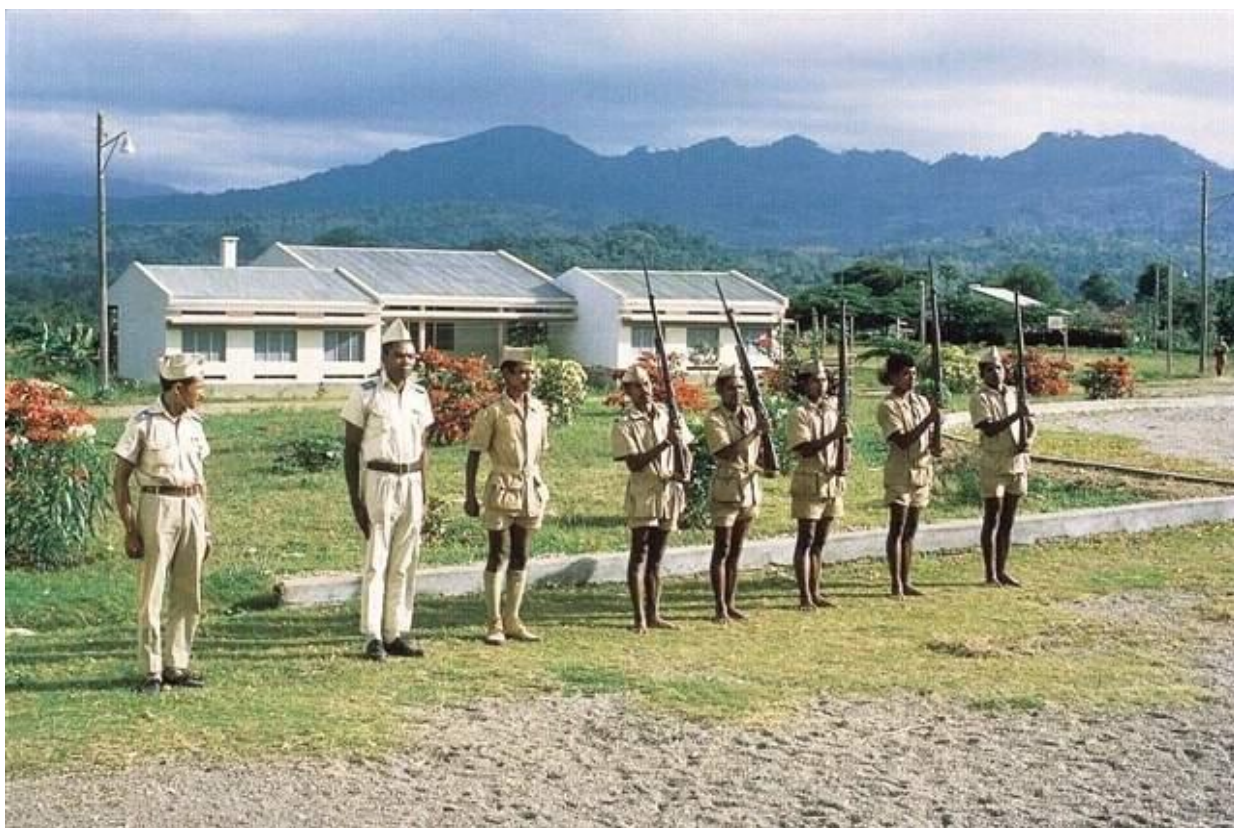


Chapa 3



Chapa 5





Chapa 8









Capítulo I – (Prelúdio) TIMOR-LESTE 1973

1. À CHEGADA

Timor esteve sempre envolto em lendas e contarellos que só a distância pode criar. Em Portugal, Timor não passava de um sonho, a calma quietude das mil e uma noites, do Oriente exótico e dos sortilégios dos trópicos. Mas ao chegar, um Europeu só podia sentir a desilusão, de repente sobrevoando uma ilha aparentemente estéril, cheia de montes e pedras, um cenário rústico interetado por ribeiras secas, altas escarpas abruptamente voltadas ao mar, uma terra devastada ecologicamente, sem sinais de vida ou a marca de civilização humana.

Timor é de facto assim, com casas esparsas de bambu que se vislumbram por sob as asas do bimotor. O visitante questiona-se: " Como é isto possível? Será isto Timor? O pequeno avião desce em círculos concêntricos, e os passageiros - inquietos - procuram em vão um aeroporto que teima em não se mostrar. De súbito, por detrás de uma colina - que ninguém anteviu, por entre uma rotação brusca, aí está o pequeno "T" da pista. A torre de controlo dos panfletos turísticos não se vislumbra, os edifícios poeirentos com teto de colmo são a aduana, o bar e o salão de embarque. Este é o aeroporto internacional de uma Vila Salazar, mais conhecida como Baucau, que só existe nos textos de geografia dos liceus portugueses.

Uma estranha urbe se aglomera cá fora. Este é o espetáculo sempre indescritível da chegada do ' cacatua bote ' (a grande catatua) ou 'patas de aço '. Uma espécie de cerimónia de um deus estrangeiro descendo dos céus. As pessoas parecem assistir a esta manifestação sagrada como se fosse o começo de uma nova religião. As suas vestes multicores contrastam com os muitos sóis a que os séculos as expuseram. São apenas cinco da matina, poeirentas e calorentas.

Como Oficial miliciano da Intendência, e não como um profissional homem de armas, o autor sentiu-se como um dos muitos seguidores da Junta Militar ou Frente de Salvação Nacional, em Lisboa, forçado a escolher entre dois anos de luta contra os movimentos de independência africana em Angola e Moçambique ou três anos de solidão nesta remota, mas pacífica terra.

Uma surpresa muda acompanha os esgares dos recém-chegados. Aqui, as formalidades têm um novo sabor, semelhante ao lento, mas rítmico compasso de espera das pessoas que nos esperavam, como se tivessem séculos de vida para viver. A alguma distância, uma velha camioneta Bedford com telhado de zinco, abriga-se do sol protegendo os velhos bancos de madeira, sob o pomposo sinal de Carreira Pública #1 Díli - Baucau".

A sinuosa estrada de montanha volve-se para o mar, descendo lentamente para esta cidade menina, Baucau, escondida entre as folhas dos palmeirais e luxuriantes florestas tropicais. Pela traseira da camioneta vislumbram-se novas imagens de uma terra morta à nascença. Cruzamo-nos com homens vestidos com uma 'lipa' ¹ estreitando galos de luta entre os seus braços nus e o torso, enquanto caminham.

Baucau tem algumas casas de pedra para além das de terra e adobe e o aspeto exótico da sua população colorida. Das ruínas do mercado evocam-se templos romanos desconhecidos. Uma curta paragem para uma sandes e limonada na messe do Quartel-general local, em frente à piscina que subitamente parece estar deslocada no tempo e no espaço. Logo a seguir estamos de regresso à estrada n.º 1 Baucau – Díli.

Encostas escarpadas, a pique sobre um mar de corais brancos. A picada de montanha, por vezes aproxima-se tanto do abismo que os nossos corações entram em animação suspensa. Ao longo do caminho vamos atravessando leitos secos de ribeiras que o tempo, a incúria dos homens e os elementos converteram em estrada de ocasião. O chão de gravilha, por vezes apenas pedregoso, a cor indefinida entre o castanho e o verde, as 'palapas' ² disfarçadas por entre a vegetação, tudo serve para propiciar uma imagem de pedras e colinas. As baías, primitivas e inconquistas por barcos de qualquer tamanho ou tipo, as praias cheias de conquilhas e outros destroços das ondas, revelam paraísos insuspeitos.

É difícil ver os nativos e os seus sorrisos abertos. Engasgo-me espantado, mas não é sangue que jorra dos seus lábios, apenas a 'masca': uma mistura de cal e 'harecan' ³. Mastigá-la é um placebo psicológico para a comida que não existe. (janeiro 1998: ouço o José Ramos Horta a apelar à solidariedade internacional para debelar a fome que ainda grassa no território). Os sorrisos vermelhos escondem fomes de séculos.

De súbito, após passar e deixar para trás vilas e aldeias que só a memória despavada pode recordar, eis Díli: 212 km e onze horas mais tarde. Uma avenida extremamente larga, espalha a poeira pesada por sobre o colmo das palapas vizinhas e por algumas casas de cimento com teto de zinco.

Ao entrar em Díli, por leste, podia-se ver os chineses e os timorenses a partilharem a promiscuidade criada pela falta de estruturas urbanas adequadas. Díli é uma planície que se espalha por um mar espelhado como um lago, com uma baía majestosa acentuada pela sombra imponente da Ilha do Ataúro. Um porto incipiente abriga uma lancha onde flutua uma bandeira portuguesa. Uma longa avenida acompanha a marginal costeira de Díli, terminando no bloco residencial do Farol, onde as vivendas coloniais construídas depois da 2ª Grande Guerra abrigam os Chefes de Departamento e os escalões superiores do exército colonial.

Por esta época, Díli dispunha apenas de 16 quilómetros de asfalto esparsamente distribuídos por pequenas, e poucas estradas e ruas da capital. Três casas apenas sobreviveram à devastação nipónica da Grande Guerra. No aeroporto um Land Rover limpava a pista dos pachorrentos búfalos, das vacas balinesas e porcos selvagens. A principal artéria comercial atravessa Díli de ocidente a oriente, através do centro comercial, espinha dorsal da capital, e onde se alberga o Palácio do Governo (um imponente edifício pomposamente denominado Palácio) e o Museu cujo nome ostenta o vazio de todos os tesouros exportados por anteriores governadores e colonizadores, ao longo dos séculos.

Um museu vazio, dois polícias sinaleiros nas horas de ponta, e poucas pessoas pachorrentamente sentadas nas esplanadas. É ali que, à noite podemos encontrar os verdadeiros "*bas fonds*"⁴ de Díli, não só as prostitutas

locais, mas também as máquinas de póquer e as *slot-machines*. O submundo, a vida subterrânea, o afogar de esperanças e sonhos há muito esquecidos, uns poucos restaurantes servindo comida chinesa, bares como o “Texas” e a “Tropicália” onde os soldados e a bebida silenciam uma progressivamente maior distância de Portugal.

Díli, setembro 1973, uma cidade sem vida, morrendo devagar nas suas próprias cinzas, por entre o silêncio e a triste voz rítmica dos tokés, o calor pútrido e o voo alado das gigantescas baratas.

Durante o dia podiam-se ver alguns, dos poucos carros particulares, e muitas viaturas oficiais com a sua típica cor negra. Inúmeras motorizadas circulavam por entre os jipes do exército conduzidos pelos motoristas militares que esperam pacientemente frente ao liceu ou ao cabeleireiro as esposas, tornadas professoras de liceu, dos oficiais do exército portugueses. Estarão mesmo no liceu, na escola primária ou no cabeleireiro? O pessoal militar a pé ou nas Berliets e Unimogs. Por entre os timorenses, veem-se chineses. Díli é isto, a desolação.

Nas colinas num local para esquecer, como relíquia de uma guerra perdida, estavam as instalações militares com o seu Quartel-general e os barracões insanitários. Pode ter sido um ótimo local duzentos anos antes, bem abrigado pelas montanhas circundantes, mas a sua localização estava fora do seu tempo e espaço. Quinhentos metros acima do nível do mar, num local proeminente abrigado pela densa vegetação estavam os dois hospitais: um pequeno grupo de edifícios mais modernos para os civis, outro edifício mais antigo para os militares apenas dispondo de uma dúzia e meia de camas.

Esta cidade pretensamente europeia é triste. As palapas, crescendo para os passeios quase inexistentes, albergam os timorenses que ali vivem sem luz elétrica, sem água encanada nem esgotos. Dez ou quinze crianças brincando em volta alheias a tudo. Que lhes interessa se a miséria é a mesma, será sempre a mesma?

“Esta é a terra que o sol, em nascendo, vê primeiro” a insígnia oficial proclama bem alto do escudo e brasão de armas do então Timor Português.

Com isto, eu lego as imagens e as palavras. Elas fazem já parte integrante da História e não se irão repetir num milhão de anos. Isto presenciámos: como transfigurar pacíficas colónias do Pacífico em cenários de guerra e morte.

2. PROGNÓSTICOS FUTUROS: PETRÓLEO E TURISTAS AUSTRALIANOS

TIMOR fica a menos de 600 km de Darwin e a 2 200 quilómetros de Jacarta. O Mar de Timor encurralado entre a Austrália e Timor-Leste contém reservas de petróleo, calculadas como sendo entre as vinte mais ricas do mundo. A exploração petrolífera iniciou-se nos anos sessenta por entre especulações de que poderia e iria mudar drasticamente a face do então Timor Português. A Administração Portuguesa, inoperante e omissa durante a maior parte de quatro séculos e meio, sonha subitamente com miragens de riqueza, capazes, quiçá de catapultar a debilitada economia portuguesa e impedir o iminente fim da ditadura...

Em pequeno número, as pessoas são atraídas a Timor, para projetos altamente aventureiros e dramaticamente compilados à pressa. Em termos práticos, porém, quer a Timor Oil Lda. com prospeções na costa sul (Suai) através de meios bem primitivos quer as mais sofisticadas explorações *offshore* da Burma Oil/BHP não prenunciam nenhuma vasta fonte de reservas.

A Burma Oil quase lança o pânico na população. Ao operar dois helicópteros com pessoal e equipamento durante seis meses em 1974, com regresso sistemático à base em Perth, duas vezes por semana, serviu para aumentar os rumores de que estava iminente uma larga descoberta de petróleo.

É então, que subitamente um terceiro grupo, a "Oceanic" instala a primeira plataforma petrolífera no mar de Timor. O pequeno contingente da comunicação social local começa a acreditar que os rumores indicam mais fumo do que o fogo inicialmente previsto, mas nada de concreto transpira quer do governo português quer de outras fontes. O mistério que encobria estas perfurações do subsolo rapidamente se esvai. Uma dezena e meia de anos mais tarde, os governos australiano e indonésio tornariam pública a resposta a estes anseios, ao assinarem o 'Timor Oil Gap Treaty', que divide a riqueza do mar de Timor entre as duas nações.

Naquela época distante dos anos setenta, a exploração turística do Timor Português é pouco mais do que embrionária. O governo planeia atrair mais australianos, embora a falta de meios capazes de transporte aéreo, terrestre e marítimo e as limitadas capacidades hoteleiras da metade oriental da ilha o tornem impossível. O potencial económico da ilha é bem compreendido – sem contar com futuro político da ilha – pelo que as personalidades do governo apresentam uma imagem bem mais rosada de mais e mais australianos utilizarem Timor para se deslocarem a Bali. Essa era, de facto, a rota mais económica, mas a menos fiável.

Sabendo o elevado custo do transporte aéreo na Austrália e a atração cada vez maior que o paraíso de Bali exercia como o principal destino turístico da região, não era difícil perceber que a maioria dos turistas preferia economizar e utilizar uma rota Darwin – Díli – Bali. Claro que havia uns pequenos inconvenientes, tais como, por vezes, ter de esperar um mês ou mais para obter um lugar no bimotor de nove lugares que bissemanalmente ligava Díli a Kupang (Kupang)⁵.

Ocasionalmente surgia a possibilidade de atravessar a fronteira indonésia em um qualquer velho camião que atravessava o território utilizando os restos delapidados da estrutura rodoviária que os Japoneses deixaram no fim da 2ª Grande Guerra.

O melhor Hotel em Díli era em 1973 (e ainda o é em 1998) o 'Turismo' que cobrava até 40 dólares australianos por noite (então cerca de mil Escudos) por pernoita e pequeno-almoço. Havia outros hotéis, residenciais e pensões bem mais económicos por um terço daquele preço, e havia mesmo a 'Beach House' (conhecida na época como o Hilton dos Hippies) que pertencia ao governo proporcionando um teto de colmo e água corrente por 1\$00 (40 ¢ Australianos).

Para além do turismo e da exploração de petróleo as principais prioridades da administração colonial eram a agricultura e a engenharia civil (quase exclusivamente na construção civil). As atividades comerciais e industriais eram deixadas quase em exclusivo para o setor privado. De forma idêntica, ao que então acontecia (e ainda hoje isso é verdade) no resto do sudeste asiático e Indochina as atividades comerciais estavam, quase exclusivamente, nas mãos da comunidade étnica chinesa, em especial no ramo retalhista. Muito trabalhadores e ativos, ignorando a atração consumista, detinham cerca de uma dúzia de importantes companhias comerciais que dominavam toda a atividade comercial do território.

Por essa época, os combustíveis eram importados da Austrália e de Singapura; o leite e farinha da Austrália; o cimento e betão do Japão e Taiwan (Formosa); máquinas e diverso equipamento técnico do Japão, Hong Kong, Macau, Singapura e Europa; os têxteis e calçado de Macau e Hong Kong.

As exportações principais eram café em grão, copra e cacau, madeira, amendoins e borracha, mas a única que tinha relevância em termos de volume era o café. Embora os investimentos de capital fossem pequenos, a nível local representavam imenso. As indústrias locais eram muito incipientes quase não excedendo o nível artesanal.

As últimas estatísticas da Administração Portuguesa indicam que, em 1973, existiam 90 companhias com um capital social de Escudos 21 000 000\$00 (aprox. AUD \$840,000 à taxa de câmbio da época) proporcionando trabalho para 500 pessoas em tecelagem, panificação, e fábricas de bebidas e refrigerantes. O artesanato e artes tradicionais de elevada qualidade representavam uma porção ínfima em termos de exportações e confinava-se à joalharia, cerâmica e tecelagem.

3. HISTÓRIA

Em 1511, o português Afonso de Albuquerque conquista Malaca e simultaneamente uma pequena armada liderada por António de Abreu, parte à conquista das Molucas, já então conhecidas pelas suas especiarias (cravinho e canela). Abreu atinge as ilhas Solor em 1512, perto das Flores a 100 km NE de Timor. Três anos mais

tarde, o então comandante da Fortaleza de Malaca, Rui Brito Patela num despacho para S.A.R. Dom Manuel I de Portugal menciona a enorme vastidão da madeira de sândalo em Timor. Em 1515, dois livros publicados em Portugal mencionam Timor como uma ilha rica, para onde são enviados em 1513, missionários da ordem franciscana.

Os Dominicanos Portugueses estabelecem-se na ilha no final do século XVI, e pouco depois os Topasses (ou descendentes de soldados, marinheiros e mercadores portugueses) das ilhas vizinhas começam a radicar-se em Timor, disseminando a cultura portuguesa e influência, rapidamente se assenhoreando dos canais mercantis locais.

Em 1651, os Holandeses estabelecem-se na parte ocidental da ilha para obterem sândalo e escravos, e pouco depois holandeses e portugueses estão em pé de guerra.

Durante o período pré-colonial, os impérios javaneses, que atingiram o seu auge entre os séculos X e XV, não detinham qualquer influência sobre Timor-Leste. A ilha sobreviveu sem ter sido afetada pelas influências religiosas que são marcantes na maioria da população malaia de Java e das ilhas exteriores do arquipélago.

Durante os primeiros séculos da era cristã, aqueles povos eram influenciados pelas correntes hindus politeístas advindas com as correntes migratórias da Índia. Uns séculos mais tarde, em especial durante o século VIII, foi a vez de o Budismo deixar a sua marca. Foi nessa altura que o maior templo budista do mundo foi construído em Borobodur. Até hoje, a Indonésia é o mais populoso país predominantemente muçulmano do mundo, com cerca de 88% dos seus mais de 192 milhões de habitantes professando oficialmente a religião islâmica.

Quando os mercadores portugueses e missionários chegam a Timor no começo do século XVI em contraste marcado com o resto do arquipélago, a sua população é animista e não conhece a palavra escrita. Nem Hinduísmo nem Budismo, e nem mesmo o Islão penetrou nas almas do povo de Timor. Este havia sido deixado fora do alcance destas religiões, intocado pelas influências culturais predominantes da Malásia, Java e Bali. Existe, então, um enorme comércio entre a China, Malaca, e outras regiões hoje integradas na Indonésia.

Timor teve contactos sofisticados com o mundo bem antes da chegada dos portugueses. O reino dos Belos estendia-se a quase toda a ilha e os chineses eram visitantes habituais destas paragens. O calendário indígena segue de perto o calendário chinês. O pónei ou Kuda de Timor é de origem asiática e já existia antes da chegada dos europeus. Os instrumentos musicais são asiáticos em design e em som. Consta da história chinesa que o liurai de Besicama (a antiga capital dos Belos) pagava um tributo anual aos chineses antes dos Dominicanos Portugueses estarem implantados na ilha a partir de 1566. Já então o poder dos liurais se baseava na riqueza de sândalo (considerado o melhor do mundo) e era a causa das guerras intertribais. Os liurais precisavam de terra em maiores áreas para expandirem as suas plantações de sândalo e consequentemente o seu império.

No século XVI, Timor está então já dividido em dois reinos confederados:

- *Um, sobre a égide do reino de Sombay ou confederação de Servião na parte ocidental da ilha [correspondendo ao atual Timor Ocidental],*
- *O outro sob a supremacia do reino de Behale ou confederação dos Belos em Timor-Leste.*

Estes últimos utilizam já uma língua franca comum, o Tétum. A divisão de Timor em duas metades tem razões históricas que datam de eras pré-coloniais. Em 1651 os Holandeses derrotam os Portugueses e ocupam Cupão (Kupang) no extremo ocidental da ilha, antes mesmo de iniciarem a sua penetração na metade ocidental da ilha. Isto mostra, de forma evidente, quão antiga é a divisão colonial da ilha.

No terceiro quartel do século XVI, os Portugueses fixam-se permanentemente na ilha, através de frades Dominicanos que exercem uma progressiva influência religiosa e cultural enquanto o domínio português se expande. Por essa altura já os Portugueses têm interesses religiosos e comerciais a defender na ilha e mais tarde, em 1701, o primeiro Governador assume funções em Lifau, mais tarde denominada Oé-cusse, que é a primeira fortaleza portuguesa construída no início do século XVIII, antes de se tornar a Capital.

O recenseamento de 1750 indica apenas a existência de 15 Europeus na ilha, em sua maioria missionários. Em 1970, um terço dos Timorenses era católico e apenas 0,04 por cento da população [234 pessoas] eram muçulmanas. Dois terços da população permaneciam fiéis às crenças animistas locais.

O primeiro Governador de Timor, um jovem Oficial de baixa patente ao tentar subjugar os chefes nativos "Régulos" é confrontado com uma revolta maciça que culmina em 1726 com a perda da cidade fortificada de Cailaco, junto à fronteira.

Já nessa altura, os Holandeses ameaçavam expandir o seu domínio territorial forçando os Portugueses a abandonarem Lifau e a construírem uma nova capital em Díli, uma cidade com porto fortificado. Pouco de relevância acontece no século seguinte, aparte a substituição dos Holandeses pelos Ingleses como poder colonial no arquipélago indonésio entre 1812 e 1815.

Até 1844, Timor e Macau fazem parte do Império Português da Índia, sob a jurisdição do Vice-Rei da Índia. Nesse mesmo ano, Timor e Macau passam a ser autónomos da Índia Portuguesa. Um Tratado entre Portugueses e Holandeses em 1860 delimita as fronteiras, dividindo a ilha em duas metades, o qual foi homologado pelo tribunal de Haia em 1913. Mais tarde, em 1896, Timor torna-se autónomo de Macau.

Durante o reinado do Governador Afonso de Castro (1859-1869) um novo sistema de cultivo forçado de café é imposto, e cedo este se torna na principal exportação. Já então em declínio, a madeira de sândalo estava quase extinta um século mais tarde. Para a construção de estradas foi introduzido o trabalho forçado entre 1884 e 1890.

Um novo Governador, Celestino da Silva toma posse em 1894 e alegando a falta de desenvolvimento da ilha inicia uma severa ação de repressão contra os nativos da ilha. Um novo imposto (o IMPOSTO) foi introduzido para ser pago por todos os varões entre os 18 e 60 anos (e mesmo em 1975 ainda era contestado pela população). Sob a chefia do liurai Dom Boaventura de Manu-Fahi, uma série de revoltas ocorre durante 16 anos, terminando numa rebelião geral através de Timor entre 1910 e 1912.

Timor não é considerado 'pacificado' senão em 1913. Sob a alegação da agitação ser promovida pelos Holandeses, o novo Governador Filomeno da Câmara de novo defronta os rebeldes locais com um mero exercício de supremacia militar.

Até Díli é atacada pelos locais que matam inúmeros residentes, queimando e saqueando edifícios, incluindo o próprio Palácio do Governo; muitos soldados e oficiais portugueses são mortos e decapitados. Só com a ajuda de tropas vindas de Moçambique é finalmente subjugada a revolta, com 3 424 Timorenses mortos, 12 567 feridos, 289 Portugueses mortos e 600 feridos.⁶

Timor é a mais desleixada de todas as colónias portuguesas tal como Alfred Russell Wallace, um explorador britânico escrevia em 1860: *"O governo é dos mais miseráveis que há. Ninguém parece ligar seja o que for para melhorar este país... não existe nem uma milha de estradas para além da cidade (Díli)."*⁷

Depois da revolta, os portugueses continuaram a impor o cultivo forçado de café, copra (a semente do coco da qual se extrai o óleo) e madeira de sândalo, mas com resultados limitados. Ao mesmo tempo, isto assinala o começo real da colonização portuguesa da ilha por todo o território, com a assistência das tribos locais, régulos e liurais. Os portugueses começaram também a servir-se dos 'assimilados', nativos em quem podiam confiar para defender os seus interesses coloniais. Mesmo em 1950 havia apenas 568 pessoas consideradas Europeias, e 2 022 mestiços numa população de 442 378.

Um historiador que visitou Díli nas vésperas da 2ª Guerra Mundial descreve a cidade 'sem luz elétrica, nem água potável, sem estradas pavimentadas, sem telefone, exceto o que ligava as casas e escritórios dos membros mais importantes do governo e nem sequer havia um cais para descargas portuárias'.

Os esforços realizados pelo Japão Imperial para estabelecer uma Grande Esfera de Prosperidade Comum na Ásia Oriental, era um eufemismo para uma aventura colonial, que serviu para desencadear a Guerra do Pacífico numa tentativa de terminar com o domínio ocidental no oriente. Era também uma forma do Japão obter as matérias-primas de que a sua indústria necessitava e obter mercados para a exportação dos seus produtos, para além de incomensurável mão de obra. Rapidamente os poderes ocidentais foram derrotados por toda a Ásia, em especial na Indochina Francesa, nas Filipinas dos Estados Unidos e nas Holandesas Índias Orientais.

Em resposta ao ataque a Pearl Harbour em 7 de dezembro 1941 os Aliados decidem utilizar a ilha de Timor como linha frontal de defesa contra o avanço japonês, a sul. Apesar dos protestos de Portugal (tímidos), a

Holanda e a Austrália fazem aterrar tropas em Díli e Kupang (Cupão) em dezembro 1941 apenas dez dias depois de Pearl Harbour. Dois meses mais tarde o Japão atacou a ilha, e mais de 20 mil soldados nipónicos foram mantidos à distância, em Timor-Leste, pelos nativos locais e comandos australianos.

Em janeiro 1943, durante o conflito da 2ª Grande Guerra, a ilha cai sob o domínio japonês, havendo algumas unidades Australianas e Holandesas derrotadas que têm de recorrer à tática de guerrilha para contra-atacar os nipónicos. Em janeiro de 1943 os Japoneses dominavam quase a totalidade da ilha, tendo utilizado as 'colunas negras' nas quais estavam timorenses ocidentais. Entre 1942 e 1945, os nativos combatem de forma valorosa a brutal ocupação, havendo entre 40 e 60 mil mortos nos combates para proteger os Europeus (Portugueses, Australianos, e alguns Holandeses) e pelo menos 1 500 Japoneses mortos só em Timor-Leste. Díli foi quase totalmente arrasada assim como as vilas do interior.

Os verdadeiros heróis deste período são os "Régulos" Dom Aleixo Corte-Real, Dom José Nunes e Dom Jeremias de Luca, cujos povos são mortos, decapitados, ou mutilados a defender a bandeira portuguesa⁸- um verdadeiro símbolo de adoração muitas vezes mal interpretado como sendo um sinónimo de portuguesismo. Em 1945, as Índias Orientais Holandesas, incluindo Timor Ocidental, tornam-se na República Indonésia.

Um comandante japonês, Iwamura Shouachi, descreve como foi cruel e devastadora a ocupação nipónica:⁹
"Ainda é doloroso hoje falar dos sacrifícios e encargos que impusemos ao povo timorense... Mandamos os chefes mobilizarem as pessoas, em massa, para a construção de estradas...para trabalharem sem comida nem compensação. Por causa da falta de comida havia pessoas a morrerem de fome todos os dias. Comida para os soldados Japoneses e cavalos para transportarem munições eram confiscados às pessoas, e algumas das tropas sob o meu comando violaram mulheres timorenses."

Se as tropas aliadas tivessem deixado Timor neutral, pode ser que 60 mil timorenses tivessem sobrevivido à brutal invasão japonesa e aos bombardeamentos aliados. Depois do Armistício, a Administração Portuguesa escolhe como novos "Régulos" pessoas nas quais poderia confiar, embora, a sua maioria, carecesse de legitimidade real capaz de os impor às tribos e comunidades locais. A Administração Portuguesa continua a utilizar os mesmos métodos brutais e de trabalhos forçados com que experimentara antes de a Guerra eclodir. Isto provoca a infame rebelião de 1959 em Uato-Lari (na costa leste) em que milhares de guerreiros indígenas marcham rumo a Díli para lutarem contra os Portugueses.

Para alguns historiadores a rebelião foi provocada por agitadores indonésios, mas não deixou sombras de dúvida que se tratava de uma situação temível.

Eventualmente uma "Bére - Bi¹⁰" trai o seu próprio povo e lança o alarme no Sporting, um clube em Díli¹¹. Reforços são imediatamente enviados de Goa (uma então colónia portuguesa na Índia) e acaba por não se derramar sangue. Centenas de patriotas timorenses são deportados para as colónias africanas de Moçambique, Angola, Cabo Verde, e S. Tomé e Príncipe. Para o povo de Timor-Leste a guerra só voltará 16 anos mais tarde.

Entre 1945 e junho 1974, o governo indonésio cumprindo as leis internacionais assevera nas Nações Unidas e fora dela *'não ter ambições territoriais sobre o território de Timor'*.

Em 1960, Timor era considerado um território não autónomo sob Administração Portuguesa de acordo com a Resolução 1514 (XV) de 14 dezembro 1960. Entre 1962 e até 1973, a Assembleia Geral da O.N.U. aprova várias Resoluções que apoiam o direito à autodeterminação de Timor-Leste e das restantes colónias portuguesas, então eufemisticamente denominadas Províncias Ultramarinas, em sintonia com a França que designava os seus territórios coloniais como *'Territoires d'outre Mer'*.

4. POPULAÇÃO

I) RECENSEAMENTO

No Censo de 1970, havia 609 477 habitantes, dos quais 599 891 (98%) Timorenses; 6 120 Chineses (1%); 1 939 Crioulos (0.3%); 1 463 Europeus (0.24%); 42 Indianos e 22 Negros. Três ou quatro anos mais tarde os Chineses rondavam os 15 000; os Europeus incluindo o pessoal das Forças Armadas e suas famílias eram quase 3 000; havendo ainda a acrescentar umas centenas de Indianos e Muçulmanos.

Os meios utilizados pelas autoridades para o recenseamento eram deveras incompletas e completamente desajustados ao hermetismo da população a que se dirigiam. Em 1974 o recenseamento indicava 668 711 pessoas, em 1978 havia apenas 329 271 e em 1980 havia 555 250¹².

A pirâmide populacional por sexo evidenciava uma predominância da componente masculina (51.9%) ou 138 homens para cada 100 mulheres. Os principais centros urbanos eram Díli com 6 000 pessoas no seu distrito principal, seguido de Baucau, Bobonaro, Ermera, Maubisse, Balibó, Ossú, Viqueque, Same e Liquiçá. A Ilha do Ataúro, mesmo em frente de Díli, a uns 20 km tinha 3,000 habitantes.

II) RELIGIÃO E CRENÇAS ANIMISTAS

Os dados do recenseamento relativamente à religião mostram que existiam em 1970, 153 000 pessoas que se consideravam Católicas Romanas (25.1%), 2 400 eram Protestantes (0.4%); outras denominações cristãs 400 (0.07%); 900 eram Islâmicas (0.15%), e as restantes 452 777 (74.3%) não indicavam nenhuma religião.

Destas, a maioria praticava ritos animistas ou pagãos, idolatrando antepassados e outros espíritos. Os caçadores de cabeças estavam bem ativos até ao início deste século, tal como acontece ainda na vizinha Papuásia (Papua Nova Guiné e Irian Jaya) e em Bornéu.

Já em 1996, as estatísticas do Vaticano¹³ indicavam existirem 692 000 católicos numa população de 834 000 (mais de 80% da população, comparada com 25% em 1970).

Cada aldeia tem uma casa de pedra, sagrada, e uma área circundante considerada tabu, da qual existe um sacerdote custódio. As ocasiões importantes são marcadas por cerimónias e a doença e morte, segundo as crenças locais, são causadas por feitiços. A este respeito, escrevia Cliff Morris em 1992¹⁴:

"A sociedade estava dividida por classes antes da chegada dos portugueses. A classe inferior era a dos LUTUN (pastores) e ATAN (escravos), EMA RAI (pessoas comuns), DATO (nobreza e realeza). Por entre estas classes havia os MATÁNDOK (ou matan dook, médicos), BUAN (feiticeiros), MALULIK (custódios das sagradas relíquias) e Liurai (Rei). A estes, estava reservado o estatuto de classe superior hereditária. Dos DATOS descendiam os ASU'UAIN (guerreiros). O casamento constituía a única hipótese de promoção social."

Ainda segundo aquele autor, quer os timorenses cristãos, quer os restantes, viviam com o Klamar (almas dos defuntos) que ainda não tinham ido para os céus ou eram, por qualquer razão, incapazes de deixar a terra.

Os timorenses acreditavam que havia sempre uma alma errante em busca de invadir (ou reentrar) o corpo de uma pessoa viva a quem causaria toda a gama de infortúnios e eventual morte, a menos que o Klamar fosse dissuadido a deixar esta nova casa. Estes espíritos penetravam nos corpos através de qualquer orifício (nariz, olhos, mas nunca através da boca ou dos órgãos genitais).

Nem todos os espíritos eram malignos. Alguns eram guardiões que protegiam e mantinham à distância os espíritos maus e, em tempo de crise ou perigo, apareciam para alertar e manter a estabilidade dos entes em risco.

A vida numa atmosfera animista como esta era uma luta contínua. O matándoc (doutor) podia invocar todas as poções herbais e fetiches para anular um HOROK (mau olhado, augúrio, bruxedo) de um Klamar ou de um BUAN (feiticeiro), pois estes tinham vastos poderes para causar a confusão e os seus poderes eram superiores aos do matándoc. Os matándocs passavam os seus conhecimentos pela via hereditária, mas estes só passavam de pai para filho após muitos anos de treino e preparação.

A posição de BUAN podia ser herdada por qualquer candidato com as aptidões próprias, mas só depois de um longo período de treino. Se bem que pudesse ser desempenhada por qualquer dos sexos, na maior parte dos casos a escolha recaía sobre um homem. A posição do BUAN na sociedade era elevada e mesmo os liurais tratavam os BUAN com respeito, humildade e medo.

Nas religiões animistas todas as coisas vivas têm alma, quer plantas quer animais. Os espíritos malignos derivam das criaturas, especialmente as que passaram a primeira metade das suas vidas na água, mas também proveem das almas das pessoas que viveram uma vida má.

Havia ainda um outro personagem com poderes sobrenaturais, nalgumas áreas designado como KUKULUSAK. Na sua forma natural, aparentava ser uma mulher idosa, mas tinha poderes para se transformar em qualquer outra coisa.... Podia aparecer como uma jovem bela para atrair os inocentes a todas as espécies de perigos. Em cada povoação havia histórias de bruxas aparecendo e levando para longe parentes que nunca mais eram vistos. Alguns pais diziam aos filhos que as bruxas comiam pessoas especialmente as crianças que se portavam mal...

Uma variante desta personagem é conhecida pelo seu nome em Português, Pontiana, um ser misto de mulher e ave, que durante a noite perseguia as mulheres grávidas para lhes extirpar dos ventres os fetos que comia, ao mesmo tempo que, aproveitando-se da sua figura sedutora, atraía os maridos para lhes extirpar os corações.

Segundo estas crenças animistas¹⁵, a presença humana é limitada a um curto período e depois da nossa morte na terra regressamos ao ventre da terra, através das muitas vaginas que existem nas FATU KUAK (caves) de Timor. Todas as dívidas de uma tribo devem ser pagas pelos familiares que sobrevivem à morte de um dos seus elementos, para libertar a alma e propiciar uma festa para celebrar a passagem do espírito para os céus.

III) A LENDA DE TIMOR E O CROCODILO

Todas as comunidades têm lendas sobre o aparecimento do primeiro homem sobre a terra, para criar o seu clã ou tribo. Não resistirei a transcrever aqui a da criação de Timor, narrada pelo grande poeta Fernando Sylvan¹⁶:

“Disseram, e eu ouvi, que desde há muitos séculos um crocodilo vivia num pântano. Este crocodilo sonhava crescer, ter mesmo um tamanho descomunal. Mas a verdade é que ele não só era pequeno, como vivia num espaço apertado. Tudo era estreito à sua volta, somente o sonho dele era grande.

O pântano, é bom de ver, é o pior sítio para morar. Água parada, pouco funda, suja, abafada por margens esquisitas e indefinidas. Ainda por cima, sem abundância de alimentos ao gosto de um crocodilo.

Por tudo isto, o crocodilo estava farto de viver naquele pântano, mas não tinha outra morada. Ao longo do tempo, milhares de anos, parece, o que ia valendo ao crocodilo era o ele ser grande conversador. Enquanto estava acordado, conversava, conversava.... É que este crocodilo fazia perguntas a si mesmo e, depois, como se ele próprio fosse outro, respondia-se-lhe.

De qualquer maneira, conversar assim, durante séculos, gastava os assuntos. Por outro lado, o crocodilo começava já a passar fome. Por dois motivos: primeiro, porque havia naquele charco pouco peixe e outra bicharada que lhe conviesse para refeição; segundo, porque só muito ao largo passava caça de categoria e tenra: cabritos, porquitos, cães...

Muitas vezes, exclamava para si próprio: ‘Que grande maçada viver com tão pouco, e num sítio destes! Tem paciência, tem paciência...’ dizia a si próprio.

‘Mas viver de paciência não é coisa que alimente um crocodilo’ – recalcitrava-se-lhe.

Naturalmente que tudo tem um limite. Incluindo a resistência à fome. E o crocodilo entrou a sentir uma fraqueza que lhe quebrava o ânimo e o definhava. Os seus olhos iam-se amortecendo e já quase não podia levantar a cabeça e abrir a boca.

‘Tenho de sair deste lugar, e procurar caça mais além...’

Esforçou-se, galgou a margem e foi ganhando caminho através do lodo e, depois, da areia. O sol estava a pino, aquecia a areia, transformava todo o chão em brasas. Não havia safa, o crocodilo perdia o resto das suas forças e ia ficar, ali, assado.

Foi nesta altura que passou pelo sítio um rapazinho vivaz que exprimia os seus pensamentos cantarolando.

‘Que tens Crocodilo, Ah! Como tu estás?! Tens as pernas partidas, caiu-te alguma coisa em cima?’

‘Não, não parti nada, estou completamente inteiro, mas, apesar de ser pequeno de corpo, há muito não aguento com o meu próprio peso. Imagina que nem forças tenho já para sair deste braseiro.’

Respondeu o rapazinho: ‘Se é só por isso, posso ajudar-te’ e, logo de seguida, deu uns passos, carregou o crocodilo e foi pô-lo à beira do pântano.

No que o rapazinho não reparava, era que, enquanto carregava o crocodilo, ele se animava ao ponto de arregalar os olhos, abrir a boca e passar a língua pela serra dos seus dentes.

‘Este rapazinho deve ser mais saboroso do que tudo o que provei e vi em toda a minha vida’ – e imaginava-se a dar-lhe uma chicotada com a cauda para adormecê-lo, e, depois, devorá-lo.

'Não sejas ingrato' – diz-lhe o outro com quem ele conversava e era ele mesmo.

'A fome tem os seus direitos'.

'Isso é verdade, mas olha que trair um amigo é um ato indigno. E este é o primeiro amigo que tens.'

'Então, vou-me deixar ficar na mesma, e morrer à fome?'

'O rapazinho fez-te o que era preciso, salvou-te. Agora, se quiseres sobreviver, trabalha e procura alimento.'

'Isso é verdade...'

E quando o rapazinho o poisou no chão molhado, o crocodilo sorriu, dançou com os olhos, sacudi a cauda, e disse-lhe: "Obrigado. És o primeiro amigo que encontro. Olha, não posso dar-te nada, mas se pouco mais conheces do que este charco, aqui, tão à nossa vista, e se um dia quiseres passear por aí fora, atravessar o mar, vem ter comigo..."

'Gostava mesmo, porque o meu sonho grande é ver o que há mais por esse mar fora.'

'Sonho? Falaste em sonho? Sabes, eu também sonho' arrematou o crocodilo.

Separaram-se, sem que o rapazinho sequer suspeitasse de que o crocodilo chegara a estar tentado a comê-lo. E ainda bem.

Passados tempos, o rapazinho apareceu ao crocodilo. Já quase o não reconhecia. Vía-o sem sinais das queimaduras, gordo, bem comido...

'Ouve, Crocodilo, o meu sonho não parou, e eu não o aguento mais cá dentro.'

'O prometido é prometido. Aquele meu sonho... Mas com tanta caça que tenho arranjado, quase me esquecia dele. Fizeste bem em vir lembrar-mo, rapazinho. Queres, agora mesmo, ir por esse mar fora?'

'Isso, só isso, Crocodilo.'

'Pois eu, agora, também. Vamos então.'

Ficaram ambos contentes com o acordo. O rapazinho acomodou-se no dorso do crocodilo, como numa canoa, e partiram para o alto mar. Era tudo tão grande e tão lindo! O mais surpreendente para os dois era o próprio espaço, o tamanho do que se estendia à sua frente e para cima, uma coisa sem fim. Dia e noite, noite e dia, nunca pararam. Viam ilhas de todos os tamanhos, de onde as árvores e as montanhas lhes acenavam. E as nuvens também. Não se sabia se eram mais bonitos os dias se as noites, se as ilhas se as estrelas. Caminharam, navegaram, sempre voltados para o sol, até o crocodilo se cansar.

'Ouve-me, rapazinho, não posso mais! O meu sonho acabou...'

'O meu não vai acabar...'

Ainda o rapazinho não tinha dito a última palavra, o crocodilo aumentou, aumentou de tamanho, mas sem nunca perder a sua forma primitiva, e transformou-se numa carregada de montes, florestas e de rios.

É por isso que Timor tem a forma de crocodilo."

Em tempos imemoriais, Timor era uma sociedade onde não havia dinheiro e a fortuna de cada indivíduo era aferida pelo gado que possuía: cavalos, búfalos, cabras, porcos, assim como ouro e prata. Os animais não eram utilizados para a alimentação, pois havia um uso mais importante para eles: em vida, eles mostravam quão bem-sucedida uma pessoa fora e, em morte, muitos destes animais eram sacrificados para uma festa que servia para enviar a alma para os céus. Os animais NUNCA eram sacrificados como tributo religioso, mas sim como

comida para os convidados. Havia festas para celebrar nascimentos, onde a proporção era sempre correta entre familiares diretos (ou consanguíneos) e os familiares da outra parte (sogros, cunhados, etc.)

A maior parte dos casamentos era arranjada para uniões políticas e não por razões mais prosaicas como a compatibilidade entre dois seres humanos, ou amor.

Num batizado, os convidados bem podiam ser de outra parte da ilha, de outra tribo ou clã. Estas festas e reuniões serviam para cimentar as obrigações que cada aliança política impunha em cada tribo ou clã, servindo para manter a paz entre as comunidades e dentro de cada uma.

Na época do cultivo, havia cerimónias especiais para aplacar a ira dos Klamar e assegurar-se de que o Klamar guardião sabia que as sementes estavam a ser plantadas no ventre da Terra Mãe. Assim, o guardião Klamar poderia garantir que elas eram frutuosas. Se a plantação era feita com as primeiras chuvas e, depois, não chovia, dizia-se que os espíritos maus haviam morto a alma das plantas e não que o agricultor havia cometido o erro de fazer o plantio demasiado cedo.

Na época das colheitas era sempre uma azáfama para conseguir colher tudo antes de os ratos comerem a colheita do ano. Os ratos eram, é óbvio, obra dos espíritos malignos. O mesmo se dizia quando as plantas tinham doença, ou falhavam a sua missão por qualquer razão, tal como o excesso de chuva.

A casa em Timor (UMA) representa muito mais do que o mero local para habitar. As religiões animistas não dispõem de igrejas ou capelas, razão pela qual as casas são bem melhores para fins religiosos. Uma casa tradicional assentava em dois pilares ou alicerces. Um deles representa o sexo masculino e o outro, o feminino. Em Timor, tudo existe aos pares. As casas estão divididas em duas partes, e numa delas a mulher é suprema.

Como a casa tem este significado religioso, a mulher é muitas vezes a cabeça da família (e, isto bem antes do extermínio masculino dos anos 70 e 80, pelos indonésios) em termos religiosos. No pilar feminino penduram-se os sacos tecidos pelas mulheres, onde repousam as placentas secas dos ocupantes das casas. Tais sacos devem acompanhar cada pessoa através de toda a vida. Caso tal não aconteça, essa pessoa deixa de estar protegida contra os Klamar, e não pode regressar à Terra Mãe como uma pessoa completa na altura da morte.

Todos os desastres são aceites com um fatalismo natural, como derivados do trabalho dos espíritos maus. Até mesmo os acidentes são atribuídos a fetiches ou invasões de espíritos. Foi sempre assim, o que permitiu aos timorenses suportar as maiores desgraças e calamidades, e continuarem a seguir as suas vidas como se nada de anormal se tivesse passado. Isto foi visível nos anos que se seguiram à invasão e domínio indonésio.

A importância dada a combater os efeitos do Klamar leva muitos timorenses tradicionais a mudarem de nome, a fim de os Klamar não saberem onde eles estão e não há ninguém capaz de os convencer a voltar ao antigo nome. Isto era extremamente desconcertante para os portugueses quando efetuavam o recenseamento bienal.

O casamento, e em especial a preparação deste, consumia imenso tempo e cerimónia. O método usual era por HAFOLI (literalmente: fixação do preço) em que os intermediários (normalmente, um Katuas¹⁷ escolhido pela família) demoravam, pelo menos, um ano a estabelecer todas as condições contratuais da aliança. As oferendas apropriadas iam sendo passadas, de parte a parte, à medida que os termos do acordo iam sendo fixados.

Em cada estágio do processo um/a LIA NA'IN¹⁸ recitava longos excertos de poesia DADOLIN (versos de duas linhas¹⁹), dando a ênfase à aliança com a outra parte. Uma Lia Na'in da outra parte faria idêntica declamação, enquanto os convidados iam comendo o que fora oferecido pelos parentes do noivo.

Depois de todos os termos da aliança conjugal terem sido discutidos e acordados, e as oferendas iniciais passadas de uma parte a outra (búfalos, cavalos locais (kudas), ouro e prata pela família do noivo; cabras, porcos e tecidos por parte da noiva), os dois jovens podiam começar a coabitar numa base noturna em casa dos pais da jovem. O único rito de casamento era a consumação do mesmo.

Em tempos idos o casamento era levado a sério. Primeiro, o futuro noivo pedia autorização aos pais da futura noiva para casar. Depois, os Katuas decidiam se ele era ou não apropriado como candidato a fazer parte do clã (ou como praticante do sacerdócio da Mãe Terra). Apenas homens e mulheres casados podem tomar parte em todos os ritos religiosos e segredos do clã. Quando os Katuas decidiam que o jovem não era apropriado ou conveniente, terminavam ali os preparativos iniciáticos para o casamento.

Atualmente, as coisas já não se passam assim, pois que a partir de 1975 cada jovem toma por mulher quem ele muito bem entende, sem ter de a barlaquear, nem seguir as cerimónias. A isto chama-se HAFE. Ao contrário da civilização ocidental, e, tal como de facto é bastante comum nas culturas orientais, o casamento entre primos diretos não é desprezado, desde que os noivos sejam filhos de um irmão e irmã. Se os noivos forem filhos de duas irmãs ou irmãos, o casamento é totalmente vedado.

A escravatura existiu até 1975, mesmo apesar de proscrita e negada pelas autoridades portuguesas. Os jovens, de ambos os sexos, eram vendidos como ATAN (escravos) para efetuarem serviços não remunerados de criados (KREADO, aquele/a que cuida de bebés) e não dispunham de liberdade para abandonar a família. Os seus donos ou patrões eram responsáveis pelo seu bem-estar, e, de uma forma geral, mesmo durante a ocupação portuguesa e em especial até à 2ª Grande Guerra, eram tratados condignamente e, em muitos casos, faziam parte integrante da família, pelo que era normal ao tornarem-se adultos casarem com a filha do patrão de que haviam cuidado ao crescer.

Os Timorenses têm uma deferência muito especial para com a morte, altura em que as virtudes dos falecidos são contadas ao mundo dos vivos com todos os detalhes, por aqueles que veneram tal falecimento.

A morte de um ente querido, importante no seio do clã, criava um vácuo que necessitava ser rapidamente preenchido. Isto demorava longas horas de conversações e negociações entre os Katuas do clã, que tentavam encontrar a pessoa certa para preencher esse vazio. Por vezes, não existia dentro de um grupo ninguém capaz de ocupar a posição vaga, pelo que se tornava necessário recorrer a alguém de uma tribo vizinha. Em situações extremas, podia até acontecer que o clã se repartisse em dois.

Quanto à morte e dívidas do falecido, passado um ano sobre a morte, os familiares e todos aqueles que eram credores ou tinham uma aliança com o falecido eram convidados para uma Cor Mêta (KORE METAN) ou celebração pela partida, no local onde a alma do falecido havia emergido do ventre da Mãe Terra.

Muitas das dívidas eram pagas pela própria preparação da festa. Os convidados enchiam-se de tudo o que era bom de comida e TUAKA (vinho de palma). Estas festas duravam uma semana de danças e durante essa semana eram contadas histórias sobre as virtudes dos falecidos.

IV) DIALETOS

Dialetos e subdialetos rondam os 32, embora alguns autores tenham indicado 34 ou 36, dos quais 16 são línguas. Destes, o mais importante e mais vulgarmente falado é o Tétum, muito simples com a sua gramática primitiva, com todos os verbos usados no infinito, dispondo de um vocabulário limitado bastante enriquecido por neologismos portugueses.

O Tétum é a língua tradicional de matriz malaia e polinésia, implantada depois do século XIV e contém tudo o que é necessário para a expressão quotidiana. Foi só em 1963 que alguns missionários cristãos converteram o Tétum para a forma escrita. A costa sul é de origem polinésia, mas os povos da costa nordeste são melanésios. O reino Belu chegou a estender-se a quase toda a ilha decrescendo de importância depois da chegada dos portugueses.

Embora algumas fontes sejam contraditórias os restantes dialetos, por ordem de importância numérica e principais cidades e vilas onde se praticam, são:

O Kémak (Bobonaro), *o Bunác ou Bunak* (Bobonaro), *o Macassae ou Makasae* (Ossú, Laga), *o Tocodede ou Tukodede* (Liquiçá, Maubara, Tilomar, Viqueque), *o Mambai ou Mambae* (Aileu, Ainaro), *o Galole* (Manatuto, Lacló, Laleia), *o Lacalei*, *o Vai-Maha ou Vaimo'a* (Baucau e Atambua), *o Midiquí ou Midiki* (Baguia e Luka), *o Bagadé ou Dagada* (Lautém), *o Nauéte ou Na'ute* (Uato Carabau, Remexio), *o Naumác*, *o Socolori*, *o Sabane*, *o Idaté* (Lacluba), *o Nogo Nogo* (Cailaco, Atabai, Suai, Samoro) e *o Cairui*.

Alguns destes dialetos são apenas pequenas variações do Atoni – a língua falada antes dos Tétum ou Belu (Belos) terem invadido a ilha há seis séculos. A língua oficial até 1976 foi o Português, posteriormente substituída pela do invasor javanês.

Embora o Tétum seja compreendido em todas as regiões de Timor existe uma grande variação na pronúncia e vocabulário, provocada pela influência que os outros dialetos exerceram nas suas áreas. Mesmo nas regiões onde o Tétum é a língua mãe existem variações e subdialetos distintos. O nome da língua **Tétum** deve escrever-se **Tétun** pois o seu som fonético corresponde ao **N** e não ao **M**, embora os Portugueses tenham adotado o **M** em virtude de nesta língua não se diferenciar o final com aquela consoante. Na própria língua Tétun nenhuma palavra termina em **M**...

Cliff Morris, o maior estudioso das línguas de Timor esteve ali em 1942 com o exército australiano e regressou em 1973, quando descobriu o que acontecera aos timorenses que o haviam ajudado durante a guerra. Foi então que decidiu dedicar o resto dos seus dias a estudar e divulgar o Tétun, tendo publicado, ao fim de dez anos, um dicionário de 10 mil palavras Inglês - Tétun, o qual foi publicado em 1984 com a ajuda de Paulo Quintão da Costa, pela ANU (Australian National University).

De acordo com aquele autor são necessárias cerca de 1 100 palavras para estabelecer comunicação no idioma timorense. Morris divide o Tetun em quatro dialetos principais:

- **TETUN LOS** centrado em Soibada e no reino de Samoro, e ao longo de toda a costa entre Alas (no oeste) e Luka (a leste),

- **TETUN TERIK**, falado no noroeste de Timor-Leste e nordeste de Timor Ocidental, sendo um dialeto estreitamente ligado ao TETUN BELU,

- **TETUN BELU**, falado no sudoeste de Timor-Leste e sudeste de Timor Ocidental. Quer este dialeto, quer Tetun Terik são considerados distintos de Tetun Los por existirem diferentes definições para palavras individuais, embora a gramática e sintaxe sejam similares,

- **TETUN DILI** ou **TETUN PRASA/PRAÇA** é o dialeto ensinado aos Portugueses e outros necessitando de uma língua comum para comerciar. É mais simples quanto a gramática do que as restantes e foi considerada a língua franca durante a era portuguesa, embora atualmente esteja a ser substituída pela Bahasa.

5. ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA, ÉTNICA E HISTÓRICA

1) OS PRIMEIROS HABITANTES

Os primeiros Aborígenes da ilha foram provavelmente os Atoni, posteriormente invadidos pelos **Tétun** ou **Belu (Belos)** de Malaca, durante o século XIV. Através dos séculos, verificou-se a miscigenação com outros povos: Papuas, Malaio, Melanésios, Polinésios e Europeus, o que criou uma enorme variedade antropológica. A multiplicidade de grupos étnicos deriva de uma base Malaio e Melanésia.

O casamento entre pessoas de clãs ou tribos diferentes e de origem distinta serviu quase sempre para manter a estabilidade de reinos locais. Daí também a variada miscigenação. Os principais grupos – aparte os Timorenses – são (até 1975) os Portugueses, Indianos, Muçulmanos (conhecidos como Árabes), e os Chineses.

Os Portugueses bem conhecidos pela sua licenciosidade em relação ao sexo oposto não deixaram em Timor a sua marca, tal como o haviam feito no Brasil. Isto ficou a dever-se ao pequeno número de Europeus que ocupou esta longínqua colónia até ao início do século XVIII. Aliás, foi só no início do século XX que um grupo crioulo se viria a tornar visível, embora a sua influência se confinasse aos quadros administrativos gerais (até 1975) e aos quadros da Resistência no exterior depois daquela data.

A hegemonia dos timorenses não sendo real, era sentida através de manifestações exteriores de unidade, baseadas na sua maioria numa adoração da bandeira portuguesa²⁰, que não em manifestações visíveis de solidariedade nacional ou nacionalista. Não se confundam estas noções com outras correntes após 1975, sobre nacionalismo. Igualmente não se confunda isto com noções de Portuguesismo, como fez Almeida Santos em representação da Junta de Salvação Nacional em 1974...

A multiplicidade étnica é mais ou menos 'melânica', já que a designação oficiosa portuguesa de 'oceânica' pode induzir em erro. Mais do que uma homogeneidade real, importante é o sentimento, e esse existe, de serem um mesmo povo. O nacionalismo sempre existiu, muitas vezes manifestando-se mais como tribalismo do que como um verdadeiro sentimento de unidade nacional. Este viria a surgir, mas após 1975, em toda a sua plenitude. Aparte tais sintomas, as peculiaridades inter-regionais e as hostilidades foram sempre notadas e, por vezes, bem visíveis.

Até meados dos anos 50, Timor manteve bem viva a tradição dos reinos guerreiros em que assentava a sua formação e a sua cultura nacional. A instabilidade etnopolítica mostra um elevado número de alianças, constantemente disputadas, negadas ou revigoradas, consoante os interesses à data.

Os reis, através dos seus títulos: Régulos, Liurais, Chefes de Suco²¹ organizaram, através dos séculos, uma teia de guerras tribais, casamentos e outras alianças perpetuados pelos seus interesses e os quais viriam a criar uma cultura mitológica, comum a todas as tribos ou clãs.

III) POPULAÇÃO CHINESA

Os Chineses só se estabeleceram em Timor, de forma significativa, no século XX, embora, no passado, tenham sido os primeiros mercadores estrangeiros, que mantiveram sempre uma pequena minoria implantada na ilha. As línguas chinesas são o Mandarim, Hakka e Cantonês (ou cantonense) ou dialetos destes. A sua origem foi sempre incerta, embora muitos tenham vindo de Taiwan (Formosa), de Hainan (Ainão) e, mais recentemente da Indonésia, após a Revolução de 1965.

Como comunidade, tradicionalmente hermética e homogénea, sempre mantiveram as suas escolas e templos, não se assimilando nem integrando noutras culturas, a não ser por necessidade. Em Timor, aprenderam os dialetos locais a fim de poderem mercadejar e para beneficiarem da Administração Portuguesa haviam aprendido alguns rudimentos de Português. A maioria dos chineses detinha já passaporte português, em 1973, embora muitos mantivessem uma segunda nacionalidade. Eles não pareciam ter perdido os seus vínculos à pátria mãe, pois que a maioria dos seus filhos, findos os estudos secundários, iam para Taiwan completar os estudos.

Podia ser estranho, mas nessa altura nunca encontrei nenhum chinês disposto a admitir ter vindo do continente (República Popular da China), mas dado que muitos foram mortos ou assassinados durante a Revolução indonésia de 1965, era talvez mais sensato manter o silêncio. Ter-se nascido na RPC era equivalente a ser-se comunista e isso era anátema.

Convém notar, a este propósito que a comunidade chinesa era vista com desdém e desconfiança, muitas vezes, até mesmo com hostilidade pelos timorenses. Isto devia-se ao facto de, em pouco tempo, terem obtido um estatuto económico privilegiado. Como entidade comercial, os chineses manipulavam todas as importações e exportações, exportando as suas poupanças. Desta forma, retiravam do mercado monetário interno a mais preciosa comodidade de Timor: dinheiro.

Todas as formas de hostilidade criam insegurança, a qual, por seu turno, cria medo do futuro e força as pessoas a planearem vias escapatórias para os dias que hão de vir, mantendo um ciclo que se perpetua: fazer dinheiro, poupar e exportar para o futuro lar no estrangeiro.

Embora sendo hostis para com os chineses, os timorenses não os confrontavam diretamente. Nunca se registaram cenas de pilhagem, incêndios, maus tratos como acontece frequentemente nas várias ilhas indonésias.

Os Timorenses queixam-se, mas simultaneamente admitem a sua ecodependência, aceitando como válvula de escape todas as hipóteses de promoverem um casamento entre as duas comunidades. Esta miscigenação surge quase imediatamente após a Revolução indonésia de 1965, quando alguns chineses refugiados da Indonésia viram no casamento com os timorenses, uma forma de legitimar a sua permanência em Timor-Leste.

Quando os acontecimentos vieram a ditar a saída de Timor, eles (chineses) estavam mais preparados do que qualquer outro para reiniciar vida noutra país. Nessa altura tinham já acumulado fundos suficientes para começar de novo.

Os Timorenses enfrentavam a sociedade de consumo para a qual haviam sido recentemente atraídos como uma forma de melhorarem o seu quotidiano. Os Chineses subordinavam todas as considerações presentes ao futuro, criando ou proporcionando meios de solucionar necessidades futuras.

Esta generalização da comunidade chinesa, como era vista pelos timorenses, pode parecer demasiado simplista e ajustada à discriminação que existe em cada um de nós, embora não seja correta. Mais de ¾ da comunidade chinesa de Timor-Leste era pobre. Muitos não passavam de meros empregados mal pagos no seio da comunidade chinesa. Outros ainda eram enfermeiros/as, funcionários públicos, condutores, carpinteiros ou apenas agricultores. Um pequeno número, de facto, havia casado com jovens locais e tinha cortado os laços umbilicais com a sociedade chinesa.

Como o Dr. J. Pestana Bastos, psicólogo em serviço no exército português, escreveu em 1974: "*Esta defesa dos direitos das minorias é nuclear na conceptualização da democracia.*"

Falando de minorias elas tendem a tornar-se maiorias em Timor-Leste: subnutrição, baixíssimo nível de padrões sanitários e analfabetismo. A doença, fome, pobreza e um certo espírito de abnegação, (ou deveríamos chamar-lhe 'abulia'?) podem ser facilmente descritas como os mais adequados adjetivos para classificar o povo timorense.

III) OS MUÇULMANOS (OU ÁRABES)

A comunidade islâmica centrada em Díli, com cerca de 500 elementos era outro grupo distinto. Extremamente hermética no que concerne ao casamento, fazia parte da seita Chaffi (Shafiiyah ²²) e descende dos antigos mercadores de Surabaya (Java) e Macassar (Ujungpadan nas Celebes Sul). Estabeleceram-se em Díli antes da 2ª Grande Guerra como comerciantes de tecidos e vestuário. Depois da Guerra são forçados a procurar novas formas de emprego como artesãos, agricultores, pescadores e funcionários públicos. Entre eles falavam Bahasa Malay (malaio)²³ embora a sua maioria se pudesse exprimir em Tétun e num Português limitado. Praticavam o culto islâmico numa pequena mesquita em Díli, onde mantinham uma escola. Usavam os seus nomes de origem árabe, se bem que algumas vezes eles estivessem já adulterados.

IV) OS GRUPOS TIMORENSES

Os Timorenses podem dividir-se em quatro grupos principais:

- a) os que dependem das estruturas hierárquicas tradicionais;
- b) os povos costeiros;
- c) os miscigenados;

d) os estudantes.

A) O GRUPO DE HIERARQUIA TRADICIONAL

Aqueles que dependem das estruturas hierárquicas tradicionais assentam numa base hereditária dupla: de sangue e apelido. As suas terras estão repartidas por diversos reinos cujos guerreiros perpetuam os laços e uniões entre a terra, Rei e servos.

Embora descendentes de grupos guerreiros tradicionais eles estiveram limitados desde o fim da 2ª Grande Guerra pelos conceitos da Administração Portuguesa de hierarquias nobres paralelas tais como existiam nas colónias africanas. Os reis eram nomeados mais numa base de fraternidade para com o colonizador do que pela sua ascendência nobre ou real.

A nobreza local e a realza subdividiu-se em três níveis distintos:

1. O primeiro descendia por via de sangue (de uma forma semelhante às monarquias europeias);
2. O segundo descendia por via da terra (herança de posse da terra); e o.
3. O terceiro descendia por via da espada (feitos militares, conquistas notáveis ou factos heroicos contra os inimigos do Rei ou do reino).

Quando as guerras tribais passaram de moda ou se limitaram a meras disputas de família, criou-se um certo vácuo. A Administração Portuguesa engenhosamente preenche esse vazio com as designadas "Tropas de 2ª Linha." Trata-se de uma organização militar quase paralela, inteiramente preenchida por quadros locais, com um uniforme distinto, mas com as patentes do exército normal (embora com um soldo simbólico que era alto para os padrões médios dos vencimentos locais paralelo).

Esta tropa atua com mais poderes que uma normal força de milícia e serve para dar corpo à presença portuguesa nos locais mais inóspitos. Para além disso impõem enorme respeito perante a população. Eles são os mais lídimos representantes dos Portugueses e têm agregado ao seu nome uma importante patente militar.

Eles tinham o poder de controlar a distribuição equitativa de víveres, detendo um poder notável e bem visível. Para muitos deles esta Tropa de 2ª Linha era uma honra, para além de lhes proporcionar uma promoção socioeconómica real.

B) OS POVOS COSTEIROS

Para o segundo grupo de timorenses, os povos da costa, os elos mais tradicionais e arcaicos de terra, Rei e espada nada significavam. Eles organizam-se numa estrutura nuclear quase igualitária, onde todos dependem dos frutos do mar para a sua sobrevivência. Seguindo linhas semelhantes às dos Aborígenes Australianos, estes povos costeiros têm na partilha mútua uma noção concetual fundamental da sua estrutura social.

Seguindo uma estrutura idêntica à dos tradicionais Aborígenes Australianos, estes povos costeiros tinham na partilha a sua principal noção concetual de estrutura social. O intercâmbio comercial com os restantes grupos timorenses era reduzido ao mínimo e só se efetuava depois de terem satisfeito todas as suas necessidades de subsistência. Eles são provavelmente descendentes de mareantes nómadas que se tornaram sedentários. Infelizmente pouco se sabe sobre estes povos e a maior parte dos historiadores nem sequer os menciona como uma entidade autónoma. Fáceis de acomodar, eles porém evitaram tradicionalmente casamentos mistos com outros grupos, não detendo jamais grande poder decisório na maior parte dos campos e da vida em Timor-Leste.

C) OS MISCIGENADOS

A origem mais comum dos Crioulos ou miscigenados é entre um homem Europeu e uma mulher Timorense (Bi Bére, Bui Bére ou Bére Bi). Será conveniente recordar que, de acordo com os conceitos tradicionais timorenses, os direitos legais ou judiciais em causa são diferentes consoante se trate de descendência materna - "fétossan" – ou paterna - "umane". Numa sociedade patriarcal não é difícil imaginar que uma pessoa descendente por via paterna é considerada 'superior' a outra descendente via materna!

Este terceiro grupo existe como entidade separada, sendo a sua atividade principal a agricultura, ou os lugares mais baixos do funcionalismo público. Comparados à média timorense, eles são extremamente competentes em termos de qualificações técnicas e profissionais.

Deles era esperado que se tornassem num tampão, entre a classe de poder predominante, os Portugueses, e os Timorenses, criando uma classe intermédia, que equivale em sociedades não coloniais a uma classe média. As suas hipóteses de promoção são muito limitadas dentro do esquema da administração colonial portuguesa. A sua tendência política era a de alinhar mais frequentemente com os portugueses do que com os seus pares, criando várias pressões sociais e económicas, que, no passado, provocou uma tendência generalizada de emigração para Portugal ou Austrália.

D) OS ESTUDANTES

O quarto grupo, embora temporário e de passagem, tem de ser considerado como pertencendo ao tecido social da sociedade timorense. Normalmente pertencendo ao mais alto escalão das pessoas nascidas localmente, logo após terem terminado os estudos secundários encontram um mercado de trabalho saturado. As opções em 1974 são emigrar – o que está vedado à maioria – ou ficar como uma nova elite educada suburbana e desempregada.

O sistema educacional em Timor é deveras fraudulento, dado criar enormes expectativas de promoção sociocultural que não poderão depois ser satisfeitas. O acesso a novos postos burocráticos é extremamente reduzido e estável, e o quase inexistente setor privado em termos de ocupações no setor de serviços, cria enormes pressões nas mulheres timorenses educadas, que frequentemente se sentiam impelidas para conseguir

num casamento com um Europeu, o bilhete de saída do desemprego perpétuo. Idêntico fenómeno, mas por razões distintas, ocorre em Macau.

V) OS EUROPEUS

Apenas outra minoria? De facto, representando apenas 0.2% da população de Timor, os Europeus eram distintos e separados de qualquer outro grupo. Eles detêm até 1975 todos os poderes como colonizadores. Sentimentos de hostilidade racial contra este grupo são mínimos, mas existem fatores de oposição vincada a nível socioeconómico.

O principal problema com a maioria destes Portugueses é a de virem para Timor apenas para cumprir uma comissão militar de dois anos, numa base de recrutamento de milicianos. Em finais de 1974, existem cerca de 2 500 homens e 500 mulheres, sendo a maioria composta de soldados, cabos, e sargentos com uma mera centena de oficiais.

Estes europeus podem ser agrupados em duas subentidades distintas: os oficiais de carreira e sargentos do exército português por um lado, e o pessoal miliciano, por outro, mas de qualquer forma existem traços comuns a ambos. Tais traços (negativos?) são:

- i) *O paternalismo de conotações coloniais e as suas ações psicossociais em relação aos nativos;*
- ii) *O excessivo protecionismo aplicado aos Timorenses como complexo de culpa, ou apenas, como desculpa por eles serem Timorenses;*
- iii) *A mútua falta de compreensão aliada a sentimentos de xenofobia e isolamento cultural;*
- iv) *A superioridade técnica e económica dos Europeus, erradamente considerada como prevalência cultural pelos militares portugueses;*
- v) *Um muito elevado poder de compra dos militares como fator inflacionário do progressivo pauperismo das populações locais;*
- vi) *Um pesado contributo para a saturação do mercado local de trabalho pela acumulação, não ética, de empregos paralelos, pelos militares e suas mulheres (professores nos colégios técnicos e liceus, como consultores e assessores noutros campos do funcionalismo públicos, etc.) com evidente desproteção dos locais;*
- vii) *O desnatural desequilíbrio dos sexos com uma pesada supremacia dos homens Europeus, criando tensões sociais e sexuais, e outras pressões sobre a população local;*
- viii) *A falta de uma razão lógica para haver tantos militares a lidarem com assuntos de segurança local e a falta de militares, em número suficiente, para afastar possíveis ameaças exteriores ao território.*

Outros residentes Portugueses incluem Europeus e Africanos em elevadas posições dentro da burocracia colonial. Se eles fossem, de facto, para lá de qualquer dúvida razoável, extremamente competentes ou indiscutivelmente necessários, poderiam ter sido mais bem aceites. Mas, na realidade, como os acontecimentos

viriam a provar, até 1975 eles apenas agravaram o ressentimento por parte dos Timorenses mais educados, aumentando o seu sentimento de minoria cultural dentro de um contexto colonial.

Os Cabo-verdianos e Indianos, embora ainda portugueses por nacionalidade colonial e em proporção numericamente irrelevante, sentiam-se superiores aos locais, criando entre si uma poderosa (mini) "casta." Eles estavam inseridos nas elites colonizadoras – e bem aceites – exercendo uma certa ascendência sobre os Timorenses, o que os tornava mais próximos dos colonizadores perpetuando um fosso entre os diferentes grupos étnicos. Eles eram aquilo que alguém denominou de "uma minoria muito destabilizadora".

O crescimento da população é extremamente rápido (e assim se manteve até 1975), sendo vulgar haver casais com dez ou mais filhos, imperturbados pela malária (paludismo crónico), tuberculose endémica, casos generalizados de gonorreia, lepra, e uma muito elevada taxa de mortalidade. Um flagelo eterno, como se poderia dizer, utilizando a descrição moral como *"um flagelo, especificamente uma incitação a necessidades sexuais anormais"* (Webster Comprehensive Dictionary, Encyclopaedic Edition, página 480, edição de 1982).

Outros poderiam implicar que o grande Josué de Castro poderia ter expandido consideravelmente o seu conhecimento da degradação humana por fatores económicos e sociais, se tivesse vivido em Timor-Leste. Josué de Castro, nascido no Recife, Brasil, autor do "Ciclo do caranguejo", era um muito controverso antropólogo que primeiro declarou que os caranguejos se alimentam dos dejetos humanos e que os homens se alimentam exclusivamente de caranguejos, assim explicando a miséria total das diferentes populações indígenas.

Timor tinha naquela época mais de 600 000 pessoas, pobres, doentes, subnutridas, padecendo de doenças várias e com uma muito alta taxa de mortalidade infantil. Insistiam em se reproduzirem sem constatarem que cada nova boca adicional significava menos uns quantos grãos de arroz para cada um. As crianças representavam uma espécie de Segurança Social, como um objetivo a atingir e não uma subordinação a meras inclinações sexuais. As crianças, de facto, nascem num ambiente extremamente carinhoso.

O Dr. Jorge Pestana Bastos no seu trabalho "Timor: Portugal e o futuro" alega: *"A instrução pública em Timor tem sido apenas uma fábrica de diplomados, cujos diplomas não criam empregos. É difícil depois de todo este mostruário não assumir uma qualquer atitude de desculpabilização. Fácil é atribuí-la ao regime apeado em 25 de abril, talvez até provavelmente justo, mas nunca será o suficiente. O problema é essencialmente político e só numa forma diretamente derivada, económico. Primeiro terá que vir a motivação, depois a promoção e só depois os serviços."*

CAPÍTULO II – O GOVERNO PORTUGUÊS EM TIMOR-LESTE

1. GOVERNADORES E GOVERNADOS.

Para quem viveu em Timor, lá sonhou e para aqueles outros que tenham conhecido a mais abandonada colônia do majestoso Império Português, a mera noção de independência – mesmo que meramente económica – assume foros de busca do Santo Graal. Com efeito, até bem depois dos incidentes de 1975, Timor era insuficiente em todas as áreas económicas. Timor não podia prover às suas necessidades e não era mais do que uma sociedade primitiva, se bem que complexa, vivendo numa atmosfera miniconsumista. Todos os vínculos estruturais estavam ausentes.

Seria incoerência total ou um mero reflexo das necessidades de um certo grupo minoritário? Totalmente olvidado das necessidades de mais de 600 mil almas? Abandonada durante séculos, a colônia só começa a padecer de ambições coloniais (e mesmo assim medíocres) no século XX. Durante séculos inexplorada, imperturbada em seus costumes primordiais irredutivelmente insubmissos, mas ‘não pacificada’ pelos sucessivos governos coloniais, Timor-Leste dependia apenas e exclusivamente de Portugal para sobreviver. Todos os erros estruturais da Administração Portuguesa acarretarão pesadas consequências no seu desenvolvimento.

Díli, arrasada durante a 2ª Grande Guerra, totalmente reconstruída em moldes europeus cresceu no vértice invertido da sua pirâmide, incapaz de subsistir. Com efeito, foi só depois de 1959 que a presença portuguesa na ilha se começa a expandir. Logo a seguir à revolta anticolonial desse ano, as autoridades aumentam o contingente militar para 2500 homens, números esses que se iriam manter até aos sangrentos dias de 1975. Trata-se de uma atitude tardia, simbólica, apenas uma tirada imperialista ou uma mera forma de preservar a fachada imperialista para *‘Indonésio ver’*? Para os militares portugueses estacionados em Timor nos anos 70, a situação é claramente semelhante à de Goa, Damão, Diu, e Nagar-a-vely (no fim da presença portuguesa na Índia em 1961). O equipamento não é suficiente para efeitos de defesa; o Quartel-general e restantes instalações militares são indefensáveis devido à sua localização em vales de exposição plena. Havia quem temesse, antes do 25 de abril, uma reedição do que se passara em Goa (1961).

Como recém-chegado não posso entender a falta de meios adequados de defesa. Os quartéis estão totalmente devassados a qualquer ataque inimigo e não dispõem de meios de artilharia próprios. Poderíamos ser tentados a pensar que estávamos a viver em Portugal, onde já não existem ameaças externas desde há muito, mas aqui estávamos em pleno Timor Português, mesmo ao lado da Indonésia, um perigoso vizinho e todos os nossos aquartelamentos são alvos de barracas de tiro. Felizmente, eu era apenas um miliciano dos Serviços de Intendência e não um profissional de armas; senão ter-me-ia amedrontado. Contudo, sendo também um jornalista, naqueles dias, era uma ocupação perigosa. Mesmo sem se ter feito, naquela época qualquer investigação científica, podiam sentir-se os crescentes sentimentos anti-indonésios e com a crescente debilidade da Administração Portuguesa não havia motivos para grandes sossegos.

O poder local estava nas mãos de um Governador simples, com limitados atributos (ele não era sequer um Governador-Geral): dependia do Poder Central estabelecido em Lisboa e era apoiado por uma Junta (Assembleia) Provincial Consultiva e uma Assembleia Legislativa. Estas eram as designadas entidades representativas orgânicas ou estatutárias. A sua representatividade em termos de eleitorado era nula: o Governador nomeava 11 dos 21 membros, os restantes dez (10) eram escolhidos pelos órgãos administrativos e coletivos que representavam as entidades comerciais e industriais do território.

A Junta Consultiva tinha 12 membros, 8 eleitos pelos tais órgãos e 4 vogais natos. Ninguém esperava destes 'eleitos' se não uma assembleia ratificadora de decisões, previamente tomadas e acordadas, pois a sua presença só se justificava para a manutenção do 'status quo'.

Com a administração local dividida em distritos, concelhos, municípios e aldeias, a maior parte das vezes, a promoção de uma aldeia a uma classificação superior dependia apenas das ligações políticas que os seus chefes tinham com o poder provincial.

O principal elo entre a Administração Portuguesa e as massas era feita através do "Régulo" e/ou Administrador Civil. Não nos esqueçamos que antes da 2ª Grande Guerra, o 'Régulo' era onipotente e todos dependiam dele. Perpetuar na população local o culto pela autoridade onipotente do Régulo era uma forma de legitimar a Administração Portuguesa depois da Guerra. Os "Régulos" passaram a ser impostos aos nativos sem terem uma base real ou nobre autêntica (mas com uma profunda lealdade a Portugal).

Se os compararmos às artificialmente impostas 'Tropas de 2ª linha' não é difícil entender como essa é a forma de legitimar uma situação 'de facto'. Também não podemos deixar de reparar a forma engenhosa e astuta como a administração cativava a boa vontade e dedicação dos Timorenses, através deste esquema. Por um lado, mantinha-os ocupados, por outro sob um certo manto de responsabilidades oferecia-lhes um poder de compra superior ao da média. Utilizando os métodos bem tradicionais de aceitação da sagrada hierarquia tradicional, eles são mobilizados e conduzidos docilmente.

Os timorenses (tropas de 2ª linha) tinham de efetuar todas as tarefas que os europeus não queriam: abrir picadas no mato, construir instalações militares em zonas fronteiriças quase inacessíveis, manter transitáveis caminhos de montanha, policiar os postos de fronteira perigosos e totalmente isolados, sem o mínimo de meios. A recompensa era meramente simbólica, enquanto um Alferes ou Tenente europeu ganhava o então equivalente a AUD \$ 550.00 (13 750\$00) isento de impostos por mês, um Tenente de 2ª Linha ganhava AUD \$15.00 dólares (375\$00) isento de impostos. O salário médio era então inferior a dez dólares australianos mensais (250\$00) para os nativos, embora nas cidades principais (Dili e Baucau) um 'mainato' em serviço doméstico pudesse auferir até \$20.00 dólares (500\$00) por mês com acomodação gratuita. Esta era, no entanto, a exceção para os poucos privilegiados que podiam ganhar tanto.

2. HIERARQUIA ADMINISTRATIVA E REALINHAMENTO DE ELITES

No cume da hierarquia institucional temos um direto representante do poder colonial. O Governador, como plenipotenciário, mandatado por Lisboa está apenas limitado pela orientação político-administrativa do estado colonizador. Como seu fiel executor, ele controla e comanda os mecanismos restritos do Politburo, nomeando e substituindo por fiéis seguidores todos os Chefes de Departamento, para que estes possam, de forma capaz, perpetuar os princípios básicos do colonialismo. Nesta estrutura piramidal, espera-se e aceita-se que alguns nativos possam ser empregues como funcionários de base, desde que apropriadamente guiados e indoutinados pelos seus superiores hierárquicos.

Estes elementos locais devem ocupar os mais baixos postos da máquina administrativa, poupando recursos consideráveis a Portugal, que, de outra forma, teriam de ser gastos para trazer pessoal de Portugal. A este nível, parecia provado, que as pessoas trazidas de Portugal tinham tendência para se revelarem rapidamente mais espertas do que convinha a quem estava fora do seu ambiente natural, tornando-se muitas vezes, num obstáculo a uma linear ordem de comando hierárquico. A mais pequena parte de ação é, assim, deixada para o colonizado. De uma forma perversa e pervertida o colonizador reformula a estrutura original socioeconómica do colonizado. A subsequente emulação, causada pela profunda necessidade de ser promovido socialmente dentre as fileiras do colonizador, é a pedra de toque de que o poder colonizador carece para promover a absorção e assimilação dos seus valores por parte dos nativos.

As elites iniciais, baseadas em valores ancestrais, passam a dar o seu lugar a novos grupos com valores assentes no dinheiro (ou poder económico) e na posição social dentro da hierarquia administrativa. Estas novas elites consideram-se superiores às ancestrais, tendendo a não reverenciar e menosprezar estas e consequentemente os seus valores tradicionais. Este ciclo repetitivo permite que a superioridade das novas castas sociais mantenha oprimidos os restantes grupos locais, dando corpo à parte mais odiosa do colonizador: a falta de preocupação ou respeito pelas estruturas nativas estabelecidas secularmente e seus valores. Um sistema totalmente centralizado, como este, em que os poderes - legislativo, executivo e judicial - não permitem concessões a outras culturas, cria, de facto, um monopólio virtual de cultura, ciência, economia e tecnologia.

Os Portugueses Europeus, inseridos num sistema alienante como este impedem qualquer possibilidade de reestruturação ou a introdução de valores externos aos seus. Os militares, como garantes da hierarquia institucionalizada, agem paralelamente a esta. O exército com os seus cerca de 2 500 homens, espalhados por diversos pontos do território em condições bem precárias, na sua maior parte, não têm vocação para interagir em situações de ordem material e espiritual. Isolados e insulados, os militares encontram-se num estado quase catatónico, com uma profunda falta de motivação em termos intelectuais e políticos. O Exército Português carece de qualquer objetivo para permanecer em Timor, se bem que se dedique a suprir a falta de pessoal com o recrutamento a nível de praças e cabos locais.

Quem poderá culpar os Timorenses de se quererem juntar à tropa portuguesa consabidos que são os baixos níveis de vida locais? Ali, encontram melhor alimentação, vestuário adequado, habitação, e para além disso ainda têm um vencimento capaz. Eles nem se dão conta de como rapidamente se transformam noutra elite incipiente. Divididos entre lealdades contraditórias, os timorenses observam sem compreenderem na

totalidade que a sua comunidade está dividida pela criação artificial de novas condições socioeconómicas. Em sociedades híper-heterogéneas, o processo utilizado pelo colonizador é o de transferir – pelo menos aparentemente – o papel de explorador para o explorado. Esta transferência proporciona apoio humano e moral ao opressor, mesmo que disso resultem pressões renovadas e o reavivar de tensões sociais ancestrais.

Estes grupos elitistas recém-formados começam a perder os seus laços com as características ancestrais, lentamente adquirindo elos mais próprios do colonizador. Como António Rola escrevia no seu livro “Pensar Timor, Hoje”: *“Ideologicamente conquistadas aquelas elites a entidade dialética binomial: EXPLORAÇÃO + OPRESSÃO & POBREZA SUBJUGADA + REVOLTA é falaciosamente despoletada.”*

De forma sumária podemos analisar a estrutura social de Timor:

- *Uma degradação e sistemática com violação das relações consuetudinárias judiciais e para-judiciais.*
- *A dissolução das estruturas organizacionais políticas e judiciais, devida à sobreposição (superimposição²⁴) de normas e regras incompatíveis com a estrutura tradicional que as mantém.*
- *A imposição externa de normas legais originárias de uma cultura alheia e estrangeira.*
- *A drástica criação e implantação de uma nova estratificação social, conjuntamente com novas elites, rejeitando o tecido básico tradicional da sociedade timorense, para preservação da exploração colonial.*

Estas premissas conduziram a:

- ☐ *Um desfasamento total, alheamento e dissociação dos indivíduos em relação às instituições (fossem elas tradicionais ou coloniais);*
- ☐ *Um processo alienante e despersonalizador, em que as pessoas se sentem incapazes de proporcionar uma resposta racional e coletiva (ou até mesmo individual) aos desafios do futuro. A inércia e a apatia caracterizam esta fase do processo.*
- ☐ *A retirada contínua e profunda de novas gerações dos valores tradicionais, históricos e sociais que mantinham coeso o tecido da civilização timorense, acompanhada da falta de legitimidade da autoridade tradicional estabelecida (Régulos, Liurais, etc.).*

Todos os pontos de rutura estão já presentes neste estágio, Timor necessita de um catalisador capaz de provocar a reação química que altere a ‘Nova Ordem’, seja ela uma alteração da regra colonial portuguesa (como viria a acontecer), uma rebelião do tipo da de Uato-Lari em 1959 ou qualquer acontecimento internacional. Todos estes se viriam a concretizar, infelizmente sem propiciarem a resposta necessária para a civilização timorense se impor.

CAPÍTULO III - O BARRIL DE PÓLVORA

1. 1973, MÊS A MÊS: UM DIÁRIO DE EVENTOS EM RETROSPETIVA: um ano antes da Revolução

I) JANEIRO

O ano começa com mais uma praga de gafanhotos e lagartos em Oé-cusse, imediatamente seguida por enormes inundações que destroem estradas, postos telegráficos, habitações e, surpreendentemente, a recém-construída Ponte "Alberto Correia" no Manatuto, na Nacional #1 Baucau - Díli.

A única nota positiva destes dois primeiros meses foi a inauguração do circuito radiotelefónico Díli - Lisboa, operado pela Marconi. Timor está finalmente em contacto com o mundo exterior, ou pelo menos, com a capital colonial Lisboa.

II) MARÇO

Março invade Díli e o seu aeroporto com chuvas torrenciais. A crise alimentar entra em escalada dramática, dos principais bens essenciais. O governo é forçado a impor preços subsidiados para alguns deles: arroz, óleo alimentar, batata, feijão, etc.

É nomeada uma Comissão de Inquérito para investigar o colapso total da recém-construída ponte do Manatuto (como os resultados nunca foram divulgados, isso levou a alegações de corrupção e suborno).

III) ABRIL

Em abril, Timor assiste à tomada de posse do novo líder da ANP²⁵ como Secretário Provincial. O nomeado, Dr. Félix Correia, era um influente mediador político local, além de acumular as funções de Chefe do departamento de Educação pelo que não perdeu tempo a impor e pôr em prática o seu ideário político colonial.

IV) MAIO I

Em maio assiste-se a um novo mistério típico de Timor²⁶, quando o navio Arbirú deixa Díli dia 28 rumo a Hong Kong, Macau e Banguecoque e subitamente desaparece dos mares sem deixar vestígios. Com a cooperação internacional, extensas buscas são feitas pelas marinhas da Indonésia, Filipinas e Malásia, mas sem resultados! Umas semanas mais tarde, um único sobrevivente é recolhido em circunstâncias pouco críveis. Como sobreviveu no alto mar, infestado por tubarões e sem alimentos, permanecerá para sempre um mistério. Depois de chegar a Díli descreve com implausível detalhe as suas experiências de naufrago, deixando mais perguntas sem resposta do que aquilo a que responde. As conjecturas, então feitas, merecem apenas um vago comunicado oficial. Embora se tratasse de um cargueiro, naquela viagem transportava cerca de vinte passageiros civis, na sua maioria mulheres de oficiais do exército e senhora da alta sociedade local. Depois de inquirido localmente, o sobrevivente foi transferido para Lisboa para mais interrogatórios. Desconheço se alguma vez regressou a

Timor. Dois anos mais tarde, começaram a surgir rumores de que alguns viúvos estariam a receber mensagens das esposas desaparecidas, mas nenhum deles estava disposto a discutir o assunto ou especular sobre o mesmo. Outro tabu!

V) MAIO II

Ainda durante maio, o novo Chefe da Repartição de Economia, Dr. Henrique Chagas de Jesus tomou posse daquele que viria a ser o capítulo mais inflacionado da economia timorense. Os custos aumentando em espiral provocaram alarme generalizado. Em pleno apogeu da crise, a total incompetência do Dr. Jesus é acrescida por doses adicionais de medidas de improvisação. O arroz apodrece na região do Suai (Costa Sul) e carregamentos de urgência são importados de Singapura e Austrália a preços dez vezes superiores.

VI) JUNHO

Durante este ano pleno de acontecimentos nefastos, junho assiste a outro capítulo na lenta expansão dos laços de Timor com o mundo exterior: a Indonésia finalmente autoriza o Governo de Portugal a utilizar a pequena companhia de aviação local 'TAT' ("Transportes Aéreos de Timor") em voos bissemanais entre Díli e Cupão (Kupang) (capital de Timor Indonésio). Os primeiros dois aviões utilizados são Hawker Siddeley, bimotores com oito lugares.

Também os elos de telecomunicações se expandem durante esse mês, com acesso direto via radiotelefone a Taipé (Formosa/Taiwan), Austrália e Cupão (Kupang, Timor Ocidental).

VII) JULHO

Em julho mais uma posição do executivo é preenchida quando o, então, Major Maggiolo Gouveia toma posse como Comissário Chefe da P.S.P. Mais tarde, ele voltará a estar em foco durante o curto período de guerra civil.

Um barquito da Marinha, pomposamente batizado "Lancha Tibar," é lançado às águas calmas do mar de Wetar Banda. Infelizmente, como meteu imensa água na viagem inaugural, ficou condenado a passar mais tempo na doca do que no mar.

O líder da ANP, e membro do Parlamento, inicia a sua campanha política com uma mobilização maciça de gente. Ele apoia incondicionalmente a política ultramarina do Dr. Marcello Caetano, então Primeiro-ministro de Portugal.

Centenas de timorenses tomam parte, com representantes de cada Régulo, Liurai e Chefe de Suco, em parada pelas ruas de Díli acompanhando as tradicionais 'Companhias de Moradores'. Estas eram compostas por grupos de cerca de 50 pessoas chefiadas por um dos mais respeitados líderes de cada vila e aldeia (os Katuas) que detinha a honra de ser o porta-estandarte.

Em ocasiões destas os anciãos asseguravam a demonstração pública do seu respeito e veneração pela bandeira, utilizando todos os pendões existentes, do azul e branco do último Rei dinástico, D. Manuel II (assassinado em 1910) aos grenás e verdes da República.

Qualquer solicitação à sua presença sob o nome de Portugal provocava aquelas demonstrações, que na época muita gente considerava patrióticas. Para muita gente, porém, não passavam de representações animistas idólatras em relação ao símbolo bandeira. Para os políticos locais, estas manifestações públicas eram amplamente filmadas (em Super-8) e fotografadas (ainda não existia vídeo) onde se convertiam rapidamente em prova irrefutável do Portuguesismo dos nativos.

VIII) AGOSTO

Em agosto, efetua-se a 1ª regata Oceânica Darwin - Díli com mais de 20 veleiros. Este evento náutico coincide com uma peregrinação de ex-militares Australianos ao Memorial Dare. Um austero tributo à valentia dos ANZAC's²⁷ durante a ocupação Japonesa de Timor, o "Memorial de Dare" situa-se a cerca de meia hora de Díli, no topo da mais alta colina do planalto costeiro, onde se pode observar a bela e majestosa Baía de Díli e algumas das ilhas circundantes de Timor. De acordo com as lendas locais foi utilizado como posto de observação vital pelos ANZAC's.

IX) SETEMBRO

Setembro desvanece-se no esquecimento sem que se concretizem os laços aéreos regulares entre Lisboa e Díli, via Indonésia. Estes voos atribuídos à transportadora aérea nacional "Transportes Aéreos de Portugal (TAP) ", o monopólio estatal de viagens aéreas, acabariam por nunca se concretizar.

X) OUTUBRO

Em outubro outra posição cimeira da hierarquia é preenchida. O Comandante da Defesa Naval Capitão Tenente Leiria Pinto é o novo homem que tem a seu cargo uma marinha inexistente. Também durante este mês, dois deputados pelo círculo eleitoral de Timor são eleitos: general Themudo Barata e Mário Viegas Carrascalão. O primeiro é um político de carreira que uma vez esteve em comissão de serviço em Timor, o outro um agrónomo local com uma licenciatura portuguesa e enormes ambições políticas de se tornar líder político local.

XI) NOVEMBRO

Durante a primeira sessão da Assembleia Nacional (Parlamento) em Lisboa, em meados de novembro, os novos deputados por Timor propõem uma medida tristemente recebida: a imposição de severo racionamento do consumo de gasolina. Os poucos particulares, donos de viaturas, passam a dispor apenas de um galão por semana (aprox. 4 ½ litros). Por seu turno, os militares não necessitam de impor restrição alguma dada a sua melhor gestão de recursos.

2. 1974: UMA NOVA ERA

I. JANEIRO - UM ENFANT TERRIBLE.

José Ramos Horta elogia a nova taxa de alfabetização de 80% anunciada pelo Dr. Félix Correia, Chefe do Departamento Provincial de Educação, manifestando a sua convicção de que todas as crianças timorenses têm de ser capazes de ler e escrever para que seja significativa a presença portuguesa em Timor. Ramos Horta, mais tarde um líder revolucionário da Fretilin era então um nativo prestando serviço militar como cabo na redação do jornal local "A Voz de Timor."

Um autodidata ou self-made man, graças a um enorme esforço de assimilação política e cultural, Horta era então conhecido como um "enfant terrible" local que havia decidido assaltar a sentinela de guarda ao Quartel-general. Ao ser interrogado, defende-se afirmando *"só querer provar que a segurança militar e as estruturas de defesa eram ineficientes"*.

Esta afirmação insólita permitiu a Horta uma boa publicidade local, sem ser julgado por alta traição nem submetido a tribunal marcial por aquele ato. Publicamente algumas pessoas condenaram o seu ato irresponsável e interrogaram-se sobre a sua imunidade. O Governador Cor, Aldeia regularmente incentivava jovens timorenses a afirmarem-se.

No fim de janeiro, o Governador propõe ao Governo Central em Lisboa, a conversão de Díli num porto franco como forma de solucionar alguns problemas estruturais da economia local. Apesar de não se tratar de uma ideia nova ou inovadora, o Governo Central nunca a considerou viável, talvez atemorizado que as influências externas criadas pela existência de um porto franco pudessem corromper e corroer os valores morais da sociedade local. Seria difícil encontrar um exemplo mais típico de paternalismo colonial.

O autor da ideia original fora um enérgico Oficial do exército português, que estivera em Timor na década de 60 e quisera emular o sucesso de Hong Kong e Singapura, como forma de provocar o desenvolvimento de Timor. A principal razão para o fracasso da proposta foi, no entanto, a falta de interesse em investir os enormes montantes necessários para equipar a colónia com as infraestruturas necessárias para ser uma zona franca.

O Governador declarava, entretanto, que *"as subidas de 40% no custo de gasolina e da energia elétrica,"* esta alimentada em Díli por vorazes geradores Diesel, e causadoras de enormes subidas inflacionárias nos preços de bens alimentares *"era o resultado de forças de mercado internacionais das quais Timor não podia escapar."* Alves Aldeia acrescenta ainda, meio saudoso e lastimoso: *"Proclamam que o povo de Timor é guerreiro, destinado às armas, mas ninguém está disposto a seguir uma carreira militar, mesmo sendo esta muito gratificante para alguns."* Uns anos mais tarde, uma carreira de armas tornar-se-ia no modo de vida para muitos dos que o escutavam.

Entretanto, num gesto há muito esperado de reconhecimento público, as autoridades em Lisboa atribuem o título de Cavaleiro da Ordem do Império ao Régulo de Maubara, Dom Gaspar Nunes, um reconhecido herói da 2ª Grande Guerra.

Em Díli acontecia o impossível, uma greve no “Galódromo Municipal de Díli” marcando o descontentamento popular contra um novo imposto sobre lutas de galos. Ramos Horta escrevia: *“A luta de galos é um hábito que faz parte da própria personalidade e cultura do Timorense, sempre retratado de catana e galo (de combate) debaixo do braço.”*

II. FEVEREIRO: HORTA ATACA DE NOVO

Com o alarido típico de grandes acontecimentos em sítios pequenos, Sir Leslie Thiess e Don Gills chegam a Timor. Estes milionários australianos pretendiam investir 16 milhões de dólares em três hotéis, com uma capacidade combinada de 400 camas. Aquela cadeia hoteleira teria um Hotel em Díli (170 camas), outro em Baucau (110) e um terceiro em Maubisse (120). Durante a sua estadia aqueles investidores contactaram alguns timorenses que iriam frequentar Cursos de Indústria Hoteleira na Austrália. Esta notícia caiu como uma bomba agitando a ilha e induzindo a maior parte dos nativos a sonharem acordados com o futuro na indústria hoteleira.

Para se compreender melhor a falta de estruturas básicas que constituía o quotidiano da vida em Timor lembremos também que foi nesse mês que abriu a delegação local de uma agência seguradora: a primeira no território.

Durante o mês Ramos Horta causa mais alarido. Numa entrevista concedida ao jornal de Darwin “The Northern Territory News,” sob o título “Aumentam as várias tensões em Timor,” Horta comenta a incapacidade da Administração Portuguesa para entender os Timorenses, que estão atrasados nas áreas da educação, oportunidades profissionais e esperança de futuro. Quando aquela edição chega a Timor a oito de fevereiro, o entrevistado tem de publicar um desmentido público da entrevista, que será curioso recordar aqui:

- *“Nessa pseudoentrevista, atribuem-se-me declarações de certa gravidade e comprometedoras, as quais não correspondem à verdade.*
- *“Era natural tal interesse sobre Timor num momento em que o atual Governo Australiano segue uma linha dura para com Portugal, abertamente na O.N.U.*
- *Todavia, recusei-me a conceder qualquer entrevista... decidi ceder a título devolutivo um trabalho que estava a elaborar, sugeri a Ken White que através desse meu trabalho fizesse um condensado e publicá-lo em seu nome. Esse trabalho deveria ser publicado no ‘The Australian’ e seria uma resposta aos ataques que o governo de (Gough) Whitlam tem lançado contra Portugal na O.N.U. e seria um esclarecimento à opinião pública australiana sobre a realidade da política portuguesa.*
- *“Agi de boa-fé, confiado na honestidade, isenção e sentido de dever dum camarada de informação [sic]. Períodos retirados aqui e acolá sem qualquer sequência lógica. E eis como um trabalho sério e objetivo, em que o articulista procura defender com a verdade uma política justa e humana, aceite pela grande maioria do povo aparece completamente falseada.”*
- *“A verdade é que não professo quaisquer ideias contrárias à integridade da nação portuguesa e não poderia tomar outra atitude que não fosse a defesa intransigente da presença portuguesa no ultramar.”*

Assim falava Horta sobre a entrevista que dera à Austrália, mas que tão veementemente negava em Timor com uma afirmação de fé patrioteira tão ao gosto marcelista. Uns dias mais tarde era anunciado que Horta havia sido finalmente aceite para frequentar o Royal Melbourne Institute of Technology (Instituto de Tecnologia). Ali, iria frequentar um curso de jornalismo com a duração de quatro anos com especialização em Negócios Estrangeiros, o que nunca chegou a concretizar-se devido à posterior guerra civil.

A 26 de fevereiro completavam-se dois anos do reinado Aldeia, os quais foram celebrados com as tradicionais marchas e paradas das “Companhias de Moradores,” “Mocidade Portuguesa”²⁸ e crianças das escolas primárias. Mais uma cerimónia para acenar bandeiras.

Dois dias mais tarde, o Governador de Timor Indonésio, Coronel El-Tari, Comandante-em-Chefe de Nusa Tenggara Timur (região indonésia de Timor Oriental) visita oficialmente Díli pela primeira vez. Trata-se da primeira visita do género desde 1967, e a segunda para El-Tari, um seguidor fiel de Suharto, detentor daquele posto desde o abortado golpe de estado comunista de 1965.

III. MARÇO, UM MÊS PREDESTINADO.

A onze de março, e sem qualquer pré-aviso, o Governador Alves Aldeia deixa o território rumo a Portugal para *“expor os problemas de maior impacto [ao Governo de Lisboa] na promoção socioeconómica do povo timorense, considerada prioritária em relação a todos os demais.”*

A dezasseis de março, na pequena vila das Caldas da Rainha em Portugal, um grupo de oficiais do exército tenta, sem sucesso, arrebatar o poder ao Dr. Marcello Caetano, então Primeiro-ministro, que sucedera a Salazar, como perpetuador da ditadura, sob um manto de abertura política designada como ‘primavera política’. Sobre o abortado ‘Golpe das Caldas’ nada transpira até mais tarde.

Em 26 de março, o Governo Australiano apresenta um protesto formal ao governo português pela concessão por Lisboa dos direitos de prospeção de petróleo à companhia norte-americana “Oceanic.” A área em contencioso tinha cerca de 23,000, milhas quadradas (59,565 km²) e, de acordo com a reivindicação australiana, continha partes já sob a concessão dada à companhia australiana Woodside-Burmah Oil. Para além disso, de acordo com a Nota Oficial de Protesto, do governo de Camberra, outras áreas da zona de concessão da Oceanic faziam parte de uma área que estava a ser negociada entre a Indonésia e a Austrália para perfurações de prospeção.

De facto, um terço da área concedida à Oceanic era um enclave entre plataformas *offshore* já projetadas, e cedidas por concessão à australiana Woodside-Burmah. Entretanto, em Camberra, o embaixador português, Dr. Mello Gouveia apresentava ao Governo Australiano uma Nota Oficial [de Protesto] onde o seu Governo declarava *“não poder reconhecer a reclamação australiana, por não haver legislação suplementar entre os dois países, ambos signatários do Tratado de 1954 (Convenção Internacional sobre Fronteiras Marítimas).”*

Gough Whitlam reagiu energicamente a esta Nota, numa Conferência de Imprensa, em que afirmava: *“O Governo Australiano tem o direito de defender os recursos naturais do país que estão a ser postos em questão no Mar de Timor.”*²⁹ Esta confrontação sobre o dossiê petróleo vai, em breve, passar a segundo lugar face às gravíssimas crises constitucionais em ambos os países.

Uma controvérsia sobre Educação abala Timor, com o Dr. Félix Silva Correia, representante da ANP ³⁰ em Timor e Chefe da Repartição dos Serviços Provinciais de Educação, reagindo iradamente contra observações críticas às estruturas da Educação e alegados aumentos de alfabetização. O jornal local “A Voz de Timor” publica, em 19 de março, um suplemento especial dedicado à Educação e, inclui uma entrevista autoelegiaca do Dr. Félix Correia. Os editoriais denunciam as falsas estatísticas e apresentam propostas para melhorar o nível de ensino e de alfabetização. Em vez de aceitar os dados estatísticos oficiais de 80% de alfabetização o autor avança com o mesmo número, mas representando o analfabetismo.

No mesmo número, publicava-se um artigo (‘Educação e Autonomia’) com algumas décadas de um autor português proscrito, António Sérgio (recorde-se que este autor era tabu antes do 25 de abril), mas este não motivou comentários, se bem que devesse ter sido banido de publicação. Incoerência dos censores ou mera e flagrante ignorância?

De imediato, a máquina política manipulada pelo Dr. Correia inicia um coro de protestos de apoio à Educação, na sua maioria assinados em cartas à Redação pelos mais representativos líderes locais e funcionários públicos. O autor é submetido a um inquérito oficial liderado pelo Governador interino. Alguns professores, irritados pelas acusações, que consideram difamatórias, exigem uma reparação. As pessoas em Timor vivem os últimos dias do decrépito Estado Novo³¹ e nem sequer se dão conta disso.

Curiosamente, Ramos Horta escreve editoriais a apoiar Félix Correia. O autor de “Educação – Um Suplemento Especial” e Editor Chefe do jornal é suspenso. Sendo um Oficial miliciano está sujeito aos regulamentos e normas militares, devendo assim enfrentar a justiça militar pelo seu crime. Esta atitude repressiva dos militares causa uma greve simbólica (de braços caídos) dos Serviços da Imprensa Nacional onde o jornal era feito. O Governador interino impõe profundos controlos no jornal depois daquele danoso desaire e o autor fica impedido de se expressar publicamente ou de apresentar a sua defesa. Esta polémica controvérsia arrasta-se até abril.

Entretanto, como Chefe Interino do Batalhão de Serviços de Intendência, responsável por todos os víveres e combustíveis em todas as unidades militares do território, o autor consegue ver aprovado um novo sistema de utilização de gasolina. Pela primeira vez, os soldados e os cabos (os mais desfavorecidos economicamente) passam a ter direito a obter artigos de consumo para uso pessoal, tal como já acontecia com os restantes militares. Crê-se que o Comandante Militar Interino, Tenente-coronel Mário Dente, assinou o despacho com o novo sistema sem se dar conta da sua latitude.

Nesse mesmo dia, 5 de abril, e como resultado da ação do novo sistema, outra controvérsia surgia: as autoridades civis exigem que o governo intervenha e cancele o sistema. Convém referir que os civis estavam já sujeitos a restritas medidas de racionamento de gasolina desde dezembro 1973, enquanto os militares tinham estoques à sua disposição para um consumo máximo até dezoito meses.

A situação entre civis e militares é tensa. As chefias militares estão temerosas de agir em vésperas da chegada do Governador e Comandante-em-Chefe. O próprio Governador, Coronel Aldeia nomeara o autor para tomar conta do jornal.

Ainda na célebre edição de 19 de março, o autor publicara uma colagem com alusões à falhada rebelião das Caldas da Rainha. Incluía-se também uma menção ao controverso livro "Portugal e o Futuro" pelo, então General Spínola (que, em breve seria novo Presidente de Portugal), e o apoio que tal livro recebera nas Nações Unidas. Outros editoriais naquele número histórico abordavam os problemas que poderiam estar por detrás e ter provocado o Golpe das Caldas, seus precedentes e possíveis implicações futuras. Nada disto fora censurado e o seu sucesso foi tal que obrigou, pela primeira vez na história do jornal a fazer uma reedição...

IV. ABRIL, A REVOLUÇÃO DAS FLORES.

O Governador Aldeia retorna a Timor a 19 de abril. Logo após a sua chegada ao aeroporto pronuncia o seu mais virulento discurso, para espanto dos locais. Negando qualquer representatividade ao denominado "Movimento dos Capitães," Aldeia salienta que *"o abortado Movimento das Caldas foi severamente reprimido, e não encontrou qualquer eco ou apoio em todas as camadas, inclusive as militares."*

Classificando de 'traidores' os Capitães envolvidos, Aldeia, neste discurso, diz ainda da alegria que sentia (em nome dos timorenses), ao ver satisfeitas todas as propostas apresentadas ao Governo Central, abrindo caminho a uma nova era de prosperidade para Timor: *"Falando em nome de todos os Timorenses, tenho o prazer e a alegria de vos dizer que o Governo de Lisboa está satisfeito por poder ajudar o fiel povo de Timor, que durante tantos séculos tem sido tão fortemente Português."*

Este discurso, o mais político de todos os que Aldeia fez marcou uma viragem do seu estilo habitual, de sobriedade política. Houve quem especulasse que ele estaria a aproveitar-se dos últimos acontecimentos durante a sua estadia em Portugal. Pouco tempo demoraria a que Aldeia e o seu discurso fossem votados ao esquecimento total lá no terreno político donde raramente se regressa. De facto, o seu melhor discurso marcou o princípio e o fim das suas aspirações políticas.

Em 27 de abril, por sua ordem direta, executada pelo seu Secretário pessoal, Dr. J. J. Thomás Gomes, a composição deste seu discurso era retirada da Imprensa Nacional e a gravação do mesmo era retirada da estação local de radiodifusão ERT (Emissora de Radiodifusão de Timor.) O discurso quer no seu registo magnético, quer na sua transcrição escrita são, deveras, comprometedores, em termos do 25 de abril em Portugal. Assim começou o que alguns denominaram, como "Aldeiagate."

Embora Timor não dispusesse de telex, desde o ano anterior dispunha já de contactos radiotelefónicos com o mundo exterior. Assim, quando a Revolução dos Cravos aconteceu em 25 de abril houve quem recebesse a notícia via telefone. Depois disso, era só uma questão de perder algum tempo agarrado aos rádios de ondas curtas ...

Era hora de jantar e o autor estava de Oficial (Ajudante) de Dia no Quartel-general. O idoso Oficial de Dia já estava há muito a olhar para o seu umbigo, depois da sua rodada habitual. O operador da Telecom local, a Rádio Marconi, ligou a dizer que o autor ia ter uma chamada telefónica uma hora depois. Chamou o condutor de serviço ligar o Jeep e passados quinze minutos estava em Díli, ansiosamente esperando 'a chamada'. Pressente o autor tratar-se de algo muito importante, pois já havia anteriormente acordado com a família que só haveria telefonemas em caso de emergência. Já havia muito que confirmara que toda a correspondência era sujeita a censura prévia e as chamadas gravadas

Sem perder tempo, o autor pede ao condutor para passar por casa, onde comunica aos colegas de habitação (o cirurgião Prata Dias e Proença de Oliveira, um dos chefes da Repartição dos Serviços de Agricultura) o que ouvira. Pede-lhes o máximo sigilo, liga a rádio de 'ondas curtas' e regressa ao Q.G. onde anota no relatório que nada havia a assinalar da 'ronda' pela cidade. Durante o resto da noite, escuta avidamente os noticiários da BBC, Rádio Austrália e toda uma série de emissoras (até ouvir a Rádio Paquistão, pela primeira vez).

Na manhã seguinte, o camarada Freitas, que ia render o autor, pergunta se havia novidades de Portugal. Sem confiar em ninguém depois do que se passara com a controvérsia no jornal no mês anterior, responde-lhe: *"Nada, que esperavas?"*

Os dias que se seguem são caóticos, com toda a espécie de rumores a circular e um generalizado sentimento de incredulidade pelos acontecimentos. Quando as novas de que o Governador tinha mandado apreender a gravação e a versão impressa do seu discurso, a maior parte das pessoas convenceu-se de que a 'Revolução dos Cravos' não era já fruto da imaginação. Os dias passam, e o oportunismo camaleónico é avassalador: do dia para a noite todos são revolucionários.

A necessária e esperada demissão do Governador Alves Aldeia começa a demorar mais do que as pessoas haviam esperado. Torna-se necessário que ele entregue a sua carta de demissão depois do já famoso discurso em que ele, de forma obstinada, se opunha àquilo que era já o novo regime político.

Começam a tomar vulto os rumores de que o capitão Tenente Leiria Pinto, Comandante da Defesa Naval, é o nomeado pela Junta para agir localmente. Estes boatos confundem muita gente, pois Leiria Pinto era considerado como tendo ideias de direita extremamente conservadoras. Ao mesmo tempo, há quem afirme que o Chefe de Estado-maior, Major Arnao Metello, um sombrio Oficial de carreira, do exército, vindo de boas famílias, é o homem de confiança da Junta de Salvação Nacional. O major Metello é um Oficial bastante

conservador conhecido pela sua falta de decisão e pela falta de garra em tudo o que se reportava à ação colonial de Portugal.

A oposição à continuação do coronel Aldeia no poder cresce de dia para dia. Ameaça tornar-se numa bola de neve, com os militares definitivamente divididos entre os progressistas - na sua maioria oficiais milicianos, furriéis e sargentos - e a 'velha guarda' dos oficiais de carreira. Entretanto em Portugal, os soldados usam os cravos encarnados nos canos das suas espingardas e o povo anda excitado com a liberdade acabada de aprender. Sobem os barómetros da esperança depois de 48 anos de obscurantismo.

A situação começa a clarificar-se em maio, embora nem todos os decretos aprovados em Lisboa se tornem extensivos a Díli. Nem um só tiro foi disparado em Portugal³². O regime caiu porque estava tão podre que estava incapacitado de sustentar qualquer ataque frontal. A celebrada vitória vem estampada em todos os jornais e revistas que nos chegam a Timor, mas de uma certa forma, parece-nos estar a anos-luz de Timor.

V. MAIO 1974. A EXPETATIVA, A FRAUDE E O DESENCANTO

A especulação termina quando o Major Arnao Metello é confirmado como o novo representante do governo de Portugal em Timor. As pessoas esperam e exigem uma atitude decisiva e imediata, mas ele hesita. A Nova Ordem legítima não se faz impor. O exército mostra-se agitado, mas Arnao Metello é um procrastinador e nada significativo se faz.

A PIDE (a Polícia *secreta* para a Informação e Defesa do Estado) tem 20 membros em Timor. Alguns deles são detidos em condições de turistas de luxo. Outros não só continuam em liberdade, mas mantêm-se em funções, continuando a beneficiar dos seus carros e casas do Estado. A burocracia administrativa resiste ferozmente à Nova Ordem. Será que a Revolução dos Cravos não passou de uma invenção da comunicação social? Ou será esta, apenas a longa distância entre a ficção e a realidade?

Como o Dr. J. Pestana Bastos escreve à data:

"O Governador manteve-se nas suas funções (vício de base). Um defeito de cúpula, ímpar, determinante duma política e determinado por ela não deve nem pode mudar de tónica, de linguagem, estrutura, clique, de filosofia política, sem se comprometer irremediavelmente e deixar na mesma posição o governo que o referenda.

Nada disto significa, aqui e neste momento, crítica ou inconsideração pelo Coronel Fernando Alves Aldeia ou pela sua ação. Se a sua ação foi meritória mais uma razão para não o ser a partir de então".

Como podemos falar das malhas da burocracia, originada em premissas coloniais? A manutenção dos Chefes de Departamento é um erro perigoso que vai implicar, mais tarde, que se tomem medidas de emergência. As posições fundamentais são mantidas, inalteradas, por demasiado tempo nas mãos de indivíduos totalmente dependentes do 'velho regime' e os quais se opõem ferozmente ao 'novo regime' e aos que o representam.

No início de maio, o governo impõe novos delegados seus para a Rádio (ERT), jornal ('A Voz de Timor'), linhas aéreas locais "TAT (Transportes Aéreos de Timor)". Embora já haja um novo Delegado nomeado pelo governo para a Rádio Marconi, esta entidade continua as suas escutas telefônicas como até então fizera. Alertado o major Metello, este encolhe os ombros e diz que nada disso nos deve preocupar. Sabendo como a Rádio Marconi havia sido responsável por muitos dos 'casos políticos' acontecidos durante o seu primeiro ano de existência, alertamos as pessoas para aquela situação. Todo o correio por mala militar (o qual representa cerca de 95% do total) mantém-se sujeito a censura. Demora uma semana a fazer a triagem do correio, desde ser descarregado do avião até ser distribuído. As intrigas e os boatos florescem neste período.

Muitas pessoas estão ostensivamente opostas ao 'novo regime', mas mantêm as suas posições de poder e influência. Outras, rapidamente ficam desapontadas com os ventos da mudança. Outras ainda há, que se opõem ao Governador, mantido ativamente no poder como suprema autoridade em Timor. O Delegado da Junta mal se vislumbra e é inoperante.

Um escândalo irrompe quando oficiais da PIDE são mantidos nos seus postos sob a nova designação de PIM (Polícia de Informação Militar). Eles continuam a poder utilizar os seus carros do Estado, casas e outras despesas totalmente financiadas pelo executivo. Outro exemplo curioso é o de um Oficial de carreira (Capitão) ainda à frente de uma subunidade no Quartel-general, embora ele mesmo admita pertencer à polícia secreta.

Finalmente, antes do fim do mês de maio, o Chefe do Departamento Provincial de Educação é exonerado e as atividades da Mocidade Portuguesa (o movimento da juventude baseado numa fórmula Nazi) são dadas por findas. Alguns delegados da Junta de Salvação Portuguesa são esperados em Timor trazendo com eles – espera-se – o cheiro fresco dos cravos encarnados e da revolução de que tantos ouviram, mas ainda não puderam observar.

Com eles, chega a desilusão e o desapontamento. Um, é o Major Garcia Leandro (posteriormente Governador de Macau) bem conhecido das gentes de Timor, de uma anterior comissão de dois anos. Naquela época era um mero Secretário de Estado do Governador (Brigadeiro Valente Pires). Alguns graves incidentes administrativos e económicos ocorreram sob a sua égide. Posteriormente, um inquérito oficial foi rapidamente arquivado, sem conclusões, mas 1 500 000 000\$00 Escudos (AUD\$ 60 000 000) levaram sumiço sem se saber para onde ou como. A comunidade chinesa é perentória sobre o não-regresso do Sr. Major Leandro e é extremamente cooperante com provas documentais sobre os referidos incidentes.

Entretanto, em Portugal, o semanário "Expresso" de 25 maio 1974 dedica quase toda a sua primeira página a Timor, sob o título: ***"TIMOR: situação controversa agora sem vendilhões do templo..."***

Mais tarde (outubro 1974) alguns jornais de Portugal especulam sobre a possibilidade de o Major Leandro ser um dos principais candidatos à posição de Governador de Timor. Dado existirem pressões de jornalistas em Timor, ele acaba por se contentar com o cargo de Governador de Macau.

De facto, a situação político-militar está confusa em Timor. Depois da visita dos delegados da Junta (Major Garcia Leandro e Major Maia Gonçalves) em vez da verdadeira voz de um governo revolucionário, as pessoas constataam que as velhas formas de esquecimento a que a colónia foi votada no passado se iriam manter. Há quem anseie por Salles Grade, anterior de Estado-maior em Timor, até 1973. Durante a controversa visita dos delegados da Junta, Leandro faz algumas declarações bem ambíguas e nebulosas:

- i) *Que o M.F.A. (Movimento das Forças Armadas e espinha dorsal da Junta) sabe perfeitamente bem o que se está a passar em Timor, e não há necessidade para as pessoas em Timor se preocuparem.*
- ii) *Que a permanência do consulado Aldeia está perfeitamente justificada porque as suas atividades são predominantemente administrativas, logo não políticas (sic).*
- iii) *Que o M.F.A. não tolerará mini-revoluções ou mini-movimentos assim como atos tendentes a afastar o Governador e Comandante Militar em Chefe, os quais apenas podem ter origem em grupos minoritários."*

Estas declarações ambíguas e dúbias levaram muita gente a pensar que tais eram pontos de vista pessoais e não linhas mestras do M.F.A. Apoiada por estas declarações a emissora local apressa-se a proclamar que *'se o Governador Aldeia for afastado haverá um banho de sangue devido ao seu conhecimento profundo da população local.'*

Criticamente afirmamos no jornal local que o postulado destas premissas está fundamentalmente errado. Diante de centenas de pessoas reunidas no Ginásio Escolar para escutar as vozes da Revolução o, então, Major Leandro proclama que o semanário "Expresso" é sensacionalista e incorreto na sua reportagem sobre Timor. Ele também promete descobrir, no seu regresso a Lisboa, quem foram os autores das *'notícias alarmistas que obviamente conspiram contra a paz e tranquilidade na ilha.'*

Toda a gente sabe que há duas pessoas a escrever para o "Expresso": Cristóvão Santos, Diretor da Imprensa Nacional³³ e/ou o autor deste livro. Ambos fizeram parte das revelações do "Aldeiatgate" quando o Governador Aldeia chamou traidores aos revoltosos de então, agora no governo. De facto, uma cópia do discurso de Aldeia foi escamoteada para fora do território utilizando hippies australianos rumo ao Cupão (Kupang), outra cópia foi enviada sob nome falso para um intermediário sob nome falso, de forma a não alertar os censores.

Quando a PM (Polícia Militar) veio sem mandatos fazer buscas a casa daqueles dois suspeitos não conseguem encontrar as duas cópias em falta, porque estas já vão rumo a Lisboa. Aquele material queima como ácido, pelo que não era aconselhável tê-lo ou tocar-lhe. Este, e outros factos são relevantes para estabelecer os antecedentes daquilo que a seguir se vai passar.

A imputação do Governador tem o seu início real quando a composição começa a ser impressa e, de imediato retirada para encobrir a existência do discurso.

Um último detalhe da sessão no Ginásio: quando Leandro manda sair algumas pessoas por terem cartazes 'contra o governo marcelista ainda no poder em Timor'.

Muita gente não conseguia entender esta democracia guiada, pois centenas de pessoas haviam passado pelos cartazes, respeitando-os, quer concordando ou não com os mesmos. O representante da Junta e do Governo Provisório - no poder em Portugal - não puderam nem quiseram respeitar aqueles cartazes. Depois de Leandro e Maia Gonçalves saírem do território ficou um certo vazio. Mesmo antes de sair, Garcia Leandro autentica a mensagem da emissora sobre o banho de sangue que haveria se a população ficasse sem o Governador Aldeia. De facto, esta não era a forma adequada de começar a descolonizar a mais distante e esquecida colónia do Império Português que ora se desmoronava.

VI. MAIO: PARTIDOS POLÍTICOS EMBRIONÁRIOS.

A Revolução de abril abriu as portas à autodeterminação das colónias e à criação de partidos políticos. Embora fosse incipiente a vida política em Timor começa a tomar forma. A democracia em Portugal é acompanhada da autodeterminação e independência para as ex-colónias. Elas são praticamente simultâneas e consequência da Revolução que derruba o regime não democrático de Salazar e Caetano. Os Movimentos de Libertação que em África lutavam uma guerra cansativa devido à intransigência do regime de Salazar que em Lisboa se mantinha imperturbado pelos ventos de mudança que assolavam o continente, em especial nas maiores colónias de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Entrementes, em Timor os sentimentos nacionalistas crescem na sombra, sem serem vislumbrados pelos europeus. Devido ao subdesenvolvimento socioeconómico e aos atrasos da educação até aos anos 50, existe apenas uma incipiente elite impreparada para canalizar esses sentimentos nacionalistas de forma eficaz. Nos anos 60 começara a verificar-se um investimento maciço nas estruturas educacionais (até então quase inexistentes), seguido de um incremento das estruturas socioeconómicas da colónia, que lentamente altera a sua imagem centenária de abandono.

Tudo isto vem promover, mesmo que indiretamente, a emergência de uma elite capaz de desencadear sentimentos nacionalistas e despertar a vontade timorense. Começa a notar-se durante o regime colonial, através da imprensa local e do jornal do Seminário católico 'Seara', acompanhada de formas incipientes e camufladas de desobediência civil. Já, as inúmeras rebeliões contra a Administração Portuguesa (a última das quais em 1959) imediatamente reprimidas e subjugadas haviam ajudado a estabelecer uma embrionária identidade nacional.

Durante maio 1974, beneficiando da liberdade política concedida pela Revolução de abril, formam-se os principais partidos políticos:

- A **UDT** (União Democrática Timorense) em 11 maio, que começa por defender uma forma de Federação com Portugal (evoluindo mais tarde para o desejo de independência). UDT ou UDETIM é predominantemente um grupo católico formado por Francisco Lopes da Cruz, César A. da Costa

Mouzinho, João Carrascalão e Mário Carrascalão.

- A **ASDT** (Associação Social Democrática Timorense) forma-se a 20 maio para evoluir em setembro 1974 para Fretilin [Frente REVOLUCIONÁRIA DE TIMOR-LESTE INDEPENDENTE]. Proclama a necessidade de se obter a independência total. Os seus fundadores e líderes são: Francisco Xavier do Amaral, José Ramos Horta, Nicolau Lobato e Justino Molo.

- Sob a égide da Indonésia em 27 maio surge um terceiro partido, a **APODETI** [Associação Popular e Democrática de Timor]. Defende a integração na Indonésia sob um estatuto autónomo especial. Este partido nunca chegaria a alcançar mais do que 2 ou 3 por cento do apoio popular. Fundadores e líderes eram: João Osório Soares, José Martins, Abel Belo, e Arnaldo Araújo.

Mais tarde novos partidos se formam, todos eles carecidos de apoio popular significativo, tais como KOTA e PT (Partido Trabalhista). O Governo seguindo instruções de Lisboa para promover a formação de grupos políticos locais, atribui subsídios até 50,000\$00 (aprox. AUD\$ 20,000) a cada partido.

Inicialmente, quer a ASDT quer a UDETIM (UDT) carecem de poder popular. A APODETI é considerada como uma espécie de anedota quando proclama a 'reintegração histórica das duas metades da ilha sob a bandeira indonésia.'

Os manifestos iniciais de tais partidos políticos embrionários contêm pontos curiosos que reputamos importantes para compreender o contexto em que foram criados, em vez de nos limitarmos a papaguear o que foi deturpado ao longo de mais de duas décadas e não corresponde à realidade.

A ASDT afirma:

"... Defende intransigentemente o direito à independência para o Timor-Díli. Os timorenses têm capacidade natural para, como qualquer outro povo, governar as suas terras. Nós, timorenses não somos uma raça inferior, indolente, etc. como nos pretendem alguns classificar – tentando assim destruir a nossa própria dignidade, o orgulho de sermos timorenses, o amor que votamos a esta ditosa terra nossa amada ...³⁴um ideal indestrutível: fazer de Timor uma terra livre, de gente livre, terra de paz e progresso, sem ódios, discriminações raciais, sem ricos muito ricos e pobres muito pobres. A ASDT luta por um direito universalmente reconhecido ... o direito à independência ... rejeitando energicamente qualquer forma de integração a potências estrangeiras. A ASDT vai diligenciar junto do Governo Central para que o plebiscito só se realize dentro de cinco anos, nessa altura o povo de Timor escolherá o seu destino."

A Comissão Organizadora da UDETIM (UDT) escolhida entre os fundadores integrava:

- Mário Viegas Carrascalão (Chefe dos Serviços de Agriculturas e Florestas),
- Humberto Jorge da Conceição (Chefe dos Serviços de Finanças, depois, Chefe Interino da Economia e Preços),
- Domingos de Oliveira,

- António de Sousa Nascimento (Chefe da secretaria da Agricultura e Florestas),
- Fausto do Carmo Soares,
- Manuel Babo,
- Jacinto Soares dos Reis, e,
- Fernando do Rosário dos Mártires.

No seu manifesto inaugural protestava contra os informadores da PIDE/DGS: *“considerando que tais indivíduos exerciam atividades não só atentórias da dignidade e liberdade dos seus patrícios mas também perniciosas, e considerando que é do interesse de todo o povo timorense a divulgação da identidade dos elementos condicionadores das suas liberdades primárias ...”*

O manifesto exige *“publicamente ao Governo da Província que:*

1. *Seja elaborada lista de informadores da PIDE/DGS e dada a conhecer ao público,*
2. *Sejam repostas pelos mesmos elementos as quantias indevidamente percebidas, sendo o total entregue à Assistência Social,*
3. *Sejam saneados os informadores que forem funcionários públicos.”*

A curiosidade destas exigências reside no facto de ser voz corrente que um dos membros fundadores da UDT era um ativo informador. Nenhuma lista de agentes da PIDE/DGS foi alguma vez publicada.

Num comício da ASDT, em Hatolia, foi afirmado *que “Portugal já nada queria ver com Timor, motivo pelo qual os timorenses teriam de passar a contar unicamente consigo próprios. É no seu melhor interesse começarem a aprender Bahasa Indonesia para enfrentarem os desafios do futuro.”* Esta premonição causou séria contestação e motivou um protesto ao Delegado do M.F.A., então Major Arnao Metello, visto que a recém-criada Comissão de Orientação Política, órgão consultivo sem poder para impor as suas resoluções, criado para apoio aos recém-formados partidos não atuara.

VII. JUNHO: UDT CONTRA ASDT

Indiretamente os dois principais partidos envolvem-se numa controvérsia, causada por um jornal de Lisboa. A edição de 21 junho do ‘Jornal do Comércio’ transcrevia uma reportagem da Agence France Press de Jakarta, onde se afirmava que José Ramos Horta recebera (junho 17) uma carta de Adam Malik, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, apoiando a independência de Timor-Leste. A mesma notícia dizia ainda que *“os três partidos em Timor vão encetar negociações no sentido do adiamento do referendo previsto pelas autoridades portuguesas para março 1975.”* A UDT prontamente desmente esta notícia alegando que *“só as agências noticiosas indicam data para o referendo, visto o governo português não o ter feito.”*

O comunicado acrescenta que:

- *“A data do plebiscito deve ser condicionada pelo incremento que for dado pelo governo português ao desenvolvimento social, político, cultural e económico de Timor, cujos níveis atuais são praticamente iguais a zero. A fixação de qualquer data sem prévia observância de um mínimo de suficiência no*

desenvolvimento daqueles setores, será interpretada pela UDT como um autêntico convite ao suicídio político do povo timorense que em tais circunstâncias se deve abster de votar ..."

O artigo do "Jornal do Comércio"³⁵ acrescentava que *"Os mesmos partidos propõem igualmente formar desde já (junho 1974) um governo provisório com individualidades naturais de Timor."*

A UDT acentuava em relação a este ponto:

"É a primeira vez que existe tal iniciativa, desde já, e em princípio a UDT apoia, não obstante estar muito longe de crer que exista da parte do governo português qualquer intenção de permitir que tal iniciativa possa ser concretizada nos tempos mais próximos. A desconfiança da UDT alicerça-se nos pontos seguintes:

a) Todos os lugares de chefia que vagaram nestes últimos tempos (Educação, Transportes Aéreos, Aeronáutica Civil) foram integralmente preenchidos por elementos não timorenses;

b) O povo não ter sido ouvido na nomeação do futuro Encarregado do Governo (Tenente-coronel Níveo Herdade) o que é interpretado como antidemocrático e de nenhum apreço pelo que os timorenses poderão pensar sobre tal;

c) Ser militar o Encarregado do Governo, que continuará a desempenhar simultaneamente o cargo de Comandante Militar. Esta medida leva a supor que não existem em Timor pessoas com capacidade suficiente para desempenharem aquelas funções, e pergunta-se se a separação dos poderes civis e militares recentemente levada a efeito, fica anulada?"

Citando ainda o 'Jornal de Comércio' e o mesmo despacho do correspondente da AFP em Jakarta, o Secretário da ASDT, Ramos Horta pedia *"uma reunião tripartida para elaborar uma plataforma de transferência imediata (junho 1974) de poderes para o escol da população local, adiando por QUATRO ANOS as eleições gerais"*.

A UDT contestava tal ideia por ser antidemocrática *"se não for previamente submetida a consulta popular e, utópica na medida em que o governo português não deu mostras do mínimo indício de boa vontade na participação de timorenses na administração local"*

Este longo comunicado da UDT acrescentava:

"Ramos Horta considera que pelo facto de 90% da população da ilha ser totalmente iletrada e sem qualquer formação política, um plebiscito a esse nível seria uma espécie de fraude. A UDT crê que se o povo timorense ainda é constituído por uma grande maioria de analfabetos não quer dizer que seja ignorante ou estúpido, pois ele sabe o que quer e por que quer. Quando assim é não se pode falar em qualquer tipo de fraude... seria abominável pretender eternizar a situação de colónia em que vivemos. Que o governo português se não fique por palavras e dê início quanto antes ao cumprimento da promessa de desenvolvimento."

E mais adiante a UDT, através de Mário Viegas Carrascalão (até ao 25 de abril Vice-Presidente da ANP em Timor e Deputado), clarifica:

"Manutenção parece querer dizer continuidade, o que seria totalmente contrário às aspirações da UDT. Assim, para que não haja mais equívocos declara que é sua intenção lutar por um futuro de Timor enquadrado num esquema de ligação a Portugal (com evolução entre a Federação e a possível independência) mas numa situação de igualdade e nunca de dependência."

Entrevistado pela rádio local, Carrascalão critica Ramos Horta por este ter afirmado *que "a ASDT desejava a independência completa, não se opondo, porém, a uma possível união com a Indonésia, após negociações em plano de igualdade,"* criticando ainda o dirigente da ASDT pelo seu falso desmentido das afirmações ao jornal australiano 'Northern Territory News' em fevereiro 74 (atrás referido) e inquirindo se desta vez tal não se repetiria.

"Parece," diz Carrascalão, *"que Horta tem duas opiniões: uma para com os jornalistas estrangeiros e outra para os ingénuos."*

A UDT é fortemente criticada por alguns setores de opinião pública. As mais relevantes críticas são de Francisco Borja da Costa:

"... Para além de vir subscrito por Mário Carrascalão, conhecido pelas suas atuações políticas no anterior regime, o comunicado enfermava de contradições como a da repulsa pela não consulta ao povo Timor para o novo Encarregado do Governo quando no citado documento se afirmava ser o plebiscito um suicídio político. Aqui mais pareceria uma manobra oportunista de colocar alguns dos licenciados timorenses que a UDT tinha nos seus quadros e que tanto rareavam em Timor. Por outro lado, parecia que para a UDT a situação de colónia era apenas de dependência política e, que uma vez transferido o poder político para os timorenses tal situação deixaria de existir, embora Timor se passasse a enquadrar num sistema de ligação a Portugal evoluindo entre a Federação e uma possível independência".

Só política? Pergunta-se.

A reação política sobre uma nova proposta da ASDT, para introduzir o ensino de Bahasa Indonesia como cadeira opcional para o curso preparatório de professores de posto escolar e, como opção com o Francês (!) no ensino liceal e técnico. Isto prova que o sentimento popular sobre a Indonésia não é dos mais quentes.

VIII. JULHO: A CONTROVÉRSIA DE BLANCHINHA.

A) A MÉDICA E OS MÉDICOS. A BELA E O MONSTRO DA DEMOCRACIA.

Esta polémica controversa começa nos primeiros dias de julho e dura mais de um mês. Tem a sua origem numa carta manifesto duma médica de Timor, Blanchinha Varela Rodrigues aos órgãos de comunicação social. A carta critica severamente os médicos e o tipo de medicina praticados em Timor. O texto é primeiramente

transmitido na rádio e pressões de vária ordem imediatamente tentam evitar a sua publicação. Para além de uma bem-intencionada demagogia, Blanchinha não ataca os médicos ao contrário do que estes pensam ao sentirem-se frontalmente ofendidos. Ela apenas põe em causa uma estrutura colonial decadente, que, neste caso, para sobreviver se socorre dos médicos em comissão militar, não os remunerando de acordo com o trabalho que efetuam mas antes lhes impondo uma obrigação de acumulação.

Para um forasteiro a situação pode parecer exploradora e totalitária, mas não nos devemos esquecer que o regime português não era conhecido antes do 25 de abril como sendo um modelo de democracia. Blanchinha trata o problema dentro dum contexto eminentemente político - *tout-court* – propondo a criação de novas estruturas de acordo com planos de prioridades segundo algumas das possíveis vias, no entender da autora. Ela vai mais longe ao sugerir a necessidade de uma sociedade médico-clínica sem classes, nem tampouco hierarquias, antes preconizando a livre discussão diagnóstica entre o pessoal médico, paramédico e os próprios doentes. Ambição utópica mesmo que ideologicamente coerente, ou apenas um erro pedagógico na abordagem do tema? Jamais saberemos, mas isto teve o poder de provocar mais a ira dos praticantes de medicina do que qualquer outro argumento.

Adiante na sua carta, Blanchinha critica um esquema que sistematicamente explora a classe de enfermagem pelos muitos médicos que se comportam como meros mercadores de saúde. Enumerando as principais doenças de Timor ela sugere a criação de hospitais e centros de doenças específicas, concentrando-se no paludismo (malária), disproteinémias e outras doenças típicas. Para Blanchinha, Timor necessita de escolas médicas para doenças tropicais, escolas de enfermagem e escolas médicas cirúrgicas, para proporcionarem aos seus habitantes meios de sobrevivência.

Podemos desculpar-lhe o excesso de ambição, por vezes resvalando na demagogia fácil, mas esta foi a primeira vez que alguém fez um estudo geral sobre a saúde em Timor, e as suas estruturas. As reações políticas a esta carta manifesto são as previsíveis numa sociedade camaleónica como esta. Assim, para a UDT as ideias expressas por Blanchinha são repudiadas em vários excertos e convida a autora sob um tom acidamente irónico a *‘criticar e atuar in loco em vez de como bolseira por Timor se refastelar na crítica fácil em Lisboa.’*

A maioria dos médicos em funções em Timor subscreve um documento de repúdio público em que Blanchinha não é mais do que um pretexto encapotado para atacar a nova linha política, em especial o que de progressismo surgia no jornal local (*‘Voz de Timor’*) com a nova liberdade política. Deverá notar-se que o Chefe dos Serviços Médicos Militares, Ten-Cor. Médico Buceta Martins, servindo-se do antiquado, mas ainda vigente “RDM” (Regulamento de Disciplina Militar) datado de 1826! exerce pressões sobre todos os médicos sob o seu comando para tomarem o seu lado, e oporem-se ao jornal *‘A Voz de Timor,’* então já liberto das peias e interferências governamentais.

Sem se aperceber, Blanchinha deu-lhes uma legítima desculpa para atacarem a democracia embrionária. Os leitores da *“V.T. (Voz de Timor)”* repudiam o tom fácil e demagógico da UDT. O editor publica um (então, recente) estudo do Dr. Horn, que trabalhou e viveu 14 anos na China de Mao. Publica também uma mesa

redonda efetuada em Lisboa sob o título “A saúde maltratada pelo fascismo”; à qual se acrescentam contribuições de alguns médicos locais os quais têm de se manter no anonimato, a fim de evitar repressão militar e represálias.

As forças da UDT mantêm a sua pressão usando a experiência de alguns dos seus membros como anteriores bastiões da ANP (único partido político antes do 25 de abril) e um apoio injustificado e tendencioso do governo. Esta parcialidade irá, em breve, provocar a um diferendo entre o Governador interino Níveo Herdade e o Delegado da Junta de Salvação, Arnao Metello.

Entretanto, a recém-nomeada Comissão ad-hoc para a Imprensa usando os seus poderes de censura veta a publicação de um artigo criticando a celebração do Dia da Marinha para o qual apenas metropolitanos são convidados embora eles representem uma minoria do seu pessoal naval.

B) A PASSAGEM DO FACHO

Finalmente em 15 de julho, uma nova era começa quando o Governador Aldeia transmite os seus poderes ao Ten-Cor. Níveo Herdade. No aeroporto, umas centenas de pessoas saudaram pela última vez Aldeia, que lacrimejando diz: “Obrigado a todos, qualquer que seja a escolha, que seja para bem do povo timorense.” Quase ao completar três meses sobre o seu regresso de Portugal, partia Aldeia um homem que cumpriu fielmente o seu dever de deixar a colónia de Timor na era negra do subdesenvolvimento.

C) SONDAGENS À OPINIÃO PÚBLICA – PELA PRIMEIRA VEZ EM TIMOR

O sociólogo, Dr. Alberto Trindade Martinho (então Secretário Pessoal de Níveo Herdade, e mais tarde Secretário do novo – e último - Governador Lemos Pires), analisa e completa estatísticas sobre sondagens à opinião pública na história de Timor. Das atividades económicas verificou-se que a agricultura representava 92% em importância para o desenvolvimento de Timor, seguida de atividades comerciais e industriais. A criação de gado, o turismo e as pescas eram os menos relevantes para o desenvolvimento do território. Outra sondagem indica o descontentamento para com a indústria hoteleira que apenas se preocupa com os turistas australianos e o seu elevado poder de compra (em relação aos padrões locais) sem providenciar serviços para os Europeus (Portugueses) e Timorenses, incapazes de poderem competir com o dólar. Será o turismo uma reserva de caça para os ricos e opulentos?

D) AS MANOBRAS INQUALIFICADAS

Existe agitação generalizada em julho, quando um panfleto de uma página é afixado em algumas paredes muito públicas. Está escrito em mau Português e diz:

“A voz das Forças Armadas (Praças Naturais) aos sindicatos membros partidos políticos:

1. Queiramos Timor continuar com Portugal e Timor com a bandeira de Portugal.

2. Não queiramos Timor independente nem para a custa da Indonésia. Caso contrários as F.A. (Praças Naturais), nós, manteremos uma linha reta ou, alertaremos esses sindicatos membros partidos políticos.

A bem da província,

Assinado) as F.A. (*Praças Naturais*)."

O CTIT (Comando Territorial Independente de Timor) emite um comunicado esclarecimento em que se afirmava: *"O panfleto foi imediatamente recolhido e pretende fazer crer ter sido elaborado por um pretenso grupo de militares, desconhecendo-se o âmbito da sua difusão."* O CTIT aventava três hipóteses:

"... fruto de iniciativa de alguma praça; de um grupo restrito de praças; ou mistificação com o intuito de sugerir o comprometimento das Forças Armadas Portuguesas com determinado grupo político para a criação dum clima de descrédito e agitação contrários ao programa do M.F.A. O CTIT continua atento a todas e quaisquer manobras reacionárias, de qualquer origem, não pactuando com atitudes que visem desvirtuar o programa do M.F.A., nomeadamente no que respeita à manutenção do necessário clima de paz para o debate franco e aberto sobre ... o destino de Timor, a escolher, debater, e assumir por todos os que a esta terra chamam sua."

A este propósito, a 'Casa dos Timores' em Lisboa difundia um comunicado considerando o conteúdo da referida tarjeta *'provocatório, vexatório, e altamente suspeito, vergonhoso e repudiável porque se afirma porta-voz das maiorias silenciosas e silenciadas (intencional e selvaticamente), coadunando-se com as teses federalistas que visam a continuação da exploração colonial e neocolonialista ... pelo que os timores denunciam e desmascaram manobras e atitudes reacionárias tendentes a boicotar a verdadeira e justa luta dos oprimidos face ao jugo dos opressores ... alertando a opinião pública esclarecida para não permitir e repudiar os algozes que a soldo do imperialismo continuam o massacre dos povos que há meio milénio se encontram sob o jugo vil do chacal colonialista."*

Este comunicado da 'Casa dos Timores' em Lisboa demonstra que não se trata propriamente de um partido político, per se, mas ameaça tornar-se numa vanguarda, política e ideologicamente de alguns Timorenses. Estes excessos verbais, tão em voga em Portugal naquela época viriam certamente a incidir na transfiguração da moderada ASDT em Fretilin, uns meses mais tarde. A UDT também repudia 'categoricamente qualquer identificação com a comunicação das 'Praças Naturais' como o esclarecimento do C.T.I. Timor fazia supor'.

E) DESEMPREGO. DISCRIMINAÇÃO. SUBEMPREGO. EXPLORAÇÃO.

Várias vozes de jovens timorenses manifestavam, entretanto, a sua preocupação face ao problema do desemprego a que estavam votados, mesmo possuindo habilitações técnicas suficientes para ocuparem lugares a concurso, porque a preferência é dada aos metropolitanos ³⁶. A juventude timorense é culturalmente levada a acreditar que se estudar terá hipóteses de ingressar na burocracia administrativa, mas dado que a atribuição de pessoal é extremamente baixa, as suas hipóteses são reduzidas.

Os jovens têm a capacidade e competência de estarem empregados, mas a estrutura colonial não lhes permite o ingresso. Outro ponto de contenção é a consabida preferência dada pelos empregadores (em especial na Função Pública) de preferir empregar jovens do sexo feminino com nítida redução salarial. O direito ao trabalho é inalienável de todo o homem e constitui um fator de 'distinguo' da cidadania.

Entretanto, uma Comissão de defesa dos trabalhadores formara-se com o apoio de Ramos Horta. Refira-se que as P.M.E.³⁷ em Timor têm uma dimensão mínima (refira-se em termos de comparação que a sua dimensão é mínima comparada com as da Austrália, não passando de pequenos negócios de família. Qualquer alteração valorativa implica uma enorme repercussão (forward shifting), nem sempre compensada por aumentos de custo. Estas firmas não laboram em termos de lucro, o seu dono não passa de um mero assalariado de si próprio, que teve a sorte de dispor de algum capital para iniciar o negócio.

Devido à crise do petróleo dos anos 70, à inflação e aos modestos aumentos de salários provocaram uma crise sem saída. A solução foi o subemprego a salários inferiores e desemprego. Antes do salário mínimo ser fixado em 1973, muitas pessoas labutavam por uns meros 4\$50 (18¢) com uma colher de milho inteiro cozido, por dia! A tais 'assalariados' competiam tarefas extraordinariamente duras e custosas, as quais se deveriam destinar a animais de carga e não a seres humanos. Sabendo qual o vencimento e alimentação correspondente, que dizer? Os 25\$00 ao dia (AUD \$1.00/dia) foram muitas as pessoas do mato e das montanhas que foram atraídas para Díli e outras cidades para aí encontrarem o desemprego. Esta situação era novel para a maioria delas, habituada a arar campos, lavrar o seu talhão de terra e obter todos os géneros da mãe natureza. Muitas pequenas e médias companhias foram obrigadas a reduzir os seus efetivos depois da introdução do salário mínimo, pois que não o podiam comportar.

O salário mínimo, embora justo e moral teve efeitos secundários bastante negativos... não houve nenhum estudo que o precedesse a prever como iria afetar globalmente a economia. Governar postos coloniais é sempre fácil, basta decretar algo e que se lixem os estudos de impacto ambiental ou viabilidade.

Uma pequena nota positiva neste sumário dedicado à mão de obra assalariada, é dedicada à S.A.P.T.A. (Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho), uma das maiores companhias de base agrícola em Timor, decidiu fornecer refeitórios e dormitórios aos seus empregados.

Infelizmente, esta medida, foi um fracasso quase total, por não ter sido acompanhada por um esclarecimento pedagógico e social da sua valia. Os trabalhadores continuavam a comer (como sempre o haviam feito) as suas refeições no chão e a dormir sob as mesas.

IX. AGOSTO: FILAS PARA COMIDA E O PÂNICO

O mês começa sob o signo do boato, alarmista. Há apelos à calma e reflexão, que o Governo se vê obrigado a transmitir sob o garante do exército para a liberdade pacífica, mas responsável. Falemos da APODETI, um pequeno partido sem grande representatividade, cujo suporte humano é fundamentalmente obtido nas regiões da fronteira com a Indonésia, devido sobretudo às dificuldades de obtenção de géneros, superadas pelo auxílio efetivo da Indonésia àquele partido.

A APODETI preconizando uma integração na República da Indonésia sob um estatuto de autonomia (?) administrativa, viu nesta fase perder alguns dos seus fundadores e muitos simpatizantes e filiados, por dizer que as negociações já estavam encaminhadas para tal união.

A reação pública gera um apelo do governo para a calma e obriga a APODETI num raro comunicado público a negar que tenha perdido centenas e centenas de simpatizantes. O Secretário-geral, José F. Osório Soares tenta conter o dano causado pela especulação avassaladora apelando *‘a todos os que subscreveram o manifesto inicial a reestruturar o partido e eleger um novo secretariado’*.

Depois de uma reação alarmista quanto ao assunto da fuga de divisas, a administração relutantemente decide impor novas medidas restringindo as operações cambiais com divisas estrangeiras.

As multas vão de Esc. 1 000\$00 a 500 000\$00 (AUD\$ 40 a 20 000) e prisão para qualquer pessoa envolvida em fuga de capitais, mas nunca nenhuma multa chegou a ser aplicada. De facto, a situação é muito mais grave do que as entidades estão dispostas a admitir. Durante vários meses, o banco emissor, “Banco Nacional Ultramarino (BNU)” não tinha divisas para cambiar (notas e/ou moedas) mas apenas Traveller’s cheques, embora fosse a única entidade autorizada a lidar com divisas estrangeiras. O açambarcamento e o mercado negro eram vulgares e proporcionavam lucros chorudos, o dólar americano era cotado a Escudos 25\$50, mas era vendido por Esc. 50\$00, e o dólar australiano cotado a Esc. 34\$00 transacionava-se ao valor do dólar americano.

Por outro lado, no fim de cada comissão militar de serviço cada pessoa tinha direito a transferir um montante equivalente ao seu salário, mas com a ajuda do pessoal da empresa de construções de estradas (Moniz da Maia, Serra & Fortunato) montantes bastante superiores eram transferidos. A ridícula imposição de uma taxa cambial sem paridade entre o Escudo de Portugal e o Escudo de Timor criava um valor artificial para este (só no mercado interno, sem qualquer aceitação no estrangeiro) excetuando Timor Ocidental onde era desvalorizado 30%.

Os Serviços Provinciais de Fiscalização estavam mal apetrechados humanamente para lidar com o êxodo de capitais e divisas e os enormes furos legais para o fazer. Além disso todos os europeus faziam, direta ou indiretamente, parte do mercado negro.

O governo, entretanto, considerando os contínuos racionamentos de géneros essenciais nomeia comissões para estudarem o problema. Estas concentram a sua atenção nas faltas de milho, arroz, e feijão, e estudam a atualização de preços dos produtos alimentares subsidiados nos mercados de Díli, propondo medidas para debelar a crise.

Com efeito, durante os últimos meses, em Díli, havia-se assistido ao triste espetáculo de centenas de timorenses (não metropolitanos e não chineses) agrupados sob o escaldante sol, durante várias horas ao dia para terem a oportunidade de apresentarem o seu Bilhete de Identidade e conseguirem uma mera ração de

bens essenciais como arroz e açúcar. As pequenas quantidades que estas pobres criaturas podiam obter nem sequer justificavam as longas horas de espera, mas eram a única alternativa à fome.

Os Serviços Provinciais de Economia, graças à sua calamitosa atuação no setor de reabastecimento e géneros provocaram a maior crise setorial de sempre desde a ocupação japonesa. A população militar não sofre de restrições ou racionamento impostos pelos Serviços de Economia, desde que se tornou independente destes para obter os seus géneros e combustíveis, em 1973. Utilizando as suas capacidades de transporte, captam toneladas de géneros (em especial cereais) que estavam a apodrecer em vários pontos do território pela inépcia dos serviços civis.

Os Serviços de Economia eram dirigidos pelo jovem Dr. Henrique Chagas de Jesus, (antigo Secretário do então Ministro da defesa de Portugal, Silva Cunha), comissário da Mocidade Portuguesa (MP, movimento juvenil pró-Nazi), e Censor da Comissão Provincial de Censura. Ele tentou sempre explicar as crises, através de fatores externos, sem nunca admitir que ela se devia basicamente à ineficácia das estruturas coloniais locais ou à falta delas. Exemplos abundantes eram centenas de toneladas de arroz, apodrecendo no Suai (na costa sul) à espera de transporte que nunca chegaria e, simultaneamente o governo a ter de importar algumas toneladas de Singapura a preços elevadíssimos.

A falta de dados estatísticos, planeamento, provisão e armazenamento, são algumas das causas principais das crises. Outras causas são a política de improvisação, a incompetência técnica e, talvez até um boicote deliberado para manter a corrupção e os benefícios daí advindos.

Como gerir um país pequeno como Timor, se por longos períodos as pessoas não têm acesso a cerveja, tabaco, fósforos, leite, margarina, azeite, óleo, combustíveis, açúcar, batata e outros géneros essenciais? Por outro lado, refira-se a falta de sistemas viários capazes (rodoviários, marítimos e aéreos) e outras estruturas de transporte como responsáveis pelas falhas da administração colonial em vez de serem utilizadas como circunstâncias atenuantes no caso do povo de Timor vs poder colonial português.

Para enfatizar como as pessoas lidam com estas crises, será importante realçar que a maioria das pessoas sofreu com elas. A minoria de Europeus (Portugueses, civis e militares) e os Chineses tinham meios económicos suficientes para absorver todas as subidas de preços e, nalguns casos eram mesmo capazes de promover o açambarcamento. Os comerciantes chineses sentindo o aumento de tensões étnicas por razões económicas deixam de encomendar substituição de stocks, com medo de agitação civil generalizada, tal como acontecera anos antes na Indonésia.

Os Serviços de Economia abrem mão dos seus cofres para pagar pequenos montantes de géneros e combustíveis, importados de Singapura e Austrália. Esta política de esbanjamento e delapidação do erário público leva membros do governo a estes e a outros países para 'negociar' a compra daqueles géneros. Em vez de organizarem fornecimentos constantes a preços de mercado para suprir faltas de produção/distribuição

locais, eles acabam por comprar por preços exorbitantes, quantidades apenas suficientes para uns dias de consumo.

Os militares, entretanto, beneficiam de uma melhoria sensível no setor de abastecimentos a todos os remotos postos do território, com seis a dezoito meses de abastecimentos em armazém. Isto deve-se a uma política coordenada de transporte entre viaturas civis e militares durante as épocas secas, e um aumento das capacidades de armazenamento em locais de difícil acesso ou isolados. Esta política acaba por trazer elevados dividendos para os militares que beneficiam de uma melhor dieta com todos os itens habituais, mesmo que haja demoras nos reabastecimentos trimestrais que via marítima chegam de Portugal, Angola e Moçambique.

Medidas idênticas poderiam ter sido adotadas pela administração civil, se o governo tivesse importado mais viaturas pesadas de transporte para as duras tarefas nas inexistentes estradas e, se tivesse despendido dinheiro em torná-las transitáveis. Em vez disto, vultuosas quantias são gastas e os problemas não se resolvem.

Dois anos antes, em novembro 1972, a construtora civil portuguesa “Moniz da Maia, Serra & Fortunato, Lda S.A.R.L.” tinha ganho o concurso para construir as novas estradas e aeródromos no território. A data de arranque prevista era junho 1973, mas a tardia elaboração do contrato, manteve o projeto parado, com pesados prejuízos financeiros.

Em novembro 1973, os estaleiros e hangares estão completos, embora a maquinaria pesada e equipamento diretamente importado do Japão já tivesse chegado em agosto. O equipamento encomendado a Portugal e a outros países europeus continuava sem chegar e, também o equipamento importado da Austrália havia sido retardado devido a constantes greves e disputas industriais que se opunham a exportações para um território colonial. Os atrasos obrigaram a elaboração de estudos locais com base em fotografias aéreas já desatualizadas. Estas fotografias diziam respeito a uma estação seca e todo o mundo sabia como a geopaisagem mudava com cada estação de chuvas.

Finalmente, após muita indecisão, arranca a construção da estrada #1, Díli - Baucau em agosto [1974], com início em Fatohai, nos subúrbios orientais de Díli. Um projeto viário desta envergadura era vital quer em termos políticos, quer económicos. Como Baucau tinha o único aeroporto internacional a estrada constituía a ligação terrestre à capital. Em termos de valor económico interno, a nova estrada Ermera - Maliana (perto da fronteira com a Indonésia) servia não só uma das maiores concentrações populacionais, mas oferecia um melhor escoamento para o centro cafeeiro de (Ermera) exportar as suas colheitas.

Também estavam previstos dois novos aeródromos com 1 400 metros de comprimento (0,87 milhas) no Suai (Costa Sul) e Lospalos (Costa Leste). Em agosto 1974 os atrasos ameaçavam já impedir a maior parte destes projetos, devido às enormes perdas em investimento já acarretadas.

Quanto a mão de obra, estes projetos iam criar 36 lugares de especialistas, (trinta deles recrutados em Portugal), e 200 postos de trabalho indiferenciado (operadores de guas, tratores, etc.). Tudo isto representava

Esc. 220 000\$00 (aprox. AUD\$ 8,800) por mês reciclados na própria economia local, com uma criação total de 300 novos postos de trabalho.

Outra ligação interna devia ser construída entre Díli e Same na costa sul, atravessando o território através de cidades e vilas montanhosas como Maubisse e Aileu, propiciando novas vias de abastecimento para as ricas colheitas do sul. O projeto inicial previa a construção de cinco aeródromos, mas limitações de financiamento restringiram a planificação original. O futuro novo aeroporto de Díli teria 1 400 metros de comprimento (aprox. 0,87 milhas) revestido de asfalto e capaz de receber qualquer tráfego. Mas, de acordo com as dimensões dos aviões de carreiras internacionais era demasiado pequeno para acomodar os grandes Jumbo e exageradamente grande para os aviões de porte médio e pequeno.

Em meados de agosto uma equipa de agrónomos, chefiada pelo engenheiro H. Possinger, chega a Timor para integrar o Projeto-piloto de Extensão Rural. Os estudos iniciais efetuados em janeiro 1974 tinham revelado bastante sucesso, razão pela qual se decidiu iniciar 'o curso de extensão' no campo piloto de Maubisse. Projetos semelhantes haviam tido efetuados com sucesso em Angola, razão pela qual a administração tentou repetir esses resultados em Timor.

Um pequeno grupo de produtores de café (plantações médias e pequenas) reuniu-se em Ermera para estudar a introdução de uma cooperativa de Comercialização, produção e Consumo, para produzir, comercializar e distribuir o café de Liquiçá (costa noroeste), Ainaro e Same (terras altas centrais). Embora a ideia no papel fosse interessante e de enorme valor para os produtores, nunca passou do estágio de planeamento inicial.

CAPÍTULO IV – A ECONOMIA, na primeira pessoa do singular

I) O GOVERNO PRONUNCIA-SE

O semanário “A Voz de Timor”, reestruturado, entrevista os principais Chefes de Serviços para análise conjuntural dos diversos setores da economia. O Chefe da Repartição de Economia, Dr. Chagas de Jesus, afirma:

“No primeiro semestre [1974] houve um défice de cinco mil contos na classe dos produtos alimentares (aprox. AUD \$200,000). Houve uma retração por razões de política interna e externa... tendo os países de origem das importações adotado o sistema de pagamento adiantado de produtos.”

Este facto, verídico, pôs em causa toda uma estrutura capitalista, altamente deficiente, desorganizada e com pouca liquidez a muito curto prazo. Para além de menores importações por fatores financeiros limitadores, os estoques reduzidos e um sensível aumento de consumo de géneros primários, em grande parte importados, servem para acelerar a crise.

A batata importada oficialmente com isenção aduaneira passou de Esc. 2\$50 para 10\$00/kg (aprox. de 10¢ para 40¢ por kg).

O arroz passa a ter o preço controlado. O arroz posto à venda pelos Serviços de Economia nas principais lojas de Díli (Tai Ing, Fernandes, Hia Seng) tinha de ser vendido ao mesmo preço (Esc. 8\$00/kg. ou 32¢/kg.) em Viqueque (costa leste), Baucau (noroeste) ou Suai (costa sul). Sendo Díli um centro urbano onde tudo se consome e nada se produz, é fácil imaginar como enormes colheitas de arroz eram deixadas a apodrecer. Existia um excesso de produção de arroz nas áreas produtoras e enormes faltas nas regiões onde se consumia.

A falta de sistemas rodoviários e a dificuldade de organizar transportes aliada à proibição de repercutir no preço do arroz o custo de transporte impossibilitava colher benefícios das boas colheitas. Por outro lado, o governo era forçado a efetuar importações de pequenas quantidades a 15\$80/kg. (63¢/kg.) da Austrália e Singapura. O Dr. Jesus acrescentava:

“Também se pretende incentivar a instalação de descascadores nessas zonas, pois com o descasque na origem os custos de transporte diminuem cerca de 40 por cento. Temos o problema do açúcar com 1 400 toneladas de consumo/ano. As cotações deste produto têm subido constantemente. Há dificuldades de transporte e fornecimento do açúcar de Moçambique, por isso tem-se recorrido ultimamente à importação de pequenas partidas da Austrália.

Quanto à cerveja e tabaco a curto prazo não se prevê escassez embora tenhamos de recorrer à importação do estrangeiro, pelo que terá de ser revista toda a estrutura aduaneira. Autorizámos a importação de 100 toneladas de milho australiano, havendo nesta época (agosto 1974) poder de compra deste produto, a venda do milho do Suai e doutras zonas concentra-se na região cafeeira de Ermera e por tal o mercado de Díli ressent-se...bem como a inexistência de estatísticas de produção. O preço (de

sustentação) vai ser revisto embora se traduza num aumento do custo de vida... Outra dificuldade é a existência de dois circuitos comerciais: o legal e o tradicional (que em épocas de escassez funciona bem) "

"A partir de novembro 1973, Singapura fechou a exportação ... começámos a importar da Austrália, nunca em quantidade suficiente para o consumo local. Dada a incerteza do mercado australiano... suportamos um acréscimo nos preços e compramos gásóleo e petróleo em Singapura e gasolina (automóveis e aviões) na Austrália. (Recentemente) fez-se um contrato com a Indonésia para fornecimento de 200 mil litros de gasolina e outrotanto de petróleo. Não se poderá evitar um aumento de preços, fruto da inflação importada."

Que dizer deste alheamento deste depoimento contraditório do Dr. Jesus, senão que ele é um ótimo exemplo de como fazer política em Timor. É patético o apreço pelo improvisado, a carência (mesmo de estatísticas), em que só à última hora se planificam hipóteses de substituição de mercados de importação para artigos e géneros de primeira necessidade com pequena elasticidade de substituição.

Que dizer quando as isenções aduaneiras são estabelecidas 'in extremis', quantas vezes elas poderiam ter sido preestabelecidas para facilitar uma programação de custos, rentabilidade, e determinar uma política de preços? Quantas licenças de importação não foram utilizadas, quem o fiscalizou? Quantos os casos de sobrefaturação de produtos importados? O único caminho, em termos económicos, parecia ser o de uma transição rápida de pobre para a bancarrota. Com colonialistas como estes, os colonizados não necessitavam de inimigos.

II) A AGRICULTURA SOB ESCRUTÍNIO

Quanto aos recursos da agricultura, componente primordial da economia de Timor, sigamos as declarações do Eng.º Mário Viegas Carrascalão, Chefe dos Serviços de Agricultura e Florestas:

"Os solos têm falta de azoto. A adubação azotada seria um sucesso, multiplicando três a cinco vezes os resultados. As produções máximas sem fertilizantes situam-se em $\frac{3}{4}$ toneladas por hectare, enquanto com fertilizantes atingem 8 toneladas por hectare. Não concordo com os que propõem ser necessário aumentar a área de cultivo para aumentar a produção de arroz. Os Serviços procuram combater as pragas, mas não possuem meios fitossanitários suficientes. Em relação ao milho (cultura da montanha) a produção é de 300 kg. /ha. Enquanto nas planícies atinge 1 000 kg. /ha. As populações não vêm cultivar as planícies porque faltam infraestruturas à saúde, há falta de água potável, as doenças como o paludismo (malária) abundam e não política de realojamento que lhes tenha sido apresentada como forma alternativa dos seus costumes tradicionais."

"Os preços de sustentação dos bens essenciais conjugados com o nível médio da produção não podem ajudar a estimular o seu aumento. Mesmo assim, os preços de sustentação não conseguem suportar os custos do agricultor, que se sente defraudado ao comparar os preços dos seus produtos aos dos produtos importados (por exemplo, a batata de produção local custa Esc. 3\$60 (AUD 14¢) e a importada custa Esc. 10\$00 (40¢).

Há campos experimentais na Maliana e Bétano, onde núcleos de agricultores são assistidos. Há também no Oé-cusse, Díli, Zumalai, Lautém, Viqueque, assistência a agricultores de forma dispersa. De há cinco ou seis anos para cá, no campo frutícola pouco ou nada foi feito. A nossa (Serviços de Agricultura) capacidade de assistência no interior é limitada, não só um problema da falta de técnicos, mas sobretudo de meios (até de deslocação), um técnico agrícola tem de se deslocar a cavalo e a pé.

“Em 1960 a pecuária autonomizou-se da agricultura passando a depender dos Serviços de Veterinária. Devia ser trabalho de conjunto... a utilização de maquinaria facilita a produção, não temos capacidade para satisfazer pedidos de assistência em tratores.

Facilitar-se trabalho provoca o ócio, a maioria vê na máquina um meio de produzir mais com menos trabalho pessoal, ficando satisfeitos por manterem o seu rendimento. A terra é trabalhada por gerações iletradas com baixo nível cultural.

A assistência dos serviços de Agricultura e Florestas:

Apoio agrícola

ANO	# DE AGRICULTORES ASSISTIDOS	HECTARES ARADOS
1970	544	1 030
1971	988	1 872
1972	1 715	2 054
1973	4 161	3 182

“Isto mostra o incremento de assistência prestada ultimamente. O crédito à agricultura é muito limitado em Timor... o pequeno agricultor não tem acesso ao crédito por falta de fiador. O crédito está orientado para quem menos precisa. Quanto à floresta o máximo anual investido Esc. 800 000\$00 por ano, pouco mais chega para manter o investimento anterior... os resultados são a médio e longo prazo (30 a 50 anos). As ‘queimadas’, duas ou três vezes por ano, são um mal para a floresta em Timor, mas fazem-se com o objetivo de fazer pastos, matar bichos (ratos e cobras), defender culturas, etc. sendo muito difícil mudar os seus hábitos tradicionais, sem lhes darmos meios de viverem doutra forma.”

Enquanto os colonialistas ponderavam políticas de desenvolvimento estas desenvolviam-se.

III) TRÊS VIAS PARA A DESCOLONIZAÇÃO. DUAS FORMAS DE ESTAR NO MUNDO PERDIDO DE TIMOR

O partido político ASDT emitia, entretanto, comunicados nos quais se afirma:

1. *“Considerando que a luta pela descolonização de Timor com vista à independência só poderá ser rápida e eficaz se rápida e eficaz for a reforma ou mesmo a substituição da complexa estrutura socioeconómica e cultural e administrativa de carácter colonialista,*

2. *Considerando que para uma eficiente descolonização das estruturas é indispensável por ordem de prioridades haver autodescolonização das mentalidades, modos de pensar e agir, tão arreigados no*

espírito de não poucos responsáveis pelo futuro desta colónia,

3. *Considerando a debilidade económica financeira de Timor, agravada por uma camuflada greve comercial e transações ilegais...*

5. *Considerando que Timor não pode continuar a ser refúgio de 'paraquedistas' de toda espécie, a ASDT opõe-se determinantemente*

(a) *à vinda dum administrador do Quadro da Guiné,*

(b) *à comissão eventual dum administrador do Quadro de Timor na metrópole impedindo assim a criação de uma vaga,*

(c) *à permanência abusiva alongada duma funcionária em licença graciosa na metrópole com prejuízo para o desenvolvimento e economia desta colónia,*

(d) *às nomeações e promoções dentro dos vários quadros da colónia feitas em consonância com métodos nitidamente fascistas e paternalistas,*

(e) *e, finalmente, a todos os atos contrários à moral pública, nomeadamente à dignidade da mulher Timor, atos estes praticados, muitas vezes, por abuso da autoridade."*

Por outro lado, a UDT publicava um editorial do seu programa semanal de radiodifusão 'Mau Alin' [22 agosto 1974]:

"Conjugar todos os timorenses válidos e de boa vontade ... para num esforço comum encontrarem soluções nítidas ... libertando-os assim da fome, da miséria, da ignorância, da contingência e da exploração vividas ao longo destes séculos.

"Construir o futuro baseando-se no pouco de positivo que materialmente se vem realizando e no valioso contributo dos missionários e de alguns bons portugueses que ofereceram em holocausto o melhor da sua vida para o enriquecimento da cultura e dos valores humanos cristãos dos Timorenses. A manutenção de ligação ... com Portugal não será de metrópole colónia, situação que a UDT nunca quis, mas como membro duma comunidade de expressão lusíada.

"Se Timor, como lamentavelmente afirmou o Ministro da Coordenação Interterritorial, Dr. Almeida Santos é 'um transatlântico imóvel' que tem custado muito dinheiro aos portugueses, que a Indonésia não está disposta a substituir no suporte financeiro é porque o combustível enviado pelo bom povo português para o por a sulcar os mares em busca do progresso, não foi colocado nos verdadeiros depósitos, mas reexportado por transbordo para outros transatlânticos...

"Não acredites em quem negar a possibilidade de autonomia e independência sob o pretexto de falta de recursos naturais. Existem, importa descobri-los, desenvolvê-los... Sem falar das pesquisas petrolíferas por equipas estrangeiras, cujos resultados estão cada vez mais fechados no concílio dos deuses.... Vamos providenciar no sentido do futuro apoio técnico, financeiro, e humano... poder realmente beneficiar as classes mais desfavorecidas...desta forma Timor não será o saldo do ex-Império colonial que tanto desgosta e preocupa o Dr. Almeida Santos."

[Nota do Autor: Pode parecer inacreditável, mas estas palavras não carregam hoje o mesmo peso que tinham em 1974, ou será apenas porque hoje nos sentimos fora da atmosfera em que então se vivia? O tempo deixou uma pátina bem pesada sobre a puberdade de Timor].

IV) A RELIGIÃO E A IGREJA EM TIMOR

A religião e a Igreja foram objeto duma entrevista ao Padre Martinho Lopes, Governador do Bispado de Díli, na ausência do Bispo:

"Para uma população de 659 102 habitantes e numa família cristã de 196 570 membros, a Diocese de Díli dispõe apenas de 44 sacerdotes, 8 irmãos, 49 irmãs religiosas, 120 monitores, 80 professores e catequistas..."

A Igreja tem contribuído para a promoção social com as escolas da Diocese (primária e secundária).

"A Igreja não tem partido na atual conjuntura política.

A razão por que o Sr. D. José não pode deixar de lutar contra a proliferação (?) de boîtes, é que ele é o guardião da Fé Católica e da Moral Cristã; ora sabendo de antemão que as mesmas são focos de miasmas venenosos para com essa Moral Cristã, que vão empestando o ambiente cidadão, proporcionando ruína às almas e como Bispo Católico a quem Deus confia as almas redimidas com o sangue precioso de um Deus morto na Cruz..."

Este pequeno extrato da entrevista serve para demonstrar como o poder político do Bispo Católico permitiu e tem permitido que um membro do clero vete a abertura de boîtes e outros centros de diversão, não se opondo, no entanto, à introdução de 'slot-machines'. Apenas abertas a nativos timorenses e não a militares aqueles centros eram um constante sangrar dos míseros(as) trabalhadores(as) que aí iam diária ou semanalmente gastar os salários de miséria que auferiam.

O Timorense é jogador por índole, gosta de jogar e apostar, fá-lo por tudo e por nada, como é o caso surrealista aprendido no Hospital Civil em 1974:

• *Um morto e um gravemente ferido como resultado de uma briga verbal seguida de aposta: Vamos ver qual catana corta melhor, a tua ou a minha? E zás, cada um tentou decepar o outro. Ao cirurgião competiu juntar os bocados.*

Outro exemplo surrealista:

• Um membro de uma tribo agastado com a infidelidade da mulher barlaqueada³⁸ aposta que se a tornasse a apanhar em falta lhe cortaria a cabeça e iria entregá-la às autoridades militares competentes. A cena passou-se nas montanhas do interior em finais de 1973. Qual não foi o choque consternado do sargento Português no aquartelamento militar quando o homem entra com a cabeça da mulher sob o braço (como se fosse um galo de combate) e se entrega voluntariamente às autoridades.

Os detalhes são demasiado dolorosos para serem narrados aqui. Em Timor-Leste a ficção não se inventa, faz parte do quotidiano.

V) O GOVERNO QUE NÃO GOVERNOU

Retornando à política, um mês depois da sua posse como Encarregado do Governo, o Ten-Cor. Níveo Herdade decide-se por uma maratona de visitas ao território colonial, visitando Oé-cusse Ambeno, Manatuto, Lospalos e Liquiçá.

Algumas das suas alocuções podem ser úteis para um futuro estudo político e histórico da colonização portuguesa, como a que proferiu no Manatuto:

“Não aceito que aqui se vão desenterrar ódios antigos... sem trabalho não há riqueza, temos que produzir para não importar e exportar. Aquilo que o povo decidir é o que se fará, para isso precisa preparar-se para poder decidir ... os senhores administradores, tal como os militares, devem ser neutros na política...”

Utopia bem-intencionada ou eufemismo político? E em Lospalos:

“Apesar de estar em Timor há pouco tempo já me apercebi do respeito e admiração que a população tem pelas forças militares que aqui estão a zelar pelo bem-estar da população assim como pelo do pessoal do quadro administrativo. É preciso que o povo Timor se convença que necessita trabalhar muito, precisa respeitar a autoridade, o seu amigo e o seu inimigo. Temos de resolver o problema à maneira civilizada, estou habituado a acreditar na população da montanha. A população tem de respeitar o chefe e vice-versa. O respeito ainda não acabou, agora ainda tem de haver mais.

Depois do 25 de abril, o exército ficou prestigiado, toda a gente acredita em nós. Na tropa não há qualquer espécie de política. O Exército rege-se pelos mesmos princípios em qualquer parte do mundo, as regras são hierarquia, disciplina, regulamentos. Quem sair destes limites criará problemas. Não aceito que seja quem for saia destas regras. Em relação ao Imposto temos de compreender que é um dever do cidadão...O tempo de cortar cabeças acabou! ”

VI) ALFÂNDEGAS

Para quem nunca tenha estado em Timor pode ser importante registar aqui as receitas aduaneiras nos últimos anos (da Administração Portuguesa):

Aduanas		
ANO	ESCUDOS (Milhões)	AUD (DÓLARES AUSTRALIANOS) (Milhões)
1970	50,0	2,00
1971	63,5	2,54
1972	70,0	2,80
1973	86,0	3,44
1974 (estimativa)	73,5	2,94

Saliente-se a redução do movimento portuário (31 navios acostados nos primeiros sete meses de 74, ou meramente 40 por cento do total de 1973). Enormes isenções foram impostas para géneros essenciais, adubos,

tratores, livros escolares etc., superadas pelo aumento galopante da taxa IVA (Ad valorem, incidindo sobre o valor C.I.F. das importações.

A viabilidade de converter Díli num porto livre e franco, era negada pelo Diretor das Alfândegas, João Couto, em entrevista à "A Voz de Timor":

"Prejudicaria o orçamento provincial. Sob o aspeto doutrinário o estabelecimento duma zona franca desde que 'não entreposto' não tem inconvenientes, no caso de Díli visto que as mercadorias ou seriam reexportadas ou quando importadas para consumo ficariam de novo sujeitas a todos os direitos aduaneiros ... neste momento não é aconselhável... não se tem detetado qualquer caso de ilegal entrada, nesta província, de drogas"

"Os nossos impostos sobre produtos não são elevados: o café, sendo a principal exportação está sujeito a uma tributação base de 5% sobre o valor, mais 7% de taxa de exportação +1.5%+ 1\$00/kg."

VII) PECUÁRIA

Para o Dr. Horácio Soares, Chefe dos Serviços Provinciais de Veterinária:

"Timor oferece condições mesológicas boas, com os seus microclimas e extensas planícies para a criação pecuária, sendo sua a maior taxa de densidade pecuária do mundo português. Enquanto o maior valor é o da espécie bufalina quanto a expressão numérica a menor é a bovina."

Embora as pessoas se queixassem da crise de abastecimento de carne em 1973, de acordo com o recenseamento veterinário não havia carências:

Arrolamento de gado	Gado abatido para consumo:
Suínos 223 000	Suínos: 3 500 (1 750 em Díli)
Ovinos e caprinos: 192 000	Ovinos e caprinos: 2 500 (1 250 em Díli)
Bufalinos: 128 000	Bufalinos: 2 000
Equinos: 112 000	----
Bovinos: 85 000	Bovinos 4 000 (2 000 em Díli)
Arietinos e outros: 41 000	outros: n/n

De acordo com o Dr. Soares:

"Os números são suficientes para justificarem não haver crise, mas como o gado pertence à exploração do tipo tradicional ele serve como ostentação de riqueza potencial e é favor de prestígio pessoal e familiar, sem conceitos de valores económicos e nutritivos."

"Os Serviços de Pecuária têm duas estações de fomento pecuário: Same e Lospalos, estando os objetivos de tais estações altamente prejudicados por excessiva sobrecarga."

"Quanto à distribuição de gado bovino a particulares, pelo governo, muita gente em Timor quer ser criadora de gado à maneira tradicional, deixando os animais entregues ao seu destino, sem qualquer maneio, o que dá lugar a que as reses fiquem em estado bravio, se percam ou morram. Existem hoje (agosto 1974) 500 pedidos num total de 1 500 cabeças de gado bovino balinês; nas atuais condições nada custa pedir e receber gado do Estado...quanto às medidas preconizadas para procurar resolver o problema de falta de leite e laticínios, estima-se em 3 mil contos a verba necessária para tal."

A entrevista termina com graves acusações ao pessoal técnico o que causou uma reação pública, dado o Dr. Soares ser conhecido pelo seu dirigismo totalitário e autocrático. Umas semanas mais tarde, o Dr. Soares era suspenso sumariamente e dispensado. Este foi um caso sem paralelo nos anais de Timor.

VIII) UMA SEGUNDA REGATA, UM SEGUNDO JORNAL E OUTRO MANIFESTO POLÍTICO

Coincidindo com a muito anunciada regata Oceânica Darwin - Díli, o partido ASDT funda o seu quinzenário "NAKROMA." A regata é o acontecimento social do ano em Timor-Leste, pelo segundo ano a fio, trazendo cerca de 200 turistas e um total de 1 300 contos (aprox. AUD \$37,000).

Entretanto a UDT publica ainda mais um manifesto político. Destes estatutos provisórios salienta-se: *"a UDT tem como seus objetivos e princípios os seguintes:*

- *□i) Promoção acelerada à sombra da bandeira de Portugal do desenvolvimento social, económico, cultural e político do povo timorense,*
- *□ii) autodeterminação do povo timorense orientada para uma federação com Portugal como estádio intermediário para se atingir a independência,*
- *□iii) integração de Timor numa comunidade de língua portuguesa,*
- *□iv) aceitação e observância da Declaração Universal dos Direitos do Homem,*
- *□v) Política de boa vizinhança,*
- *□vi) defesa e enriquecimento da cultura timorense,*
- *□vii) justa repartição de rendimentos,*
- *□viii) luta ativa contra a corrupção,*
- *□ix) democratização da vida timorense,*
- *□x) Repúdio de integração de Timor em qualquer potência estrangeira."*

Estes princípios mudarão radicalmente nos meses que se vão seguir.

IX) ÁGUAS DE TIMOR OU ÁGUAS PARADAS DE TIMOR?

Entretanto, o Chefe dos Serviços de Marinha e Presidente das C. A. da Junta Autónoma dos Portos e Serviços e Transportes Marítimos, Comandante Leiria Pinto, numa longa entrevista ao jornal "V.T. (Voz de Timor)" declara como são boas as perspectivas na frente naval:

"Há tempos, um representante duma 'holding' de pesca, de capitais luso-italianos, com 'know-how' japonês e pescueiros chineses contactou o Governador para montar um entreposto em Díli, com armazéns frigoríficos para os seus barcos descarregarem o pescado. O Governo teria apenas de construir um cais acostável. A empresa propôs abastecer totalmente a província exportando o restante. Chegou-se a acordo: a província autoriza durante seis meses um navio mãe da empresa aqui no porto servindo para apoio dos pescueiros. O peixe será baldeado destes para o navio mãe pagando a frota as taxas portuárias legais.

"Vai-se estudar a localização do cais e da câmara frigorífica na zona de Tacitolu (Tassitolo, 10 km a oeste de Díli).

Vantagens:

- Abastecimento de peixe a Timor;*
- Treino de pessoal de Timor no capítulo das pescas;*
- Aumento substancial da receita da Junta Autónoma dos Portos (cada pescueiro pagará 10 contos ao atracar) da ordem dos 400 contos mensais proporcionando a criação de novas infraestruturas (aprox. AUD \$320.00) dia ou o equivalente a AUD \$12,500 mensais).*

"Atualmente possuem-se três câmaras frigoríficas, uma no Ataúro e duas em Díli. Quanto à fiscalização apenas se faz em Díli por falta de pessoal e viaturas. Será importante implantar um farol no ilhéu Jaco (Ponta Leste).

O único farol em Díli tem apenas um alcance de 12 milhas. O porto de Díli pode admitir navios até 145 m de comprimento e 9 m de calado. Tem três grandes lacunas: impossibilidade de abastecimento de combustíveis, inexistência de frigoríficos e oficinas navais. A Díli, só vêm navios para cargas e descargas.

"Atualmente até hoje só um navio garante o comércio com o exterior: é o 'Musí' da ex-KPM pertencendo a uma companhia de Singapura que faz as ligações Singapura Díli em cada vinte dias. Todas as importações vindas da Europa têm o seu entreposto em Singapura e são movimentadas pelo Musí que, com capacidade de 1000 toneladas carregava por vezes, 600 ou mesmo só 300 toneladas... Com a Austrália as ligações por meio do 'Broriver' são de 3 em 3 meses, sem regularidade... as ligações regulares com Macau teriam interesse...elas, de facto, iniciaram-se com o "MacDili," de duas toneladas pertencendo à Sociedade de Turismo e Diversões de Macau (STDM)".

"A nossa frota de duas barcas em serviço contínuo assegura o escoamento dos produtos da costa norte para Díli. Põe-se o problema do escoamento dos produtos do celeiro de Timor, que é a costa sul. Depois do desaparecimento do 'Arbirú' chegou-se à conclusão da necessidade de uma barca (barge) de 150 toneladas e dum rebocador. A primeira fase concretizou-se com a aquisição da 'Lifau', a barca está a ser construída (30 m. de comprido e capacidade de carga de 180 toneladas) ... o frete rodoviário é muito mais caro que o marítimo... para fins turísticos usou-se a barca 'Cômoro' nas ligações Díli-Ataúro-Díli..."

Esta era a panorâmica em agosto de 1974, embora faltasse assinalar a lancha canhoneira de fiscalização "Tibar", e a razão para não mencionar a única força de Defesa Naval era decerto o facto de a "Tibar" raramente estar operacional, passando mais tempo na doca seca do que em água.

Outro exemplo podia ser dado, o de quatro estudantes timorenses que passaram dois anos em Portugal aprendendo métodos de pesca totalmente inadequados.

Pouco a pouco se vai obtendo a noção da mais absoluta falta de estruturas em Timor, a carência total de meios. Isto era Timor, terra onde nada era feito, todos os incentivos eram negativos, todos os esforços de melhoria estavam fatalmente destinados à desilusão e ao desalento. Timor uma terra sem hipóteses de sobrevivência, morrendo uma morte lenta, tão lenta que as pessoas até acreditavam que Timor vivia...

Timor para quem o tempo parara havia muito, terra onde só as palavras viviam em si próprias no engano triste do "Loké dalan foun" [caminho para o desenvolvimento], uma via para a estagnação total timidamente dissimulada a todos os níveis. Terra calma onde nunca nada acontece.

CAPÍTULO V – A CONTAGEM DECRESCENTE

1. TIMOR: UM TRANSATLÂNTICO IMOBILIZADO OU OS MALEFÍCIOS DA PALAVRA?

Em Portugal, em finais de agosto [1974], o Dr. Almeida Santos tomou parte numa mesa redonda sobre as perspetivas de Timor, organizada pelo semanário "EXPRESSO" que foi severamente criticada pelo médico miliciano, Dr. Jorge Pestana Bastos na 'V.T.':

• *"Timor - um transatlântico ancorado entre o Pacífico e o Índico? Ou meramente encalhado? ... Timor, uma exploração deficitária? Mais cara ou mais barata do que os jardins da Gulbenkian (em Lisboa) Um problema espinhoso? Um bico-de-obra 'tout-court'? O Dr. Almeida Santos não o quer como saldo de um império, a Indonésia não o quer como défice de outro.*

Independência? Inviável?

"Foi consultada a Austrália? Talvez as Filipinas... o Japão mostrou interesse em tempos; para os Estados Unidos fica um pouco fora de mão. Bem, o Dr. Almeida Santos não disse tanto. O Ministro Almeida Santos não poderia legitimamente dizê-lo, mesmo a título pessoal numa mesa redonda.

"Não é por nos desagradarem que as razões ficam menos razoáveis. Pois considerámo-las. Algumas foram já apresentadas. Ocorre-me, porém, sugerir que talvez falte considerar seiscentas mil razões.

"Magnas, dir-me-ão, e em certo sentido são-no, ignorá-las é já propor uma nova Constituição Política 'avant la lettre': "De como 600 000 pessoas podem perder a nacionalidade sem serem ouvidas nem achadas"

"Adquiriram-nas do mesmo modo? Parcialmente verdade, não inteiramente relevante.

Há que averiguar se a querem conservar, não se a querem obter.

"Se tiverem uma noção fragmentária, imprecisa, porventura incorreta, têm o direito de a corrigir, de decidir em que sentido a vão modificar. Têm o direito de propor ou não, quaisquer formas de associação ou de convivência privilegiadas; e a mais nove milhões de razões que em relação ao assunto ainda não lavaram as mãos na bacia de Pôncio Pilatos.

"Tudo isto tem que ver com o direito dos povos à autodeterminação e à independência ou à independência ou autodeterminação? OU até à autodeterminação até (no tempo) à independência? Ou à autodeterminação até (na possibilidade) à independência? E só até aí? E porque não um pouco mais? Recusamos então o direito à autodeterminação e à independência? O direito à independência não será ir longe de mais? (Que em matéria de autodeterminação começamos nas colónias mas não chegamos às câmaras).

"Dependências há duas, a saber: uma 'ante' que é subordinação, e uma 'pós' que é independência. Donde não basta ouvir uma das partes que interdependem.

"Se por um sentimento de culpa e expiação ou de uma urgência em adotar o figurino da moda, sentimos, (sentis) Timor como empecilho há que estabelecer primeiro: Quem sente e o quê. Se em nome

de uma ideologia ou de um sã egoísmo queremos (quereis) ter as mãos livres para cultivar o jardim (à beira mar), saibamos (sabei) primeiro se há um consenso ou na sua falta procuremos uma maioria. Se para uma viagem à Europa não precisamos de um barco velho nos antípodas não é retirando o passaporte à tripulação que nos desobrigamos perante ela e perante nós...

"Não sei se a mesa redonda terá confundido (o homem com o Ministro, o Ministro com o Governo Provisório, o Governo Provisório com o sentimento nacional). Em caso afirmativo enganou-se redondamente."

Esta opinião crítica do Dr. Pestana Bastos, um psiquiatra controverso e quiçá excêntrico revela o amor que ele sente por Timor onde viveu alguns anos e onde lutou sempre contra as declarações paternalistas dos poderes coloniais.

Num certo sentido, o Dr. Bastos retrata um conhecimento dos sentimentos locais, ele compreende e sente Timor, ele recorda talvez muito vivamente – a forma muito distorcida como tudo relacionado com Timor foi sempre relatado para o mundo exterior. Estes bocados podem ajudar o leitor a compreender o que se vai seguir.

2. SETEMBRO, UM MÊS DE ESPERAS.

1) UMA EXONERAÇÃO OU A DEMISSÃO FRUSTRADA QUE DEVERIA TER SIDO?

É em meados do mês que se lê com certa estupefação que o Coronel Aldeia tinha sido exonerado a seu pedido do cargo de Governador. Foi louvado pela competência, zelo e inteligência com que desempenhara tais funções. Este é mais um exemplo vergonhoso do abandono a que Timor estava votado por Portugal. Interesses políticos, que interesses? Eram sinónimo de um esquecimento total de Timor por parte de Lisboa. Agora, é correto admitir que a Revolução do 25 de abril não se fizera para ser aplicada a Timor, Portugal não lhe deu o que sempre lhe recusou: AUXÍLIO.

Autodeterminação e independência teriam de ter um preço a ser pago pelos Portugueses e não apenas pelos Timorenses. Timor pediu e foram-lhe dadas promessas vagas e palavras sem conteúdo. As falsas opções levantaram esperanças demasiado alto e demasiado depressa, criando situações propícias à guerra civil, primeiro, a que se seguiria uma guerrilha durante 23 anos. A guerra jamais esperada, sentida ou desejada, opção falsa imposta pela violência sob o nome de Timor, a criação de um abismo ideológico baseado no reavivar de ódios ancestrais já olvidados. Ou seria esta a via original (?) da descolonização à Portuguesa?

A vietnamização da guerrilha atual entronca num amontoar de erros graves cometidos ao longo de séculos culminando nuns rápidos oito meses como veremos adiante. O partidarismo e pseudoisenção dos chamados partidos políticos criam um abismo entre os Timores que 500 anos de colonialismo não conseguiram. Acusações óbvias têm de ser dirigidas para descrédito dum processo revolucionário que se autodenominou de pacífico e que no fim se revelou sedento de sangue. Como justificar que em Timor o Absolutamente Impossível tenha acontecido?

II) A RENOVAÇÃO DO JORNAL “V.T. (VOZ DE TIMOR)”

O Comandante Naval Manuel Lourenço Pereira, fundador e diretor nominal do jornal local “V.T.” [A Voz de Timor] desliga-se do mesmo e assume funções em sua substituição Francisco Lopes da Cruz, um nativo Timorense conotado com o Bureau Central e Político da UDT³⁹.

O autor [deste trabalho], desiludido com o crescente partidarismo político decide demitir-se como Editor Chefe, sendo substituído pelo Chefe de redação, Dr. Alberto Trindade Martinho, autor das primeiras sondagens à opinião pública. Exausto por mais de um ano de lutas contínuas, sem meios técnicos, humanos ou materiais para desempenhar as suas funções. Sujeito às mais inacreditáveis pressões psíquicas e morais por defender os princípios mais sagrados, o autor entrega nas mãos do Dr. Alberto Martinho pedras basilares documentais e evidenciais sobre os erros de anteriores administrações.

Aparte este trabalho ora apresentado, resta esperar que um dia tais arquivos sejam tornados públicos para trazer a lume o que Timor era até ao fim da Administração Portuguesa. Se hoje, depois de tantos anos, anseio utilizar, de novo, publicamente a minha voz é por sentir que os meus anos de silêncio eram totalmente indesejados pelos Timorenses. Frustrado pela evolução da política internacional e a rapidez de esquecimento dos humanos, sinto como minha a humilde obrigação de divulgar tanto quanto sei sobre o que então aconteceu. Pode ser que entre os leitores - mesmo que seja apenas um - alguém possa entender a verdadeira tragédia da luta timorense, a injusta situação a que têm sido submetidos sob o domínio indonésio.

Sistematicamente violados e silenciados os Timorenses, são hoje protagonistas de um guião que lhes não pertence e ao qual não pertencem - uma vez mais, alguém poderia acrescentar. As fáceis generalizações políticas erroneamente tomam a nuvem por Juno, ou em termos mais mundanos, admitem para todo o Timor o que apenas era visível em Díli. De novo, as minorias não intencionalmente decidem em nome daqueles que se dizem representar.

Entretanto, em Lisboa, o Presidente Costa Gomes sucede ao Presidente Spínola, enquanto em Jogyakarta, Gough Whitlam (o 1º Ministro australiano) tem um encontro com o Presidente Suharto, e anuncia que *‘um Timor independente provavelmente não terá viabilidade’*. O Dr. Almeida Santos anuncia a sua visita a Timor que terá lugar durante o mês de outubro 1974.

III) SETEMBRO 1974: A INDONÉSIA OBTÉM O ASSENTIMENTO DA AUSTRÁLIA (PARA INCORPORAR TIMOR) E COMEÇA A DESESTABILIZAR O TERRITÓRIO COM VISTA À SUA ANEXAÇÃO.

Adam Malik, então Ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, declara publicamente (17 junho 1974):

“Timor tem direito à independência e a Indonésia não tem pretensões territoriais sobre nenhum território tal como estipulado na sua Constituição e tentará ter uma boa relação com um Timor independente.”

Sem contar com esta declaração do Ministro dos Negócios Estrangeiros, apenas cinco dias antes o deputado John Naro defendia a integração de Timor-Leste na Indonésia, e um mês mais tarde os Generais Ali Murtopo e General Benny Murdani completavam o plano para incorporação do território, a ser efetuada logo que possível e com utilização de força se necessário.

O jornal diário "Berita Yudha" na sua edição de 28 de agosto 1974 em editorial afirma: ***"O direito à autodeterminação não pode ser separado de uma estratégia geral global."***

A noção de tentar integrar Timor na Indonésia não era nova. Em finais de 1972 ou 1973, o Grupo de Ação Especial do Serviços Secretos Indonésios [Bakkim/OPSUS] gravemente preocupado com os avanços comunistas e a retirada norte-americana do Vietname, já se manifestava vocalmente contra uma possível independência de Timor.

O General Suharto que hesitava aceitar as propostas integracionistas de alguns dos seus generais e conselheiros, tem uma reunião em 6 setembro 1974, em Wonosobo na Ilha de Java com o Primeiro-ministro australiano, Gough Whitlam que ofereceu o apoio australiano à política indonésia de integração de Timor-Leste. Poucos dias depois, a comunicação social australiana, portuguesa e internacional noticia em manchete: ***"o apoio australiano à integração"*** e que ***"o Governo Australiano considera esta opção para Timor como sendo importante para a estabilidade na região."***

O comunicado oficial acrescenta que ***"o apoio da Austrália à integração de Timor-Leste na Indonésia"*** depende de um ***"referendo dos seus habitantes, aprovado pela comunidade internacional."***

Mais tarde, a Austrália irá esquecer esta pré-condição para reconhecer a anexação, sem que o povo de Timor-Leste tenha podido votar tal integração de acordo com a comunidade internacional.

Os interesses estratégicos e a preocupação com a estabilidade regional, aliadas ao pânico criado pela progressão do comunismo no Vietname [Saigão tombou a 30 abril, 1975], o desejo de manter um bom relacionamento com a Indonésia, ditaram a decisão australiana "de total acordo com o Presidente Suharto no assunto."

O apoio dos EUA e o acordo australiano [podem ter sido] fundamentais para o Presidente Suharto decidir avançar com a anexação. É por demais consabido que o Mar de Timor, entre a Austrália e a Indonésia é rico em petróleo. Em 1971/1972, a Indonésia e a Austrália assinaram um acordo definindo as suas fronteiras marítimas, as quais obviamente excluíam o vazio ('Gap') entre o Timor Português e a Austrália. Durante 1974/1975 estavam a decorrer conversações entre a Austrália e Portugal para definir os limites daquela área tão rica, e a Austrália não estava nada satisfeita com o progresso daquelas por estarem muito aquém das suas expetativas.

O seu embaixador em Jacarta reitera numa mensagem datada 17/8/75:

"Interrogo-me sobre se o Departamento [Ministério] terá feito valer o interesse do Ministro ou do Ministério de Minerais e Energia na situação de Timor. Parece-me que o Departamento pode bem ter interesse em encerrar o presente 'vazio [Gap] na fronteira marítima acordada e isto poderia bem mais facilmente ser conseguido negociando com a Indonésia do que com Portugal ou com um Timor Português independente."

O apoio dado pelo Governo Australiano no encontro de 6-8 setembro 1974 significa que uma decisão só é tomada após tal encontro: *"Timor-Leste tem de ser integrado na Indonésia, independentemente da vontade do seu povo."*

Curiosamente quer aquela decisão quer o seu conhecimento público precedem a transformação da ASDT [Associação Social Democrata Timorense] num novo e revitalizado partido político denominado Fretilin [Frente REVOLUCIONÁRIA PARA TIMOR-LESTE INDEPENDENTE] a qual só acaba por ter lugar uns dias mais tarde em 11 setembro 1974.

Tal decisão precede também a viragem à esquerda na política portuguesa que ocorre com a queda do Presidente Spínola ao 28 setembro 1974, sendo substituído pelo General Costa Gomes, e precede também o movimento do 15 de março 1975.

Torna-se óbvio que a radicalização dos partidos políticos em Timor-Leste e a viragem à esquerda da política portuguesa (durante o período de transição para implantação da democracia em Portugal) serve os melhores interesses da Indonésia para se justificar a si mesma, aos olhos do mundo, pela anexação de Timor-Leste. A decisão para a anexação antecede aqueles acontecimentos e assenta em quatro razões fundamentais:

- A) O pânico instalado no mundo ocidental e na ASEAN (Associação das nações do Sudeste asiático) confrontados pelo avanço comunista no Vietname e a subsequente retirada norte-americana, simbolizada pela queda de Saigão a 30 abril, 30, 1975;*
- B) Razões geoestratégicas ligadas à importância da Indonésia para os EUA, Austrália e o mundo ocidental em geral;*
- C) Os interesses económicos (sobretudo australianos) na enormemente rica bacia do Mar de Timor;*
- D) As necessidades internas do regime militar indonésio, e dos 'falcões' para consolidar a frágil unidade nacional do arquipélago [havia outros movimentos autónomos a manifestarem-se noutras ilhas] através de uma lição exemplar de força obtida por uma invasão, seguida da imediata sufocação de qualquer reação de Timor-Leste.*

Infelizmente, os efémeros e inúmeros Governos Portugueses no instável período que se seguiu à Revolução de abril não se opõem firmemente, como deviam, às ambições da Indonésia. Incapazes de avaliar ou entender as realidades culturais, económicas e políticas de Timor-Leste, aqueles governos limitam-se a defender apenas o direito à autodeterminação. O povo do território *"deve escolher o seu próprio destino, sem opor quaisquer*

objeções à integração na Indonésia se essa for a vontade livremente expressa do povo de Timor-Leste,” como esses governos tantas vezes apregoam, será o princípio por que tais governos se vão reger cometendo um erro bem mais trágico de avaliação do que alguém poderia prever à data.

A Indonésia avança com o seu plano de anexação, contando com o apoio da Austrália, a cumplicidade conivente do mundo ocidental em geral e dos EUA em particular, a compreensão da União Soviética⁴⁰ e uma muito ténue oposição de Lisboa.

O primeiro passo é a desestabilização do território, para o qual o Presidente Suharto dá ‘luz verde’ em outubro de 1975. Para a operar é lançada a ‘Operasi Komodo’⁴¹ liderada pelos Generais Benny Murdani e Yoga Sugama, e o Coronel Sugiyanto. Estas operações incluíam o recrutamento de agentes de Timor-Leste, propaganda falsa pelas Rádio Kupang e Rádio Atambua (na metade indonésia da ilha) disseminada pela agência noticiosa oficial ANTARA e reportagens alarmistas sobre a situação em Timor-Leste. Esta operação vai centrar-se também no aliciamento dos líderes políticos de Timor-Leste, com toda a forma de promessas e ofertas (mais tarde traduzidas em pressões) e na radicalização dos partidos políticos locais através de agentes da Indonésia infiltrados.

A segunda fase desta operação (‘Operasi Komodo’) irá ter início no começo de 1975, incluindo a preparação militar da invasão quando se torna evidente que há uma rejeição quase total por parte dos timorenses de qualquer projeto integracionista na Indonésia. O General Benny Murdani é o principal arquiteto dos preparativos de invasão de Timor. Em 18 de fevereiro 1975 um simulacro de invasão tem lugar em Lampung, na ponta sul da Ilha de Sumatra, com vista à preparação das tropas criando um cenário para a operação que irá ter lugar uns meses mais tarde em Timor-Leste. De acordo com analistas australianos, o exercício foi um fracasso total e ajuda a atrasar a invasão de Timor.

IV) A CRISE AGRAVA-SE

A crise espreita, de novo, ou então não será ela mais um efeito colateral da Revolução dos cravos encarnados? O abastecimento das principais necessidades dietéticas dos timorenses agrava-se subitamente. Numa sessão pública no Ginásio de Díli, com os delegados do M.F.A.,⁴² é divulgado um documento no qual se manifesta ‘ser necessário expulsar os chineses porque são exploradores do povo de Timor’. Como é do conhecimento geral o comércio importador vive de créditos obtidos nos mercados externos de Taiwan, Singapura, Hong Kong e Tailândia. Devido à instabilidade e a um certo grau de alarmismo sobre a insegurança que se vivia, um determinado número destes credores corta o seu apoio a Timor, desta forma estrangulando todas as importações. A necessidade de procurar manter no exterior alguma confiança na situação política em Timor era absolutamente vital para a sobrevivência económica da ilha.

Recorde-se que no fim da 2ª Grande Guerra, alguém se lembrou de propor que Europeus e Timorenses concentrassem os seus esforços em empreendimentos comerciais, como forma de limitar a supremacia comercial chinesa. Verificou-se um surto vultoso de investimentos iniciais, mas esses empreendimentos tiveram

vida curta e acabavam sistematicamente na bancarrota. O ódio contra os Japoneses estendeu-se, de certa forma, aos chineses e contra tudo o que é oriental numa atitude típica de desconfiança tão comum aos impérios colonizadores. O resultado desta crise forçou o Departamento de Economia a assumir insolitamente o exercício do comércio de forma discriminatória.

A distribuição de géneros em postos oficiais do governo autorizados para o efeito está sujeita ao estatuto socioeconómico do povo, assim, os escalões menores da administração civil veem, uma vez mais, os seus direitos básicos negados, e têm de se conformar com um racionamento muito restrito. Simultaneamente, o exército colonial, os funcionários públicos de patentes mais elevadas e todos os civis de origem europeia têm a capacidade de comprar quantidades suficientes de víveres, sob a desculpa bacoca de que a sua presença em Timor é indispensável dado o seu papel decisivo pelo que têm de estar bem alimentados.

Os nativos têm de se confinar às fontes de abastecimento alternativas e considerar-se gratos pela falta de oportunidades de carreira profissional e pela absoluta falta de progresso nas mesmas. Se bem que o racionamento seja visível para os géneros alimentares, torna-se difícil entender o anúncio do governo sobre a compra de uma nova aeronave, capaz de aumentar a capacidade de transporte da operadora local TAT [Transportes Aéreos de Timor]. O avião "Islander" com capacidade para oito passageiros aumenta para 26 lugares semanais a capacidade total dos TAT, com um preço tabelado nos Esc. 5 600 000\$00 (aprox. AUD \$175,000).

V) TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS POSTAIS

O novo diretor dos Serviços Provinciais de Telecomunicações, Eng. Sampaio Rodrigues numa rara entrevista ao jornal "V.T. (Voz de Timor)" declara:

"As comunicações telefónicas com o interior são deficientes. Em 1972 foi aberto concurso para uma rede telefónica interurbana em Timor. Concorreram cinco firmas, as japonesas "Mitsui" e "Okì," as portuguesas "Standard Elétrica" e "Plessey" e a australiana "Page". Eu vi tanto interesse em favorecer as firmas portuguesas, que só porque as propostas não estavam totalmente redigidas em português, foram excluídas a "Mitsui" e "Okì" ... só não pode ser eliminada a "Page" com uma proposta de 14 mil contos (AUD \$437,500 dólares), A "Plessey" queria 22 mil contos (AUD \$687 500 dólares) e a "Standard Elétrica" 30 mil contos (AUD \$937 500) e era à Page que devia ter sido entregue a obra.

"Em meados de 1973 o Diretor Geral das Obras Públicas, de acordo com o Governador Aldeia, incompreensivelmente anulou tudo. Assim, e em vez de 30 mil postes podres e a cair, sem telefonistas a interromperem as comunicações, teríamos hoje (set. 1974) uma rede automatizada. Quando soube da decisão em Lisboa disse ao Ministro encarregue de Timor [Eng. Abecassis]:

"Veja, 14 mil contos (AUD \$437 500) é uma percentagem mínima dos 500 mil contos para estradas e aeródromos (AUD \$15,6 milhões)" mas a minha opinião não foi ouvida."

Posteriormente, houve nova proposta dos Japoneses para fazerem a rede gratuitamente se o governo aceitasse o futuro exclusivo de serviços. Essa proposta do gabinete japonês como recompensa dos danos da

guerra foi repudiada. Um Delegado do governo nipónico foi mandado a Díli, mas depois dos contactos iniciais o negócio não se concretizou, porque a Administração Portuguesa não queria aceitar nenhuma oferta japonesa.

Sampaio Rodrigues acrescenta:

"Quando regresssei de Lisboa, o Governador compreendeu que tinha sido um erro a anulação do concurso e mandou abrir, um limitado, para a realização da rede telefónica UHF, por fases. A Page orçamentou o concurso por 4 300 contos (aprox. AUD \$134,400) e venceu o concurso para a 1ª fase (24 canais entre Díli e Baucau) que se prevê irá durar um ano a efetuar. Porém agora em vez dos 14 mil (AUD \$437 500) já são necessários mais de 20 mil contos (\$625,000) ...

"O transporte do correio ao interior é feito da maneira mais elementar: utilizando as carreiras, barças, avião, colunas militares, etc. Há apenas 18 estações postais no interior... não há distribuição domiciliária em Díli... há 200 caixas postais e em breve dispor-se-á de mais 300...para os 25 mil habitantes".

Sampaio Rodrigues adianta:

"As receitas orçam 75% das despesas e todos os anos temos um défice. O pessoal dos CTT trabalha mais de 45 horas semanais, incluindo sábados à tarde..., mas desde novembro 1973 não foram remunerados pelas horas extraordinárias. São limitações da Fazenda que não posso corrigir.

"A central automática de Díli previa em estudos de 1968, 800 postos e saturação dez anos depois. Em 1974 necessita ser ampliada para 1800 (o dobro da capacidade atual).

Como aqui ficou declarado, a absoluta falta de estruturas estava no cerne de todos os problemas de Timor.

VI) UNIDADE ANTI-APODETI – OU A HISTÓRIA DA PRIMEIRA ALIANÇA TÁTICA UDT - FRETILIN

O Delegado do M.F.A.⁴³ em Timor, Major António Carlos Arnao Metello parte em visita oficial a Portugal após dois meses de luta acérrima contra o Encarregado do Governo, Níveo Herdade. A situação nos escalões superiores da hierarquia militar era de confusão e tensão pois a cúpula militar viu vários altos oficiais serem desterrados para fora de Timor por alegadamente terem tomado parte num abortado minimovimento antirreacionário para depor o Encarregado do Governo. Dentre esses oficiais contavam-se um Tenente-coronel, alguns Capitães, um Juiz do Tribunal de Direito e alguns oficiais milicianos, num total de 25 pessoas. Fora uma enorme depuração dos escalões mais altos da hierarquia em tão reduzida comunidade militar.

A ASDT (Associação Social Democrata de Timor) muda, entretanto, o seu nome para Fretilin (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente). Em Jacarta, Reis Araújo, líder da APODETI clama que o seu partido para a integração de Timor na Indonésia tem enorme apoio local, e pede à Indonésia para acelerar os esforços para atingir o desiderato da integração. Claro que aquele golpe publicitário vai receber uma profunda contestação dos restantes partidos. O comunicado da UDT afirma:

"A UDT tem vindo a constatar através das múltiplas deslocações dos seus delegados ao interior do território, nos contactos com a população, que o apoio à fusão de Timor-Díli com a Indonésia (tal como

preconiza a APODETI) é praticamente nulo o que faz ressaltar que os 70% de adesão ao programa da APODETI não correspondem à verdade objetiva dos factos.”

“Aliás não será o Sr. [Reis] Araújo (se a memória não nos falha) aquela personalidade cuja amizade pelo nosso povo ficou sobejamente comprovada durante a última conflagração mundial, pela íntima colaboração prestada ao exército ocupante, contribuindo para o sofrimento dos timorenses, quer dos sobreviventes quer dos 100 mil que nela perderam a vida vítimas dos Japoneses?!!!

“Julga-se conveniente recordar aos timorenses este passado não longínquo do referido líder da APODETI. A UDT apela ao Governo da Indonésia, país que muito respeitamos e admiramos pela sua política de não-interferência nos assuntos internos doutros territórios, se não deixe influenciar pelas maquiavélicas manobras do Sr. Reis Araújo e seus comparsas pois estes nada representam em relação às 600 mil vontades de outros tantos timorenses cujo destino deverá ser o que quiserem livremente escolher e não qualquer outro que porventura venha a ser proposto nos bastidores da política internacional. A UDT apela também para que todos estejam de sobreaviso nas manobras levadas a efeito pelo líder da APODETI e outros irresponsáveis na intenção de arrastar o povo timorense para o caos, a confusão, a miséria e o genocídio. Viva Timor-Díli. Abaixo os traidores do povo timorense.”

A Fretilin no seu comunicado recusa-se a comentar as *“Inqualificadas declarações de Reis Araújo,”* e enuncia alguns princípios políticos: *A Fretilin*

- i) Defende o direito inalienável dos povos à independência.*
- ii) Defende o sangue dos irmãos patriotas que ao longo deste meio milénio caíram atravessados pelas balas colonialistas em luta pela Libertação do povo e Independência da Pátria Timor.*
- iii) Repudia energicamente todas e quaisquer manobras oportunistas mais ou menos ‘democráticas’ visando objetivos ambíguos ou menos claros.*
- iv) Não tolera e luta ativamente contra quaisquer manobras para a alienação da Pátria a quaisquer potências estrangeiras por certas categorias sociais mais ou menos frustradas, mais ou menos oportunistas que pretendem o jugo do povo e o saque das riquezas por ele produzidas, a coberto de correntes fantoches ditas ‘democráticas’.*
- v) Encarna as mais profundas aspirações do povo pelo que não pretende nem tolerará a continuação da opressão e exploração do povo seja a que título for após a independência.*
- vi) Rejeita os ‘esforços’ (na Indonésia) do líder da APODETI, Reis Araújo classificando-os de ‘manobras inqualificáveis’ só compreensíveis neste ‘caso raro’ de Timor na história das descolonizações demonstrativas do mais ‘primário oportunismo’ e da ‘negação do poder criador do homem, que ao longo da história edificou nações, dominou o espaço, fez as mais fantásticas conquistas em proveito da humanidade.”*

Como é facilmente detetável, existe um novo e florido argumentista de serviço, agora que a ASDT se transformou na Fretilin. Estes dois comunicados assinalam a primeira vez que os dois partidos concordam sobre qualquer assunto.

VII) FRETILIN – UM PARTIDO RENOVADO, UMA NOVA IDEOLOGIA RENOVADORA

A introdução ao manifesto político da Fretilin tem um novo ideário que muitos consideraram ser um plágio do manifesto político do P.A.I.G.C. (o Partido unificado africano para a independência da Guiné e de Cabo Verde). Vamos acompanhar aquele documento histórico que irá transfigurar a política local:

“Assim como não é possível a existência dum fascismo liberal nem tampouco a de um colonialismo democrático, torna-se absurdo que qualquer forma de dependência, quer revista aspetos declarados, quer subtis aspetos de sujeição, possa promover o progresso da terra e a libertação dos povos sob regime colonial.

É um facto que os 500 anos de colonização portuguesa se traduziram condensadamente, no seguinte panorama ‘humano, socioeconómico, cultural e político’ nitidamente opressivo e violador dos mais elementares direitos que devem assistir a qualquer ser humano.

a) Simbólico, irrisório, humilhante e desprestigiante rendimento per capita, demonstrativo de exploração desenfreada;

b) Elevadíssimo índice de analfabetismo revelador da discriminação e dominação da política colonial prosseguida pelo governo português;

c) Corrupção cancerosa e degradante das superestruturas político-económicas, entorpecedoras de qualquer forma de desenvolvimento do povo dominado;

d) Obsoleta e anacrónica estrutura político-administrativa;

“Urge, portanto, uma tomada de posição clara, concisa, vigorosa e atuante.

Atentas as circunstâncias determinantes do momento político atual e:

“Considerando, que a nossa terra está a atravessar uma hora grave e decisiva da sua história,

“Considerando que o momento é de ação, de responsabilidade, de coragem, de generosidade a toda a prova e de decisão clara e formal, numa palavra de CONSCIENCIALIZAÇÃO

“Considerando que se torna necessário e oportuno passar-se a uma atuação mais militante junto dos povos de Timor-Leste para o ajudar na sua luta pela libertação,

Após aturadas reuniões e debates, a Assembleia Geral da ASDT, considera-se intérprete dos mais profundos anseios dos povos do Timor-Leste, e em razão disso proclama-se o único representante legítimo do povo e passa a designar-se Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (Fretilin).

“O ideário da Fretilin fundamenta-se essencialmente no da ex-ASDT que fica refundida nos seguintes pontos:

I. Fretilin é um movimento VANGUARDISTA que incarna as aspirações mais profundas dos povos, ou seja, o pensar, o sentir e a vontade de libertação dos povos de Timor-Leste.

II. Fretilin reconhece como único caminho para a verdadeira libertação e progresso dos povos de Timor-Leste, a independência a consolidar com:

a) A erradicação total do colonialismo a levar nos seguintes moldes:

i) Profunda e acelerada transformação das caducas estruturas coloniais com implantação de outras verdadeiramente democráticas com base na Social-democracia.

ii) Desenvolvimento cultural inspirado em novo processo e conceito de cultura, ou seja, a que

realmente é do povo para estar com o povo e ser para o povo,

iii) Luta ativa contra a corrupção e outras formas de exploração do povo,

iv) Convívio multirracial e sem diferença de credos.

b) A Rejeição e Repúdio enérgico do neocolonialismo e de todas as formas de alienação da Pátria a qualquer potência estrangeira.

III. Fretilin defende intransigentemente o direito inalienável dos povos à independência, pelo que preconiza:

i) A proclamação imediata da independência 'de jure',

ii) A descolonização imediata e efetiva integrando-se esta no processo de Transferência de Poderes a realizar-se simultaneamente com a transformação de estruturas preconizadas em II. a) em ordem à independência 'de facto',

iii) O seu reconhecimento por Portugal como único interlocutor para o processo descrito na alínea anterior (Acordos Bilaterais).

IV. Fretilin defende a política de cooperação internacional, mais estreitamente com Portugal, Brasil, Guiné-Bissau e os futuros países de expressão lusíada, bem assim como os países da área geográfica em que se integra Timor, salvaguardando-se sempre os superiores interesses dos povos de Timor-Leste.

V. Fretilin preconiza essencialmente o recurso à O.N.U. para a 'supervisão' e demais formas de ajuda e formalidades diversas relacionadas com o Processo de Descolonização e Transferência de Poderes com vista à independência 'de facto'.

VI. Fretilin reserva-se o direito de selecionar os países membros da O.N.U. que integrarão a Comissão de Supervisão.

VII. Fretilin prevê o recurso à ajuda incondicional de todas as nações de boa vontade e organismos internacionais para a resolução de problemas prementes de ordem social, económica, cultural e política do nosso povo e da nossa Pátria. VIVA TIMOR!

Esta a surpreendente transfiguração obedecendo a um esquema tipo (PAIGC, FRELIMO, etc.) que a ASDT sofre, já sob a orientação discreta de alguns dos seus membros, recém-chegados de Lisboa, e um desvio do amadorismo político que ameaça criar reações futuras.

VIII) DE COMO GOVERNAR O POVO É FAZER VISITAS POLÍTICAS

O Encarregado de Governo, Tenente-coronel Níveo Herdade decide neste agitado mês de setembro [1974] sair do ambiente politicamente quente de Díli, com alguns Chefes de Serviço e o Cônsul da Indonésia visita Atambua, uma cidadezinha costeira, perto do setor norte da fronteira com Timor-Leste. Ali, é recebido pelo seu homólogo indonésio, o Governador-Geral de Nusa Tenggara Timur, Coronel El-Tari.

No seu discurso, Herdade afirma:

"Em relação à posição de Timor Português entendo que qualquer posição que venha a ser tomada tem que ser com base exclusivamente na decisão do povo. Na decisão, portanto, consciente do povo português, do povo de Timor, resultado de uma expressão livre e independente da sua vontade.

"Por enquanto o povo de Timor português ainda não exprimiu essa vontade, ainda não disse o que desejava ser e como tal ninguém está autorizado a falar em nome do povo de Timor. Tenho muito respeito pelo povo de Timor que não são só aquelas dezenas de milhar que estão na cidade (de Díli) ... em relação ao problema da situação de sermos vizinhos entendo que não se pode nem deve passar nada em Timor português que seja prejudicial aos nossos vizinhos justamente porque considero indispensável que entre dois territórios vizinhos tem que haver bom entendimento, auxílio mútuo, paz, progresso, amizade..."

Mais tarde, nesse mesmo mês, o Ten. cor. Herdade visita Víqueque na costa leste de Timor Português, centro reconhecido pelas disparidades étnicas e culturais. Num discurso público ali afirmou:

"A liberdade de expressão recentemente instituída não (apoia nem) consente o incitamento à violência ... nenhuma das autoridades - quer militares quer administrativas - estão autorizadas a tomar posições partidárias, que forcem a vontade ou liberdade das populações."

Convém lembrar que foi nesta região que em 1959 nasceu a infame rebelião de Uato-Lari ⁴⁴.

IX) A INDONÉSIA DIZ SIM À REINTEGRAÇÃO DE TIMOR

Entretanto, os jornais citam fontes oficiais indonésias afirmando que **"o futuro de Timor-Leste não deverá afetar a Indonésia na sua estabilidade política"**. O MNE, Adam Malik, entrevistado em Jacarta admite que *'quer Portugal quer a Indonésia concordaram que o futuro de Timor deveria ser decidido pelo próprio povo, e que a degeneração do General Spínola como Presidente da República Portuguesa n*

O Ministro do Interior, Amir Machmun rapidamente acrescenta que *'a Indonésia aceitaria a integração de Timor se essa fosse a vontade expressa pela população'*. O influente General Ali Murtopo, Chefe dos Serviços de Informação Militar revelou que *'representantes de organizações políticas de Timor têm dirigido apelos à Indonésia para que auxilie a reintegração do território.'*

Simultaneamente em Jacarta, a 27 de setembro o jornal militar "Berita Yudha," ataca dois importantes comerciantes e importadores chineses de Díli: Jape Kong Su e Lay Kian Fun. De acordo com o jornal aqueles dois chineses seguindo instruções do Partido Comunista Chinês [da República Popular da China] haviam colaborado e financiado a manifestação da Fretilin em 14 de agosto de 1974 onde alguns milhares de pessoas manifestaram a sua simpatia por aquele partido. Aqueles destacados comerciantes veementemente repudiaram as alegações e solicitaram ao cônsul indonésio em Díli, Dr. Tomodok a reposição da verdade.

O Encarregado de Governo recebia, entretanto em audiência privada – cujo conteúdo nunca foi divulgado – os Bispos indonésios de Bali e Atapupo.

4. A VISITA.

1) A DESCOBERTA DE UMA NOVA “RELIGIÃO”

Divulgava-se entretanto, o programa da esperada visita do Dr. Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial à colónia esquecida, e o grande acontecimento iria ter lugar a 12 de outubro. Estavam previstas reuniões e encontros com os Chefes de Serviços e Departamentos Provinciais, com as associações económicas (A.C.A.I.T.⁴⁵), cívicas e políticas, delegados do Governo (na S.A.P.T.A.⁴⁶), assim como visitas a Maubisse e ao ‘Monumento dos Massacrados’ [2ª Grande Guerra] em Aileu. A Câmara Municipal de Díli convidava o público a concentrar-se frente ao Palácio das Repartições (Palácio do Governo), e convidava o comércio e indústria a encerrar os seus estabelecimentos para o evento. Tudo isto era demasiado remanescente do ‘velho estilo’ das manifestações públicas, tão vulgares durante a ditadura.

A visita foi adiada uma semana para permitir a inclusão de visitas à Austrália e Indonésia pelo Dr. Almeida Santos, mas apesar disso, centenas de pessoas das montanhas acompanhadas das tradicionais ‘Companhias de Moradores’ haviam descido a Díli para vitoriar o representante do governo português.

Almeida Santos chegou, uma semana depois, acompanhado pelos Majores Hugo dos Santos e Garcia Leandro, ambos do M.F.A. e o distinto jornalista [futuro Ministro da Cultura] Dr. Raúl Rego. À sua chegada ao aeroporto de Díli, um emocionado Dr. Santos anunciava:

“... Nunca, tive razões para me sentir tão orgulhoso da minha Pátria como no decurso desta peregrinação. Encontrei 2 000 palavras portuguesas na Indonésia, 15,000 trabalhadores portugueses em Sydney. ”

No Salão de Festas do Palácio do Governo, o Presidente da Câmara de Díli, César Mouzinho (da UDT) profere uma alocução histórica e alegórica:

“... Os atos de bravura, dedicação e lealdade à Bandeira das Quinas⁴⁷ perpetuadas pelo povo timorense em quatro séculos da sua história plenamente justificam a nossa presença e dá-nos amplo direito de continuarmos Portugueses: Direito que impõe uma obrigação!”

O Presidente da Câmara, César Mouzinho, um líder da UDT não perdia a oportunidade de propagandear as suas tendências ideológicas, como ele havia tão bem aprendido nos seus dias como membro da ANP⁴⁸.

Ao chegar a sua vez, o Dr. Almeida Santos, dirige-se à Assembleia Municipal em tom poético, histórico e erudito que poucos poderiam entender cabalmente:

“... Tão sólida era a raiz implantada no solo de Timor, tão nobre a ideia e tão válida a obra, que a tudo resistiu incólume, a presença portuguesa. Quando outros quiseram substituir-nos por atos de conquista onde permanecíamos por ato de descoberta, de ocupação e de presença, Timorenses sacrificaram a vida para não traírem o coração e Timor continuou Português. E eu diria que Português continuará pela tradição histórica, pela cultura, pelo sentimento... Queremos tornar possível uma consulta popular e direta, em clima

de igualdade de condições, de liberdade e legalidade e ordem e do escrupuloso entendimento e acatamento dos resultados dessa consulta.

“Timor não é ainda autossuficiente. E dificilmente se pretenderá em que algum momento dos quase cinco séculos que vão durante a nossa presença, aqui permanecemos para disso tirar vantagens. Permanecemos apenas por vocação, por princípio, se se preferir, por gosto... Nunca ... regateamos o nosso apoio económico, técnico, cultural e humano às populações de Timor... nem sempre o colonialismo foi imagem de pressão política, de exploração económica.

“Dizem-me que entre os grupos de expressão política que [a Revolução d']o 25 de abril ativou em Timor figura um que advoga a total independência... mas será realista que se pense em radicalizar desde já a preocupação de desvinculação política quando Timor está longe da independência económica? São bem conhecidos os perigos do neocolonialismo económico. Chega sub-repticiamente em invólucros de papel selado e em formas subtis de investimento. E nunca mais sai.

“Daí que Timor deva optar entre ilusórias perspectivas de fatura imediata e definitivas possibilidades de independência futura. Aí é que toda a impaciência e precipitação lhe podem ser fatais. E é aí que Portugal ... pode surgir e surge como o aliado natural de povos a ele para mais ligados por afinidades de língua, sentimento, cultura... se põem aqui e agora problemas de geografia política. A História prefere a evolução à descontinuidade e quando determinado ponto de equilíbrio se apoia em cinco séculos de estratificação social, ou seja, no que isso representa de valores e sentimentos, é arriscado mandar os povos ao alfaite do futuro para que lhes talhe um fato de circunstância, à revelia desses sentimentos e valores.

“Não quero também desconhecer que existe em Timor quem identifique a busca da felicidade dos timorenses com qualquer sorte de conexão política com a Indonésia. Não seremos pró ou contra. Tal solução teria o sufrágio da geografia, e a Indonésia é um povo nobre e uma nação valorosa. Permito-me, não obstante, duvidar de que esteja na mais pura linha do fenómeno da descolonização, supondo que o estivesse não do sentimento da maioria dos habitantes de Timor a substituição de um povo por outro no exercício do domínio político sobre determinado território... Trata-se de autonomizar não de dar satisfação a simples mudança de colonizador.

“Convenço-me, não sei se por acreditarmos facilmente no que desejamos, de que a grande parte da população de Timor deseja continuar ligada a Portugal. Se esse desejo vier a encontrar confirmação no resultado da consulta a que será submetida nada poderá ser mais honroso para os portugueses e seu governo. Daí retiraremos apenas, como é óbvio, satisfação moral. Timor pela vontade da maioria dos seus habitantes será aquilo que quiser ser...

“Após a legalização de partidos políticos locais, publicar-se-á a lei eleitoral (1 homem = 1 voto), faltando apenas definir a qualidade de eleitor, através ou não de recenseamento. Entretanto, os grupos políticos terão oficializado estatutos e programas e definidas as suas opções quanto ao futuro estatuto do território. No termo dum período destinado ao livre debate e ao confronto das respetivas teses situar-se-á o sufrágio a que será garantida ampla fiscalização, inclusive por observadores da O.N.U.

“Este pode revestir a consulta plebiscitária pró ou contra qualquer das teses em confronto ou a eleição de deputados a uma Assembleia Constituinte para elaborar a futura constituição. Pessoalmente prefiro esta segunda via...

"A Austrália não tem outro interesse que não seja o bem-estar das populações... sem comprometer-se o equilíbrio e estabilidade da área geográfica em que Timor se insere...A Indonésia não alimenta quaisquer ambições territoriais sobre Timor Português. Uma só pretensão: que a descolonização não venha a despertar ambições que ponham em causa ou risco a estabilidade e paz na área geográfica em que os seus interesses se jogam tão fortemente..."

Assim falava, Almeida Santos, Ministro para a descolonização. Ignora-se quem lhe terá passado mandato, logo após a sua chegada, para advogar 'teses' sentidas pela maioria da população, se tal vontade era ainda desconhecida. E como falar de descolonização preservando a estabilidade geopolítica regional, se esta é imperialista, logo colonialista?

Estes são os erros de Almeida Santos, na primeira tentativa de Portugal lidar com o futuro de Timor-Leste. Estes erros serão tragicamente pagos pelo povo timorense. Estava aberto o caminho, acicatar-se-iam ódios ancestrais pelas prematuras afirmações dum Ministro.

Durante o discurso, os milhares e manifestantes, de acordo com as suas simpatias partidárias, aplaudiam ou vaiavam.

Mais tarde ao receber os chefes tradicionais, Almeida Santos salientaria o seu tendenciosismo:

"Nunca tive uma causa tão nobre para defender, junto do meu Governo, como esta, ou seja, a causa do vosso patriotismo... cheguei a não acreditar que pudesse ir tão longe a vossa fidelidade à nossa bandeira e à nossa Pátria... também não fazia a mínima ideia do tamanho dos problemas locais e da sua gravidade e tendo nós permitido que a situação em Timor chegasse a tais estados de carência em todos os serviços e que, apesar disso, em vez de encontrar revolta eu só tivesse encontrado lealdade..."

"Na base da nossa política está o respeito pela vontade da maioria das populações, qualquer que essa vontade seja, se for a de ficarem ligados a Portugal, ficarão ligados a Portugal. Se for qualquer outra, será igualmente respeitada, mas levo daqui a convicção que não há efetivamente qualquer outra."

Almeida Santos convida o Régulo Dom Gaspar Nunes a visitar Portugal como herói do Portuguesismo demonstrado durante a ocupação japonesa na 2ª Grande Guerra. Na deslocação a Maubisse, no interior do território, um vereador local insistiria em:

"O portuguesismo dos povos do concelho de Ainaro (Ainaro, Maubisse, Turiscai e Hato-Builico), testemunhado em tanto sangue, de um D. Aleixo Corte-Real e de tantos heróis anónimos que tombaram sobre a metralha inimiga por causa da sua lealdade a Portugal. A independência sem Portugal será anarquia."

O Ministro (da Coordenação Interterritorial) responderia:

"Vou daqui convencido que o verdadeiro e genuíno Timor está na montanha... Eu já conhecia o amor a Portugal, o amor à bandeira, não conhecia a religião desse amor. Foi aqui, em Timor, na montanha, que

vim conhecer essa religião. Posso afirmar-vos que ninguém em Portugal pensou ou pensará em abandonar Timor...

"Timor é um fenómeno que a sociologia não explica. Se, como tudo parece desenhar, a consulta for no sentido de manter laços de afinidade política com Portugal, e não só culturais e sentimentais, ficaremos felizes e procuraremos estar à altura do nosso pacto secular renovado..."

Houve alguns protestos de alguns progressistas contra o protecionismo dado pelo Ministro às teorias do movimento UDT, em contraste ao isolamento concedido à Fretilin e ao pouco reconhecimento a que foi votada a APODETI.

Poder-se-ia pensar que o Ministro, secundado por Garcia Leandro, e o [muito detestado] Inspetor Administrativo Sousa Santos (por vezes caracterizado como um 'caixeiro viajante' da política) tinham ideias preestabelecidas.

[ou estaria ele meramente a dar-lhes ênfase em virtude da visita?]

Muitas pessoas profundamente envolvidas com o anterior regime político estavam a ser legitimadas na sua perpetuação do regime colonial, por aqueles que supostamente ali estavam para representar o descolonizador. Que descolonização original era esta?

A supremacia do poder dos antigos dirigentes políticos estava a ser mantida. As elites tradicionais impostas pelos Portugueses depois da Guerra, e a eles fiéis até ao último alento estavam a tentar desesperadamente manter o *status quo*, como privilegiados representantes dos oprimidos. Ingenuamente confundia-se a 'parte' com o 'todo', e a vasta maioria de mais de 600,000 Timorenses não tinha a hipótese de expressar a sua livre escolha, de forma honesta e isenta. Para quê estar a reconhecer legitimidade a maiorias preestabelecidas sem que o povo de que tanto se falava tivesse manifestado a sua vontade?

Numa Conferência de Imprensa organizada à pressa, Almeida Santos diria que depois de ter falado com representantes da Fretilin ele os teria convencido de que

"o reconhecimento imediato da independência 'de jure' não seria a melhor solução: primeiro, porque não há independência política sem independência económica e, segundo, porque independência imediata viria a justificar maiores apreensões do ponto de vista dos interesses da Indonésia e Austrália, que se cifram na salvaguarda da estabilidade geopolítica da área."

No momento da partida, no aeroporto, o Ministro frisaria que a maior visibilidade das manifestações fora da UDT. Entretanto os representantes do partido pró-Indonésio (APODETI) saudavam a unidade da República Indonésia com Timor como 27ª província...

II) OS CRISTÃOS E A POLÍTICA, OU OS RESULTADOS DA VISITA

Curiosamente demais para ser tido como uma coincidência um grupo de cristãos de Motael – Farol (o bairro rico de Díli) coloca-se sob escrutínio público ao publicar um manifesto exprimindo algumas possíveis linhas de ação para Timor.

Nesse documento afirmavam os aspetos positivos do novo regime, tais como:

"A restituição da liberdade aos seus legítimos donos; maior responsabilidade perante a dignidade humana e os direitos do homem, com despertar pelos problemas políticos; clima de esperança renovada no aceleração do progresso económico e cultural das populações e abertura de perspectivas à colaboração de agências internacionais (O.N.U., UNESCO, etc.) "

Para aqueles cristãos:

"Os aspetos negativos do novo regime são os atentados à liberdade por indivíduos que se julgam únicos detentores da verdade."

Da mesma forma criticam:

"Atentados à fraternidade humana, gerando um ambiente de desconfiança, incompreensão, inimizade, etc., no fundo apenas o despontar do racismo; atentados à dignidade da criança levando-as prematuramente a opções partidárias que elas não podem compreender."

Se tivermos em conta que os residentes do bairro Motael/Farol eram exclusivamente Chefes de Serviço, elevados membros da administração civil e oficiais de alta patente, não se torna difícil adivinhar quem são estes 'cristãos preocupados' e quais os fins a que se destinava este manifesto público.

5. OUTUBRO 1974, A VIDA APÓS A VISITA

I) O AUXÍLIO ECONÓMICO OU OS DÉFICES DO TRANSATLÂNTICO

É durante outubro que o Delegado do Governo, Chefe Interino da Repartição de Finanças divulga o novo orçamento para Timor, no qual existe um maior auxílio económico e financeiro de Portugal às receitas provinciais.

A Balança de Pagamentos é altamente deficitária, com as insuficientes receitas ordinárias sendo uns meros 232 mil contos (aprox. AUD \$11,23 milhões de dólares), dos quais 8 500 contos (AUD \$360,000) doações de Moçambique, Angola e Portugal, para uma despesa total anual de 390 mil contos (AUD \$11,14 milhões).

As despesas do setor público aumentaram 176 por cento em relação ao ano anterior. Lisboa prometia subsídios extras de 70 mil contos (AUD \$2 milhões) para o ano fiscal de 1975. A dívida pública do território era de 844 milhões de Escudos (AUD \$241,1 milhões).

II) PETRÓLEO E PROSPEÇÕES

Dois rebocadores das plataformas marítimas *offshore* da Woodside-Burmah Oil transportavam 200,000 litros de combustível sem frete de transporte durante outubro para colmatar as sérias faltas de combustível em Timor, graças a uma oferta daquela petrolífera.

Será conveniente notar que, durante os seis primeiros meses de 1974, a BOCAL (Burmah Oil Company of Australia) usou Timor-Leste como a base para os seus prospetores no mar de Timor, perto do Suai e de Viqueque.

A BOCAL era uma subsidiária da Woodside-Burmah Oil, que tinha firmado um acordo com Portugal para a prospeção e exploração de petróleo e outros hidrocarbonetos na plataforma marítima a sul de Timor.

Dois estudantes de Timor foram então convidados para frequentar um curso, patrocinados por uma bolsa de estudos especial na Austrália, a fim de se juntarem no futuro às explorações. As hipóteses de uma plataforma marítima permanente *offshore* e um mais amplo âmbito de prospeções estavam planeados para abril 1975, naquilo que alguns membros da administração descreviam como uma nova fonte de oportunidades de emprego para os jovens Timorenses.

III) O M.F.A. (MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS) APROVA A NOMEAÇÃO DO NOVO GOVERNADOR

Em 29 outubro 1974, o Conselho de Ministros e o Secretariado do M.F.A. aprovam novos governadores para Macau e Timor, respetivamente, Major Garcia Leandro e Tenente-coronel Mário Lemos Pires.

Este último desempenhara o difícil posto de Comandante-chefe da Guiné-Bissau antes da Revolução, tendo passado para o Estado-maior do Exército como Chefe de Gabinete do então Ministro da Defesa, Cor. Firmino Miguel. Este será o homem que ficará nos anais da história como o último governador-geral de Timor Português.

IV) RUFAM OS TAMBORES CONTRA A FRETILIN

A Comissão de Controle dos órgãos de Comunicação Social divulgava, entretanto, o seguinte comunicado referente ao programa de rádio "Hac Soloc" produzido pela Fretilin:

*"A 9 de outubro foi lido um telegrama de Bobonaro pelos delegados dessa organização partidária onde se citava que **Estudantes são anticomunistas. Regressaram Portugal Novo pró-comunista logo federação [com Portugal] é perigosa e fatal.** Este telegrama é alarmista e transfere as acusações feitas a estudantes da Fretilin para o Governo Português, pondo-se assim em dúvida a seriedade, honestidade das posições definidas por S. Ex.as o Presidente da República e o Presidente do Conselho de Ministros do G.P. [Governo Provisório]. Para além disso em 16 de outubro na edição do referido programa em língua Bunác contam ainda "que o Timor não sabe fazer um fósforo nem uma agulha. Quem tem esta culpa? Será o Timor? Não: eu dou culpa aos brancos por não desenvolverem Timor." **Infração grave por fomentar atitudes racistas que podem conduzir à eclosão dum clima de anarquia e violência contrário ao programa do M.F.A.***

e aos reais interesses do povo Timor. Nesta conformidade esta Comissão suspende por 60 dias o programa 'Hac Soloc' da Fretilin."

Como se pode ver facilmente uma tradução literal de alguns dialetos timorenses pode criar situações como esta, a que Comissão está sempre mais-que-pronta a tomar ação especialmente se for contra a Fretilin. Declarações piores e mais alarmistas no programa da UDT nunca mereceram qualquer punição. O que está em causa aqui são uns facciosos propagandistas da UDT e APODETI que criticam os estudantes recém-chegados pertencendo à Fretilin, por trazerem com eles as sementes do comunismo, tão infiltradas nos governos da Lisboa de então.

V) DESORDENADAMENTE EM BUSCA DE UM REI, PORQUE O @OQUE JÁ LÁ ESTAVA

Totalmente inesperado, um novo partido político é criado no rescaldo da visita oficial a Timor do Príncipe da Coroa de Portugal, Dom Duarte Nuno de Bragança, herdeiro do trono português cujo último Rei fora destronado e assassinado em outubro 1910.

Decidindo jogar alguns peões pró Realeza ele vai numa controversa visita a Timor, reclamando que a extrema lealdade à bandeira real é algo que deve ser levado em conta na luta pelo seu futuro.

Depois de tal visita real (ou deveremos designá-la por principesca?), surge a Associação Popular Monárquica Timorense (APMT) cujo ideário se baseava em:

"Sabendo da forte tendência da população da sua terra em viver sob uma forma e estilo monárquico propõe-se:

- 1. Formação de uma monarquia democrática com caraterísticas análogas às verdadeiramente democráticas do Extremo Oriente e da Europa;*
- 2. Escolha de um Rei entre os Régulos locais, através de eleições livres;*
- 3. Exigir que o Rei tenha preparação cultural, administrativa e militar;*
- 4. Exigir que o Rei a escolher não seja partidário de qualquer facção política e consista (sic) a formação de um governo de livre escolha do Povo;*
- 5. Permitir que o Conselho Régio seja formado por todos os Régulos (nos quais não recaia a sua eleição para Rei);*
- 6. Pugnar pela continuação de Timor sob a administração de Portugal até que o território obtenha as suas estruturas essenciais à autodeterminação e consequente independência;*
- 7. Respeitar a República [Portuguesa] e as suas leis;*
- 8. Respeitar todos os usos e costumes do povo;*
- 9. Pugnar pela importação livre e venda também livre dos géneros de primeira necessidade;*
- 10. Respeitar a liberdade religiosa;*
- 11. Respeitar todos os movimentos e partidos políticos que desenvolvam ação a bem do povo e respeitem as relações com todos os países do mundo, em especial as nações vizinhas Austrália e Indonésia;*
- 12. Promover ações laboriosas que ajudem ao desenvolvimento de Timor com criação de brigadas de ensino agrícola e outros misteres de interesse global;*
- 13. Lutar para que qualquer movimento ou partido não ponha em causa a segurança interna ou a*

das nações vizinhas;

14. *Rejeitar o auferimento de qualquer quantia em todas as ações acima referidas, sendo dever de todo o partidário da APMT ajudar os seus irmãos menos favorecidos a alcançarem um nível de vida profissional e socioeconómico idêntico ao existente nos países desenvolvidos;*

15. *Defender todos os princípios monárquicos democráticos de todo o mundo."*

Este documento era subscrito pela Comissão Organizadora: Francisco António Dias Ximenes, Tomás Maria Ferreira Dias Ximenes, Guilherme dos Santos, Elias Cárceres, Floriberto Marçal.

Enquanto estes monárquicos buscavam um novo Rei, o roque já lá estava e não estava a jogar xadrez. Roque Rodrigues, um advogado, mentor ideológico da Fretilin e membro do seu Politburo, chega a Timor, depois de alguns anos em Portugal. Rapidamente se tornará na principal força por detrás do espectro político da Fretilin.

6. NOVEMBRO 1974, o começo do fim.

I) FRETILIN EM TRIBUNAL

Novembro, um mês recheado de acontecimentos, começa com o julgamento público de oito membros da Fretilin, que alegadamente efetuaram um comício sem autorização prévia das autoridades. O comício político em Bobonaro, na Cordilheira Central, teve lugar ao 13 de novembro 1974.

Eram réus: Nicolau Lobato, mestre quarteleiro e Vice-Presidente do Comité Central; António Carvarino, diretor da 'Casa dos Timores' em Lisboa; Abílio Araújo, membro do Comité Central; Vicente Reis; Guilhermina Araújo; Luís Araújo; Mesquita e Policarpo.

A sentença não foi pesada, 15 dias de prisão remíveis, suspensa por dois anos. O julgamento decorreu na maior ordem, tendo no final, o Juiz elogiado Francisco Xavier do Amaral, Presidente do Comité Central da Fretilin.

II) INFLAÇÃO DEFINE NOVOS PREÇOS

Numa medida sem precedentes os Serviços de Economia iniciaram a fixação de preços máximos de venda ao público de produtos alimentares:⁴⁹

Preços

Ostras, amêijoas, mexilhão	Esc. 5\$00/kg. (AUD 15¢/kg)
Lagosta	Esc. 60\$00 (AUD \$1.70/kg)
Camarões	Esc. 40\$00 (AUD \$1.10/kg)
Arroz (1ª Qualidade, Díli)	Esc. 9\$00 (25¢)
Arroz (Fora de Díli):	Esc. 8\$00 (23¢)
Feijão	Esc. 6\$00 (17¢)
Bananas e Ananás	Esc. 8\$00 (23¢)

Couve	Esc. 9\$00 (26¢)
Ovos	Esc. 30\$00/dúzia (86¢/dúzia)

Batata, frutos e produtos hortícolas beneficiavam de preços liberalizados.

III) NOVEMBRO 18, 1974: UM NOVO COMEÇO OU UMA CAVALGADA PARA O FIM?

Novembro 18 é o dia que assinala a chegada do último Governador colonial de Timor Português e simultaneamente o seu último Comandante-em-Chefe, Coronel Lemos Pires. No aeroporto a recebê-lo o Encarregado de Governo, Ten-Cor. Níveo Herdade salienta as crises afetando Timor:

“Crise de combustíveis, subida do custo de vida, dificuldades e escassez de transportes, boatos alarmistas de minorias e de mal-intencionados, falta de artigos de primeira necessidade, baixa produção de géneros de base, debilidade de infraestruturas, carência de quadros técnicos, fuga de divisas, mercado negro...”

O novo Governador exorta:

“... Os metropolitanos residentes ou em comissão de serviço (a quem) cabe a alta obrigação moral de não interferir com o processo político. Descolonizar não é abandonar...é instrumento de paz, não de intranquilidade. As Forças Armadas têm de atuar como árbitros, elemento isento, garante de segurança e tranquilidade...todas as opiniões são válidas desde que não sirvam o neocolonialismo, mas sim os verdadeiros interesses de Timor.”

A nova equipa governamental era composta por:

- Major Queiroz Martins BARRENTO, Chefe de Estado-maior do CTIT (Comando Territorial Independente de Timor), que já estivera em Timor de 1968 a 1970;
- Major Francisco Fernandes da Mota, Chefe do Gabinete de Assuntos Políticos e Adjunto do gabinete militar do Comando-Chefe, com uma comissão em Timor, 1968 a 1970;
- Ten-Cor. José Ângelo Teixeira de MAGALHÃES, Comandante Militar do CTITimor;
- Major Adelino Rodrigues COELHO, Chefe do Gabinete Militar do Comando-Chefe e Chefe do Gabinete do Governador, treinado pelos exércitos dos EUA e Brasil;
- Dr. Libânio Pires, ex-Secretário Geral da Guiné-Bissau (no tempo de Spínola) e membro do Comité de Descolonização da Guiné-Bissau durante a presidência do General Spínola;
- Major Silvério Henrique da Costa JÓNATAS, responsável pela pasta da Comunicação Social.

Depois de ter convidado o Chefe dos Serviços de Intendência e o autor, tendo ambos recusado o lugar, o novo Governador empossa, no seu primeiro ato oficial o novo Chefe dos Serviços de Economia (e Preços), Major Alberto Simões RIOS, o qual ficava desde logo sujeito à resolução imediata de problemas como o de *“Levantamento de stocks de géneros de primeira necessidade existentes em Timor e manutenção de níveis não críticos, modificação de fluxos de intercâmbio comercial de Portugal e Moçambique para os países vizinhos de Timor, regularização de importações...”*

Depois da sua posse, o novo Governador-Geral avistou-se em audiência conjunta com representantes dos três movimentos políticos, UDT, APODETI e Fretilin, a quem esclareceria sobre as linhas mestras do processo de descolonização em curso que ele iria seguir. Um grupo ativo de trabalhadores da Construção Civil com um representante do gabinete de Assuntos Políticos para discutir a formação dum possível sindicato de classe. Recorde-se que os sindicatos não eram legais em Timor.

Lemos Pires no seu primeiro encontro com entidades da vida económica local na sede da A.C.A.I.T.⁵⁰ anuncia que *"em relação a Timor a fuga de divisas não poderia ser classificada senão como traição."*

O Governador afirmaria que a *'dependência quase exclusiva das importações e as dificuldades em obter crédito externo onerava os preços'*. A propósito da maior empresa timorense, S.A.P.T.A.⁵¹, Lemos Pires salientaria que *'dada a sua importância económica, continuaria em funções como Delegado do Governo, o Major RIOS (Chefe dos Serviços de Economia e Preços).'* Este era um assunto controverso dado que o Major RIOS era conhecido como preferindo sempre desempenhar funções civis melhor remuneradas e altamente lucrativas para além de desfrutar de constantes viagens ao estrangeiro. Para algumas pessoas isto garantia um certo descrédito ao governo, embora se tivesse de admitir ter havido algumas melhorias na frente económica como resultado das atividades do Major RIOS.

O Major Mota frisaria que o Partido Trabalhista de (PTT) e o Partido Popular Monárquico de Timor (PPMT) eram projetos sem qualquer representatividade, e que como grupos políticos nem sequer se incomodaram apresentar-se ao novo Governador. O Chefe de Gabinete dos Assuntos Políticos anunciou ter já entregado uma lista de nomes indigitados para o Conselho de Governo. Também estava em curso um projeto para o novo Estatuto Constitucional elaborado pelo Dr. Valadas Preto, desembargador de Lourenço Marques em Moçambique, representando o Ministro da Coordenação Interterritorial.

O novo elenco governativo não perdeu tempo a implementar novas regras, a mais controversa das quais foi a abolição do horário de trabalho das 7 da manhã à 1 da tarde e a introdução de um segundo período de trabalho das 3 às 5 da tarde. Dentre as novas medidas apresentadas, pela, aparentemente muito ativa equipa governamental salientam-se o novo projeto para a Emissora de Radiodifusão; num novo esquema para atribuição e distribuição das casas do estado e utilização das viaturas oficiais e o início de voos regulares entre Lisboa e Díli por aviões da Força Aérea Portuguesa (Boeing 727).

O Governador, entretanto, ocupa-se de visitas a Ailéu, Maubisse, Nuno Tali, às novas estradas Díli - Baucau, já completa até Fatu-Ahi, e ao novo aeroporto em Madohi (Tacitolu/Tassitolo), perto de Díli. Todas as licenças gratuitas foram congeladas para os funcionários públicos e membros do exército.

O novo Governador do Timor Português, logo após a sua chegada iniciou um processo sistemático de descolonização antevendo uma autodeterminação futura a médio prazo. Apoiando uma proposta da Fretilin, bem-recebida pela UDT, de formar uma coligação entre os dois principais partidos, o Governador preside ao

que se esperava fosse após 20 janeiro 1975 o caminho para a independência entre 5 a 10 anos. Esta postura política e outras medidas destinadas a instilar a moderação e serenidade no território foram vistas com maus olhos pelas autoridades da Indonésia que as criticam violentamente. As provocações constantes da Rádio Kupang e Rádio Atambua aumentam pronunciadamente neste período.

Dentre estas atividades do novo governador-geral e da sua equipa passa despercebida a criação da "Operasi Komodo (Operação Lagarto⁵²)" sob a direção do Major General Ali Murtopo, para se ocupar de todos os assuntos relativos a Timor-Leste. Ainda no campo militar chega um novo Batalhão de Polícia Militar a Timor. Mais tarde devido ao seu envolvimento em atos políticos ficará conhecido como 'A Companhia Vermelha'.

Entretanto em Lisboa a confusão sobre o futuro do território é apenas comparável à falta de interesse no seu futuro. O Primeiro-ministro, Dr. Mário Soares manifesta a sua disponibilidade para conceder a independência, enquanto o Dr. Almeida Santos recentemente chegado de Timor, garante que os ministros encarregues dos Negócios Estrangeiros da Indonésia lhe haviam dado garantias de não-intervenção no futuro da colónia.

Apenas uns dias mais tarde, uma delegação Indonésia é perentória ao assegurar que o seu país apenas aceitará uma, de duas, soluções possíveis para Timor-Leste: ***"A continuação dos laços com Portugal ou, a integração na Indonésia."***

Ignorada por todos e, mantida secreta até 1981, foi a reunião de Ali Murtopo, com as principais figuras políticas do novo regime português. Em 14 de outubro (1974) em Lisboa, o então Presidente Costa Gomes, o Primeiro-ministro Vasco Gonçalves, e o Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, Dr. Jorge Campinos tiveram um encontro secreto com Ali Murtopo, Chefe dos Serviços Secretos da Indonésia. Durante tal encontro a verdadeira versão da posição Indonésia sobre Timor-Leste, é clarificada: ***"Timor Português será apenas Português ou Indonésio. Não há terceira opção."***

Embora o Governo Português aceitasse em termos latos a posição indonésia, salienta a necessidade de restabelecer laços diplomáticos a nível de embaixador, entre os dois países, e menciona todas as alternativas possíveis para a colónia. O Dr. Almeida Santos tem um encontro com Ali Murtopo em Lisboa, antes de visitar Timor, e, de acordo com algumas fontes⁵³, esta foi a verdadeira razão pela qual a sua visita foi adiada de 11 para 18 de outubro. Murtopo tinha aterrado em Lisboa, imediatamente depois de o General Spínola ter sido substituído pelo esquerdista General Costa Gomes, o que aumentou o desagrado de Murtopo para com o novo regime.

Nos encontros de Lisboa, o Dr. Campinos [Secretário para os Negócios Estrangeiros] estava acompanhado do Major Arnao Metello [o representante do novo regime em Timor, que era considerado como um simpatizante da Indonésia, com base nos *"direitos históricos {sic} da Indonésia sobre Timor-Leste"*].

Dentre os atos políticos do novo governador-geral Lemos Pires, podem citar-se a criação do Comité Coordenador composto por oficiais do exército para implementarem localmente a política do M.F.A. Aquele Comité era composto por oficiais de carreira e milicianos. Equipas de oficiais são nomeadas para propagarem o novo regime através de Timor, em sessões públicas de doutrinação política.

7. DEZEMBRO: Os primeiros passos para a autodeterminação

I) A FRETILIN BUSCA APOIOS EXTERNOS

No começo de dezembro o líder da Fretilin, José Ramos Horta, anuncia a sua partida para a Austrália a convite do SALC (Centro de Libertação da África do Sul, Southern African Liberation Centre) e da recém-formada CIET (Campanha Australiana para a independência de Timor-Leste).

Na agenda havia contactos previstos com o Primeiro-ministro (Gough) Whitlam, o Ministro Interino dos Negócios Estrangeiros (Don) Willesee e Andrew Peacock da Oposição, para além de parlamentares e senadores, líderes sindicais (incluindo um certo Bob Hawke) e embaixadores estrangeiros.

Existia também um projeto de visita a Port Moresby, capital da Papua Nova Guiné Australiana, que estava em pleno processo de descolonização, com vista à próxima independência daquela colónia autónoma.

II) UMA CONSCIÊNCIA HOJE, UMA FORÇA A TER EM CONTA NO FUTURO

Sobre o sugestivo título "Uma Consciência Hoje, uma Força Amanhã," a recém-formada APMT [Associação Popular Monárquica Timorense] publica outro Manifesto:

1. "Considerando que com a revolta de Manu-Fahi⁵⁴ o prestígio dos régulos fora-lhes tirado aos poucos pelas forças colonialistas;

2. Considerando que antes da chegada dos mareantes portugueses Timor vivia em pedaços de reinos dividido;

3. Considerando que Timor é aquilo que é ... através dos missionários [Romanos católicos] portugueses;

11. Considerando que quem mais prejudicado ficou pelo colonialismo foram os descendentes dos régulos que acolheram os primeiros monárquicos portugueses que desembarcaram nesta terra... a APMT depois de saudar o povo Português pelo poder de hospitalidade e de cinco séculos de convivência, saúda o povo timorense de Citrana a Jaco e... vem patentear-lhe o seu intento de:

1) Restituir aos genuínos régulos o prestígio que tiveram antes da chegada dos portugueses, até à revolta de Manu-Fahi;

□) Criação de mais uma monarquia democrática no Extremo Oriente;

3) Aceitar todas as agressões ideológicas venham elas de onde vierem... não oferecendo réplica...mas esclarecendo o povo da sua posição;

□) Formação duma nação de expressão lusíada⁵⁵ com caraterísticas orientais;

□) Defesa da Declaração dos Direitos do Homem, proclamada pela O.N.U.;

□) Defender a ligação a Portugal no ponto de vista administrativo até Timor atingir a sua maturidade política e económica;

8) *Alicerçar a sua confiança para a dignificação do Povo na responsabilidade histórica de Portugal, pelo pacto de quase cinco séculos... só conjugando e fundindo numa só vontade e numa só potência a responsabilidade histórica do povo português e o poder realizador do povo timorense conseguir-se-á a dignificação do povo e a concretização dos ideais da APMT.*

□) *Mesmo assim, os fundadores desta associação, descendentes dos régulos de antanho acarretam a responsabilidade do colonialismo praticado em Timor."*

Cremos que são desnecessários comentários para este naco de rica prosa.

III) DESCOLONIZAÇÃO SEGUNDO ALMEIDA SANTOS

O Ministro da Coordenação Interterritorial de Portugal, Dr. Almeida Santos discursando na Assembleia Geral das Nações Unidas traçava as seguintes coordenadas do processo de descolonização:

- *"O reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e independência;*
- *A defesa intransigente de sociedades não raciais e condenação veemente de todas as formas de discriminação política, nomeadamente o apartheid;*
- *O reconhecimento do papel histórico da O.N.U., da força normativa internacional da sua Carta, seus princípios e Resoluções;*
- *O reconhecimento do imperativo ético da Declaração Universal dos Direitos do Homem."*

Referindo-se a Timor, Almeida Santos assinalou:

"... se esboçam três correntes. Timor está hoje ainda longe da autossuficiência económica e financeira sem o que não pode cogitar-se de independência real. Durante 1974, Portugal contribuiu com mais de 300 milhões de Escudos (aprox. AUD\$ 8.6 milhões) para a subsistência da ilha e foi insuficiente. ... Por mais que recue no tempo não vislumbro época em que possamos ter tirado mais do que satisfação moral da nossa presença, se com isso conjugarmos o estado de subdesenvolvimento do território, logo concluiremos quanto é fantástico o sonho duma independência total e imediata."

A este respeito comentava o semanário "V.T. (Voz de Timor)":

"O Ministro veio a Timor. Dizia-se, para 'auscultar' as populações. Como? Com semelhante programa preestabelecido de ideias? Diz-se também e parece ser verdade que o governo em Timor gastou umas centenas de contos (dezenas de milhares de dólares) para montar uma 'encenação' de forma a fazer acreditar em determinado jogo. Encenação típica de antes do 25 de abril. Teria acreditado? Parece que sim. Assim parece fazer crer o seu discurso na O.N.U. Quem irá pagar tal despesa? Teria sido precipitação de Almeida Santos? Os reacionários até poderão aproveitar o facto."

Regista-se, pela segunda vez, uma escalada de preços em vários géneros alimentícios orçando nalguns casos os 30%, no mês de dezembro. O Governador-Geral deslocou-se a Maubara, nas comemorações do 1º centenário do nascimento do herói Régulo Dom José Nunes, onde o chefe local e filho do homenageado,

Régulo Dom Gaspar Nunes faria uma vibrante alocução de fervor partidário na qual se identificava: “Não sei se a UDT aderiu às minhas ideias ou eu às dela”

IV) OS MONÁRQUICOS DE VIVA VOZ

Tomás Dias Ximenes, Secretário-geral do então recém-formado PPMT concede uma entrevista que deve ser recordada como uma base para futuros estudos políticos:

“Nós, a Popular Monarquia damos bem-haja ao colonialismo. Dou ‘bem-haja!’ ao colonialismo simplesmente por me recordar de um cântico da Santa Igreja à culpa de Adão e Eva. Diz ‘feliz culpa’ porque devido a ele, DEUS deu ao mundo seu próprio filho para remir a humanidade e elevar os homens à categoria de deuses... Também por causa do colonialismo estamos a usufruir das liberdades democráticas. O facto de todos os líderes dos partidos políticos de Timor terem sido seminaristas, atribuo-o no meu caso pessoal ao muito amor que tenho à tradição dos nossos maiores. Não temos História, mas tradição oral. Se houver um Partido Comunista virá a perigar a estabilidade territorial... ficaremos sujeitos a uma invasão indonésia.

“A hecatombe de 1965 ainda está bem patente à lembrança de todos ... dentro da monarquia aceitaremos todos menos os comunistas... por cultura genuína oriental significo a cultura, usos e costumes tradicionais do povo timorense integrado no Extremo Oriente... defendemos uma ligação a Portugal do ponto de vista administrativo, não federativo como a UDT.

“A UDT pretende a continuação da exploração e uma só nação (Portugal e Timor), pretende a exploração de riquezas naturais sem que o povo possa fazer críticas ou objeções, a APMT preconiza uma ligação administrativa até que Timor disponha da sua estrutura essencial para se autodeterminar e obter a independência ... nisso diferimos da UDT...

“Desde há 400 anos missionários e mercadores de sândalo têm despido Timor das suas matas, da riqueza natural das suas florestas. Trouxeram o café para substituir o sândalo... o Presidente, voz do povo português, proclamou aos quatro ventos a ‘alta e pesada responsabilidade que Portugal tem para com os povos de além-mar’, nunca mais poderá fugir a ela, proclamou-a através da rádio e da televisão...todo o mundo tem conhecimento dessa promessa.

“Nós temos algumas relações com o Partido Popular Monárquico Português [PPM] porque quando foi derrubada a monarquia (em 1910) os régulos timorenses de 1912 queriam que essa monarquia fosse continuada em Timor. Queremos que seja realidade o sonho de Dom Manuel de Same e Dom Boaventura, por esse dever de fidelidade, genuinamente monárquico, por esses laços de afinidade sentimos o dever de ter ligações com o partido Popular Monárquico Português.

“A ideia de formação dum partido monárquico surgiu primeiro através duma consulta às autoridades tradicionais da ilha...posso garantir que o nosso partido apesar de ainda não ter feito campanhas de esclarecimento junto do povo é aceite porque ele é genuinamente tradicionalista ... o mais profundo problema que queremos resolver é o de eleger um Rei...vemos alguns reinos que foram a congregação de vários ‘sucos’⁵⁶. Se um Régulo consegue fundir num só reino vários sucos, logo um Rei pode vir a congregar e fundir numa só nação os diversos reinos de Timor. O Rei a eleger, livremente pelo povo, para além de

ser 'cultural, militar e administrativamente capaz de levar o povo ao seu verdadeiro destino' terá de ser um Régulo ou seu filho, cuja descendência venha de longa data.

"Ainda não iniciámos campanhas junto do povo porque quem ficou mais prejudicado com o colonialismo fomos nós os descendentes dos régulos timorenses... assim como à UDT e ASDT, o governo deu subsídios de 50 contos [AUD \$1,428.00] para levarem avante o seu intento, temos o mesmo direito a esse subsídio porque o trabalho que temos a fazer, a realizar, é do povo e para o Povo."

Entretanto a oposição generalizada aos novos horários de trabalho é esmagadora, com a UDT a liderar a oposição. Os tratoristas beneficiam da sua implementação para melhorar os seus salários, reduzindo eventuais aumentos de produtividade. O setor público, em geral, tem uma produtividade muito baixa que é oposta à introdução do trabalho da parte de tarde. Poder-se-ia considerar um boicote ativo numa demonstração típica de uma mal-dissimulada greve de zelo.

V) A TIMORIZAÇÃO DAS TROPAS

O Ten-Cor. Lemos Pires na sua comunicação à população em meados de dezembro 1974 salientaria alguns assuntos importantes. Do seu discurso salientamos uma pedra basilar para o futuro de Timor:

"A consolidação da segurança interna assenta na reestruturação das Forças Armadas, já em curso, elaborada dentro de parâmetros que envolvem a confiança nos soldados timorenses, a redução das despesas, a orientação dos militares metropolitanos na formação de quadros e na ajuda técnica a Timor."

Oito meses mais tarde, violentos e sangrentos conflitos devastariam a colónia num prelúdio da curta guerra civil que se seguiria. Após o seu início era óbvio que as raízes do problema se podiam traçar desde a disseminação dos ideários sectários num exército 'timorizado'. Isto conduziria à desintegração, provocando uma cisão sectária dentro das fileiras do exército. Quanto à formação de novos 'quadros' militares, engendrada pela elite militar portuguesa, deve recordar-se que a grande maioria dos 'selecionados' para oficiais timorenses eram simpatizantes da Fretilin.

Assim, verifica-se um declarado apoio vocal à UDT, culminando na visita do Dr. Almeida Santos, e depois de novembro 1974, as campanhas de doutrinação política eram paralelas às campanhas de mentalização e preparação ideológica dos programas da Fretilin. A dicotomização que vai cindir a '*atmosfera de paz e tranquilidade*' tantas vezes enunciada por Lemos Pires, deriva da abordagem da Administração Portuguesa para a estrutura vital do futuro político do território. Ao referir-se aos partidos políticos em fase próxima da sua legalização, o Governador salientaria:

"Vêm demonstrando cooperação e clara consciência das realidades... não podem nem devem ser permitidas a demagogia, o convite à violência e as pressões sob qualquer forma exercidas sobre a população sem lhes retirar a necessária liberdade de ação..."

"Quanto à descolonização o sistema de administração colonial terá de ser substituído quanto antes por um regime democrático de autarquias responsáveis, técnica, moral e politicamente. Os chefes

tradicionais, alicerce das estruturas da maioria da população da montanha manterão as suas posições e obrigações... a prepotência não será admitida, a sua responsabilização é agora bem maior.

"A descolonização exige essencialmente a erradicação dos hábitos e normas coloniais ... não haverá lugar em Timor para os que não querem de imediato aderir de espírito e ação.

"Na busca da eficácia e do rendimento dos serviços se pôs em prática um horário experimental ... as reações desenham um quadro de comodismos e desinteresse e é bom que Timor se convença que sem trabalho não há progresso. Como será possível a um povo encaminhar-se para a gerência dos seus destinos se não se dispuser a trabalhar para assegurar a sua autonomia? A situação política de Timor e o agravamento da economia internacional criou um quadro favorável à inflação e à especulação nos meses mais próximos implementaremos uma política de estabilidade económica com contenção de preços e salários."

Posteriormente, nesse mês [dezembro 1974] em Lospalos na costa leste, Lemos Pires incitaria os soldados timorenses a não tomarem posições por partidos, a fim de salvaguardarem o futuro político de Timor.

Os preços continuam a subir e os custos dos transportes excedem os 100% durante o ano, com o custo do gasóleo a 7\$00/litro (AUD 20¢/litro), gasolina super a 10\$50 (30¢) gasolina normal a 9\$50 (27¢).

VI) A FRETILIN TEM UM NOVO MANUAL POLÍTICO: AS PALAVRAS PARA LAVRAR REVOLUÇÕES

Com a crescente influência dos mais radicais cinco estudantes universitários que em setembro vêm de Lisboa para se juntar ao secretariado da Fretilin, este partido publica antes do fim do ano um novo manual político onde se condensam e refraseiam os anteriores manifestos. Trata-se de um manual marcadamente ativista e cujo fraseado é definitivamente revolucionário:

1. *A Fretilin reúne todas as forças nacionalistas e anticolonialistas num objetivo comum: a libertação do povo do jugo colonialista ... pelo caminho da paz, do progresso, da liberdade, repudiando qualquer forma de colonialismo ou neocolonialismo.*

2. *É uma Frente porque é contra o divisionismo. A experiência de nossos antepassados na sua luta de libertação (Camenasse, Cova, Cotubaba, Lacló, Ulmera, Manu-Fahi e Viqueque) ensina-nos que é necessária a unidade de todos os anticolonialistas e nacionalistas contra os que se servem do lema 'dividir para reinar'. Timor é ainda uma colónia. O primeiro e único objetivo é a independência nacional e a libertação do povo. A existência de partidos com diversas tendências só se justifica num país independente ... numa colónia só enfraquece o povo e permite o divisionismo favorecendo assim a sua dominação.*

3. *É REVOLUCIONÁRIA porque para a autêntica libertação do povo é necessário modificar, transformar...REVOLUCIONARIZAR as velhas estruturas herdadas ao longo de cinco séculos de colonialismo. Sem isso o povo de Timor não será verdadeiramente independente.*

4. *A Independência é o único caminho para o progresso real e desenvolvimento do povo de TIMOR-LESTE. Nenhum povo poderá realizar as suas aspirações e defender os seus interesses e direitos se não for ele próprio senhor do seu destino. ... a independência é um direito universalmente reconhecido que não pode ser recusado...*

5. *A verdadeira independência só pode ser alcançada através da*

1. *LUTA CONTRA O COLONIALISMO*

a) *Substituir o poder político estrangeiro (português) por outro exercido pelo povo de Timor com a consequente modificação das atuais estruturas político-administrativas;*

b) *Modificar, transformar revolucionar as estruturas socioeconómicas de tipo colonial vigentes;*

-PREVENÇÃO ATIVA DO NEOCOLONIALISMO

Uma situação neocolonial será aquela em que o povo não estará livre para gerir o seu destino... embora Estado Independente. Isto verifica-se principalmente através da penetração e aplicação de capitais estrangeiros quando não servem os interesses do povo e criam outro tipo de dependência económica.

6. *A Fretilin declara-se única e legítima representante do povo de Timor-Leste porque*

a) *Neste momento, Povo de Timor são todos os anticolonialistas e nacionalistas que lutam pela verdadeira independência de Timor-Leste;*

b) *Só ela defende prioritariamente: - uma agricultura ao serviço do povo;*

- *a cultura do povo de Timor;*

- *um ensino ao serviço do povo;*

- *uma saúde ao serviço do povo.*

7. *A Fretilin diz NÃO à federação com Portugal porque defende o povo de Timor-Leste e não ignora que a presença portuguesa se destina a manter a estrutura económica colonial protegendo os interesses duma minoria (pequena e colonialista) reforçando o seu poder económico em desfavor da maioria. Mas Portugal, pela sua posição geográfica e pelas suas características de país subdesenvolvido não poderá representar por muito tempo um aliado forte e seguro, por isso essa minoria não hesitará em aliar-se ao capital imperialista para proteger cada vez melhor os seus interesses e explorar cada vez mais o povo de Timor. Tal aliança para enriquecer cada vez mais a minoria far-se-á à custa da exploração das riquezas da terra e do povo. A economia de exportação asfixiará por completo a pequena agricultura de subsistência pois exigirá a especialização em dois ou três produtos. Completamente asfixiada esta agricultura, Timor, estará inteiramente dependente do exterior, forçado inclusive a importar produtos de primeira necessidade. Alcançada uma tal dependência de tipo neocolonial em nada servirá ao povo ter Bandeira própria e Hino Nacional pois terá uma independência fantoche.*

8. *A Fretilin diz NÃO à integração na Indonésia porque acredita verdadeiramente no povo de Timor-Leste, sabe que ele é a única força verdadeiramente impulsionadora da vida duma Nação. Só quem não acredita neste povo, quem não tem confiança neste povo e na sua capacidade criadora e transformadora pode optar e desejar a integração. A Fretilin chama a atenção para o RACISMO implícito na teoria da integração... o racismo traduz-se fundamentalmente em acreditar na superioridade de alguns povos em relação a outros e justificar assim a dominação destes por aqueles. A Fretilin acredita que o povo de Timor-Leste pode fazer a sua História tal como todos os outros povos...que hoje caminham para o progresso porque livres e independentes. A Fretilin acredita que o povo de Timor-Leste tem capacidade para gerir o seu destino, para governar-se a si mesmo.*

9. *A agricultura ao serviço do povo consiste numa agricultura diversificada (produção diversificada) destinada a melhorar a alimentação do Povo e lutar contra a fome. Pelo contrário, no regime colonial é manifesta a proteção da agricultura lucrativa destinada à exportação o que só se consegue através da*

especialização da produção. No caso de Timor-Leste tal verifica-se no café, copra, borracha, baunilha, com o consequente desinteresse da produção destinada a alimentar o povo. Esta situação conduz imediatamente à fome nas suas formas:

QUANTITATIVA - falta de alimentação variada (só milho, só arroz, só mandioca)

QUALITATIVA - falta de géneros de primeira necessidade.

"Nas chamadas 'épocas de fome' quando a situação se agudiza (pois no regime colonial a fome é um estado permanente) há falta de tudo. O pouco que é produzido é muito caro. O mesmo se diz dos produtos importados. O povo como é pobre vive na miséria porque a agricultura não está ao serviço do povo.

10. A Fretilin protege a agricultura porque somos um país de camponeses, e o nosso povo tem fome de tudo. É necessário alimentá-lo. É necessário que cada um e todos tenham o suficiente para satisfazer as necessidades. Cada um possa comer, sem medo, sem hesitações, sem receio do amanhã. O nosso povo tem fome quantitativa e qualitativa e esta é a realidade mais gritante e mais dolorosa da nossa terra. Quinhentos anos de exploração desenfreada das nossas riquezas trouxeram para o povo um estado de miséria latente, a fome e a doença. Empobreceram a terra e o povo.

11. Um ensino ao serviço do povo conduz à libertação do povo. Um ensino que possa levar o povo a participar ativamente no traçado da vida da Nação ao contrário do ensino colonial:

- desarticulado das realidades (Geografia e História de Portugal),*
- destinado a vincular o sentido de patriotismo para com Portugal.*

12. A Fretilin quer o povo esclarecido e que todos saibam ler e escrever porque a libertação tem que ser completa...para que todos participem ativamente no governo da Nação, o povo tem que estar esclarecido para decidir a sua vida, não pode continuar ignorante para que ninguém possa aproveitar-se desta ignorância e explorá-lo em seu benefício. É necessário que todos, todos saibam exatamente o que querem e por que querem. Que a política não seja um tema estranho e vago só para doutores. É necessário que o povo esteja esclarecido para reclamar a solução dos seus problemas, para não continuar a ser explorado e enganado e, depois, que entrave é para o desenvolvimento da nossa cultura o alto grau de analfabetismo em que vivemos! Como podemos desenvolver a nossa literatura, a nossa poesia, se estas são a expressão do povo e o povo não sabe ler nem escrever?

"Quantos valores se perdem por existir apenas uma tradição oral. Valores que passem de pais a filhos, mas a memória humana é limitada, e muitos, muitos valores se perdem. É necessário que todos saibam ler e escrever.

A Fretilin vai iniciar, desde já, uma campanha de alfabetização num ensino verdadeiramente libertador dos 500 anos de obscurantismo... a todos a Fretilin irá esclarecer sobre os princípios que defende e estimulará o espírito democrático para que todos possam participar ativamente no Governo da Nação constituindo assim uma verdadeira democracia.

12. A Fretilin considera importante a educação sanitária porque todos devemos conhecer as mais elementares regras de higiene. Todos devemos saber tratar uma ferida, tratar das nossas crianças, dos nossos velhos...devemos conhecer o valor alimentar de cada produto para a nossa alimentação ser rica e variada, saudável e fortificante...

13. Fretilin adota o Português como língua oficial. Numa primeira fase não poderemos adotar o

‘Tétum’ porque a nossa língua embora continuasse a ser falada pelo povo, não evoluiu desde que fomos dominados pelo colonialismo. Desprezada e proibida não pode acompanhar a evolução que em todo o mundo se processou. Muitas palavras não existem e outras as conhecemos. É necessário que estudiosos façam um estudo profundo da nossa língua para podermos adotá-la no futuro. Adotaremos uma língua estrangeira, por facilidade e por já ser falada, escolhemos o Português.”

VII) ENGANAR O POVO SEMPRE ENGANADO

Era já óbvio nesta época que vasto número de Timorenses nas áreas fronteiriças de Ermera, Atsabe e Balibó se estavam a refugiar na metade indonésia da ilha a fim de evitarem o faccionalismo e a radicalização dos principais grupos políticos. O Governador-Geral Ten-Cor. Lemos Pires decide visitar estas zonas fronteiriças para acalmar as populações. Em linguagem muito simples, Lemos Pires diria:

“Ninguém pode enganar o povo... que tem direito à paz...a tropa está cá para fazer paz...eu sei que em Atsabe há gente a desviar homens e rapazes para a Indonésia. Porque é que o povo precisa de ir para a Indonésia? Não têm liberdade em Timor? Porque andam a enganar o povo a dizer que tem de ir para a Indonésia onde já estão a passar fome? Quem pretende fazer a guerra não é de Timor nem está a defender os interesses de Timor. Esta gente que quer a guerra é castigada. O Governador não tem medo, a tropa não tem medo...a tropa está cá que é para que ninguém precise ter medo...quem tem medo é traidor.”

O êxodo de mais de um milhar de homens e rapazes (as mulheres ficavam) das regiões fronteiriças era proveniente de uma campanha de rumores alarmistas e confusão lançada pela APODETI (o partido pró-integração) que os seduzia com promessas de ofertas generosas de açúcar (género carencial) ou rádios transístores (género de luxo) que representava a aspiração máxima de muitos timorenses da montanha.

A maioria de pessoas envolvidas nesta corrente migratória deixava para trás as mulheres para cuidarem de seus bens, mas uma minoria levava toda a família e bens pessoais. Na atmosfera de boatos em que se vivia, muitos eram aliciados para treino militar de guerrilha, para mais tarde voltarem prontos a lutar. Isto será extremamente bem documentado com os acontecimentos de setembro 1975, mas naquela data não passava de outro boato insubstanciado.

Devemos alertar para o facto de ser Lemos Pires o primeiro-oficial de alta patente a ter coragem de admitir este problema fronteiriço. Todos sabiam que ele existia e estava a aumentar, mas as cúpulas militares haviam decidido manter o silêncio sobre o assunto e esperar que ele se esvanecesse, com medo de alterarem o balanço de poder entre os partidos políticos locais. A decisão do novo Governador foi bem acolhida em Timor, pois representava uma certa lufada de ar fresco e de abertura, em contraste com a inércia colonial das elites locais.

Há quem pense que os frutos da Revolução [abril 1974] estavam finalmente a chegar a Timor. Um boato dizia que o 25 de abril ia de barco à vela para Timor, por isso demorava tanto a chegar e a materializar-se.

O ritmo inicial desta nova equipa fazia então prever a introdução de medidas sensíveis no campo da descolonização, sem paternalismos neocolonialistas disfarçados de falsos patrioteísmos ou religiões recém-inventadas da bandeira, tal como acontecera quando o Dr. Almeida Santos visitara a ilha no passado mês de outubro. Dum modo geral o novo governo criara um clima de expetativas e confiança, com a maior parte das pessoas a crerem numa transição pacífica para qualquer que fosse o futuro reservado a Timor.

Os principais partidos políticos, UDT e Fretilin, movimentavam-se suavemente agora, embora a Fretilin, depois da mudança de nome [de ASDT] e da publicação do seu ideário parece ser mais atraente. Isto era mais visível nos enormes números de jovens escolarizados, à procura da libertação de todo um sistema colonial aparentemente pouco repressivo, mas profundamente inibidor e condicionante.

Por seu lado, a UDT reforçava a sua cúpula através da caduca estrutura da administração colonial, e, valia-se da obediência hierárquica aos chefes de suco, liurais e régulos. A terceira força política, APODETI, servia-se de campanhas de desinformação e subversão económica: oferecendo rádios transistorizados para fingir a pseudopromoção socioeconómica dos seus membros, prometendo-lhes ofertas maciças de açúcar se fossem para Timor Indonésio.

VIII) A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO NOVO ELENCO GOVERNATIVO

Em vésperas de Natal, o novo gabinete do governo decide realizar uma Conferência de Imprensa – algo inédito no Timor colonial – com a presença dos quatro mais influentes membros do novo governo:

- Major COELHO, Chefe da Repartição de Gabinete;
- Major Lemos Caldas, seu adjunto;
- Major Mota, Chefe de Gabinete de Assuntos Políticos e Adjunto do gabinete Militar;
- Major JÓNATAS, responsável pela Comunicação Social.

Algumas das espantosas revelações dessa conferência de imprensa aqui ficam registadas, marcando um corte com a brandura política das anteriores administrações desta colónia retardada:

“É do domínio público que uma das formas de fuga de divisas é o mercado negro de câmbios. Chega-se a pagar 55\$00 por um dólar australiano cotado a Esc. 32\$00.

“A substituição de um sistema político-administrativo caracterizado por um cunho profundamente colonial, por uma gestão local e municipal em que terão ampla participação os estratos populacionais mais evoluídos e até nalguns casos eleitos...haverá substituição da autoridade local de uma pessoa só por uma autoridade colegial, de um conselho municipal ou órgão do mesmo género eleito pelas populações...”

As declarações do Dr. Almeida Santos na Assembleia Geral da O.N.U. e mais tarde na Emissora Nacional (“E.N.”) incensam o governo em Timor que pede a Lisboa um esclarecimento sobre as mesmas, mas duas semanas depois - [22 dezembro] – nenhuma resposta havia sido enviada de Lisboa.

E na conferência de imprensa é adiantado que:

“Reuniões Plenárias de oficiais houve em que ficaram democraticamente aprovadas as propostas para a institucionalização do M.F.A. [Movimento das Forças Armadas] em Timor, com os seguintes órgãos:

- *Comissão de Esclarecimento e Bem-Estar a nível das Unidades [militares];*
- *Conselhos de Setor [agrupando todas as unidades em cada setor militar];*
- *Conselho Militar de Timor; e;*
- *Comissão Coordenadora do M.F.A. junto do Comando-Chefe (do Território).”*

De facto, a mais importante declaração reporta-se ao estabelecimento de novos centros de poder a nível administrativo local. Trata-se de uma demarcação súbita do ancestral poder dos régulos, Liurais, e chefes de Suco, em que assentam as leis e costumes consuetudinários. A rápida oposição a este esquema é galvanizadora, porque ele desacredita todos os líderes tradicionais. A UDT que depende demasiado desta estrutura ancestral de poder local rapidamente começa a sua campanha.

IX) O BISPO DE DÍLI: ENTRE A REACÇÃO E A REVOLUÇÃO.

O Bispo de Díli, Dom José Joaquim Ribeiro, ao serviço da Igreja em Timor desde 1966, onde lidera a Igreja Católica Romana, acabara [dez. 74] de chegar de Lisboa. Ali, tivera importantes negociações com o clero Português sobre a Revolução dos Cravos⁵⁷ e as suas implicações no futuro de Timor. Entrevistado à sua chegada, Dom J. J. Ribeiro anunciou que:

“A posição do clero face à descolonização está publicamente definida na Carta Pastoral de julho 1974 que também subscrevi. A neutralidade dos padres face ao atual momento político é a melhor maneira de servir o povo cristão no seu direito de ser devidamente esclarecido sobre seus direitos e responsabilidades humanas e cristãs e serve a Igreja de Cristo posta no mundo ao serviço de todos os homens e com a qual o padre está identificado por exigência de ordem espiritual, moral e pastoral na sua missão específica de evangelizar o povo de Timor qualquer que seja a sorte que vier a ter ou a escolher. Os padres não só podem, mas devem ajudar o processo de descolonização de duas maneiras:

1º rezando por ele e com ele;

2º esclarecendo-o sobre a responsabilidade nesta hora de opções, na tomada de posição que construirá o Timor de amanhã...com paz, pão e progresso autenticamente cristão ...

“Todos os Timorenses sabem que o seu Bispo vem pugnando sob variadas formas (mesmo antes do 25 de abril) junto das autoridades e governadores pelos seus (timorenses) mais fundamentais direitos e pelas suas mais legítimas liberdades e mais de uma vez lhe foi proibida a homilia...”

A posição controversa do Bispo e, nomeadamente, o seu veto a algumas modificações da vida urbana de Díli (o caso da boíte entre outros) levaram a que algumas das suas homilias fossem consideradas reacionárias, com a maioria das pessoas a recordá-lo pela sua estridente oposição a qualquer tipo de mudança em Timor. Como mencionamos antes, todos recordam o seu veto à discoteca em Díli e a sua não-oposição marcada ao jogo e às máquinas de póquer, mas ninguém se recorda de algum alerta dele para maior liberdade política e menos ainda para defender ‘os mais fundamentais direitos do povo de Timor’ durante o seu reinado de mais de sete anos à frente da Igreja Católica em Timor.

A sua forte influência política conduziria a algumas das mais autocráticas posições do governo colonial. Sem entrar em mais detalhes para analisar a sua ação influente, mas dentro de um consenso geral as suas ações favoreceram a demagogia estática e opuseram-se a todas as tentativas progressistas. Ele é, afinal, o único responsável pela expulsão do mui dedicado Padre Roxo, amplamente conhecido como um dos melhores conhecedores da cultura e costumes de Timor, que favorecia a introdução de uma Igreja de Deus, mais aberta e populista na sua ação missionante. Ele começara alguns centros de assistência moral e social, para aqueles que dependiam da pesada inércia das autoridades administrativas, com as suas ações sendo mais um oásis no deserto da Igreja e das suas atividades social e de bem-estar. O Padre Roxo podia ser considerado como alguém que trabalhava com o povo e para o povo, enquanto o Bispo era mais um agente político em linha com a política oficial da administração colonial.

X) PARA CRIAR UM CONSELHO DE GOVERNO TIMOR

Logo após o Natal, o Gabinete de Assuntos Políticos difundia um comunicado à comunicação social sobre o prosseguimento da substituição do Estatuto Político-administrativo por um Estatuto Orgânico do Estado de Timor:

“Por não se enquadrar no novo espírito democrático do M.F.A. [Movimento das Forças Armadas], foi dissolvida a Junta Consultiva em 17 agosto [1974] após morosas diligências no sentido de constituir um órgão largamente representativo das correntes e tendências políticas mais atuantes e das entidades mais ligadas às atividades económicas. A Fretilin e a UDT com atos de cooperação política e a A.C.A.I.T. [Associação Comercial e Industrial de Timor] secundando apoiaram esta iniciativa...apenas a APODETI invocando o seu próprio ideário entendeu não participar, o que o governo lamenta por assim não contribuir para a tomada de decisões públicas uma Associação que se diz representar percentagem considerável do povo timorense.

“O Conselho de Governo passará a ser constituído por 13 membros, alguns serão vogais natos: o Governador de Timor, o Delegado do Procurador da República, o Chefe dos Serviços de Administração Civil, o Chefe dos Serviços das Finanças. Entre os outros farão parte:

- *Câncio Noronha [representando o banco emissor “BNU, Banco Nacional Ultramarino],”*
- *Jape Kong Su [importador chinês e comerciante notório],*
- *Mariano Lopes da Cruz [representante do Governo na Emissora de Radiodifusão e membro da UDT],*
- *[Outras três] individualidades que representam a Fretilin, UDT, A.C.A.I.T., funcionalismo público,*
- *[e os últimos três] representando atividades agrícolas, comerciais e industriais.”*
-

Esta ampla nomeação de pessoas dentre os grupos de interesses em Timor proporciona ao governo um escudo bem almejado contra os problemas do futuro. O Governo, entretanto, termina com toda a especulação sobre o termo de auxílio económico de Portugal a Timor, anunciando que *‘O governo português decidira conceder um subsídio não reembolsável de 20 mil contos (AUD \$572,000) ‘.*

Noutro desenvolvimento a companhia de exploração petrolífera Oceanic Exploration Co., associada a entidades portuguesas forma uma nova companhia denominada PetroTimor, Companhia de Petróleos S.A.R.L., cujo contrato formal foi rubricado em Lisboa por Moses Amzalak, Norman Singer e Eng.º Castro Fontes, Secretário de Estado de Assuntos Económicos do Ministério da Coordenação Interterritorial. Embora isto fosse anunciado como um novo passo para o desenvolvimento económico de Timor, a companhia já atuava desde março 1974, contra uma forte contestação verbal australiana.

XI) A NOVA LEI DE IMPRENSA

Uma Comissão “ad-hoc” de caráter transitório aprovada por portaria de 27 de dezembro 1974 toma posse para velar pelo cumprimento da nova Lei de Imprensa de Timor. Os considerandos da dita Lei de Imprensa focavam alguns princípios básicos da liberdade de informação como adiante se lê:

“A necessidade de salvaguardar segredo de aspetos militares, de evitar perturbações na opinião pública (por agressões ideológicas), de garantir uma informação isenta e completa, baseada na verdade, objetividade e respeito pela legalidade democrática e pelos direitos individuais... a vantagem dos órgãos de comunicação social se orientarem de acordo com as suas tendências políticas sem ingerências que possam impedi-los de contribuírem com o seu espírito crítico construtivo para o processo de descolonização e democratização...a necessidade imperiosa de evitar o uso indevido duma liberdade que tem de ser responsável, sem incitações à desordem e à violência... a existência duma única estação de radiodifusão – e governamental - à qual devem ter acesso todas as correntes políticas expressando livremente ideias e críticas.”

A Comissão ‘ad-hoc’ era integrada por três oficiais do Exército Português sendo um miliciano.

Entretanto anuncia-se a visita em janeiro [1975] duma delegação de Parlamentares Australianos do influente Comité de Defesa e de Negócios Estrangeiros para se inteirar do processo de descolonização e ter encontros com os principais partidos políticos e com o governo.

XII) O REGRESSO DE RAMOS HORTA E O AUXÍLIO INTERNACIONAL À FRETELIN

No regresso da sua digressão ao estrangeiro por três semanas, Ramos Horta, líder da Fretilin chega da Austrália cheio de vigor e de esperanças. À sua chegada declara:

“Notei muito maior preocupação pela situação nesta colónia e o imediato apoio recebido. O Timor-Leste deixou de ser uma colónia esquecida. O Governo Australiano acentuou que apoia decididamente o direito à autodeterminação incluindo a independência não concordando com a posição do MNE da Indonésia, Adam Malik, para o qual só há dois caminhos:

- *“continuar sob Portugal (o que Malik considera uma nova manifestação de colonialismo que o seu país não pode aceitar) ou,*
- *“integrar-se na Indonésia”.*

*"O Sr. Almeida Santos disse mais ou menos a mesma coisa que Malik na O.N.U. e em Lisboa, após regressar de Timor quando declarou: "o povo não quer ser descolonizado," o que só revela uma mentalidade fascista, reacionária, colonialista. É um insulto ao povo [Timorense], é admitir que quer continuar a ser colonizado, explorado, escravizado. O Dr. Almeida Santos não passa de um saudosista dos velhos tempos do Grande Império Colonial Português que se sente frustrado ao ver **escaparem-lhe** todas as **suas** colónias, revelou mais uma vez espírito mesquinho e vil.*

"A Austrália está disposta a conceder imediato auxílio nos setores da Educação e da Saúde e está preparada para conceder bolsas de estudo para Institutos e Universidades e fornecer medicamentos e equipamento para o setor da Saúde. Organizações privadas pretendem também conceder auxílio para pequenos projetos da Fretilin por esta ser a que mais se coaduna com a Carta da O.N.U. O auxílio seria mais eficiente se o governo local e a Fretilin elaborassem um plano conjunto de cooperação... A inflação ultrapassa na Austrália os 20% e há mais de 200 000 desempregados e constatei que o Partido Trabalhista no poder está em grave crise interna, isto e o que se passa na Europa e nos EUA é um sintoma da decadência do mundo capitalista..."

E aqui temos José Ramos Horta convicto, após três semanas de contactos políticos na Austrália com Gough Whitlam, Senador Don Willesee [MNE interino], Andrew Peacock, líderes da confederação sindical ACTU, deputados e senadores, a recém-formada CIET⁵⁸ e o Centro para a Libertação da África do Sul (the Southern Africa Liberation Centre), que eventualmente tudo seria um mar de rosas, graças ao apoio dedicado que recebera. Isto provar-se-ia ser um erro gravoso.

Uma das coisas mais espantosas sobre Timor neste período é que embora não houvesse guerra toda a gente se sentia como se estivesse sob uma barragem de fogo. A mentalidade de cerco que é notória aos mais altos níveis e patentes do exército português cria uma forte oposição ao militarismo que se desenvolve subterraneamente contra o *status quo*.

Isto não é África, não existem Movimentos de Libertação como a FRELIMO ou o MPLA, mas mesmo assim todo o mundo é chamado a atuar como se se estivesse na selva africana. Timor não é o Vietname, mas as pessoas pensam que é. Não devemos esquecer-nos de que a maioria dos oficiais milicianos está em Timor por terem tentado todos os truques para evitar a guerra autêntica nas províncias coloniais de África. Em termos de moral das tropas este é o pior destacamento de oficiais do exército para enfrentar um conflito armado.

XIII) OS SENTIMENTOS PORTUGUESES PARA COM TIMOR

Recordo algumas noites de calor parado no Café Tropicália Café, quando, depois de algumas cervejas ou bebidas brancas, as nossas mentes começam a vogar livremente, e nós tínhamos de facto, coragem para desafiar o regime antes da Revolução de abril.

Os forasteiros ficavam admirados, tal como o ocasional correspondente estrangeiro Joseph Lelyveld do "New York Times" que não nos conseguiam compreender.

O que a maioria de nós tinha em mente era basicamente um rápido regresso a casa. Éramos parte de um corpo militar passageiro forçados a permanecer ali um determinado período de tempo, sem qualquer motivo ou motivação, pelo que quando o ritmo da dança acelerava só pensávamos era regressar.

Egoisticamente a maioria dos milicianos nunca pensava um só momento em Timor ou nos Timorenses. Todos estávamos ali, durante aproximadamente dois anos, a pagar a nossa contribuição ao decadente Império Português e nada mais. Ponto final, parágrafo.

Era uma espécie de férias forçadas, não levantar muitas ondas, e regressar são e salvo a Portugal com lendas e contarelos de locais distantes desconhecidos. Havia até quem pusesse a hipótese de seguir a carreira militar como forma de evitar falta de oportunidades de emprego na competitividade da vida civil, após o regresso.

Todas as inconveniências deviam ser supostamente tratadas como pequenos aborrecimentos enriquecedores das experiências da vida. Gozando tanto quanto possível, quem se importava com o que podia acontecer a Timor? Não eram decerto os oficiais de carreira que só ansiavam ter as suas promoções e, muito menos os milicianos.

Tal como tantas outras, a minha mulher ali passou menos de uma quinzena e estava chocada com a falta de amenidades e o primitivismo do que a rodeava. A sua atitude resumia toda uma geração de portugueses brancos de serviço em Timor.

Como podia alguém esperar um desfecho diferente quando oito meses mais tarde começou a guerra civil a delapidar a colónia? Os Portugueses queriam deixar Timor, sem se envolverem em algo inesperado, indesejado, e eventualmente incontrollável. Mesmo se a elite dos comandos militares do pequeno destacamento de paraquedistas quisesse tomar parte, nenhum Governador ou Comandante Militar a autorizaria. E, mesmo assim, aqui temos Ramos Horta convencido de que tudo ia correr sem sobressaltos.

CAPÍTULO VI - 1975: O FIM DA HISTÓRIA DE TIMOR?

1. TODOS OS PEÕES NO MICROPOLÍTICO XADREZ DECIDEM MOVER-SE E O GOVERNO EMITE UMA MENSAGEM

1) JANEIRO

Janeiro começa calmamente com a mensagem de Ano Novo do Governador Ten-Cor. Lemos Pires onde este expressa os seus votos:

"Que o processo político se desenvolva em paz... garantida pela intenção do povo e Forças Armadas. O ano de 1975 será decisivo para Timor [seria apenas uma esclarecida premonição?] é fundamental que todos disso tenham consciência. Compete às Associações Políticas, futuros partidos, criar desde já ambiente de entendimento mútuo para facilitar a opção definitiva, verdadeiramente conscientes da sua importante e Histórica missão e seus deveres para com o povo. Assumirão decerto as responsabilidades inerentes à sua liderança buscando as melhores soluções em clima construtivo de tranquilidade."

II) APELO DA FRETILIN

A Fretilin, entretanto, apela a todos:

"Alertando a atenção de todos às manobras de certo grupelho sem qualquer representatividade ⁵⁹ que a soldo de interesses estranhos ao do povo de Timor-Leste tem intenções de provocar outros incidentes ⁶⁰ para desacreditar as Forças Armadas e o povo. A Fretilin alerta para as tendências racistas implícitas naquelas manobras tendentes a provocar conflitos entre a população e as F.A.'s. A Fretilin repudia uma vez mais energicamente o racismo e não tolerará que a cor da pele seja motivo de discussão. Aqui vivem e continuarão a viver todos os que queiram dar o seu contributo à edificação duma sociedade nova, colaborem com as F.A.'s na manutenção da ordem."

A APMT [partido pró monárquico] emite um comunicado no qual lembra o *"pacto de sangue e vinho dos régulos timorenses com os primeiros portugueses [que acostaram a Timor], pacto que veio transformar-se num amor religioso à bandeira de Portugal"* e apelam para as autoridades evitarem os *"massacres psicológicos e confrontos físicos das forças da APODETI e Polícia Militar [PM]."*

Tratou-se dum incidente em que simpatizantes da APODETI tentaram emboscar e atacar uma pequena patrulha da PM (Polícia Militar). Afortunadamente os oficiais eram experientes e mantiveram a sua calma, embora tivessem de disparar alguns tiros para o ar. A APODETI, mais tarde, declinou qualquer envolvimento nos incidentes, acusando outras forças políticas de o orquestrarem. Tratou-se do primeiro incidente opondo Timorenses e militares portugueses, desde há muitos anos e embora não se lhe tivesse dado importância foi visto, por alguns, como um sinal tragicamente prenunciador do futuro.

III) A FRETILIN RECONHECE PORTUGAL

A Fretilin emitia um longo comunicado no qual reconhece Portugal como o único interlocutor válido do processo de descolonização, *"aceitando, por isso, participar no Conselho de Governo, sendo condição sine qua non antes de participar no referido órgão que seja dado início ao saneamento...denunciando uma vez mais, publicamente que no atual Conselho figuram membros de órgãos do deposto regime (nomeadamente Assembleia Legislativa e ANP⁶¹). O quadro administrativo, baluarte do colonialismo tem de ser substituído por uma instituição verdadeiramente democrática. A Fretilin salienta que o Chefe dos Serviços de Administração*

Civil [Administrador Santa] continua a figurar como vogal nato e apraz-lhe registar que o comerciante Jape Kong Su já foi retirado do mesmo."

Um comunicado oficial da Repartição do Gabinete expressava a este respeito:

"Em nome da Fretilin foi lido um comunicado que pretendia esclarecer a participação daquele partido no Conselho, fazendo-a depender do saneamento. S. Ex.^a o Governador reiterou a sua concordância com a posição ideológica da Fretilin, embora não a pudesse aceitar por não se coadunar com a necessidade de solucionar os problemas quotidianos da vida de Timor. O saneamento está em marcha, mas fundamentar-se-á nas provas concretas para cada um dos casos em análise; pelo que seria prematuro e descabido tomar decisões sem que tais provas estivessem cabalmente analisadas. Também o Governador não teve qualquer dúvida em aceitar um Delegado da Fretilin, que anteriormente havia pertencido à Junta Consultiva.

"Uma vez que a inclusão de elementos da Fretilin, que à partida anunciavam a sua determinação de não colaborarem ativamente, não podia ser aceite, os seus delegados não foram investidos. Por não ser aceitável o funcionamento com elementos de um só partido decidiu-se não empossar qualquer dos membros... O Governo constata que uma associação política que afirma defender os interesses da população se coloca à margem da construção do quotidiano numa fase tão importante e decisiva depois de se ter comprometido a fazê-lo.

"A política de descolonização prosseguirá com firmeza no rumo traçado não sendo afetada pelas demoras que acontecimentos deste género poderiam ocasionar. O futuro de Timor está nas mãos do seu povo e suas associações políticas. As decisões administrativas do Governo continuarão a ser tomadas sem uma ampla discussão prévia com elementos representativos da população."

IV) UM DESAIRE PARA O GOVERNO

O Conselho de Governo de que a nova administração depende para por o processo político a girar parece amaldiçoado. Tem de se entender aqui a posição da Fretilin, não só em termos ideológicos, mas sobretudo porque pessoas que foram responsáveis pelos piores casos de abuso colonial ainda estão agarradas ao poder e a sobreviver às reestruturações políticas. O passado político de tais pessoas está de tal forma imbuído no velho regime, que a menos que se lhes faça uma lavagem política ao cérebro, é praticamente inviável esperar-se delas a promoção da Nova Ordem política, implantada depois da Revolução do 25 de abril.

Com toda a sua artimanha e o conhecimento dos intricados meandros do poder eles mantinham abertos canais de acesso direto aos poderes decisórios.

É então que o governo procede à reestruturação das principais pastas. Os Serviços provinciais de Planeamento e Integração Económica (SPIE), a Repartição Provincial de Serviços de Estatística (SE) e o Centro de Informação e Turismo são eliminados. O Executivo divide-se em quatro subgabinetes:

- GAP (Gabinete de Assuntos Políticos),
- GCS (Gabinete de Comunicação Social),
- GPEE (Gabinete de Planeamento Económico e Estatístico),
- GCI (Gabinete de Coordenação de Informações).

Curiosamente o GCS (Gabinete de Comunicação Social) publica um telegrama a 16 janeiro [1975] do Ministério da Coordenação Interterritorial no qual se afirma: "*Posição Oficial Governo Português é a que Respeitará Resultado Consulta Popular **qualquer que seja**.*"

O único civil no novo elenco governativo, Dr. Libânio Pires inesperadamente deixa Díli na mesma data. De acordo com alguns boatos, ele estava descontente com o processo de descolonização adotado pelos militares e entregou a sua demissão.

O GPEE (Gabinete de Planeamento Económico e Estatístico) anuncia que a S.A.P.T.A. (Sociedade Agrícola 'Pátria e Trabalho') se transformaria em sociedade anónima com o capital social de 50 mil contos (AUD \$1.4 milhões), dos quais 64 por cento (20 mil contos) localmente subscritos pelo BNU (o banco emissor de Timor) e (12 300 c.) pelo governo local, outros 27 por cento (13 500 c.) pelos herdeiros do seu fundador Celestino da Silva, e o remanescente (3 200 contos) por subscrição pública. O Governo previa então a nomeação de uma Comissão Administrativa (presidida por um Delegado do Governo) e duma Comissão de Trabalhadores.

O GAP (Gabinete para Assuntos Políticos) empossa os membros da Comissão de Reclassificação (imediatamente designada como "comité de saneamento") visando preparar a substituição das 'Administrações' por 'Câmaras', onde a gerência administrativa se efetivasse por elementos eleitos pelo povo. Dentre as suas atribuições visava igualmente definir a corrupção, incompetência, desonestidade do funcionalismo, criando tranquilidade e harmonia entre funcionários públicos.

O Governador Ten-Cor. Lemos Pires, entretanto, está a tentar incutir novos conceitos nas burocráticas mentes dos seus funcionários públicos. Durante uma reunião com o funcionalismo público de Díli, o Governador salienta que:

*"A estrutura de Timor assenta essencialmente no funcionalismo público, pelo que o rendimento de Timor depende diretamente da sua eficiência. A noção de '**fatalismo**' é o aspeto mais negativo da população Timor...é sempre '**normal**' tudo o que acontece. As coisas acontecem porque têm de acontecer, depois ver-se-á como resolver. O excesso de burocracia – a chamada empatorocracia – é um fator chave da falta de eficiência dos serviços, e da falta de '**iniciativa**', em que não se apresentam soluções, mas em que tudo se remete '**à consideração de V. Ex.^a**' ou, algumas vezes, mais elegantemente '**à alta consideração de V. Ex.^a**' ou ainda '**V. Ex.^a no seu alto critério decidirá**'.*

"Sou tão mortal e limitado que todos, não podendo decidir sobre aspetos técnicos que não percebo, em assuntos que outros estudaram e não deram soluções. A Agricultura é a base da produção interna, prevendo ligeiros aumentos de preços nos géneros de primeira necessidade bem como para os salários mais baixos (e unicamente para estes) melhoria de condições para a contratação de técnicos para melhorar a produtividade do setor rural."

Quando alguém questiona o Governador sobre a "timorização" dos salários Lemos Pires diria:

"Estou autorizado pelo Governo Central a fazer aumentos de vencimentos, mas isso corresponderia a uma irresponsabilidade, não posso aumentar os vencimentos sem me preocupar com o que vai acontecer em agosto" [seria esta outra premonição?].

"Classifico como pouco sensata a ação de esclarecimento dos partidos com objetivos a muito curto prazo ou de muito curta visão, têm-se entretido mais a destruir-se uns aos outros que a fazerem construção e esclarecimento ideológico sem se preocuparem com a perturbação resultante e a falta de esclarecimento das massas que os ouvem..."

"Tudo isto ligado a uma situação de boatos decorrentes de invasões da Indonésia, deslocação de forças militares, etc., cria uma sensação de insegurança que provoca ela mesma nova onda de boatos. Vejo como bastante difícil que partidos de ideologias diferentes se fundam...coligação não é interpenetração tendo em vista pontos comuns, a coligação é fácil e desejável...os elementos mais preponderantes dos partidos são quase todos funcionários...façam todos um pequeno esforço para se coligarem... sem questões de animosidades pessoais pelo interesse de Timor.

"Outro problema e já me começo a cansar dele é o da invasão indonésia para cortar a cabeça aos brancos, principalmente aos do Farol⁶². Acho ridículo e qualquer dia passo a ser chamado de ridículo pela República da Indonésia."

Desde setembro 1974, antes do representante do M.F.A. em Timor, Major Arnao Metello partir para Lisboa, o autor começa a propagar a noção de que, a menos que seja desenhada e implementada uma estratégia clara para o futuro político de Timor-Leste, os Indonésios irão aproveitar-se da agitação e insegurança existentes.

As leis de censura ainda se mantêm e em alguns casos (o meu, por exemplo) é vulgar existirem escutas telefónicas e a defenestração de correio privado. A única hipótese de enviar informações de Díli, sem que seja apreendida é aproveitar alguns hippies australianos a caminho de Bali para a meterem no correio indonésio. Algumas dessas notícias eventualmente acabam por chegar a Portugal e são publicadas em jornais onde se menciona que existem pessoas em Timor que temem uma invasão indonésia.

É evidente que depois da "Operasi Komodo" ser posta em ação em outubro 1974, que alguns barcos da Marinha Indonésia patrulham águas de Timor. Nalgumas noites, podem ver-se aqueles navios ao largo, em frente à Baía de Díli. Convém referir aqui e agora que a Ilha do Ataúro não tinha nenhum sistema de iluminação elétrica capaz de ser observado de Díli (a 23 km de distância). Mesmo depois de observar aquelas luzes movendo-se para a frente e para trás no negro horizonte, semana após semana, **ninguém quer acreditar** que possa ser a Marinha Indonésia.

As rotas comerciais da marinha mercante para a Austrália raramente atravessam os mares entre Díli e o Ataúro, mas para aquelas pessoas, tais rotas estão a ser usadas e incrível! não sabia que Darwin estava a lidar com mais de 300 barcos por ano todos vindos via Timor. Os operadores radiotelegráficos no Quartel-general ocasionalmente apanham conversas em Bahasa Indonesia, vindas do mar, mas os Serviços Secretos nunca se deram ao trabalho de os verificar ou traduzir. Para eles, o perigo está dentro das fronteiras de Timor-Leste e não se apercebem de nenhum perigo externo.

V) O GOVERNADOR, OS PARTIDOS POLÍTICOS E A R.T.P.

A 20 de janeiro 1975, o canal de televisão portuguesa "R.T.P." desloca uma equipa de câmaras e alguns jornalistas para acompanharem os progressos do novo governo local e as medidas que estavam a ser tomadas para a descolonização de Timor. Na entrevista, o Governador Lemos Pires afirma:

"A abertura da livre expressão em Timor alterou todo o panorama político do território, ... os partidos lançaram-se abertamente na propaganda política e se bem que altamente desejável isso provocou uma certa onda de instabilidade, na medida em que as populações despolitizadas - para não dizer altamente despolitizadas - não absorveram esse impacto político com grande tranquilidade. Um problema muito controverso é o da viabilidade da independência - a UDT e a Fretilin preconizam que a independência a vir a ser obtida seja com o patrocínio de Portugal. Já tenho dito aos partidos que considero Timor, de momento, sem viabilidade económica para a independência...tem de ser conseguida progressivamente com uma ajuda estranha aos próprios timores ou requer um tempo relativamente longo para se poder efetivar.

"Qual será a orientação geral da população? Para quem pende a população? Qual a solução que mais agradará ao povo de Timor? Muito difícil é a resposta... o povo está muito despolitizado. Por exemplo quando eu vou ao interior e as populações perguntam: "Sr. Governador como é que vai ser?" São vocês que são de Timor quem pode responder. "Se o Sr. Governador disser como é, a gente faz." Ora isto representa muitos anos de presença colonialista portuguesa em que a vontade do povo não foi deixada aflorar com a liberdade e consciência desejável e isto não se consegue modificar em pouco tempo...teremos de esperar com certa calma que a evolução política se defina melhor, que os partidos políticos assumam as responsabilidades que de facto têm de elucidar a população para que ela possa escolher livremente o futuro a que tem direito."

Também os partidos políticos se pronunciaram amplamente à R.T.P., sobre as razões da sua existência, ideários e objetivos, para que as pessoas em Lisboa pudessem sentir os ventos das liberdades políticas a soprares nas colónias distantes e longínquas do Império, que ora se desmantelava.

Domingos de Oliveira, Secretário-geral da UDT afirma:

"A UDT foi o primeiro partido a surgir, em 11 de maio 1974. Na sua primeira reunião, alto e bom som se afirmou que o objetivo final da UDT é a independência de Timor-Díli, mas porque de momento não existem condições nem infraestruturas para uma independência segura, preconizamos uma ligação com Portugal até que a independência seja possível. Pelo interior não fizemos mera propaganda, sondámos o que o povo de Timor-Díli realmente deseja e isso é a independência. Tal não significa uma espécie de esquecimento do pouco materialmente válido que os portugueses fizeram durante cinco séculos de colonialismo.

"Apesar dos erros, o povo sabe que algo de positivo se fez, por isso mesmo no nosso ideário estão contidos princípios que depois de declarada a independência, Timor será integrado em pé de igualdade numa comunidade de língua portuguesa com Angola, Moçambique, Guiné, Brasil e Portugal. A UDT conta com bastante apoio popular, do povo que quer caminhar para a independência, mas que ao mesmo tempo sabe que nas condições atuais há falta de valores humanos e económicos e porque Portugal tem uma

missão histórica a cumprir e não pode abandonar uma população inteira sem estar preparada para a independência, o povo acha que Portugal deve ajudar até que se atualizem as estruturas."

Francisco Xavier do Amaral, Presidente do Comité Central da Fretilin esclarece:

"Atendendo a múltiplas circunstâncias, após várias discussões e sondagens de um pequeno grupo de timores para se saber qual o caminho mais certo para um futuro feliz da população de Timor, a Fretilin começou por ser uma Associação Social Democrata. Internamente enfrentou uma grande oposição e reação bastante grande também a nível governamental, no período do então Governador Alves Aldeia e no do Encarregado do Governo Níveo Herdade. O nosso programa de rádio foi suspenso por 60 dias; no interior encontrámos vários obstáculos por parte da reação, já que a população é passiva...a Fretilin foi julgada e condenada por um tribunal local. Neste momento a existência legal é viável pelo processo progressista que defende o programa do M.F.A., mas se no futuro não fosse viável atuaríamos mesmo na clandestinidade...porque a Fretilin tem a linha das massas contra a exploração do homem pelo homem.

"Continuámos admirados da existência dum partido minoritário defendendo a integração na Indonésia que considerámos absurda...haveria em Portugal possibilidade de um pequeno grupo querendo integrar Portugal na Espanha? Por isso vemos a existência da APODETI como ilegal. Esperamos que a nossa independência 'de jure' seja reconhecida em breve para formarmos um Governo provisório e prepararmos a nossa independência 'de facto'. A nossa luta não é contra o povo português, estamos solidários com ele no processo que libertou Portugal do fascismo. A nossa luta é contra o colonialismo, contra a exploração do homem pelo homem e ao mesmo tempo uma prevenção ativa contra o neocolonialismo. Desde a primeira hora que a Fretilin rejeita toda a ideologia contrária à independência do Timor-Leste. Neste momento não se discute o que aqui se fez ou não, algo se fez e isso representa alguma coisa. A nossa linha será defender Timor para a independência, mas também, se possível – e isso será possível sem dúvida – formarmos uma comunidade de expressão de lusíada."

A Fretilin tenta assim sossegar os mais descontentes membros da comunidade quanto à sua determinação em manter Timor dentro de um quadro viável de comunidades portuguesas, mesmo depois de ser independente.

O Secretário-geral da APODETI, Osório Soares diz à 'R.T.P.':

"De momento não estou muito preparado para falar sobre o partido...fui apanhado de surpresa a fazer umas transplantações de plantas. Dada a distância de Timor em relação à Metrópole e o fracasso de 400 anos de colonização está à vista a evolução do desenvolvimento de Timor, a falta de maturidade política, de maturidade económica desta terra, pelo que não são soluções: nem a Federação, nem a Independência.

"Num olhar retrospectivo à história antiga de Timor, vemos que anteriormente à colonização existia unidade, portanto a divisão é feita pelo próprio colonialismo. Extinto este, temos de voltar à antiga causa que nos separou. A ligação à Indonésia era a mais viável para a situação presente, assim nasceu a APODETI. Ao longo deste período, após a criação da APODETI, em 27 maio 1974, temos procurado fazer um plano de horizontalidade, em trabalho de extensão, dando a conhecer às populações as suas tradições antigas, fazer reviver seus sentimentos anteriores..."

Esta posição assumida pela APODETI dada a sua responsabilidade internacional implica um consentimento da República da Indonésia. A atividade desenvolvida em Timor [janeiro 1975] já nitidamente estruturada em algumas regiões quer dizer régulados e populações que defendem e aceitam os nossos princípios, como Atsabe, Rai-Mean, Ai-Assa e Oé-cusse. O objetivo da APODETI é o referendo, em primeiro lugar vencer as eleições ou o referendo, conforme ficar decidido pelo Governo e logo após constituir uma comissão formada por Portugal, uma da Indonésia e outra da APODETI para o estudo da forma de transição em período a definir para o desenvolvimento e progresso sociocultural do povo de Timor.

"Quanto à afirmação de que a APODETI é ilegal, factos concretos refutando tal acusação: o Dr. Mário Soares [então Primeiro-Ministro] afirmou que "para a descolonização se teria de ouvir a Indonésia e a Austrália" e o Dr. Almeida Santos [Ministro para a Coordenação Interterritorial] na O.N.U. referiu que Timor só teria duas possibilidades: "Ficar sob o controle de Portugal ou a integração na Indonésia".

"A APODETI além de razões históricas e geográficas é o único partido que pode dar uma solução realística a Timor."

A APODETI guarda bem o seu jogo, explorando declarações do Dr. Mário Soares e do Dr. Almeida Santos para enaltecer a sua posição no xadrez político.

VI) POR UMA JUSTIÇA TIMORENSE

Um advogado português radicado em Timor, há vários anos, Dr. Cravo Cascais [que aderiria oficialmente à UDT, aquando do golpe militar deste partido em agosto 1975] alertava então para *"o gritante desfasamento entre a lei [Portuguesa] aplicável e a realidade de Timor."*

"Pretende-se defender a sociedade dum dos seus membros considerado criminoso, na pressuposição errada de que essa mesma sociedade assim o deseja, quando pelo contrário, essa mesma sociedade determina e impõe sob pena de descrédito e marginalização, a atitude do agente, pela qual o mesmo é condenado"

"Uma vez em liberdade o agente condenado, e perante igual situação procederá do mesmo modo. A aplicação de penas para prevenir e reprimir crimes, não atinge assim, nenhuma dessas finalidades enquanto a sociedade continua a exigir atitudes idênticas dos seus membros, àquelas por que são condenados. É necessária e urgente a 'timorização' da justiça, não já nas estruturas, mas nas normas que essas estruturas devem aplicar."

Este exemplo gritante da aplicação de leis - de base portuguesa - a timorenses pode ser comparada com a injustiça de aplicar códigos judiciais de qualquer colonizador ao colonizado. De facto, as pessoas estão a ser sentenciadas pela mera utilização das suas tradições consuetudinárias. A sociedade força certos códigos de honra, depois o colonizador (assumindo a sua superioridade colonial) vai puni-los pelo ultraje da sua atitude ao meramente seguir tais códigos de honra.

Tente-se imaginar como seria escandalosa a situação na Austrália, entre os Aborígenes e o resto da população, ou quiçá mesmo entre os Libaneses, Gregos, Italianos, ou qualquer outro grupo étnico, tentando impor as suas leis ao grupo predominante anglo-saxónico na Austrália e às suas leis.

VII) O ENSINO E AS VIAS DA EDUCAÇÃO DESCOLONIZADAS

Entretanto, o Governador Lemos Pires nomeava uma Comissão de Reformulação do Ensino, com sete elementos alguns dos quais eram um pouco controversos:

- Roque Rodrigues, Alferes miliciano, um dos impulsionadores do manual Político da Fretilin;
- Alferes miliciano Eng.º Ant.º Barbedo de Magalhães e (a sua mulher) Dr.ª Judite de Magalhães;
- Caldeira Batista, Professor primário, simpatizante afeto à UDT, íntimo colaborador do ex-Presidente da ANP, Dr. Félix Correia [o Presidente local do único partido político português legal durante a ditadura, e Chefe dos Serviços de Educação];
- António Duarte Carvarino, Presidente da "Casa dos Timores em Lisboa," ideologicamente um vanguardista afeto à Fretilin e impulsionador das campanhas de alfabetização em Timor⁶³.

Igualmente anunciava o Governador, o arranque na construção da estrada Díli - Maliana assim como melhoramentos bem necessários nas estradas Lautém – Loré e Baucau - Bé-Asso.

Durante a tomada de posse da Comissão de Reformulação do Ensino, o Major Mota, [Chefe de Gabinete dos Assuntos Políticos e Chefe de Gabinete do Comandante Militar], sumariamente descreve o processo político em Timor:

"Das consequências do 25 de abril em Timor distingo dois períodos: um até 18 novembro 1974, outro após esta data em que chegou o Governador Lemos Pires e a nova equipa governamental."

"Em 13 de maio, dá-se o primeiro sinal oficial em Timor da sintonia com a nova problemática criando-se uma Comissão para a Autodeterminação de Timor, para apoio e coordenação da política local. O seu trabalho foi a politização das cúpulas dos embrionários movimentos de opiniões e, simultaneamente um esforço para tirar a APODETI da clandestinidade".

O Major Mota acrescenta:

"Durante a sua existência [Comissão para a Autodeterminação] notam-se sinais de desacordo entre oficiais e o Governador Aldeia que havia sido extremamente infeliz ao apreciar o [abortado] "Movimento das Caldas" [em 16 março 1974] chamando traidores e outros nomes àquele punhado de jovens que tudo sacrificara para modificar o país.

"E que depois, sem sucesso, o Governador Aldeia procurava justificar a sua adesão à nova situação política. Depois disto há um incremento de atividade partidária e dão-se os primeiros contactos das associações políticas nascentes, com países estrangeiros.

"A 15 de julho toma posse o novo Encarregado de Governo. A situação política sofre uma evolução de caráter negativo...assume peso no processo político, um conjunto de pessoas ligadas à manutenção do status quo. Não se vislumbra ainda qualquer medida descolonizadora. Timor continua o seu sono eterno de séculos.

"As associações políticas mais progressistas (honra seja feita à ASDT) veem-se desencorajadas e iniciam o processo de luta reivindicativa conducente a impor o seu ideário. A ASDT é a primeira a fazer um comício em Díli, atacando frontalmente as minorias privilegiadas que pontificavam em Timor, viu-se a breve trecho positivamente banida do processo democrático e afastada porque ameaçava as estruturas existentes."

"Em 15 de agosto a não-aceitação, pelo Governo, da Comissão para a Autodeterminação (que vinha fazendo um interessante trabalho de politização e ajuda de politização das cúpulas) leva os membros desta Comissão a solicitar a sua desnomeação. O clima militar foi-se deteriorando até atos de insubordinação e de indisciplina coletiva que se agravariam com a deslocação a Lisboa do então Chefe do Estado-maior, Major Arnao Metello, face à total inoperância do governo local e à falta de diretivas concretas de Lisboa.

"As associações políticas radicalizam posições e criam um clima demagógico onde avultam acusações, onde personalizam muitas questões e se reacendem ódios antigos.

"É neste clima que surge o novo Governador e sua equipa, com o aval da Comissão de Descolonização, para descolonizar 'de facto.' Vou enunciar alguns conceitos de descolonização que têm norteado a ação do Governador Lemos Pires:

- 1) Transferência de responsabilidade da 'coisa pública' para os Timores (gradual e progressivamente),*
- 2) Fim de privilégios de minorias não representativas do povo, que à sombra do regime colonial fascista oprimiram grandes massas absolutamente apolitizadas,*
- 3) Romper com a dependência do colonizado face aos colonizadores, acabando com a imposição ao timorense de padrões ocidentais (modo de vida, ensino, justiça, etc.) é frequente ver o europeu não acreditar nas potencialidades do 'Bére Mau' da montanha, o que é um erro profundo,*
- 4) Aceitar o estado de ilegitimidade do colonizador que veio ocupar o lugar do habitante e, acabar com todo o autoritarismo e paternalismo nas relações com o povo timorense."*

O major Jónatas (Chefe do Gabinete de Comunicação Social no novo executivo) citaria a seguir:

"Podemos caraterizar o ensino em Timor como de tipo colonialista, elitista e veículo dum aparelho fascista com o recurso quase exclusivo a professores ⁶⁴ metropolitanos, não sendo dadas oportunidades iguais a todos os jovens, sendo feita uma segregação em função das posses económicas. A cultura timorense surge mais no mercado que nas escolas...ela tem de vir à superfície."

VIII) COLIGAÇÃO SIM, APODETI NÃO

Dentro do espírito de cooperação preconizado por Lemos Pires, mas um pouco inesperadamente, a UDT e a Fretilin assinaram um comunicado de acordo conjunto. Para contrabalançar a pressão exercida por

transmissões da Indonésia e a propagação de boatos alarmistas pela APODETI, esta plataforma de coligação visava a consecução de finalidades comuns evidenciadas no texto. Bem importante para a compreensão do emaranhado político em jogo no território, do extenso comunicado dos dois partidos, salientam-se aqui os pontos mais importantes daquele histórico documento:

1. *"Independência total para Timor-Leste (Timor-Díli designação adotada pela UDT).*
2. *Repúdio da APODETI, por defender ideais integracionistas e neocolonialistas contrários aos verdadeiros interesses do povo de Timor-Leste e à carta das Nações Unidas.*
3. *Rejeição da integração em qualquer potência estrangeira nomeadamente Indonésia, mas após a independência, serão encetados esforços no sentido de se promoverem relações de boa vizinhança, amizade e cooperação com todos os povos do mundo, incluindo a Indonésia.*
4. *Repúdio do colonialismo, neocolonialismo e imperialismo. Introdução de novas estruturas políticas, económicas, culturais e sociais, verdadeiramente democráticas em substituição das caducas estruturas coloniais para a construção e desenvolvimento do país.*
5. *Reconhecimento de Portugal, como único interlocutor válido no processo de descolonização. Estabelecimento de acordos de cooperação em todos os setores e a todos os níveis para benefício dos povos de Timor-Leste, ou Timor-Díli, e de Portugal. Adoção da língua portuguesa como oficial.*
6. *Recurso à O.N.U. para acompanhar Portugal, no processo com vista à independência nacional. A coligação reserva-se o direito de selecionar os países membros, que deverão tomar parte na Comissão de Supervisão, não devendo participar as grandes potências, países da ASEAN e outros sob influência da Indonésia, incluindo Austrália.*
7. *Formação dum governo de transição através de negociações em Lisboa (Governo Português, Fretilin e UDT).*
8. *Acordos internos:*
 - a) *Criação de Comissão 'ad-hoc' para supervisão de programas de rádio, comícios e artigos para divulgação pública;*
 - b) *Não-agressão ideológica e respeito mútuo por programas [políticos] e ideários;*
9. *Cooperação para a consciencialização política do povo orientada para a independência nacional;*
10. *O Timor (Português) passará a chamar-se Timor-Leste e os seus cidadãos 'Timores'⁶⁵.*

A parte final do comunicado tem uma mensagem da coligação ao povo português e aos povos das colónias africanas, do qual se extraem os seguintes parágrafos:

"Enquanto as colónias de África estão em vias de atingir a independência total, o povo de Timor-Leste enfrenta agora a mais dura prova da sua história colonial – a guerra fria movida pelo bloco imperialista. Isolado no sudeste asiático, alcinhado por um Ministro do Governo Provisório [de Portugal] "transatlântico imóvel", o povo de Timor-Leste apela para a solidariedade dos povos irmãos."

Imediatamente após ser tornado público este comunicado, o Comando-Chefe emite uma nota alegando:

“...a gravidade das afirmações impõe um esclarecimento e uma advertência ... censurando-se a marginalização da APODETI, rejeitando qualquer tipo de pressão, reafirmando a isenção das Forças Armadas face à coligação [da Fretilin e UDT]”.

Com efeito, trata-se de uma bem-intencionada atitude, verdadeiramente democrática e até de certo modo sofisticada do Comandante-chefe (e Governador), mas numa sociedade politicamente emergente isto irá criar mais problemas do que aqueles que visava resolver. A população fica a interrogar-se, como é que o Governador que tanto exorta à união, solidariedade e cooperação, critica a coligação logo após esta ser tornada pública, e denigre-a como hipótese de mudança para a paz e tranquilidade do clima geopolítico de Timor. A população tão acostumada a que lhe dissessem o que fazer, como fazer e quando, não entende as críticas após lhe ter sido sugerida uma coligação.

2. OS ANTECEDENTES DA GUERRA E A CIMEIRA.

1) AS MANOBRAS DE BASTIDOR

A desinformação e a má-língua relativas à iminente invasão de Timor passam a ser constantes e levam um comentador australiano de rádio a anunciar em 24 de fevereiro 1975 que *“a Indonésia está a preparar um ataque de forças anfíbias e antiaéreas a Díli (capital de Timor-Leste) e a Baucau (a segunda cidade) dentro de semanas”*. Como que a confirmar tais intenções, o Cônsul Indonésio em Díli, Dr. Tomodok manda regressar a sua família para a Indonésia. Simultaneamente um jornal indonésio, *“The New Standard”*, controlado pelo Conselheiro do Presidente Suharto em Segurança, General Ali Murtopo, publica artigos onde se afirma que *“Timor não se pode tornar independente por não dispor de recursos naturais e porque um Timor independente seria permeável à penetração comunista afetando a estabilidade regional”*.

Em princípio de março 1975, o Comando Indonésio para Assuntos de Segurança anuncia que ***‘Timor Ocidental está vedado (fora de limites) a jornalistas indonésios e estrangeiros.***⁶⁶⁶⁷

Isto coincide com a aplicação de bem necessárias benfeitorias às estradas até à fronteira com Timor-Leste e à preparação para a [futura] invasão da colónia portuguesa.

Março 1975 é um mês pleno de acontecimentos para o futuro dos timorenses, mas muito poucos sabem disso. Em Londres, realiza-se um encontro secreto entre Ali Murtopo e representantes do governo português, para discutir o futuro de Timor Português. Desconhecido para a maioria das pessoas, este encontro secreto entre representantes portugueses e Indonésios tem lugar por entre o maior segredo e traição. Entre 3 e 5 abril, antes de Suharto visitar Timor-Leste, tem demoradas conversas com o Primeiro-ministro australiano, Gough Whitlam na pacata cidade da Queenslândia, Townsville. Todo um conjunto de acontecimentos não publicados está a ter lugar sem que as partes interessadas tenham algum conhecimento de que o seu futuro está a ser decidido nas suas costas, de forma paternalista tipicamente colonialista, pelos seus patrões coloniais e imperiais.

De acordo com relatórios secretos do MNE Australiano, a situação modificou-se rapidamente entre janeiro e abril [1975]. Documentação apresentada à reunião de ministros da ANZUS⁶⁸ pelo MNE Australiano contém as seguintes afirmações, datadas de abril, 1975:

"A grande urgência do assunto [Timor Português] já não tem razão de ser. As luzes encarnadas que se acenderam em finais de fevereiro, e que levaram o Primeiro-ministro a enviar uma mensagem pessoal ao Presidente Suharto, mostram agora o tom amarelo contínuo. Os Indonésios garantiram-nos, a todos os níveis, que não estão a contemplar intervenção militar. A propaganda indonésia está com um tom menos estridente. Os últimos relatórios secretos revelam que não existem preparativos para "uma ação militar a breve trecho."

"Os Portugueses, entretanto, manifestaram a sua vontade de seguir um calendário muito gradual para a descolonização de Timor. Isto parece também ser aceitável para os grupos políticos no terreno, e para os Indonésios. Conversações secretas ao mais alto nível entre Indonésios e Portugueses tiveram lugar no início de março. Estas parecem ter resultado altamente satisfatórias para os Indonésios com as garantias portuguesas de que não haverá uma proclamação imediata de independência (nos moldes da de Moçambique) mas, que de facto, haverá um processo prolongado de descolonização (cinco a oito anos) terminando com uma decisão da Assembleia Constituinte sobre o Estatuto Político futuro do território."

"O Presidente Suharto reiterou ao Primeiro-ministro em Townsville [3-5 abril] que a Indonésia não tinha "ambições expansionistas e que favorecia um processo de autodeterminação para os Timorenses Portugueses." Estas garantias são bem-vindas, mas no caso de uma situação incerta, os Indonésios, estarão claramente de sobreaviso contra quaisquer sinais de que o destino do Timor Português não seja do seu agrado. Parece claro que os Indonésios permanecem inabaláveis na sua determinação de que, em última análise, o Timor Português deverá tornar-se parte da Indonésia."

"Os Indonésios veem a meta de incorporação como podendo ser atingida através de um ato de autodeterminação influenciado pela Indonésia e acreditam (talvez erroneamente) que já obtiveram o acordo de Portugal para facilitar os atos encapotados da Indonésia para atingir esse fim. Tudo indica que nas circunstâncias atuais, um ato de autodeterminação pode favorecer os partidos pró-independência, independentemente do grau de envolvimento indonésio que houver."

"Ao mesmo tempo, será adequado reconhecer que a Fretilin não está ao mesmo nível, em termos de representatividade e demonstrada capacidade para tomar as rédeas do poder, como, por exemplo, a FRELIMO em Moçambique. A sua aliança com a pró Portuguesa UDT parece também estar tremida. Os próprios indonésios consideram, que com o tempo e oportunidades, que Portugal lhes concedeu, pode ser possível, com bastante trabalho, quer encapotado quer a descoberto, construir uma APODETI bastante forte."

"Estas são as sementes de um mais imediato problema na aparente oposição dos Indonésios aos planos Portugueses para se movimentarem de forma rápida e estabelecerem um governo de transição em Timor Português, que gradualmente tomaria conta das responsabilidades de autogoverno no território. Enquanto a UDT - Fretilin parecem aceitar um período de transição bastante longo antes da independência, a coligação também prevê uma transferência progressiva de poder real para um governo funcional, refletindo as forças políticas em Timor. Onde é que isto nos conduz? Enquanto o Timor Português permanecer quieto, sem nenhuma prova evidente de envolvimento e subversão comunista, e os grupos

locais não se deixarem manipular por grupos dissidentes da Indonésia, o governo indonésio não deverá deixar que as ações se precipitem no território, mas concentrar-se-á em desenvolver ali a sua influência.

“O Presidente Suharto é cauteloso e pragmático. Ele orgulha-se de ser responsável pela política externa da Indonésia e procurará uma solução para o problema de Timor que seja consistente com aquela. Caso não se verifiquem acontecimentos desfavoráveis no território, os Indonésios podem até vir a aceitar a ideia de um Timor independente e modificar, concomitantemente, os objetivos da sua política. Mas não há decerto sinais de que o tenham feito até agora. Numa análise final, a decisão indonésia será baseada naquilo que ela entender como o interesse nacional e até que ponto entenda Timor Português como uma ameaça à sua segurança. A Austrália não está diretamente envolvida. Cremos ser de Portugal, a responsabilidade de levar o território a atravessar o que deverá ser um longo processo de descolonização, dados os baixos níveis de desenvolvimento social e político.”

“O produto final deve ser consistente com os desejos do povo do Timor Português. O melhor resultado, do nosso ponto de vista, seria ainda qualquer forma de associação com a Indonésia, mas isto está longe de obter apoio popular em Timor ou de ser fácil para os Indonésios o obterem. Os prognósticos a longo prazo são para uma situação deveras difícil. O grau de envolvimento australiano será, como se antevê, mínimo.”

Os peritos australianos de Negócios Estrangeiros sobre Timor, se por um lado estavam dispostos a aceitar as garantias dadas pelos Indonésios, por outro lado, mantinham-se fora de um potencial conflito. Entretanto a coligação UDT - Fretilin está em vias de se desagregar. Lopes da Cruz, Secretário-geral da UDT numa visita à Indonésia em abril, acusa a Fretilin de ser comunista, ameaçando com uma nova coligação com a APODETI. Mais tarde, a Fretilin exige uma retração, mas a UDT declina. Imediatamente depois do seu regresso da Indonésia, Lopes da Cruz recusa integrar uma delegação conjunta às colónias africanas. Esta delegação surge duma proposta da Fretilin ir à África em busca de apoios dos Movimentos de Libertação, que se preparam para adquirir a independência de Portugal.

Lemos Pires (num gesto bem-intencionado ou ingénuo?) propõe organizar conversações para a Cimeira entre todos os partidos, que pouco depois se realizaria em Macau. A Fretilin opõe-se a este encontro e acusa o governo de divisionismo, em antecipação do eventual apoio obtido pela coligação em África junto dos Movimentos de Libertação.

Um advogado português, Dr. João Loff Barreto, apresenta uma comunicação no Tribunal Mundial⁶⁹, em meados de 1981 onde proporciona detalhes do tal encontro secreto em Londres (de que falamos há pouco):

“Almeida Santos afirmou que Portugal estava bem consciente das vantagens quer da incorporação [de Timor] na Indonésia quer da manutenção de laços com Portugal, mas que em sua opinião, Portugal nunca haveria de impor uma decisão contrária à vontade do povo. Ele sugeriu que a Indonésia poderia utilizar o período de transição para encorajar o povo timorense a aceitar a ideia de incorporação, lutando contra a hostilidade [dos Timorenses] face à Indonésia. Para que tal fosse conseguido, eles [Indonésia] deveriam convencer a APODETI a cooperar no processo de descolonização e oferecer ajuda económica a Timor.”

De acordo com Loff Barreto, a delegação portuguesa pediu ao representante indonésio para estar presente na Cimeira de Macau a ter lugar em 15 de junho 1975. Importante é o facto da Indonésia, quiçá intencionalmente, ter revelado à Fretilin as conclusões do encontro de Londres, talvez como parte de um vasto plano para boicotar o processo de descolonização. Esta interpretação, de Loff Barreto, irá forçar a Fretilin a não estar presente na Cimeira de Macau.

Como mencionámos atrás, várias são as fontes que provam este ponto. Para Michael Richardson, as negociações secretas resultam num acordo verbal entre as duas delegações. Num artigo publicado no jornal de Melbourne 'The Age', Richardson escreve:

"Portugal aceitou, como o meio mais fácil para descolonizar Timor, a incorporação de Timor através de ato, internacionalmente aceite de autodeterminação, evitando a todo o custo a internacionalização da situação em Timor nas Nações Unidas."

Hamish Macdonald, no livro "Suharto's Indonesia", publicado pela Fontana em 1980, menciona que, num relatório secreto da OPSUS [Unidade de Operações Especiais da Bakkim, chefiada por Ali Murtopo], se alega:

"Portugal espera que a Indonésia aceite a ideia de incorporação através de um ato de autodeterminação, e que exerça pressão sobre a APODETI para tomar parte em tal processo. Para tal fim, a imagem da Indonésia terá de ser melhorada, visto que a maior parte da população fronteiriça em Timor a considera um inimigo hostil."

Relativamente a este ponto, os Indonésios irão mais tarde, utilizar o argumento de que receberam garantias do Primeiro-ministro Vasco Gonçalves ao General Ali Murtopo, que *"era irrelevante para Portugal se Timor continuasse [ou não] sob soberania Portuguesa."* Daqui se pode inferir que as manobras subtis dos portugueses fizeram ricochete. Desde o primeiro momento em que se envolveram em conversações secretas com os indonésios, os portugueses estavam encurralados. Não podem evitar a opinião pública internacional (ou mesmo a portuguesa) sobre as intenções da Indonésia. Eles comprometeram-se irremediavelmente com os Indonésios.

A única alternativa possível, naquela altura, foi então discutida pelo Major Vítor Alves, Dr. Mário Soares e Dr. Jorge Campinos (os principais negociadores) mas unanimemente rejeitada. Tal alternativa consistia em abandonar todas as negociações bilaterais [com a Indonésia] e apelar para que as Nações Unidas impedissem a invasão. Alguns líderes portugueses defendiam tal opção: Major Melo Antunes, Ten-Cor. Lemos Pires (o último Governador de Timor Português), e os representantes locais do Comité de Descolonização, Majores Jónatas e Mota, mas os seus esforços foram desfeiteados por Almeida Santos e Vítor Alves.

Existe uma insidiosa coincidência entre o que acontece mais tarde [a anexação da Indonésia em julho 1976] e a situação, quando em 1941 os Japoneses invadiram a ilha. Embora esta tivesse ocorrido durante a segunda Grande Guerra, a primeira tem lugar num período de enorme agitação política e deterioração do poder em Lisboa. O ponto comum é o de em ambos os casos, o Governo Central de Portugal ser totalmente incapaz (se

não totalmente sem vontade de o fazer) de organizar recursos suficientes para manter a sua autoridade na mesma colónia.

Até abril 1975 pouco mais há a relatar na continuada luta dos timorenses, para além das belicosas campanhas da rádio conduzidas pela Indonésia. Estas utilizam sobremodo a Rádio Kupang e o jornal das Forças Armadas "Berita Yudha," onde a Fretilin, UDT e as Forças Armadas de Portugal e o seu comandante, Ten-Cor. Lemos Pires são acusados de serem "*agentes comunistas*." A ameaça de invasão toma novo fôlego.

Com a inesperada coligação [UDT e Fretilin], a APODETI converte-se no inimigo comum. A UDT apoia solidamente a ideia de independência total, tal como inicialmente exigido pela Fretilin, e qualquer consideração de integração na Indonésia é considerada uma traição.

Os interesses geopolíticos representados pela Indonésia, Malásia, Filipinas, e Austrália são menos homogêneos, e estão a ser seriamente ameaçados pela luta que lavra no Bornéu (Sarawak) e nas Filipinas.

Esta nova ameaça vinda de Timor não pode ser aceite sob pretexto algum, ou poderia espalhar-se como uma doença contagiosa. Não será difícil imaginar como um tal grupo político se vai opor à coligação em Timor. A espinha dorsal ideológica da Fretilin não permita que esta sucumba a tentativas de sabotagem, deixando apenas a UDT como uma possibilidade de recuperação para o imperialismo neocolonial dissimulado. Em termos sociais, os estratos das chefias da Fretilin e UDT são praticamente os mesmos, classe média, funcionalismo público, elites colonizadas, Régulos, e outros chefes tradicionais, e proprietários agrários. Logicamente a coligação está destinada ao falhanço, as massas da UDT opõem-se à maior parte dos ideais da Fretilin, porque estes lhes vão retirar parte da sua influência. Do outro lado da barricada política, a APODETI pressiona o governo para um referendo público em março 1975, sob a ameaça de uma invasão indonésia.

O clima político em Jacarta é obviamente anti-Português, como tive o 'privilégio' de constatar pessoalmente em março 1975. Todas as contradições sobre um referendo, a falta de entusiasmo de Lisboa para o levar a efeito, e o excessivo equilíbrio democrático do governo local tentando desesperadamente não favorecer nenhum dos partidos vão causar a queda da coligação. A UDT decide pedir mais garantias ao Governo Português enquanto a Fretilin pressiona fortemente o assunto da independência. É, neste contexto peculiar que temos de compreender a aproximação progressiva entre a UDT e a APODETI, bem visível após abril. Este realinhamento político tenta preencher o vácuo causado pela falta de atração de massas à linha ideológica da UDT.

Este grupo tenta reorientar-se rumo a um conceito mais clássico de independência garantida sob um disfarce neocolonial, como único meio de manter o apoio dos seus simpatizantes, cuja maioria não tem qualquer fidelidade política.

A população ajustou-se gradualmente à noção de independência, rejeitando quaisquer considerandos de integração. Este facto deu aos Portugueses a enorme vantagem de escaparem facilmente ao problema, de uma

forma lógica em tão complexo processo de descolonização. As negociações secretas, feitas à revelia, assumem uma nova dimensão quando uma delegação da Indonésia, liderada pelo Presidente Suharto visita Timor. Durante aquela pouco usual visita em abril 1975, afirma-se: ***“O governo da República da Indonésia aceitará a independência de Timor se esta for a vontade universalmente expressa pelo seu povo.”***

Os três principais partidos são convidados a retribuir a visita, o que os faz dividir ainda mais. Entretanto, na Austrália, a ávida imprensa vem publicando artigos, desde fevereiro (1975) de ‘fugas’ de informações secretas sobre a planeada invasão indonésia de Timor-Leste. O Major Vítor Alves, figura de relevo no Movimento das Forças Armadas e um dos maiores ideólogos da Revolução Portuguesa é nomeado enviado especial do governo de Lisboa para se deslocar à Indonésia, Timor e representar Portugal na Cimeira de Macau. A visita à Indonésia tem lugar em maio por entre indícios reveladores.

À data, estava a viver temporariamente em Jacarta. O Embaixador Português há muito deixara o posto para consultas em Lisboa, e nunca mais retornou. A Missão Portuguesa estava a ser chefiada por um jovem diplomata de carreira, o Encarregado de Negócios (Chargé d’affaires) Souza-Girão⁷⁰, um jovem Oficial ainda sem o ‘calo’ da diplomacia internacional. A visita do Major Vítor Alves foi decidida à última hora e em 24 horas ele estava a caminho de Jacarta, chegando quase ao mesmo tempo que o telegrama enviado para a Missão Portuguesa a anunciar a sua chegada iminente.

Um problema semelhante testemunhara eu em janeiro, na Austrália, depois de ter contactado o Cônsul Geral de Portugal em Sydney, (o falecido) Dr. Deolindo Encarnação e o Cônsul Honorário em Melbourne, (o falecido) Mr. John Dowd, que, de imediato, se lamentaram logo após a visita de Ramos Horta à Austrália, de não obterem diretivas de Lisboa nem nenhuma ideia das medidas a adotarem. Tal facto demonstra a falta de organização das autoridades descolonizadoras em Portugal.

Em Lisboa, o governo publicita a Cimeira onde a Fretilin, UDT, e APODETI debaterão as suas exigências para o futuro do Timor Português. Um documento preparado em Lisboa durante maio 1975 é apresentado aos três principais partidos políticos de Timor-Leste, referentes à autodeterminação do território. As negociações formais prosseguem em junho, entre os representantes do Governo Central em Lisboa e os partidos políticos de Timor-Leste. É assim que entra em vigor o Decreto-lei 7/75 de 11 julho 1975 consignando a *‘Eleição da Assembleia Nacional de Timor em outubro 1976, para definir o futuro Estatuto Político’* e um período de transição de três anos entre o fim da soberania portuguesa em outubro 1978 e a transferência de poderes para o novo Estado independente ou Indonésia.

Em 27 de maio, [1975] a UDT unilateralmente corta a sua participação na coligação criada em 20 de janeiro com a Fretilin. Isto ocorre imediatamente a seguir ao regresso a Díli de dois líderes da UDT, Francisco Lopes da Cruz [Presidente] e César Mouzinho [Vice-Presidente] que tinham tido encontros em Jacarta, na semana anterior, com altas patentes da Indonésia. Com esta rutura da coligação, a Indonésia está pronta para uma desestabilização efetiva do território. Para além destas dificuldades e problemas, a Administração Portuguesa é capaz de continuar a desenvolver esforços descolonizadores em áreas tais como a administração local e a

educação, para isso adaptando os programas, currículos e metodologia do ensino às realidades e necessidades de Timor-Leste.

A Escola da Missão Salesiana de Fatumaca é uma fonte de inspiração. O desenvolvimento de artesanato e o ensino de técnicas rurais é acompanhado pela introdução do ensino de educação sanitária e apoio sanitário às escolas. Simultaneamente os programas escolares são alterados para passarem a incluir História, Geografia, Lendas e Tradições de Timor-Leste como parte integrante da reestruturação educacional global. Algumas escolas passam a estar equipadas com oficinas de artesanato, disponibilizam-se terrenos para projetos hortícolas e os professores deveriam ser reciclados após 11 agosto 1975. O projeto-piloto levado a cabo uma semana antes na escola da Missão Salesiana de Fatumaca [perto de Baucau] para preparar capatazes rurais a efetuarem ações de ensino agrícola é estendido a todas as treze escolas do ensino secundário.

A Revisão Administrativa levada a cabo pelo governo destinava-se a substituir a administração colonial por outra, livremente escolhida através de eleições, que se poderiam tornar mais representativas da população local. Tudo começara em dezembro 1974, com um pedido especial da população da costa leste (mais afastada) ao novo Governador. Depois de alguns meses de consultas com os partidos políticos daria lugar a nova legislação e a um processo eleitoral que tem início em Lautém [Costa Leste]. A Fretilin queixa-se por incluírem a APODETI, mas a própria UDT considera antidemocrático se a APODETI não for convidada a tomar parte.

A UDT ainda mantém o seu apoio ao deposto Presidente Spínola sem jamais mencionar o novo, empossado em setembro, Gen. Costa Gomes. O breve golpe de estado militar de 11 de março 1975, instala no poder, em Lisboa, um idealista pró-esquerdista - Vasco Gonçalves. Para muitos isto representa a vitória da esquerda radical contra os moderados representados pelo Gen. Spínola entre outros. A UDT está assim a negar mais de sete meses de acontecimentos políticos em Portugal, porque bem sabia da preferência que Spínola tinha por uma Federação com Timor. Quer o Gen. Costa Gomes quer o 1º Ministro, Vasco Gonçalves, favorecem a independência de todas as colónias de acordo com o modelo africano a ser implementado em Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe.

Mari Bin Alkatiri, um destacado líder da Fretilin [um muçulmano dos poucos árabes radicados em Timor] afirma acusando *'que a UDT contradissera o acordo de coligação e que o imperialismo indica o caminho à reação, criar o divisionismo para reinar...tentando criar regimes neocoloniais de independências fantoches'* em vez de lutar pela real autonomia e independência do povo de Timor." A Fretilin radicaliza-se, cada vez mais, mantendo a sua coerência ideológica, e sendo alarmantemente mais criticada pelo descolonizador, que se sente, cada vez mais impotente para prosseguir com um processo denominado pacífico.

Para eles, a Fretilin ameaça dividir e antagonizar a população que sobreviveu 500 anos de ocupação colonial com um certo grau de homogeneidade. A Fretilin recusa ceder e *'tomar parte numa Cimeira com um partido fantoche patrocinado pelos imperialistas indonésios'*. Para a Fretilin, a APODETI é um partido que traiu o seu próprio povo e o seu inelutável direito à independência.

Em junho, creio que alguns membros do Governo Português começavam já a admitir o seu falhanço em manterem vivo o processo de descolonização (em relação a Timor). Poderá inferir-se tal pensamento pela sua preferência em criticarem abertamente a Fretilin de forma a conseguirem, custasse o que custasse, realizarem a Cimeira. Oficialmente, porém, a linha adotada é a do Governo não poder ceder à chantagem feita pela Fretilin para poderem contar com a presença da APODETI à mesa das negociações. A UDT rapidamente aceita o fracasso total da coligação e abertamente critica a Fretilin de não passar de um mero agente do Comité Central do Partido Comunista Chinês. Esta, coincidentemente, é a mesma linha de pensamento propalada pelas transmissões da Rádio Indonésia.

Em 26 de junho, um comício da UDT apoiando a realização da Cimeira, merece todo o apoio do governo local, tal como Alexandre Gusmão⁷¹ nota em editorial no jornal de Díli, "A Voz de Timor" [V.T.]. Subsequentemente, Gusmão é processado pelo Governo (que controlava o jornal) e a "V.T." multada em Esc. 50 000\$00 (aprox. AUD \$1,430) e a edição daquela data é apreendida. A Cimeira tem lugar em Macau, por entre controvérsia e as atividades escandalosas do Major Vítor Alves⁷², a ausência da Fretilin e uma modesta cobertura das agências noticiosas internacionais.

O documento daí resultante, assinado com a concordância de todos participantes na Cimeira, ficou burocraticamente designado Lei Constituinte 7/75 e dele se retiram três conclusões principais:

1. *"Eleição da Assembleia Nacional de Timor [Parlamento] em outubro 1976, para definir o futuro Estatuto Político de Timor, incluindo a provável ou possível incorporação na Indonésia.*
2. *Fim da soberania Portuguesa em outubro 1978.*
3. *Transferência de poderes – entre as duas datas -, para o novo Estado Independente ou para a Indonésia."*

A propósito, a Fretilin critica duramente as resoluções, considerando-as 'em conluio com os interesses imperialistas a favor da estabilidade geopolítica da área em que Timor se inseria." Este argumento é pertinente, porque o mesmo discurso não foi levado em conta em relação aos interesses da África do Sul quando Moçambique se tornou independente nesse mês de julho [1975]. A delegação da Fretilin, liderada pelo seu Presidente Xavier do Amaral que esteve presente às cerimónias da independência de Moçambique foi vitoriosa num comício com mais de 25 mil pessoas mostrando a sua solidariedade com a colónia irmã de Moçambique.

Antes de passarmos para o fatal mês de agosto, folheemos alguns documentos SECRETOS⁷³ que descobrimos acidentalmente numa arrecadação duma Missão Diplomática Portuguesa (algures no mundo). Havia centenas de arquivos e dossiês espalhados pelas prateleiras e chão, intocados desde 1975. Infelizmente, a sorte não nos ajudou a recolher toda a documentação que ali estava. No começo de março 1975, Richard A. "Dick" Woolcott substitui R. W. Furlonger como Embaixador Australiano na Indonésia e declara num cabograma para Camberra⁷⁴:

"21 JULHO 1975 CONFIDENCIAL TIMOR PORTUGUÊS: POLÍTICA BRITÂNICA –

Para Camberra

Repetir para Lisboa, Londres, Moscovo, Pequim, de Djakarta

"O EMBAIXADOR BRITÂNICO FORD [Sir John Archibald Ford] DEU-ME UMA CÓPIA PESSOAL DO RELATÓRIO DO CHEFE DA SUA CHANCELARIA (GORDON DUGGAN) NA SUA VISITA TIMOR PORTUGUÊS NO PRÍNCIPIO DESTES MÊS. ENVIAREMOS CÓPIA POR MALA DIPLOMÁTICA SEGURA HOJE DADO QUE O RELATÓRIO NÃO AUSTRALIANO PODE TER INTERESSE PARA COMPLEMENTAR OS NOSSOS. ENTRETANTO PODERÁ SER DO SEU INTERESSE O COMENTÁRIO SEGUINTE DE FORD NA CARTA DE ACOMPANHAMENTO PARA FCO [Foreign and Commonwealth Office].

"UMA CONCLUSÃO PARECE RESSALTAR DO RELATÓRIO DE GORDON: O POVO DE TIMOR PORTUGUÊS NÃO ESTÁ EM CONDIÇÕES DE EXERCER O SEU DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO; OS SEUS POLÍTICOS DEVERÃO CONTINUAR AS SUAS QUEZÍLIAS E DISSIDÊNCIAS E, NA FALTA DE UMA LIDERANÇA FORTE POR LISBOA OU DE UM GOLPE MILITAR, PIORARÁ A CONFUSÃO POLÍTICA E O SOLO DO TERRITÓRIO TORNAR-SE-Á AINDA MAIS FÉRTIL PARA DESORDENS.

"DUGGAN NÃO CONSTATOU QUALQUER EVIDÊNCIA DE QUE QUER OS RUSSOS QUER OS CHINESES ESTIVESSEM JÁ A AGITAR O CALDO; MAS QUALQUER INCREMENTO DA INFLUÊNCIA SOVIÉTICA EM LISBOA PODERÁ AUMENTAR AS OPORTUNIDADES QUE AQUELES POSSAM TER PARA EXPLORAR A SITUAÇÃO EM SEU FAVOR E NÓS MANTER-NOS-EMOS TÃO OBSERVANTES QUANTO POSSÍVEL PARA POSSÍVEIS SINAIS DE QUE ELES O ESTÃO A FAZER.

"MESMO SEM A INTERVENÇÃO SOVIÉTICA OU CHINESA O TERRITÓRIO PARECE DESTINADO A SER CADA VEZ MAIS UMA CRIANÇA DIFÍCIL, E OS ARGUMENTOS A FAVOR DA SUA INTEGRAÇÃO NA INDONÉSIA SÃO CADA VEZ MAIS FORTES. EMBORA AINDA SEJA NO NOSSO INTERESSE MANTERMOS-NOS AFASTADOS E SEM NOS ENVOLVERMOS NO SEU FUTURO, OS ACONTECIMENTOS EM LISBOA AGORA PARECEM FAVORECER UMA SIMPATIA MAIOR PARA COM A INDONÉSIA, SE ESTA TIVESSE DE TOMAR UMA AÇÃO FORTE EM VIRTUDE DA DETERIORAÇÃO DA SITUAÇÃO EM TIMOR PORTUGUÊS.

"CERTAMENTE, COMO É VISTO DAQUI, É NO INTERESSE DA GRÃ BREITANHA QUE A INDONÉSIA ABSORVA O TERRITÓRIO TÃO DEPRESSA QUANTO POSSÍVEL E DA FORMA MENOS INOPORTUNA POSSÍVEL; E SE O PIOR SE VERIFICAR COM UMA CONTENDA NAS NAÇÕES UNIDAS, DEVEMOS MANTER AS NOSSAS CABEÇAS BAIXAS E EVITAR PORMO-NOS CONTRA O GOVERNO DA INDONÉSIA."

Os britânicos obviamente simpatizam com a anexação do Timor Português pela Indonésia. Enquanto os australianos estão convencidos de que a tomada de Timor esteja a ser considerada, os britânicos demonstram o seu interesse de que tal venha a suceder. Os Portugueses, a atravessar uma fase convulsa da sua revolução, consideram Timor como uma baixa prioridade da sua agenda, mas ao mesmo tempo estão a ser pressionados pelo novo regime militar implantado em 11 de março 1975, para se 'verem livres' de todas as colónias, o que dá a Lisboa uma certa atração pela anexação indonésia.

Depois de alguns meses de consultas com os partidos políticos, a administração colonial de Timor aprova nova legislação e abre um novo processo eleitoral em Lautém [costa leste]. Jornalistas, alguns diplomatas, e

outros observadores internacionais independentes consideram democrático aquele exercício eleitoral. Uma elevada taxa de participação dos eleitores, incluindo mulheres, e a forma bem ordeira como decorre este primeiro processo eleitoral, impressiona e chega a surpreender estes observadores.

Em 10 de agosto de 1975, o Governo Português oficialmente dá posse à primeira administração eleita do Concelho de Lautém. As eleições a nível local, abrangendo aldeias e 'sucos' [grupos de aldeias], e a nível concelhio mostram resultados equilibrados entre os candidatos da UDT e da Fretilin, com um único candidato da APODETI [partido pró-integracionista] a ser eleito.²

Esta eleição regional está longe de agradar aos generais indonésios, que declaram não se mostrar dispostos a aceitar eleições semelhantes nos restantes 12 concelhos.

Sabendo como aquelas eleições foram livres e democráticas, os indonésios preocupam-se com o baixo apoio popular ao movimento integracionista, decidindo assim parar a todo o custo tal processo eleitoral.

Já umas semanas antes, em julho 1975, o Presidente da Indonésia afirmava publicamente: ***"Timor-Leste não pode tornar-se independente porque é economicamente inviável."***

O Presidente [Suharto] considera que ***"não é possível manter os laços com Portugal, pelo que a única alternativa é a integração na Indonésia."*** Estas declarações são efetuadas imediatamente após o seu regresso de uma digressão aos EUA, Canadá, Japão, Irão e Jugoslávia.

II) O GOLPE

Os líderes da UDT partem para Jacarta em 10 agosto 1975. A UDT ensaia um 'golpe de estado' nessa noite. As suas forças controlam o aeroporto de Díli, Rádio Marconi [que monopolizava as comunicações internacionais], a emissora local, o Centro de Transmissões e o Quartel-general da P.S.P. Exigem a prisão imediata de todos os líderes da Fretilin e uma imediata transição de todos os poderes para a UDT.

Ninguém duvida de que aquela operação mereceu a cooperação de alguns setores. A posição do Ten-Cor. Maggiolo Gouveia, comandante da P.S.P., simpatizante da UDT e membro da Comissão de Descolonização do M.F.A. (Movimento das Forças Armadas) em Timor, e apoiante do deposto Presidente Spínola, pode explicar o

² Em 26 junho 2012, Crispim Costa acrescenta:

Miguel Esteves, natural de Luarai, era furriel da CCaç 14.

Afonso de Albuquerque, natural de Luro, era Pecuário e trabalhava na Estação do Fomento Pecuário de Lospalos.

Cristóvão Lopes, natural de Fuiloro, era cabo-cipaio e trabalhava como escriturário no Posto Administrativo de Moro/Lautém.

Gaspar Seixas, natural de Iliomar, era liurai do Suco de Iliomar II

Bartolomeu, natural de Tutuala, era escriturário do Posto Administrativo de Tutuala.

Miguel, tornou-se depois Camat (Chefe de Posto na era da Indonésia), Afonso, era Delegado do Comissariado e foi Secretário da Zona Karau, morto pelo inimigo, Cristóvão morto pelos da Frente em Besi-Manas, Luro, Gaspar encontra-se em Iliomar e Bartolomeu em Tutuala".

golpe. Também é fácil entender o ultimato dado a Portugal, para uma declaração de independência, transferência de poderes para a UDT e ameaça de prisão para todos os líderes da Fretilin.

Embora isto surja como uma viragem extrema do projeto inicial da UDT, de um longo compasso de espera até a independência, pode ser visto como um desenvolvimento natural.

A facção radical da UDT que termina a coligação (com a Fretilin) e apoia os planos federalistas do General Spínola estava a ser ultrapassada pelos acontecimentos em Portugal.

Em Lisboa, a esquerda radical controla o governo de Vasco Gonçalves, e é cada vez mais apoiante da Fretilin. As nações da ASEAN estão alarmadas com as tendências de esquerda do novo governo português e cada vez mais predispostas a apoiarem a UDT, que parece ser mais moderada e adequada aos sentimentos geopolíticos da região. O golpe de estado pode dar-lhes a sempre ambicionada estabilidade regional, com um Timor independente neocolonial.

Para a UDT se lançar nesta manobra, teve de receber fortes promessas de apoio económico e financeiro, pois os líderes da UDT eram suficientemente astutos para entenderem a falta de viabilidade económica de Timor independente.

Parte do palavreado do ultimato a Portugal não deixa dúvidas algumas sobre a detenção de todos os líderes da Fretilin e da expulsão de alguns oficiais Portugueses considerados 'demasiado progressistas'. Dentre os países da ASEAN, a Indonésia será a principal beneficiária. Não mais haverá ameaças vermelhas, e um acomodatório, moderado, Timor Independente, financeira e economicamente dependente, dar-lhes-á a estabilidade sem ter de haver um envolvimento direto.

III) NÃO HÁ REAÇÃO PORTUGUESA

O golpe dura cerca de nove dias, sem intervenção dos militares portugueses. O Governador Lemos Pires alega tratar-se de um conflito apenas [?] meramente político, não militar entre Timores e ordena que as suas Forças Armadas não intervenham. Dos cerca de 2,500 militares apenas 80 eram operacionais. Mas existe outro problema que o Governador e Comandante-chefe têm de enfrentar: devido à chamada "timorização" do exército, já existem muito poucos oficiais portugueses, sem estarem treinados para combate, habituados ao lazer que a vida militar local lhes impunha e nada inclinados a tomarem parte em luta, pois a sua maioria limitava-se a contar os dias que faltavam para regressarem a Portugal.

A via da guerra civil não surge como surpresa, quando em 19 de agosto, as forças da Fretilin pegam em armas para se oporem ao golpe da UDT, dado que as autoridades portuguesas não haviam respondido à insurreição. O exército, constituído por oficiais timorenses, na sua maior parte carecendo de preparação formal e fruto de promoções rápidas para preencher as vagas dos oficiais portugueses ansiosos de regressar [a Portugal], está dividido pelas suas cisões tribais e culturais, para além das recentes campanhas políticas. Com

este golpe ao fim do dia 10 de agosto, a Indonésia consegue finalmente atingir o primeiro objetivo da sua "Operasi Komodo": desestabilizar a situação em Timor-Leste.

A reestruturação do ensino, a reformulação administrativa e outras medidas descolonizadoras e progressistas são suspensas. Entre os professores e a população, em geral, o interesse e a abordagem entusiástica a essas medidas tornam impossíveis que atitudes divisivas e destabilizadoras se mantenham. Provavelmente talvez, um mês depois, tivesse sido demasiado tarde para a Indonésia causar uma guerra civil no território. Azaradamente para os timorenses, alguns líderes da UDT parecem acreditar que irão obter a independência se seguirem as instruções indonésias, e quando finalmente descobrem que estão a ser defraudados, e sem se aperceberem da sua desastrosa atitude, é demasiado tarde para retroceder.

IV) PORTUGAL ESTÁ NO LIMAR DE UMA GUERRA CIVIL

O verão de 1975 será lembrado em Portugal pela sua instabilidade política e por o novo regime democrático não estar ainda consolidado, e o próprio país enfrenta a possibilidade de guerra civil. A situação nas colónias africanas, especialmente em Angola, é muito difícil e complexa. Decerto que não é fácil fazer uma descolonização tão tardiamente, depois de 14 anos de guerra colonial, quando tantos países, em defesa dos seus interesses apoiam e armam os diversos grupos de resistentes nacionalistas. Sucessivos governos, em Lisboa durante 1975 tinham pouca influência operacional, a nível interno e internacional, e a sua preocupação concentrava-se mais nos problemas internos do país e em Angola onde a independência foi finalmente declarada a 11 de novembro 1975, do que na situação de Timor-Leste. O único poder militar operacional que Portugal tem em Timor-Leste é constituído por 70 paraquedistas metropolitanos, logo neutrais no conflito armado entre a UDT e a Fretilin.

Em termos políticos globais, a difícil situação que Portugal enfrenta, naquele verão quente de 1975, e a enorme distância entre Portugal e Timor-Leste [18 000 km], impossibilita o envio de reforços militares. Como potência administrante, Portugal tem unicamente a opção de tentar uma solução negociada através das Nações Unidas.

Três dias depois do golpe de estado da UDT, o governo de Lisboa envia uma missão oficial especial, liderada pelo Major António Soares. Ao chegar a Jacarta, o Major Soares não é autorizado pela Indonésia a prosseguir viagem para Timor-Leste e é obrigado a voltar a Portugal. Localmente, o Governador português, Lemos Pires tenta dialogar com os líderes timorenses e quase que tem sucesso.

Quando os líderes dos dois partidos, UDT e Fretilin, apelam à paz, a Rádio Atambua incita à violência e de novo se encerra o diálogo entre os beligerantes. Confrontados com a impotência portuguesa e para acabar com as prisões e mortes provocadas pelas forças da UDT, os membros da Fretilin, nas Forças Armadas, pegam em armas e rapidamente controlam a maior parte do território. Alguns oficiais portugueses são aprisionados por algumas horas, depois são libertados e conduzidos à Messe dos Oficiais. Estamos em 20 de agosto e isto marca o começo da guerra civil entre a UDT e Fretilin.

Tenta-se ainda obter uma solução negociada. O Ministro Português da Coordenação Interterritorial vai a Nova Iorque em 22 de agosto, para tentar encontrar uma solução com a ajuda do Secretário-geral da O.N.U., antes de se dirigir à Indonésia e Austrália. Dentre as várias opções então consideradas conta-se uma força de paz multinacional [incluindo Forças Armadas Portuguesas, Australianas, Indonésias e Malaias] e até mesmo um Comité de Ajuda. O Ministro dos estrangeiros (Indonésio) recusa estas opções e propõe o envio imediato de tropas indonésias.

Portugal, como potência administrante recusa esta oferta para evitar a ocupação militar indonésia do território.

V) REFÉNS PORTUGUESES

Cumprindo à letra as instruções da Indonésia, a UDT prende 23 oficiais do Exército Português os quais são passados como reféns para as autoridades da Indonésia. Sob fogo cruzado no porto estão as restantes tropas portuguesas, quinze dias depois do golpe da UDT, que ouvem uma mensagem de rádio assegurando que a Indonésia enviou o destroyer "Mon Icdi" para os levar e 'colocar sob a sua segurança' o Governador português e o seu executivo.

VI) RETIRADA DOS PORTUGUESES

O Governador Lemos Pires muda-se com o seu pessoal em 26 de agosto 1975 para a Ilha do Ataúro, tentando evitar ficar refém de alguma das partes beligerantes e permitir as negociações entre uma Missão Ministerial enviada de Lisboa e os partidos políticos timorenses. O Ataúro é uma ilha, a cerca de 30 km a norte da Baía de Díli, e faz parte do território de Timor.

Durante este período, o Governador evita a armadilha indonésia de o ter 'sob sua proteção' ou de pedir à Indonésia a sua proteção. Aquela e outras propostas semelhantes, feitas pelos Indonésios, foram sempre recusadas pela Administração portuguesa. Em virtude do golpe de 11 de agosto e a sua aderência às teorias indonésias, o partido acaba por perder grande parte do seu apoio popular.

Por seu turno, a Fretilin torna-se no movimento pró-independência com mais amplo apoio popular. Dada a supremacia numérica e militar da Fretilin, as forças da UDT são obrigadas a recuar para a fronteira entre Timor Português e Timor Indonésio, acabando eventualmente por pedir a proteção indonésia.

VII) A GUERRA CIVIL TERMINA

Cerca de um mês após o seu início, termina a guerra civil em 24 de setembro 1975 com as tropas da UDT e 2500 refugiados forçados a atravessar a fronteira com a Indonésia.

Apesar disso, os líderes da UDT são obrigados pelos seus 'protetores' indonésios a assinarem um documento onde pedem a integração de Timor-Leste na Indonésia. Os líderes da UDT que não estão no

território, à data, repudiavam aquele pedido, declarando que o mesmo foi feito sob pressão, como prisioneiros indonésios. Isto foi de facto, o que lhes aconteceu, encurralados entre as forças da Fretilin e as tropas indonésias.

VIII) COMO OS MÍDIA VIRAM O GOLPE DE ESTADO

O Northern Territory News [Darwin] tem os seguintes títulos para o período:

agosto 11 "Golpe em Timor – os moderados podem ter tomado o poder; Secretário-geral retido em Darwin";

agosto 12 "Guerra de guerrilha! Horta ameaça ir para as montanhas" (Ken White);

agosto 13 "272 em navio de refugiados." "Suharto quer estabilidade." Últimas Notícias: "Chegou aqui o Enviado português" [Darwin];

agosto 14 "Evacuados forçados a embarcar no navio sob armas apontadas";

agosto 15 "Refugiados contam o medo e a confusão" (Rex Clark); "Grupos de Timor formam um eixo contra a ligação à Indonésia."

Última Hora: "A mulher do Governador foge de Timor";

agosto 18 "100 mortos em luta em Timor";

agosto 19 "Timor entrevista: O Chefe da UDT fala!" "Depois de Timor, somos nós, avisa Calder"; "Camberra sabia do golpe de Timor quase desde o início";

agosto 20 "Timor não é assunto nosso - Canberra."

Depois da hesitação inicial, e com o governo local incapaz de ser respeitado ou ouvido pelas partes em conflito, a luta torna-se mais endémica. Com ambos os partidos *'fortemente'* armados com metralhadoras G-3, velhas espingardas Mauser da 2ª Grande Guerra e outro armamento sortido e antiquado que equipava a guarnição portuguesa em Timor, toda a gente é forçada a fazer as suas opções.

Alguns oficiais portugueses juntam-se à UDT (como o Ten-Cor. Maggiolo Gouveia), outros preferem juntar-se à Fretilin, sem deixarem a sua patente e uniforme do Exército Português.

O Governo em Timor é a partir de então nominalmente português. Algumas tentativas para evacuar a população civil têm lugar sob fogo cerrado havendo vítimas. Os dois grupos em conflito cometem ações terroristas. A UDT tenta controlar todos os meios de comunicação e transporte. A Fretilin é acusada de torturas e massacres. Alguns refugiados conseguem deixar o território, outros nem sequer o conseguem tentar. O recém-adquirido navio "MacDili," para fomentar as transações comerciais entre Macau e Timor, com uma capacidade para 120 passageiros, dirige-se a Darwin com 800 pessoas a bordo. O espectro da fome paira e ganha contornos.

Díli é ainda Portuguesa, mas apenas numa pequena zona neutral, compreendendo a messe dos Oficiais e três casas por detrás, onde vivem os Comandantes Militares para além de uma pequena parte das instalações portuárias na Baía de Díli. Ali se refugiaram tantos quantos puderam. Nem todos escaparam com vida. Franco atiradores, pilhagens, destruição, roquetes e morteiros de artilharia, bombardeiam a cidade. A capital Díli está agora dividida entre a UDT e a Fretilin. Assim se passaram mais oito dias.

IX) MANOBRAS DA DIPLOMACIA AUSTRALIANA

Estamos agora em 27 de agosto. Para seguir os acontecimentos através de outro prisma, deixem-me conduzi-los de volta a uma série de despachos entre o Embaixador Woolcott e outras personagens principais. O General Panggabean era o Ministro [Indonésio] da Defesa e o seu papel foi reduzido na guerra, tratando-se mais de uma figura de cartaz no seu próprio ministério. O Major General Ali Murtopo, um associado influente do Presidente Suharto, foi o 'pai' da "Operasi Komodo" em outubro 1974 encarregue de tomar conta de todos os assuntos relacionados com Timor-Leste. Murtopo é também o Vice-diretor da Bakkim (o organismo de coordenação da Inteligência de Estado, a Secreta).

"12 agosto 1975 SECRETO: TIMOR PORTUGUÊS

PARA DJAKARTA REPETE LISBOA DE CAMBERRA

Segue o texto da proposta ao Ministro como referido no telegrama imediatamente precedente.

COMEÇA:

"A SITUAÇÃO NO TIMOR PORTUGUÊS AINDA ESTÁ OBSCURA. PARECE QUE A ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA EM DILI AINDA ESTÁ A FUNCIONAR, MAS A UDT CONTROLA A MAIORIA DAS COMUNICAÇÕES COM O MUNDO EXTERIOR. FALAMOS COM O EMBAIXADOR PORTUGUÊS [Dr. António Cabrita Matias]. SOLICITOU QUE A SEGUINTE INFORMAÇÃO DELE FOSSE CUIDADOSAMENTE GUARDADA DADO ESTAR A EVITAR QUALQUER CONTACTO COM A IMPRENSA. DE ACORDO COM O EMBAIXADOR PORTUGUÊS QUE RECEBEU A SUA INFORMAÇÃO DE MACAU:

"UDT DEU O SEU GRANDE PASSO NA NOITE DE 10 DE AGOSTO QUANDO TOMOU CONTA DO Quartel-general DA POLÍCIA, CAPTUROU O COMANDANTE E ALGUM ARMAMENTO. A UDT DEPOIS TOMOU CONTA DO PORTO, AEROPORTOS EM DILI E BAUCAU, A ESTAÇÃO EMISSORA DE RÁDIO E OUTROS CENTROS DE COMUNICAÇÕES. A OPERAÇÃO FOI APARENTEMENTE EFICIENTE SEM DERRAME DE SANGUE."

"AINDA, DE ACORDO COM O EMBAIXADOR PORTUGUÊS: "A UDT DIZ TER SOB SEU CONTROLO AS FORÇAS DA POLÍCIA. PARECE, NO ENTANTO, QUE AS FORÇAS MILITARES SOB O COMANDO DO GOVERNADOR MANTIVERAM-SE NA SOMBRA SEM RESPONDEREM AO EXERCÍCIO DE FORÇA DA UDT. O GOVERNADOR ESTÁ, DE MOMENTO, OCUPADO EM 'DIALOGAR' COM A UDT E TAMBÉM COM A Fretilin."

"OS PORTUGUESES ESPERAM QUE EM BREVE HAJA UM RETORNO À NORMALIDADE. O EMBAIXADOR PORTUGUÊS ESPECULOU-NOS DE QUE LISBOA PODERIA MANDAR URGENTEMENTE UM EMISSÁRIO A DILI PARA INICIAR CONVERSAS COM A UDT E OUTROS GRUPOS POLÍTICOS TIMORENSES. DESCREVEU A SITUAÇÃO ATUAL COMO CALMA E HAVENDO APARENTEMENTE LIBERDADE DE MOVIMENTOS EM DILI. O EMBAIXADOR PORTUGUÊS TAMBÉM ESPECULOU QUE OS ACONTECIMENTOS EM DILI PODEM TER SIDO PRECIPITADOS PELOS ACONTECIMENTOS EM LISBOA. ACREDITA QUE A EXCLUSÃO DE OFICIAIS MODERADOS DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS, DO NOVO GOVERNO PORTUGUÊS E DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO PODE TER CRIADO MEDOS POR PARTE DA UDT DE QUE O

GOVERNADOR Pires ESTARIA PRESTES A SER SUBSTITUÍDO POR UM OFICIAL MAIS RADICAL QUE FOSSE MAIS SIMPATÉTICO COM A Fretilin.”

“O EMBAIXADOR ACRESCENTOU QUE OS MEDOS DA UDT PODEM TER SIDO ACELERADOS POR UMA MENSAGEM ENVIADA PARA LISBOA PELA ALA ESTUDANTIL DA Fretilin EXIGINDO QUE Pires FOSSE RETIRADO DO SEU POSTO. SE O EMBAIXADOR TIVER RAZÃO, PARECE ENTÃO QUE A UDT EXECUTOU O SEU GOLPE PARA EVITAR O QUE ACREDITAVA SER UMA MANOBRA DE AÇAMBARCAMENTO DE PODER PELA Fretilin, APOIADA POR LISBOA. É CLARO ATRAVÉS DE OUTROS RELATÓRIOS QUE RECEBEMOS QUE A UDT ESTAVA PERTURBADA PELOS ACONTECIMENTOS EM PORTUGAL. A EXCLUSÃO DOS MAJORES ANTUNES E ALVES [N. do A. O Major Melo Antunes e o Major Vítor Alves, eram provavelmente os maiores ideólogos do M.F.A.] DO NOVO GOVERNO E AS DEMISSÕES ANTERIORES DOS DRS. SOARES E ALMEIDA SANTOS, SIGNIFICAM QUE AQUELES ANTERIORMENTE ASSOCIADOS A UMA LINHA MODERADA DE PORTUGAL PARA COM TIMOR HAVIAM SIDO RETIRADOS DOS CENTROS DE PODER EM LISBOA.

“A REAÇÃO INDONÉSIA AOS ACONTECIMENTOS EM DILI É AMBIVALENTE. PARECE HAVER UMA GENUÍNA SURPRESA NO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS INDONÉSIO. HARRY TJAN [N. do A. uma personagem de proa no Partido Católico da Indonésia] TAMBÉM PARECE TER SIDO APANHADO DE SURPRESA, MAS OUTRAS FONTES MUITO DELICADAS (QUE SÃO TRAZIDAS À VOSSA ATENÇÃO EM SEPARADO SUGEREM QUE A UDT ATUOU, PELO MENOS, COM ALGUM CONHECIMENTO ANTECIPADO DO ÓRGÃO DE COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS SECRETOS (Bakkim).”

A UDT APELA PARA AUXÍLIO DO SUDESTE ASIÁTICO.

“EM RELAÇÃO A ISTO, TAMBÉM, DEVEMOS RECORDAR QUE GRAVAÇÕES DA RÁDIO CONTROLADA PELA UDT EM DILI APELAVAM PARA: “TODAS AS NAÇÕES DA REGIÃO DO SUDESTE ASIÁTICO” PARA ENVIAR AJUDA À UDT, INCLUINDO FORÇAS ARMADAS E ARMAMENTO. DE ACORDO COM AS TRANSMISSÕES ISTO ERA NECESSÁRIO PARA EVITAR QUALQUER CONTRA MOVIMENTO PELOS MAJORES PORTUGUESES Mota E JÓNATAS [N. do A. Membros da Comissão de Descolonização], OS QUAIS ERAM DESCRITOS NAS TRANSMISSÕES COMO APOSTADOS EM “ENTREGAR TIMOR À MARXISTA Fretilin.

“ESTAS TRANSMISSÕES PROPORCIONAM O PRETEXTO PARA A INTERVENÇÃO INDONÉSIA EM TIMOR PORTUGUÊS. TUDO ISTO ATINGE O LIMAR DE COLUSÃO DA INDONÉSIA COM A UDT. MAS, SE OS INDONÉSIOS ESTAVAM A PENSAR INTERVIR, NÃO PODERIAM TER PREPARADO MELHOR O CENÁRIO.

CIDADÃOS AUSTRALIANOS

“ESTAMOS A TENTAR DETERMINAR QUANTOS CIDADÃOS AUSTRALIANOS ESTÃO ATUALMENTE NO TIMOR PORTUGUÊS. PODEM ESTAR ATÉ UMA DÚZIA DE RESIDENTES E ATÉ UNS CERCA DE 30 TURISTAS.

“NA AUSÊNCIA DE VIOLÊNCIA ATÉ AGORA, PARECE NÃO HAVER NECESSIDADE IMEDIATA PARA PENSAR EM TERMOS DE EVACUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, MAS TIVEMOS ALGUMAS DISCUSSÕES SOBRE PLANOS DE CONTINGÊNCIA COM OS MINISTÉRIOS DA DEFESA E TRANSPORTE SOBRE POSSIBILIDADES DE EVACUAÇÃO, CASO A SITUAÇÃO SE COMECE A DETERIORAR RAPIDAMENTE.

TAMBÉM SALIENTAMOS AO EMBAIXADOR PORTUGUÊS A NOSSA EXPETATIVA DE QUE AS AUTORIDADES PORTUGUESAS EM DILI POSSAM TER COMO ELEVADA PRIORIDADE A SEGURANÇA E BEM ESTAR DOS CIDADÃOS AUSTRALIANOS. O EMBAIXADOR COMPROMETEU-SE A OBTER AS GARANTIAS NECESSÁRIAS DE LISBOA E DILI."

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

" (A) NA Frente POLÍTICA NÃO PODEMOS FAZER MAIS DE MOMENTO DO QUE MANTER-NOS EM CONTACTO COM O EVOLUIR DA SITUAÇÃO EM TIMOR PORTUGUÊS.

" (B) CREMOS QUE DEVERIA SER OBTIDA APROVAÇÃO DO MINISTRO DO TRABALHO E IMIGRAÇÃO PARA ACEITARMOS EVACUADOS DE TIMOR EM RESPOSTA AO PEDIDO PORTUGUÊS DESDE QUE OS PORTUGUESES DEEM AS GARANTIAS NECESSÁRIAS RELATIVAS AO CUSTO DE PROVIDENCIAR PELOS REFUGIADOS NA AUSTRÁLIA E, EVENTUALMENTE REPATRIÁ-LOS DE VOLTA A TIMOR OU A PORTUGAL."

" (C) EM RELAÇÃO AOS CIDADÃOS AUSTRALIANOS EM TIMOR PORTUGUÊS, DEVEMOS CONTINUAR A DISCUTIR O ASSUNTO COM OS MINISTÉRIOS DA DEFESA E DE TRANSPORTES PARA UMA POSSÍVEL OPERAÇÃO DE EVACUAÇÃO COM A DECISÃO QUANTO À DATA DE TAL EVACUAÇÃO PARA SER DECIDIDA COM BASE, QUER NA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO NO TERRENO EM TIMOR, QUER COM A DECISÃO TOMADA PELOS PORTUGUESES PARA EVACUAREM OS SEUS PRÓPRIOS CIDADÃOS.

" (D) FINALMENTE, CONCORDAMOS QUE SERÁ APROPRIADO QUE O GOVERNO EMITA UM CURTO COMUNICADO À IMPRENSA, MANIFESTANDO A SUA PREOCUPAÇÃO PELA SITUAÇÃO EM TIMOR PORTUGUÊS."

Tendo sabido que o Primeiro-ministro australiano poderia comunicar ao Presidente Suharto, a oposição australiana do uso da força pela Indonésia, Woolcott argumenta duramente contra tal iniciativa. Woolcott argumenta ***"que será muito mais fácil negociar com a Indonésia do que com Portugal ou Timor-Leste sobre as fronteiras marítimas, onde pode vir a ocorrer exploração de petróleo"***⁷⁵.

Outra troca de impressões curiosa é a que se segue:

17 AGOSTO 1975 SECRETO TIMOR PORTUGUÊS

PARA SECRETÁRIO [Alan Renouf] DE Woolcott

"OBRIGADO PELA SUA MUITO PRONTA RESPOSTA AO MEU [CABOGRAMA]. A MENOS QUE SE VERIFIQUE UMA MUDANÇA DRAMÁTICA DE ACONTECIMENTOS ANTES DE TERÇA FEIRA DE MANHÃ [19 AGOSTO], EU PARTIREI CONFORME ACORDADO. ESTE PAÍS É GRANDE E COMPLEXO E, TAL COMO VEXA, DEDICO ESPECIAL IMPORTÂNCIA AO PROGRAMA DE VIAGENS E AO EFETIVAR DE CONTACTOS PARA DAR ÊNFASE AOS INTERESSES AUSTRALIANOS NA INDONÉSIA FORA DE JAVA.

"EVIDENTEMENTE SERÁ UMA DECISÃO PARA O MINISTRO [Senador Willesee] E PRIMEIRO-MINISTRO [Gough Whitlam] MAS ESTOU, DE ALGUMA FORMA, DEVERAS PREOCUPADO QUANTO À PROPOSTA QUE O PRIMEIRO-MINISTRO POSSA ENVIAR AO PRESIDENTE. COMO SALIENTEI EM CAMBERRA NO MÊS PASSADO, ESTAMOS A LIDAR COM UMA POLÍTICA INDONÉSIA ARREIGADA DE INCORPORAR TIMOR PORTUGUÊS. ASSIM COMO MESMO ADAM MALIK [Ministro dos Negócios Estrangeiros Indonésio] ADMITIU PERANTE MIM NA SEXTA-FEIRA.

"CREIO QUE OS INDONÉSIOS, ESTÃO BEM CONSCIENTES DA NOSSA ATITUDE EM RELAÇÃO A TIMOR A TODOS OS NÍVEIS. A INDONÉSIA, SIMPLEMENTE, NÃO ESTÁ NADA PREPARADA PARA ACEITAR OS RISCOS QUE ELES ANTEVEEM NUM TIMOR INDEPENDENTE E EU NÃO CREIO QUE SEJAMOS CAPAZES DE MUDAR A DECISÃO DELES. DE FACTO, JÁ O TENTAMOS FAZER. O QUE A INDONÉSIA AGORA ESPERA DA AUSTRÁLIA NA SITUAÇÃO PRESENTE É UM POUCO DE COMPREENSÃO PARA A ATITUDE DELES, E POSSÍVEL AÇÃO PARA AJUDAR À COMPREENSÃO DO PÚBLICO AUSTRALIANO MAIS DO QUE QUALQUER AÇÃO DA NOSSA PARTE QUE POSSA CONTRIBUIR PARA UMA CRÍTICA À INDONÉSIA.

"ELES ACREDITAM QUE IRÃO OBTER ESSA COMPREENSÃO EM QUALQUER OUTRA PARTE DA REGIÃO, INCLUINDO DO JAPÃO E NOVA ZELÂNDIA. O MINISTÉRIO PARECE TER DADO MAIS IMPORTÂNCIA À MINHA DISCUSSÃO COM MALIK DO QUE ÀS ANTERIORES DISCUSSÕES COM YOGA [General Yoga Sugama, Diretor da Bakkim]. ISTO PODE NA REALIDADE SER ASSIM, MAS APENAS EM RELAÇÃO ÀS INTENÇÕES IMEDIATAS DA INDONÉSIA. A LONGO PRAZO, CONSIDERO QUE OS COMENTÁRIOS NOS PARÁGRAFOS 22-29 DO NOSSO [cabograma] SÃO BEM MAIS RELEVANTES PARA A SITUAÇÃO PRESENTE DO QUE A SITUAÇÃO A LONGO PRAZO QUE PROVAVELMENTE TEREMOS DE ENFRENTAR.

"OS "MODERADOS", COMO MALIK, ESPERAM QUE A INCORPORAÇÃO DE TIMOR POSSA REALIZAR-SE DE UMA FORMA RAZOAVELMENTE BEM APRESENTADA DURANTE UM DETERMINADO PERÍODO.

OS "DUROS" NÃO CREEM QUE PORTUGAL SEJA CAPAZ DE CONTROLAR A SITUAÇÃO OU DE ESTAREM DISPOSTOS A MANTER UMA "APROXIMAÇÃO COMENSURADA E DELIBERADA AO PROBLEMA DA DESCOLONIZAÇÃO" QUE, "EVENTUALMENTE" PERMITA AO POVO DECIDIR O SEU PRÓPRIO FUTURO. OS ACONTECIMENTOS EM ANGOLA E MESMO EM PORTUGAL, OBVIAMENTE REFORÇAM A POSIÇÃO DELES. ELES INSISTEM QUE QUER A SITUAÇÃO EM LISBOA QUER EM TIMOR SE IRÁ DETERIORAR E SE TAL VIER A ACONTECER, MELHOR SERÁ TOMAR UMA ATITUDE MAIS CEDO DO QUE MAIS TARDE.

"AO CONSIDERAR-SE DEVE OU NÃO HAVER UMA NOVA MENSAGEM DO PRIMEIRO-MINISTRO AO PRESIDENTE DEVEMOS TER EM CONTA QUE O PRESIDENTE AINDA NÃO RESPONDEU FORMALMENTE À CARTA DE MARÇO DO PRIMEIRO-MINISTRO, EMBORA POSSA SER ARGUMENTADO DE QUE DEU UMA RESPOSTA ORAL [EM 2-3 abril], ESTOU CERTO DE QUE O PRESIDENTE NÃO ACHARIA BENVINDA OUTRA CARTA SOBRE ESTE ASSUNTO, NESTA OCASIÃO, ESPECIALMENTE DEPOIS DAQUILO QUE AFIRMOU PUBLICAMENTE NO PARLAMENTO, APENAS ONTEM. SUHARTO ESPERA COMPREENSÃO POR PARTE DA AUSTRÁLIA PARA O QUE ELE, APÓS ATURADA PONDERAÇÃO, DECIDIR FAZER EM VEZ DAQUILO QUE PODE SER POR ELE INTERPRETADO COMO UMA PRELEÇÃO OU MESMO UM AVISO AMIGÁVEL.

"O MINISTRO E PRIMEIRO-MINISTRO PODEM ENTENDER QUE A PRESSÃO POLÍTICA DOMÉSTICA COLOQUE A AUSTRÁLIA NUMA POSIÇÃO DE AGIR. UMA RESPOSTA PODE SER A DE QUE A AUSTRÁLIA JÁ FEZ MAIS RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO INDONÉSIO E ESTEVE MAIS ATIVA EM MOSTRAR A SUA REAL PREOCUPAÇÃO À INDONÉSIA, DO QUE QUALQUER OUTRO PAÍS. O RESULTADO DISTO É O DE A

AUSTRÁLIA TER SIDO SELECIONADA PELOS INDONÉSIOS NAS SUAS DISCUSSÕES DE PLANEAMENTO COMO O PAÍS, (CONJUNTAMENTE COM A CHINA) QUE SERÁ MAIS VOCAL NO CASO DE UMA INTERVENÇÃO INDONÉSIA EM TIMOR PORTUGUÊS.

"ELES SABEM QUE A REAÇÃO NA AUSTRÁLIA – AO CONTRÁRIO DOS OUTROS PAÍSES DA ASEAN E DA NOVA ZELÂNDIA – SERÁ TALVEZ O SEU MAIOR PROBLEMA. DUVIDO DE QUE CONSIGAMOS OBTER MELHORES RESULTADOS DO QUE ESTE. OUTRAS ALTERNATIVAS A UMA MENSAGEM – EMBORA EU TAMBÉM NÃO AS RECOMENDE – SERIA UMA RESPOSTA A UMA QUESTÃO LEVANTADA NA CÂMARA [PARLAMENTO], OU UMA DECLARAÇÃO, POSSIVELMENTE NUMA CONFERÊNCIA DE IMPRENSA.

"ESTAS PODERIAM ASSEVERAR QUE A AUSTRÁLIA NÃO SANCIONA O USO DA FORÇA EM TIMOR, NEM PODE ACEITAR O PRINCÍPIO DE QUE UM PAÍS PODE INTERVIR NUM TERRITÓRIO VIZINHO EM VIRTUDE DE PREOCUPAÇÕES, MESMO QUE FUNDAMENTADAS SOBRE A SITUAÇÃO NAQUELE. AO MESMO TEMPO A RESPOSTA A UMA PERGUNTA NO PARLAMENTO OU DA IMPRENSA PODERIA ADIANTAR QUE A INDONÉSIA TEVE UMA LONGA LUTA PARA OBTER A UNIDADE NACIONAL E QUE NÃO PODEMOS ESPERAR QUE ACEITE COMPLACENTEMENTE VIOLAÇÕES DAS LEIS E DA ORDEM EM TIMOR PORTUGUÊS, ESPECIALMENTE QUANDO A COLÓNIA ESTÁ RODEADA GEOGRAFICAMENTE POR GRANDE PARTE DO ARQUIPÉLAGO INDONÉSIO.

"EMBORA A SITUAÇÃO EM TIMOR PORTUGUÊS NÃO DEVA TORNAR-SE TÃO MÁ COMO EM ANGOLA, VAI SER UMA ENORME CONFUSÃO DURANTE MUITO TEMPO. DAQUI, POSSO SUGERIR QUE A NOSSA POLÍTICA SEJA A DE NOS DESENVENCILHARMOS TANTO QUANTO POSSÍVEL DA QUESTÃO DE TIMOR; TIRANDO DALI OS AUSTRALIANOS QUE PRESENTEMENTE ALI SE ENCONTRAM; DEIXAR QUE OS ACONTECIMENTOS SIGAM O SEU CURSO; E, SE E QUANDO, A INDONÉSIA INTERVIR ATUAR DE UMA FORMA QUE SEJA CONCEBIDA PARA MINIMIZAR O IMPACTE PÚBLICO NA AUSTRÁLIA E DEMONSTRAR PRIVADAMENTE A NOSSA COMPREENSÃO À INDONÉSIA PARA OS SEUS PROBLEMAS.

"TALVEZ DEVAMOS TAMBÉM FAZER UM ESFORÇO PARA ASSEGURAR, ATRAVÉS DO PARLAMENTO E COMUNICAÇÃO SOCIAL, UMA MAIOR COMPREENSÃO PARA A NOSSA POLÍTICA E A DA INDONÉSIA, EMBORA NÃO QUEIRAMOS SER VISTOS COMO APOLOGISTAS DA INDONÉSIA. OS E.U. ATUALMENTE DEVEM TER ALGUMA INFLUÊNCIA NA INDONÉSIA DADO ESTA QUERER ALGUMA ASSISTÊNCIA DOS EUA PARA O SEU PROGRAMA DE REEQUIPAMENTO MILITAR. MAS O EMBAIXADOR NEWSOM DISSE-ME ONTEM À NOITE QUE RECEBEU INSTRUÇÕES PESSOAIS DE KISSINGER PARA NÃO SE ENVOLVER EM DISCUSSÕES SOBRE TIMOR COM OS INDONÉSIOS ALEGANDO QUE OS ESTADOS UNIDOS TÊM JÁ, ATUALMENTE, SUFICIENTES PROBLEMAS DE MAIOR IMPORTÂNCIA NA REGIÃO COM QUE SE PREOCUPAR.

"O DEPARTAMENTO DE ESTADO DEU, SEGUNDO PENSAMOS, INSTRUÇÕES À EMBAIXADA PARA REDUZIR OS SEUS RELATOS SOBRE TIMOR. VOU-ME AVISTAR COM NEWSOM NA SEGUNDA FEIRA, MAS A SUA ATITUDE ATUAL É A DE QUE OS ESTADOS UNIDOS DEVEM MANTER-SE AFASTADOS DA SITUAÇÃO DE TIMOR PORTUGUÊS E DEIXAR QUE OS ACONTECIMENTOS SIGAM O SEU RUMO. O SEU COMENTÁRIO, DEVERAS CÍNICO, PARA MIM, FOI QUE "SE A INDONÉSIA INTERVIER, OS ESTADOS UNIDOS ESPERAM QUE O FAÇA DE FORMA EFICIENTE, RÁPIDA E SEM USAR O NOSSO EQUIPAMENTO."

"ESTAMOS BEM CONSCIENTES DO INTERESSE DO MINISTÉRIO AUSTRALIANO DA DEFESA NA SITUAÇÃO EM TIMOR PORTUGUÊS, MAS INTERROGO-ME SOBRE SE O MINISTÉRIO TERÁ ASSEGURADO O INTERESSE DO MINISTRO OU DO MINISTÉRIO DE MINÉRIOS E ENERGIA NA SITUAÇÃO DE TIMOR. A MIM,

*PARECE-ME QUE ESTE MINISTÉRIO POSSA BEM TER INTERESSE EM PREENCHER O PRESENTE VAZIO [TIMOR GAP] NA FRONTEIRA MARÍTIMA ACORDADA E **QUE ISTO POSSA SER NEGOCIADO MUITO MAIS RAPIDAMENTE COM A INDONÉSIA** AO PREENCHER ESSA LACUNA [TIMOR GAP], DO QUE COM PORTUGAL OU TIMOR PORTUGUÊS INDEPENDENTE.*⁷⁶

"SEI QUE ESTOU A RECOMENDAR UMA POSIÇÃO MAIS PRAGMÁTICA DO QUE BASEADA EM PRINCÍPIOS, MAS ISTO É O QUE INTERESSA EM TERMOS DE INTERESSE NACIONAL E POLÍTICA INTERNACIONAL", TAL COMO MESMO PAÍSES COM BASES IDEOLÓGICAS PARA AS SUAS POLÍTICAS ESTRANGEIRAS, COMO A CHINA E A UNIÃO SOVIÉTICA, JÁ ADMITIRAM. LAMENTO TER DE LEVANTAR, UMA VEZ MAIS, TODOS ESTES PROBLEMAS PESSOALMENTE COM VEXA, MAS TENHO PROFUNDAS DÚVIDAS QUANTO ÀS VANTAGENS DE OUTRA MENSAGEM DO PRIMEIRO-MINISTRO NESTA ALTURA. PODE QUERER MOSTRAR ESTE AO MINISTRO E PRIMEIRO-MINISTRO E REPETI-LO A COOPER [R. L. COOPER, Embaixador Australiano] EM LISBOA."

No dia seguinte, Woolcott relata que o Presidente Suharto não tenciona intervir militarmente nesta altura.

O governo português, entretanto, enviava o Major António Soares para mediar entre os grupos opositores em Díli. Ele chega a Bali a 15 agosto, e é então avisado pelos indonésios de que não pode seguir viagem para Díli.

"18 AGOSTO 1975 SECRETO TIMOR PORTUGUÊS

PARA CAMBERRA REPETIR LISBOA DE DJAKARTA

"FALEI ONTEM À NOITE, 17 AGOSTO, COM O EMBAIXADOR SOVIÉTICO [Kuznetsov] RECENTEMENTE REGRESSADO DE MOSCOVO, COM O ENCARREGADO DE NEGÓCIOS PORTUGUÊS [Dr. Souza-Girão], E O MINISTRO DA DEFESA, GENERAL PANGGABEAN. TAMBÉM FALEI RESUMIDAMENTE ESTA MANHÃ, 18 AGOSTO, COM O PRESIDENTE E MAIS PROLONGADAMENTE COM O EMBAIXADOR DOS ESTADOS UNIDOS, NEWSOM.

"COM BASE NESTAS MAIS RECENTES CONVERSAS GOSTARIA DE ADIANTAR OS SEGUINTE PONTOS DE VISTA, ANTES DE PARTIR PARA SUMATRA

ATUALMENTE, O PRESIDENTE ESTÁ FIRME NA SUA ATITUDE DE QUE A INDONÉSIA NÃO DEVERIA INTERVIR MILITARMENTE EM TIMOR PORTUGUÊS NESTA ALTURA. A FIRMEZA DESTA SUA ATITUDE PRESENTEMENTE SURPREENDEU-ME E CREIO QUE IRRITOU HANKAN [o Ministro da defesa] E O GENERAL YOGA [General Yoga Sugama, Diretor da Bakkim].

"PREOCUPAÇÃO SOBRE A REAÇÃO AUSTRALIANA, O ENCONTRO DOS [PAÍSES] NÃO ALINHADOS EM LIMA [capital do Perú], A PRÓXIMA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL E O SEU DESEJO DE CONCENTRAR OS RECURSOS DA INDONÉSIA NO PROGRAMA "REPELITA II" SÃO FATORES QUE PESAM NA SUA PRESENTE ATITUDE. ISTO NÃO SIGNIFICA QUE ELE SE TENHA AFASTADO DA SUA DECISÃO DE QUE TIMOR DEVE SER

INCORPORADO, MAS SIGNIFICA QUE NÃO EXISTE PERIGO IMINENTE DE A INDONÉSIA INTERVIR EM TIMOR, A MENOS QUE HAJA UMA RUTURA NA LEI E ORDEM EM TIMOR.

"A ADMINISTRAÇÃO NORTE-AMERICANA IRÁ TENTAR EVITAR QUALQUER ENVOLVIMENTO NO ASSUNTO DE TIMOR PORTUGUÊS EMBORA O EMBAIXADOR NEWSOM CONSIDERE QUE AS NECESSIDADES DA INDONÉSIA EM EQUIPAMENTO MILITAR E A ESPERADA INQUIETAÇÃO DO CONGRESSO SOBRE A INTERVENÇÃO INDONÉSIA, PODE POR SI MESMA, EXERCER UMA INFLUÊNCIA NO PRESIDENTE PARA SE MOVER NA DIREÇÃO DA INCORPORAÇÃO DE TIMOR, TÃO CUIDADOSA E SUBTILMENTE QUANTO POSSÍVEL, A MENOS QUE HAJA UMA RUTURA DA LEI E ORDEM NA COLÓNIA.

"OS MEDOS DE YOGA DE UM RÁPIDO RECONHECIMENTO PELA UNIÃO SOVIÉTICA DA DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DA UDT PARECEM SER TÃO INFUNDADOS COMO EU ANTECIPEI QUE ERAM. DE ACORDO COM O DR. GIRÃO, O MAJOR SOARES ESTÁ AGASTADO COM O SEU TRATAMENTO AQUI. ESTRANHO COMO PODE PARECER TENDO EM CONTA A ATITUDE DE MALIK, ESTE NÃO SE AVISTOU COM SOARES ANTES DELE PARTIR PARA BALI, ONDE FICOU RETIDO DURANTE DOIS DIAS. AINDA ONTEM À NOITE ELE NÃO TINHA PODIDO VOAR PARA O CUPÃO [KUPANG, capital de Timor Ocidental] E AS AUTORIDADES DA INDONÉSIA TÊM SIDO POUCO COOPERANTES A UM PONTO QUE LEVOU SOARES A CRER QUE ESTAVAM A OBSTRUIR OS SEUS ESFORÇOS PARA ALCANÇAR TIMOR.

"APESAR DO QUE YOGA ME DISSE SOBRE O NÃO ENVOLVIMENTO, QUE É COMO VEXA SABE, APOIADO AGORA POR MATERIAL DE FONTES SENSÍVEIS, O ENCARREGADO DE NEGÓCIOS PORTUGUÊS ESTÁ CONVENCIDO QUE A INDONÉSIA ESTEVE ENVOLVIDA NO GOLPE DA UDT ATRAVÉS DE ALI MURTOPO [Vice-Diretor da Bakkim] QUE ELE CONSIDERA ESTAR CONLUIADO COM A UDT, POSSIVELMENTE MESMO SEM O CONHECIMENTO DE YOGA OU MALIK. O DR. GIRÃO SUGERE QUE JÁ HÁ ALGUM TEMPO ALI DECIDIRA QUE A APODETI NÃO PODERIA ENTREGAR TIMOR À INDONÉSIA E QUE O VERDADEIRO PERIGO PARA AS ASPIRAÇÕES DA INDONÉSIA EM TIMOR ERA A Fretilin. FOI ASSIM QUE ELE COMEÇOU A RECRUTAR MEMBROS DA UDT E A ARRANJAR ENCONTROS SECRETOS COM ELES. (ADMITO QUE ISTO ACRESCENTA UMA DIMENSÃO JAVANESA DE MAQUIAVELISMO E INTRIGA A UMA SITUAÇÃO JÁ DE SI CONFUSA. POSSO APENAS DIZER, NESTA ALTURA QUE ISTO É PLAUSÍVEL, MESMO SE IMPROVÁVEL. DAN TENTARÁ EXPLORAR MAIS DETALHADAMENTE ISTO, PARA O FIM DE SEMANA).

"QUER O MAJOR SOARES QUER O PRESIDENTE [GENERAL COSTA] GOMES QUERIAM, DE ACORDO COM O DR. GIRÃO QUE O EXÉRCITO SAÍSSE DE TIMOR E ESTARIAM AGORA PROVAVELMENTE DISPOSTOS A ACEITAR UM "GOVERNO" A UDT. O DR. GIRÃO ACRESCENTOU QUE ELE PENSAVA NÃO HAVER VIRTUALMENTE QUALQUER HIPÓTESE, AGORA DE PORTUGAL RESTABELECER CONTROLO FIRME EM TIMOR E MANTER-SE ALI O TEMPO SUFICIENTE PARA PERMITIR UMA EVENTUAL DECISÃO POPULAR SOBRE O SEU FUTURO. ELE DISSE QUE MESMO ANTES DA AÇÃO DA UDT, O PRESIDENTE GOMES CONSIDERAVA "FLEXÍVEL" O PRAZO DADO. COOPER [Embaixador Australiano em Portugal] PODERÁ QUERER COMENTAR ISTO."

Quatro dias mais tarde, Woolcott transmite uma conversa entre o General Yoga Sugama e o embaixador americano, NEWSOM. Nessa conversa, o General Yoga faz a extraordinária declaração de que o PARTIDO SOCIALISTA PORTUGUÊS está alinhado com Moscovo e o PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS com Pequim. Isto mereceu uma forte resposta de B. L. COOPER, o Embaixador Australiano em Lisboa, que salientou que os

Socialistas Portugueses são membros da Internacional Socialista, logo opondo-se aos Comunistas Portugueses que são fiéis seguidores da linha dura pró Moscovo.”

“22 AGOSTO 1975 SECRETO TIMOR PORTUGUÊS

PARA Camberra Repetir Lisboa, Washington

De Djakarta

“O VICE-EMBAIXADOR NORTE-AMERICANO RIEVES VISITOU DAN EM 21 AGOSTO. ELE DISSE QUE O EMBAIXADOR AMERICANO NEWSOM TINHA SIDO POSTO AO CORRENTE DE TIMOR PORTUGUÊS PELO GENERAL YOGA SUGAMA (Bakkim) EM 20 AGOSTO. RIEVES DEIXOU-NOS TIRAR NOTAS DO RELATÓRIO POR CABOGRAMA DE NEWSOM. A SEGUIR AQUI ESTÁ A RECONSTRUÇÃO DO MESMO.

“YOGA DISSE QUE A Bakkim E A C.I.A. TINHAM SIDO ACUSADAS DE ENGENDRAR OS RECENTES ACONTECIMENTOS NO TIMOR PORTUGUÊS. ELE DESMENTIU ISTO VEEMENTEMENTE. EXISTIA UMA CLARA COMPREENSÃO ENTRE PORTUGAL E A INDONÉSIA DE QUE O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DEVERIA SER CONDUZIDO DE FORMA A REFLETIR A VONTADE DO POVO SEM PERTURBAR A ESTABILIDADE POLÍTICA. PORTUGAL TINHA A OBRIGAÇÃO MORAL DE PREPARAR O POVO EM TIMOR PORTUGUÊS PARA O FIM DA SOBERANIA PORTUGUESA. YOGA DELINEOU TRÊS CENÁRIOS POSSÍVEIS:

“PRIMEIRO, SE A UDT PROVASSE TER TIDO SUCESSO NA PRESENTE LUTA, A Fretilin IRIA REAGIR E A APODETI SERIA INEVITAVELMENTE ARRASTADA. UMA SITUAÇÃO CAÓTICA SERIA O RESULTADO, OFERECENDO UMA VASTA GAMA DE POSSIBILIDADES PARA PODERES EXTERIORES PODEREM INFLUENCIAR, DIRETA OU INDIRETAMENTE O TIMOR PORTUGUÊS. A ESTE RESPEITO, YOGA MENCIONOU A UNIÃO SOVIÉTICA E A CHINA.”

“SEGUNDO, SE A UDT AGIU CONCERTADAMENTE COM GRUPOS EM PORTUGAL, ENTÃO O FUTURO INDEPENDENTE TIMOR PORTUGUÊS NÃO PODIA SER NEUTRAL. SERIA FORTEMENTE INFLUENCIADO POR ESSES GRUPOS EM PORTUGAL.

“EM TERCEIRO LUGAR, SE A UDT E A APODETI SE JUNTARAM PARA LUTAR CONTRA A Fretilin ISSO SERIA ENCORAJADOR.” YOGA DISSE AINDA QUE A UDT PODIA SER DESCRITA COMO SOCIALISTA E A Fretilin COMUNISTA.

“OS SOCIALISTAS EM LISBOA ERAM PRÓ MOSCOVO ENQUANTO OS COMUNISTAS ERAM PRÓ PEQUIM. Bakkim TINHA PROVAS DE QUE A UDT ERA FORTEMENTE INFLUENCIADA PELO GRUPO SOCIALISTA EM LISBOA. A INDONÉSIA NÃO TINHA PODIDO CLARIFICAR ATRAVÉS DOS PORTUGUESES A SITUAÇÃO EM TIMOR. NÃO PUDERA DETERMINAR O QUE O PRESENTE GOVERNO VIA COMO SUAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES EM TIMOR PORTUGUÊS OU COMO PORTUGAL PRETENDIA SATISFAZER AS SUAS RESPONSABILIDADES.

“NEWSOM DISSE QUE OS AMERICANOS ENTENDIAM QUE OS SOCIALISTAS PORTUGUESES MANTINHAM LAÇOS IDEOLÓGICOS COM OUTROS SOCIALISTAS EUROPEUS E NÃO COM MOSCOVO. ELE DISSE QUE OS RESULTADOS DAS RECENTES ELEIÇÕES EM PORTUGAL E O ATUAL RUMO ERAM GENERICAMENTE D UM CARÁTER NÃO COMUNISTA. YOGA INSISTIU QUE OS SOCIALISTAS ERAM PRÓ MOSCOVO E QUE OS COMUNISTAS PRÓ PEQUIM. RELATIVAMENTE À RECENTE VISITA DO MAJOR SOARES,

YOGA DISSE QUE SOARES ENTRARA NA INDONÉSIA SEM UM VISTO E QUE O GOVERNO INDONÉSIO NÃO TIVERA QUALQUER AVISO NEM EXPLICAÇÃO SOBRE A SUA PRESENÇA NA INDONÉSIA.

"O GOVERNO PORTUGUÊS NÃO APOIARA A DECLARAÇÃO DE ELE SER UM EMISSÁRIO DO PRESIDENTE PORTUGUÊS. ENQUANTO O GOVERNO INDONÉSIO TENTAVA ESCLARECER ISTO, SOARES TENTARA "ESCAPAR" PARA DENPASAR. SOARES ALEGAVA TER UMA CARTA DO PRESIDENTE PORTUGUÊS MAS A Bakkim TINHA CONCLUÍDO QUE A CARTA NÃO FORA ASSINADA PELO PRESIDENTE.

"(NOTA: FOMOS INFORMADOS DE QUE OS AGENTES DA Bakkim REVISTARAM A SUA BAGAGEM). SOARES ERA TIDO COMO MEMBRO DO PARTIDO SOCIALISTA PORTUGUÊS (QUE É PRÓ MOSCOVO). YOGA PEDIU UMA DECLARAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE A SUA POSIÇÃO EM RELAÇÃO A TIMOR PORTUGUÊS. NEWSOM DISSE ESTAR EM POSIÇÃO DE PODER FAZER UMA DECLARAÇÃO COM AUTORIDADE EM VIRTUDE DAS INSTRUÇÕES RECENTEMENTE RECEBIDAS (NOTA: EM 19 AGOSTO):

"PRIMEIRAMENTE O GOVERNO DOS E.U. ESTAVA LONGE DE ANSIAR ENVOLVER-SE DE ALGUMA FORMA EM TIMOR PORTUGUÊS. PARA ALÉM DAS NORMAIS PREOCUPAÇÕES HUMANITÁRIAS PELO BEM ESTAR DAS POPULAÇÕES E O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO, O INTERESSE PRINCIPAL DOS ESTADOS UNIDOS ERA O IMPACTE DE QUALQUER MUDANÇA QUE TIMOR PORTUGUÊS PUDESSE TER NAS SUAS RELAÇÕES COM A INDONÉSIA.

"EM SEGUNDO LUGAR, O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS NÃO PUNHA OBJEÇÕES A QUE TIMOR PORTUGUÊS SE UNISSE À INDONÉSIA, ADMITINDO SER ESSE O DESEJO DAS POPULAÇÕES LOCAIS.

"EM TERCEIRO LUGAR, O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS ACREDITAVA QUE O ASSUNTO, DEVERIA SER DECIDIDO PELOS SEUS HABITANTES E PELOS PAÍSES VIZINHOS DE TIMOR. ESTA UNIÃO PACÍFICA NÃO CAUSARIA PROBLEMAS AOS ESTADOS UNIDOS. OS PROBLEMAS PODERIAM SURGIR SE HOUVESSE UMA CAPTURA FORÇADA.

"ISTO PODERIA CAUSAR PROBLEMAS DO GÊNERO DOS TIDOS COM A TURQUIA NA QUESTÃO DA ASSISTÊNCIA MILITAR, EM ESPECIAL SE O EQUIPAMENTO MILITAR DOS ESTADOS UNIDOS FOSSE USADO PELA INDONÉSIA EM TIMOR PORTUGUÊS. ENQUANTO O GOVERNO INDONÉSIO TENTAVA CLARIFICAR ISTO, SOARES TENTOU "ESCAPULIR" PARA DENPASAR.

"NEWSOM DISSE QUE NÃO PRETENDIA INFLUENCIAR O RESULTADO FINAL DUMA FORMA OU DOUTRA, MAS QUE O GOVERNO INDONÉSIO DEVERIA ESTAR CONSCIENTE DE QUE SE O EQUIPAMENTO DOS ESTADOS UNIDOS FOSSE UTILIZADO ISTO PODERIA IMPLICAR A APLICAÇÃO DE SANÇÕES DA LEI DE AUXÍLIO ESTRANGEIRO. ISTO PODERIA COLOCAR O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA MILITAR DOS ESTADOS UNIDOS À INDONÉSIA EM PERIGO. ASSIM, A MELHOR SOLUÇÃO SERIA A INCORPORAÇÃO PACÍFICA DE TIMOR PORTUGUÊS TIMOR NA INDONÉSIA. NEWSOM PERGUNTOU AINDA SE PORTUGAL PODERIA GARANTIR O SEU CONTROLO EM TIMOR PORTUGUÊS OU SE ERA POSSÍVEL ESTABELECEER NEGOCIAÇÕES COM OS GRUPOS LÍDERES EM TIMOR PORTUGUÊS TIMOR. YOGA DISSE QUERER PRIMEIRO FOCAR TRÊS PONTOS RELATIVOS ÀS INTENÇÕES DA INDONÉSIA:

"O PRIMEIRO ERA O DE A INDONÉSIA NÃO IR PROVOCAR A SITUAÇÃO EM TIMOR PORTUGUÊS NEM LANÇAR OPERAÇÕES MILITARES CONTRA OS SEUS "PACÍFICOS VIZINHOS."

"EM SEGUNDO LUGAR, A INDONÉSIA NÃO ABANDONARIA OS SEUS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. A INDONÉSIA NÃO DETINHA AMBIÇÕES TERRITORIAIS.

"EM TERCEIRO LUGAR, SE TIVESSE DE AGIR, A INDONÉSIA SÓ O FARIA CASO SE SENTISSE EM PERIGO OU PROVOCADA. SE FOSSE OBRIGADA A INTERVIR ELA PROVIDENCIARIA PROVAS (DO PERIGO E DA PROVOCAÇÃO). A INDONÉSIA DAVA DEMASIADO VALOR ÀS SUAS RELAÇÕES EXTERNAS PARA ARRISCAR AGRESSÃO, E ESSA ERA UMA DAS RAZÕES PELA QUAL O GOVERNO INDONÉSIO PEDIRA A PORTUGAL PARA CUMPRIR COM AS SUAS RESPONSABILIDADES.

"YOGA DISSE HAVER SINAIS DE QUE A UDT PEDIRA A PORTUGAL PARA TERMINAR A PRESENTE CONFRONTAÇÃO DE FORÇAS EM TIMOR PORTUGUÊS. SE A UDT DESCOBRISSE QUE PORTUGAL NÃO ESTAVA DISPOSTO A INTERVIR, A UDT PODERIA PEDIR AJUDA A FORÇAS DO EXTERIOR NAS REGIÕES VIZINHAS. EXISTIA MESMO A POSSIBILIDADE DE PORTUGAL DECLARAR ESTAR MUITO LONGE E PEDIR À INDONÉSIA PARA RESTAURAR A ORDEM EM TIMOR PORTUGUÊS.

"A INDONÉSIA NECESSITA SABER A ATITUDE E OPINIÃO DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS, DADO QUE DAQUI A QUATRO OU CINCO ANOS, O TIMOR PORTUGUÊS PODE SER PRÓ UNIÃO SOVIÉTICA OU PRÓ CHINA E, NESSA ALTURA O PROBLEMA NÃO SERÁ EXCLUSIVAMENTE DA INDONÉSIA.

"NEWSOM DISSE QUE QUERIA CLARIFICAR A SUA ANTERIOR DECLARAÇÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO MILITAR NORTE-AMERICANO. DETERMINAR QUAL SERÁ A POSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS NÃO DEPENDE UNICAMENTE DO EXECUTIVO DO GOVERNO NORTE-AMERICANO. EXISTEM OUTROS ÓRGÃOS NOS ESTADOS UNIDOS (ELE REFERIA-SE AO CONGRESSO) QUE TÊM UMA INFLUÊNCIA IMPORTANTE.

"YOGA DISSE ENTENDER CLARAMENTE ISTO. NEWSOM PERGUNTOU SOBRE A POSIÇÃO AUSTRALIANA. YOGA DISSE NÃO ESTAR LONGE DA DOS ESTADOS UNIDOS. A AUSTRÁLIA JÁ FORA INFORMADA DE QUE A INDONÉSIA MANteria AS SUAS PROMESSAS, E NÃO ERA UM AGRESSOR MAS SE ESTIVESSE EM PERIGO TERIA DE ATUAR E NESSE CASO PROPORCIONARIA AMPLAS PROVAS DO PERIGO. NEWSOM INTERROGOU SOBRE SE A INDONÉSIA ACHAVA SE A OPÇÃO DE JUNÇÃO COM O TIMOR PORTUGUÊS SE TORNARA MAIS POPULAR EM TIMOR. YOGA RESPONDEU QUE NÃO GANHARA MAIS APOIO E QUE SÓ ERA APOIADA PELA APODETI, QUE FAVORECIA A INTEGRAÇÃO COM A INDONÉSIA. ACRESCENTOU QUE TIMOR PORTUGUÊS COMO ESTADO INDEPENDENTE NÃO FAZIA SENTIDO E TERIA DE ENCONTRAR AUXÍLIO EXTERNO E POSSIVELMENTE OBTER APOIO DA UNIÃO SOVIÉTICA, PERMITINDO A ESTA ESTABELECER UMA PONTE DE APOIO EM TIMOR PORTUGUÊS.

"NEWSOM PERGUNTOU SE A INDONÉSIA ACHAVA QUE O VALOR DAS RELAÇÕES DA UNIÃO SOVIÉTICA COM A INDONÉSIA ERA MAIS IMPORTANTE DO QUE UMA AVENTURA EM TIMOR PORTUGUÊS TIMOR. YOGA DEPRECIOU ISTO, CHAMANDO A ATENÇÃO PARA AS AÇÕES DA UNIÃO SOVIÉTICA NOUTRAS PARTES DA ÁSIA E DA ÁFRICA. NEWSOM PERGUNTOU SE A INDONÉSIA TINHA CONSIDERADO ASSISTÊNCIA FINANCEIRA E MATERIAL AOS LÍDERES DE TIMOR PORTUGUÊS COMO UM FATOR DA SITUAÇÃO. YOGA DISSE QUE A INDONÉSIA JÁ VINHA FAZENDO ISTO E FORNECIA MILHO E AÇÚCAR, MAS QUE AGORA TINHA DEIXADO DE O FAZER."

"22 AGOSTO 1975 SECRETO TIMOR PORTUGUÊS

Para Camberra

Repetir Djakarta, Washington De Lisboa

“É PERTURBADOR QUE UMA PESSOA TÃO SÉNIOR E (PRESUMIVELMENTE) ALTAMENTE INFLUENTE COMO YOGA POSSA ESTAR TÃO ‘DESINFORMADO SOBRE AS POLÍTICAS PORTUGUESAS. É ABSOLUTA FALTA DE SENSO SUGERIR COMO YOGA FAZ QUE “OS SOCIALISTAS EM LISBOA ERAM PRÓ MOSCOVO ENQUANTO OS COMUNISTAS ERAM PRÓ PEQUIM. COMO VEXA SABE, CUNHAL [o Secretário-geral do Partido Comunista Português]. É MUITAS VEZES ACUSADO DE SER O LÍDER MAIS PRÓ MOSCOVO DE TODOS OS PARTIDOS NA EUROPA OCIDENTAL.

“POR OUTRO LADO, OS SOCIALISTAS CHEFIADOS POR MÁRIO SOARES RECENTEMENTE DEIXARAM O GOVERNO PELA RAZÃO PRINCIPAL DE QUE OS RADICAIS DO M.F.A. [Movimento das Forças Armadas] LIDERADOS PELO PRIMEIRO-MINISTRO GONÇALVES PARECIA APOSTADO EM ESTABELECEER UMA “DEMOCRACIA POPULAR” NOS MOLDES DA EUROPA DE LESTE. SUGERIR QUE OS SOCIALISTAS SÃO PRÓ MOSCOVO DEMONSTRA UMA LAMENTÁVEL IGNORÂNCIA DA CENA POLÍTICA PORTUGUESA. VEXA PODERIA CONSIDERAR A NECESSIDADE DE TENTAR EDUCAR YOGA NOS FACTOS DA VIDA POLÍTICA EM PORTUGAL. SERIA UMA TRAGÉDIA SE ALGUMA DAS DECISÕES CRUCIAIS DA INDONÉSIA AFETANDO TIMOR FOSSEM BASEADAS EM TAIS PREMISSAS TÃO BASICAMENTE FALSAS.”

O cabograma de Cooper merece uma polida, mas imperturbada resposta de Woolcott. Os despachos anteriores são autoexplicatórios.

“23 AGOSTO 1975 SECRETO TIMOR PORTUGUÊS

Para Camberra

Repetir Lisboa

De Djakarta

“TENTAMOS, À MEDIDA QUE AS OPORTUNIDADES SE NOS APRESENTAM POR SI MESMAS, MANTER OS INDONÉSIOS ATUALIZADOS COM AS INFORMAÇÕES QUE TEMOS SOBRE A EVOLUÇÃO EM PORTUGAL. UM DOS PROBLEMAS, É CLARO, É A DE QUE A ATITUDE DOS INDONÉSIOS (ESPECIALMENTE NA Bakkim) EM RELAÇÃO AOS PARTIDOS COMUNISTAS E SOCIALISTAS É MUITO DIFERENTE DA NOSSA. OS INDONÉSIOS NÃO ESTÃO A RECEBER MUITA INFORMAÇÃO DA EMBAIXADA DELES EM LISBOA. PARECE NÃO HAVER MUITA COMPREENSÃO SOBRE O EXAGERO DAQUELAS PREMISSAS, MAS DE QUALQUER FORMA QUALQUER “DECISÃO INDONÉSIA CRUCIAL” SERÁ, COMO JÁ SALIENTAMOS, TOMADA EXCLUSIVAMENTE PELO PRESIDENTE. QUANTO À QUESTÃO POSTA POR CAMBERRA.

“NÃO SEI SE, DE FACTO, YOGA PARTILHA AS IDEIAS QUE TRANSMITIU A NEWSOM SOBRE OS SOCIALISTAS PORTUGUESES, O NOSSO RELATÓRIO ERA EM SEGUNDA MÃO E PARTIU DO SEGUNDO MAIS RESPONSÁVEL PELA MISSÃO AMERICANA. O “TRATAMENTO DO MAJOR SOARES PELA INDONÉSIA” É, TAMBÉM, LEVEMENTE MAIS COMPLEXO DO QUE VEXA SUGERE, COMO INDICAMOS NOUTROS CABOGRAMAS.”

Em nova mensagem nesse mesmo dia, Woolcott relata que o Presidente ainda se opõe à intervenção militar, mas quer saber a resposta portuguesa à sua oferta de ajuda para restaurar a ordem e a lei em Timor.

“23 AGOSTO 1975

SECRETO PORTUGUÊS TIMOR

Para CAMBERRA

REPETIR LISBOA DE DJAKARTA

"O GENERAL ALI MURTOPO AFIRMOU-ME QUE NO ENCONTRO COM O PRESIDENTE SUHARTO ESTA TARDE, [23 AGOSTO, SÁBADO] NÃO HAVIA ALTERAÇÃO NA POSIÇÃO DO PRESIDENTE. O MINISTRO AVISTOU-SE COM RAMOS HORTA NA TARDE DE 20 AGOSTO. HORTA NÃO RECEBEU QUALQUER ENCORAJAMENTO PARA A SUA PROPOSTA DE QUE APENAS A AUSTRÁLIA, OU COM PORTUGAL E INDONÉSIA, PODERIAM INTERVIR DE ALGUMA FORMA EM TIMOR PORTUGUÊS. HORTA ESTAVA MUITO DESANIMADO, ACREDITANDO QUE AS COTAÇÕES DA Fretilin ESTIVESSEM MUITO BAIXAS."

Nesse dia, Woolcott relata os desmentidos indonésios sobre o apoio dado à UDT.

"23 AGOSTO 1975 SECRETO

TIMOR PORTUGUÊS

PARA CAMBERRA REPETIR LISBOA

DE DJAKARTA

"PERGUNTEI A LIM BIAN KIE [o braço direito da Bakkim de Ali Murtopo] E A TJAN [Harry Tjan, uma personagem de vulto no Partido Católico da Indonésia] HOJE (23 AGOSTO) SE HAVIA ALGUM FUNDAMENTO NA HISTÓRIA DE A INDONÉSIA ESTAR A APOIAR A UDT. OS ACONTECIMENTOS ESTÃO A PRECIPITAR-SE DEMASIADO DEPRESSA. ELES NEGAM CATEGORICAMENTE A HISTÓRIA E DERAM-ME A SEGUINTE INFORMAÇÃO:

"EM 21 JULHO UM MAJOR CARNABÁS [sic]⁷⁸ DE PORTUGAL FEZ UMA VISITA "SECRETA" A DILI ONDE ESTEVE COM OS MAJORES Mota E JÓNATAS [Majores Francisco Mota e Silvério Jónatas, Membros do Comité de Descolonização em Timor-Leste] E COM A Fretilin. OS INDONÉSIOS NÃO SABIAM O QUE FOI DISCUTIDO, MAS TEMIAM QUE CARNABÁS [sic]⁷⁹ TIVESSE DADO O SEU AVAL A AÇÕES DA Fretilin.

"EM 2 AGOSTO JOÃO CARRASCALÃO E DOMINGUES OLIVERES [sic]⁸⁰ (Secretário geral da UDT) VIERAM A DJAKARTA PARA SE ENCONTRAREM COM O PRESIDENTE DO PARTIDO, LOPES DA CRUZ [FRANCISCO], E FALAREM COM OS INDONÉSIOS. ELES EXPRESSARAM O SEU TEMOR DE QUE A Fretilin ESTAVA A PLANEAR AÇÃO EM 21 AGOSTO, DIZENDO QUE QUERIAM ANTECIPAR-SE A ISTO E PEDIRAM ARMAS À INDONÉSIA. NÃO DERAM INDICAÇÕES DE QUANDO (UDT) TOMARIAM AÇÃO. REGRESSARAM A DILI A 6 AGOSTO VIA BALI E KUPANG.

"A RESPOSTA DA INDONÉSIA FOI A DE QUE QUALQUER AÇÃO INICIADA PELA UDT, O FOI POR INICIATIVA PRÓPRIA, MAS SE FORA DIRIGIDA CONTRA OS COMUNISTAS, A INDONÉSIA OLHARIA EM DIREÇÃO OPOSTA. O PEDIDO DE FORNECIMENTO DE ARMAS FOI RECUSADO. BIAN KIE E TJAN SALIENTARAM QUE A UDT ERA PREDOMINANTEMENTE LIDERADA POR NÃO INDÍGENAS. CARRASCALÃO CONSIDERAVA QUE ELE PRECISAVA DE LOPES DA CRUZ (QUE ERA TOTALMENTE TIMORENSE), MAS DEPOIS DE LOPES TER FEITO MUITAS DECLARAÇÕES LEVEMENTE PRÓ INDONÉSIAS EM 17 AGOSTO, FOI APRISIONADO POR CARRASCALÃO."

A delegação Australiana nas Nações Unidas em Nova Iorque tem vindo a explorar a possibilidade de internacionalizar a situação em Timor-Leste, mas relata poucas hipóteses de sucesso.

"23 AGOSTO 1975 SECRETO TIMOR PORTUGUÊS

PARA CAMBERRA REPETIR DJAKARTA, LISBOA DE NOVA IORQUE, O.N.U.

"À PRIMEIRA VISTA AS DIFICULDADES EM INTERNACIONALIZAR A SITUAÇÃO DE TIMOR PARECEM A APARECER MESMO ANTES DE SE PENSAR EM POSSÍVEIS AÇÕES, SE ACEITARMOS ISTO, UMA OPERAÇÃO DE FINS HUMANITÁRIOS PARECE, PELO MENOS TEORICAMENTE OFERECER AS MELHORES HIPÓTESES DE OBTER O RECONHECIMENTO DA POSIÇÃO INDONÉSIA EM TIMOR PORTUGUÊS, AO MESMO TEMPO QUE SE EVITA A APARENTE PREJUÍZO DOS DIREITOS DOS TIMORENSES ESCOLHEREM O SEU PRÓPRIO FUTURO. PODE A INDONÉSIA CAPITALIZAR NA EVACUAÇÃO TORNANDO DISPONÍVEL O PESSOAL PARA ADMINISTRAR NO TERRENO OS ESFORÇOS DAS NAÇÕES UNIDAS?"

Simultaneamente, os Indonésios estão a aumentar a pressão a seu favor, utilizando o seu embaixador em Lisboa para exprimir preocupação sobre os acontecimentos em Díli e transmitindo essa preocupação a B. L. COOPER, o Embaixador Australiano em Lisboa.

"23 AGOSTO 1975 CONFIDENCIAL TIMOR PORTUGUÊS

"O EMBAIXADOR INDONÉSIO (SAY) TELEFONOU A DIZER QUE O CONSULADO INDONÉSIO EM DILI FOI "OCUPADO" PELA Fretilin. O EMBAIXADOR PEDIU AO MNE PORTUGUÊS [Ministério dos Negócios Estrangeiros] PARA INFORMAR O MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E O PRESIDENTE.

"SAY COMENTOU QUE O SEU GOVERNO CONSIDERAVA ESTES ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS COMO "IMENSAMENTE GRAVES." NÃO PODE AFIRMAR SE O SEU CÔNSUL E SEU PESSOAL TINHAM SIDO PRESOS, APENAS DE QUE AS INSTALAÇÕES HAVIAM SIDO OCUPADAS. ESTA AÇÃO DA Fretilin, ACOMPANHADA POR RELATÓRIOS DA RÁDIO PORTUGUESA DE QUE A Fretilin HAVIA COMEÇADO A ATIRAR MORTEIROS NA CIDADE CAUSANDO CENTENAS DE MORTOS, SUGERE QUE A PRESSÃO PARA OS INDONÉSIOS AGIREM ESTÁ A FICAR QUASE INSUPORTÁVEL."

Um cabograma de Woolcott no dia seguinte clarifica a situação. O Cônsul Indonésio está são e salvo. Uma cópia enviada para Lima [Perú] em virtude da presença ali do Senador Willesee.

"24 AGOSTO 1975 SECRETO

PARA CAMBERRA REPETIR LISBOA, LIMA DE DJAKARTA

"FALEI COM YOGA SUGAMA, LIM BIAN KIE E ADENAN [MINISTÉRIO DOS Negócios Estrangeiros] ESTA MANHÃ, 24 AGOSTO. ELES CONFIRMAM QUE O CONSULADO INDONÉSIO FOI OCUPADO PELA Fretilin,

MAS NÃO PARECEM DAR A MESMA IMPORTÂNCIA A ISTO COMO O COOPER, DADO QUE A ÁREA EM QUE SE SITUAVA JÁ ERA DESDE HÁ ALGUM TEMPO UMA ZONA INSEGURA, E O CÔNSUL E PESSOAL TÊM ESTADO NA ZONA DO PORTO. TODOS TRÊS AFIRMARAM QUE O CÔNSUL RECEBERA INSTRUÇÕES PARA PERMANECER NO SEU POSTO, MAS QUE ISSO SE TORNARA IMPOSSÍVEL. (SABEMOS SE ELE ESTÁ NO 'LLOYD BAKKE' OU NO 'MACDILI'?) [navios evacuando o pessoal português de Díli]

"O PONTO MAIS IMPORTANTE AGORA, DE ACORDO COM AQUELES TRÊS NÃO É A OCUPAÇÃO DO CONSULADO PELA Fretilin, MAS A RESPOSTA PORTUGUESA À OFERTA INDONÉSIA DE AJUDA PARA RESTABELECER A PAZ E ORDEM. POR ACASO, YOGA DISSE QUE NAVIOS INDONÉSIOS MAIS UMA "ESCOLTA NAVAL" ESTAVAM TAMBÉM A CAMINHO DE DILI PARA EVACUAR REFUGIADOS. CONCORDO COM COOPER QUE A PRESSÃO PARA INDONÉSIA INTERVIR ESTÁ A AUMENTAR. A JUSTIFICAÇÃO PARA INTERVENÇÃO SERIA MAIS FÁCIL AGORA. MAS A ÚLTIMA POSIÇÃO DE ACORDO COM AQUELES TRÊS, INCLUINDO YOGA, É DE QUE A INDONÉSIA AINDA QUER UM PEDIDO PORTUGUÊS ANTES DE SE MEXER.

"24 AGOSTO 1975 SECRETO TIMOR PORTUGUÊS

PARA CAMBERRA REPETIR LISBOA, LIMA

DE DJAKARTA

"A ÚLTIMA INFORMAÇÃO DA Bakkim É DE QUE A Fretilin CONTROLA CERCA DE METADE DE DILI, INCLUINDO A ÁREA EM QUE O CONSULADO SE SITUA, E DE QUE A UDT TAMBÉM CONTROLA METADE. OS PORTUGUESES PEDIRAM À INDONÉSIA ASSISTÊNCIA PARA RECEBER REFUGIADOS, PORTUGUESES E INDÍGENAS, NA FRONTEIRA COM TIMOR INDONÉSIO."

Nesta altura parece claro que a tentativa de golpe da UDT em Díli fez ricochete completo. Woolcott fala agora com o homem diretamente responsável pela organização militar da eminente anexação de Timor-Leste, Ten. Gen. Benny Murdani, e teve uma entrevista com Sudharmono, o Secretário de Estado e Secretário de governo – ou seja, o canal mais direto para o Presidente Suharto.

"24 agosto 1975 SECRETO PORTUGUÊS TIMOR

PARA CAMBERRA REPETIR LISBOA, LIMA

DE DJAKARTA

"PODE AJUDAR SE EU TENTAR SUMARIAR OS PRINCIPAIS ASPETOS DA SITUAÇÃO EM TIMOR COM BASE NO MEIO DIA DE DOMINGO TAIS COMO VISTOS DAQUI. A INDONÉSIA, EM ESPECIAL O PRESIDENTE SUHARTO, ATÉ AGORA TEM-SE COMPORTADO COM MODERAÇÃO E PRUDÊNCIA FACE À SITUAÇÃO. ESTA MANHÃ, 24 AGOSTO, O PRESIDENTE AINDA NÃO QUER AUTORIZAR A INTERVENÇÃO INDONÉSIA A MENOS QUE O GOVERNO PORTUGUÊS, POR CIRCUNSTÂNCIAS DA SUA PRÓPRIA INABILIDADE EM RESTAURAR A PAZ E ORDEM CONCORDE COM ESTE RUMO DE AÇÃO.

"OUTRO FATOR PODE SER O DA ACEITAÇÃO DE JÁ SER DEMASIADO TARDE PARA A O.N.U. TOMAR UMA AÇÃO DECISIVA. OUTROS FATORES RESTRINGENTES APARTE AS REAÇÕES AMERICANAS E INTERNACIONAIS A UMA INTERVENÇÃO UNILATERAL DA INDONÉSIA, NÃO REQUISITADA É A DE AS

FORÇAS INDONÉSIAS PODEREM ENVOLVER-SE EM AÇÃO CONTRA FORÇAS QUER DA *Fretilin* QUER DA UDT, O QUE INEVITAVELMENTE CAUSARIA PERDAS INDONÉSIAS NA PRESENTE SITUAÇÃO TENSA.

"TAMBÉM FALEI AGORA COM O TENENTE GENERAL BENNY MURDANI – UMA DAS POUCAS PERSONAGENS IMPORTANTES AQUI COM QUEM NÃO HAVIA AINDA CONTACTADO E ELE – EMBORA CONSABIDO QUE SEJA UM "DURO" – REPETIU QUE O PRESIDENTE NÃO AUTORIZA UMA INTERVENÇÃO SEM RESPOSTA DE PORTUGAL À OFERTA INDONÉSIA DE RESTAURAR A PAZ E A ORDEM.

"BENNY MURDANI TAMBÉM INQUIRIU SOBRE A REPORTAGEM DA RÁDIO AUSTRÁLIA ESTA MANHÃ DE QUE O GOVERNADOR Pires TINHA PEDIDO QUE "FORÇAS INTERNACIONAIS INTERVIESSEM" ACRESCENTANDO QUE VIRTUALMENTE A ÚNICA FORÇA INTERNACIONAL EM POSIÇÃO DE O FAZER RAPIDAMENTE ERA A INDONÉSIA. A INDONÉSIA NÃO PODERÁ FICAR IMPÁVIDA DURANTE MUITO TEMPO ENQUANTO A MORTANDADE CONTINUA SEM PARAR E ESPECIALMENTE SE COMEÇA A ENVOLVER A APODETI E SEUS SIMPATIZANTES, PARTICULARMENTE OS NATIVOS TIMORENSES QUE APOIAM A INTEGRAÇÃO.

"SE A INDONÉSIA INTERVIER, MESMO SEM O PEDIDO DE ASSISTÊNCIA, - E PODERÍAMOS ESTAR A CAMINHAR PARA ESSA SITUAÇÃO EM TIMOR-LESTE SE PORTUGAL NÃO RESPONDER PRONTAMENTE – TERÃO A POSSIBILIDADE DE FOCAR VÁRIOS PONTOS PARA JUSTIFICAR ISTO, EM ESPECIAL:

- A) "A APODETI ATÉ AGORA TENTOU FICAR FORA DO CONFLITO;
- B) EMBORA TIVESSE SIDO REJEITADA, E A INDONÉSIA PROVAVELMENTE SABIA QUE O SERIA, - A APODETI PROPÔS UM REFERENDO EM TIMOR PORTUGUÊS NA CIMEIRA DE MACAU;
- C) A *Fretilin* BOICOTOU A CIMEIRA DE MACAU E APARENTEMENTE É A MAIOR RESPONSÁVEL PELAS MORTEIRADAS E BOMBARDEAMENTOS EM DILI;
- D) A UDT PRECIPITOU O GOLPE DE ESTADO E OS PROBLEMAS SUBSEQUENTES, ENQUANTO A APODETI, E A INDONÉSIA DERAM AS MÃOS;
- E) A INDONÉSIA OFERECEU-SE PARA AUXILIAR EM TIMOR PORTUGUÊS PARA RESTAURAR A LEI E A ORDEM E TEM MOSTRADO UMA CERTA CONTENÇÃO DURANTE O PRESENTE PERÍODO CRÍTICO, ENQUANTO ESPERA QUE PORTUGAL RESPONDA;
- F) A POSIÇÃO PÚBLICA DA INDONÉSIA EM APOIO DE SOLUÇÕES PARA O POVO DE TIMOR DETERMINAR O SEU FUTURO - E, TANTO QUANTO CONCERNE AO PRESIDENTE, A SUA OPINIÃO PRIVADA TAMBÉM O É – DEVE AGUENTAR BEM UM ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL;
- G) A ATUAL SITUAÇÃO NÃO É TANTO DEVIDA À INDONÉSIA OU APODETI (APESAR DALGUNS EXCESSOS EM FEVEREIRO E MARÇO, ESPECIALMENTE POR PARTE DA APODETI, QUE FORAM PARCIALMENTE REDUZIDOS COMO RESULTADO DA INFLUÊNCIA DA AUSTRÁLIA) COMO AO FALHANÇO DO GOVERNO PORTUGUÊS EM CONTROLAR A AÇÃO PRECIPITADA DA UDT E *Fretilin*, CUJOS LÍDERES SÃO DE UMA FORMA GERAL NÃO INDÍGENAS.

"SUDHARMONO E BENNY MURDANI DERAM-ME AMBOS A SUA GARANTIA, QUALQUER QUE SEJA O VALOR DA MESMA, NESTA SITUAÇÃO DE EVOLUÇÃO RÁPIDA, QUE SE A INDONÉSIA DECIDIR EFETUAR UM "MOVIMENTO" ENTÃO A "AUSTRÁLIA SERÁ INFORMADA ANTECIPADAMENTE." MURDANI DISSE QUE DEVERÍAMOS TER PELO MENOS DUAS HORAS DE PRÉ-AVISO.

"A SITUAÇÃO ATUAL PÕE DE NOVO EM QUESTÃO SE O PRIMEIRO-MINISTRO PRETENDE COMUNICAR QUALQUER PONTO DE VISTA AO PRESIDENTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE. TAMBÉM

APRECIÁVAMOS INDICAÇÕES SOBRE A REAÇÃO DA AUSTRÁLIA A UMA INTERVENÇÃO INDONÉSIA, POR UM LADO EM RESPOSTA AO ACORDO PORTUGUÊS PARA QUE ELES O POSSAM FAZER NUMA TENTATIVA DE RESTAURAR A LEI E ORDEM, SE ELE SURGIR, E NO CASO DA INDONÉSIA SE SENTIR OBRIGADA A INTERVIR SEM O PEDIDO OU CONCORDÂNCIA PORTUGUÊS. EU NÃO ESPERO, A PARTIR DE AGORA, ESTA ÚLTIMA CONTINGÊNCIA, MAS MUITO DEPENDE DO QUE ACONTECE EM PORTUGAL E NO TERRENO EM TIMOR.

“SE O PRIMEIRO-MINISTRO DECIDIR ALGUMA MENSAGEM PESSOAL AO PRESIDENTE NUMA SITUAÇÃO COMO A ATUAL, SUGIRO QUE ELE SEJA GUIADO EM PARTE PELOS PARÁGRAFOS 15 E 21 DO MEU [cabograma] O QUE NOS LEVA DE VOLTA, PENSO AOS SEGUINTE FATOES ESSENCIAIS:

(A) “É POLÍTICA DA INDONÉSIA INCORPORAR TIMOR. A INDONÉSIA TINHA ESPERADO CONSEGUIR ISTO DURANTE UM CERTO PERÍODO DE TEMPO DUMA FORMA ACEITE INTERNACIONALMENTE,

(B) NA SITUAÇÃO ATUAL, QUE, DE FACTO, NÃO OCORRE POR CULPA DA INDONÉSIA, APESAR DE EXISTIR NALGUNS SETORES A TENDÊNCIA DE A CULPAR, TORNA-SE IMPROVÁVEL A POSSIBILIDADE DE O GOVERNO PORTUGUÊS REAFIRMAR A SUA AUTORIDADE OU DE SE REGISTRAR UMA EFETIVA AÇÃO POR PARTE DAS NAÇÕES UNIDAS,

(C) O PRESIDENTE, MESMO NA ATUAL SITUAÇÃO SÓ DECIDIRÁ INTERVIR COM CONSIDERÁVEL RELUTÂNCIA E, SE O FIZER, NÃO NOS DEVEMOS COLOCAR NA VANGUARDA DOS CRÍTICOS DA INDONÉSIA, ANTES DEVEMOS MOSTRAR TANTA COMPREENSÃO QUANTO POSSÍVEL DA POSIÇÃO INDONÉSIA E DEVEMOS FAZER O QUE PUDERMOS PARA AUXILIAR NA QUESTÃO HUMANITÁRIA NO CAMPO DA RESTAURAÇÃO DA PAZ E DA ORDEM; E, FINALMENTE,

(D) DEVEMOS TER EM MENTE QUE NÃO HÁ RAZÃO INERENTE PORQUE A INTEGRAÇÃO COM A INDONÉSIA, A LONGO PRAZO, NÃO SEJA MENOS DO INTERESSE DOS TIMORENSES DO QUE UMA INDEPENDÊNCIA DE ELEVADA INSTABILIDADE OU CONTINUADA LUTA FACCIONAL.”

A Indonésia não se “mexe” em agosto. Em princípio de outubro, o ministério australiano da Defesa remete uma Minuta ao seu Ministro, W. [Bill] L. Morrison, marcando a sua posição sobre o problema de Timor-Leste. A proposta sumaria os habituais argumentos estratégicos a favor de uma coexistência com a Indonésia. Depois argumenta especificamente contra um argumento do embaixador da Austrália em Jacarta e defende que *“devemos persuadir a Indonésia a aceitar a ‘realidade difícil de engolir’ da Fretilin.”*

A Minuta demonstra que o Ministério da Defesa começou a interessar-se por Timor-Leste, pelo menos desde dezembro de 1974. Em fins de fevereiro [1975], os jornais na Austrália relatavam que “RELATÓRIOS SECRETOS” chegados a Camberra afirmavam que as forças da Indonésia se estavam a preparar para invadir Timor⁸¹. A comunicação social Indonésia subsequentemente acusava os esquerdistas, funcionários do Ministério da Defesa, e o líder da oposição e porta-voz para os Negócios Estrangeiros, Andrew Peacock, de conduzir uma campanha contra a Indonésia.

X) IMPRENSA DA AUSTRÁLIA PREOCUPA-SE COM REFUGIADOS

Os jornais, entretanto, dão conta das seguintes manchetes:

[The Northern Territory News]:

agosto 22 "Banho de sangue em Timor," "Planos de Evacuação," "partida do navio de refugiados."

agosto 25 "1150 Evacuados e há mais para vir; cenas emotivas no cais". "A Indonésia vai receber refugiados."

agosto 26 "Horror em Timor [Ken White]". "Corpos jazendo nas ruas, Díli numa desgraça [Terry Dahlenburg]". "Relatório para a O.N.U. sobre o banho de sangue em Timor." "Editorial: "Timor: Temos de nos envolver". "Evacuados, esgotados, estupefactos." "Desviados para Díli." "A história dos refugiados. Fotos [Bob Hannan]".

agosto 27 "Governo forçado a abandonar Díli; Médicos, Diretor da TV a caminho de Timor." "MacDili de regresso." "O nosso primeiro bebé refugiado" "O.N.U. apela para um cessar-fogo em Timor." "Alimentos para a zona de guerra." Últimas: "O santuário do Consulado."

agosto 28 "Missão de paz deixa Darwin". "MacDili traz 722 refugiados." "Jeremias de Souza - Herói! [Ken White]". Editorial: "De mal a pior." "Envolvimento informal em Timor afirma o Primeiro-ministro" "Sem resposta a súplica." "Vasos de guerra perto de Díli." "Ryan aprecia decisão sobre MacDili" "Perto de Timor" "O.N.U. solicitada a encontrar resolução para Timor."

agosto 29 "Mais refugiados a salvo: 21 feridos". "Pai ou Filho, tanto faz para os timorenses" "Vereador preocupado com os Chineses" "Equipa médica em stand-by" "Parece Darwin depois da Tracy⁸²" "Chefe da Missão Diplomática fala sobre Timor" "Refugiados em Sidney" "Investigação sobre barco para Timor" "Oficiais vão avançam com negociações de paz"

setº 1 "Planos de auxílio aos refugiados movem para sul". "Chefe da UDT a caminho de Darwin" "MacDili sai com menos 6 a bordo", "Chris Santos⁸³: Primeiro-ministro vai discutir a paz em Timor"

setº 2 "Salvação para 5 famílias [Terry Dahlenburg]. "Enviado foge para Ataúro." "Ajuda médica para Timor." "A luta abranda em Timor." "350 Chineses apelam para auxílio."

setº 3 "Mistério sobre barco." "Centro de Apoio da Cruz Vermelha."

setº 4 "Conversações urgentes sobre os refugiados de Timor. Últimas: "Refugiados esperados hoje.

setº 5 "42 A bordo dum avião Caribou da RAAF sequestrado. Bebé nascido em navio de socorro." O maior risco de malária desde a Grande Guerra: Governo ordena tratamento para os refugiados de Timor".

setº 8 "Indonésia não tem ambições: garantias sobre Timor." "Darby para ser inquirido" "Timorense detido durante uma semana. Ajuda de enfermagem para os Timorenses."

setº 9 "Santos regressa das conversações". "As histórias de Timor exageradas." Editorial: "As suspeitas da Indonésia." "13 000 fogem de Timor." "Chineses de Timor felizes por ficarem." "A Sociedade Chung Wah criticada."

setº 10 "APODETI não está em controlo." "Recomeçam voos da Cruz Vermelha." Últimas: "Soldados vão para Portugal."

setº 11 "Jornalistas em Timor."

setº 12 "A Indonésia apreende avião."

setº 15 "Indonésia acusada [Ken White]". "É uma guerra louca, confusa; prevê-se que Timor pode vir a parar." "O Chefe da Fretilin estudou para Padre." "\$100 000 de ajuda por mês." Últimas: "25 mortos em Timor, afirma-se."

setº 16 "Alimentos e combustível para o Ataúro." "Missão a Timor." "Indonésia diz que a Fretilin tem oposição; grupos decididos a avistar-se com Santos."

setº 17 "Fretilin apela ao Papa para ajuda." "Perigo de fome em Timor-Leste [Ken White]".

setº 18 "Timor: ameaça de retaliação pela Indonésia." "Fretilin propõe força de paz conjunta."

setº 19 "Fretilin dura sobre negociações." "Pedido de ajuda ao governo para Timor." "Refugiados: A comunidade chinesa ainda pode ajudar, se lhe pedirem [E. W. S. CHIN]

setº 22 "122 começam a aprender Inglês." "Jacarta cética sobre as conversações de Timor: "À espera de um convite." "Não há tropas da Indonésia a lutar."

setº 23 "A Indonésia nega rumores sobre tropas: "Não estão envolvidas em operações."

setº 24 "Indonésios mortos, anuncia a Fretilin". "Altas Taxas de Tuberculose e de sífilis em refugiados." "Traineira de refugiados na praia." "Um papel de defesa antecipado para Darwin."

setº 25 "Os problemas médicos dos refugiados são 'rotina'. "Governador de Timor em Portugal." A Indonésia diz 'NÃO' à Fretilin para um plano de controlo conjunto de fronteiras". "Prorrogados Vistos para os Timorenses."

setº 26 "Tenta-se a libertação de 26 homens."

setº 29 "A Fretilin pronta a formar governo." "A Austrália acusada das mortes: ajudou a UDT, diz o líder da Fretilin", "Indonésia: nós não vamos invadir Timor, mas lidaremos com os ataques da Fretilin"; "35 000 refugiados e mais vêm a caminho."

setº 30 "A Indonésia instada a intervir em Timor"; "Plano de paz para Timor rejeitado."

out. 1 "Primeiro-ministro diz que a Fretilin não é Comunista". Última: "Corveta a caminho," "Indonésia arrasa base da Fretilin". "Preocupação sobre o bem-estar dos Timorenses"; "Parlamentar da oposição critica o governo sobre a ajuda a Timor".

[THE BULLETIN]:

agosto 23 "Timor: um fim súbito para uma vida feliz [Cecil Holmes]".

agosto 30 "Indonésia provavelmente vai intervir."

setº 6: "Timor: Ilha da tragédia [Gerald Stone]". "A desgraça da Austrália em Timor [Gerald Stone]".

setº 13 "Timor: porque é que a O.N.U. se mantém imperturbada pela guerra [Emery Barcs]".

setº 20 "O tumulto em Timor."

setº 27 "Uma Nota sobre os cônsules da Austrália em Timor [David McNicholl].

[NEWSWEEK, NEW YORK]

agosto 25 "Timor: A Rebelião de Díli"

setº 1 "Timor: Fora de controlo".

setº 15 "Timor: Um campo de batalha de restos?"

[NATION REVIEW, MELBOURNE]:

agosto 22 – 28 “Nacionalismo, sangue derramado e miséria [Jill Jolliffe]”.

agosto 29 - setº 4 “Timor: Trabalhistas deixam-nos à sua sorte [Mungo MacCallum].

“A luta assemelha-se a uma guerra santa [Jill Jolliffe].”

setº 5 - 12 “A direita atua sobre a Cruz Vermelha em Timor [Jill Jolliffe]”.

setº 26 - out. 2 “Local gentil, povo gentil? [Jill Jolliffe]”

[TIME, New York]

agosto 25: “PORTUGAL: Os anticomunistas contra-atacam”.

setº 1: “PORTUGAL: Tumultos em casa, o caos nas colónias”.

[FAR EASTERN ECONOMIC REVIEW, Hong Kong]

setº 5: “Timor: Desvenda-se a tragédia de uma ilha [Raymond Yao]”.

setº 12: “Timor tímido [Editorial]. Timor: brincando à política enquanto as mortes continuam [Dan Coggin]”. “Suharto: Mantém-se frio na expectativa”.

setº 19 “Timor: As táticas isolacionistas da Indonésia [Dan Coggin]”.

XI) COMO FINDOU A GUERRA CIVIL

O que é que aconteceu, de facto durante este período? Em 27 de agosto, depois de falharem todas as tentativas de conciliação e com dezenas de oficiais do Exército Português presos pelas forças rebeldes da Fretilin e UDT, o Governador Ten-Cor. Lemos Pires e a sua equipa decidem evacuar de Díli com um pequeno destacamento de paraquedistas, para a Ilha de Ataúro. Vinte e três (23) militares portugueses tentando evacuar outros refugiados em Oé-cusse e Batugadé são feitos prisioneiros. A Fretilin está mais bem preparada para os jogos de guerra e rapidamente dizima as forças da UDT, desta forma conquistando vastas regiões do território. As forças da UDT e APODETI são obrigadas a retirar para Timor Indonésio onde já se encontravam milhares de timorenses que ali tinham buscado refúgio.

O Dr. Almeida Santos, como enviado especial do governo português vai à Indonésia e Austrália tentar chegar a uma solução pacífica para o conflito. A Fretilin aceita negociar e liberta os oficiais do exército português detidos pelas suas forças. A UDT recusa-se a negociar. Os oficiais portugueses estão detidos no Cupão [Kupang, capital de Timor Ocidental], e o avião especial que ali foi com uma autorização formal das autoridades de Jacarta é apreendido.

Em out. 1975, a UDT e APODETI, que haviam junto as suas forças no denominado M.A.C. [Movimento Anticomunista] estão agora sediadas em Timor Ocidental [Nusa Tenggara Timor] sendo apoiadas pelas forças minoritárias dos dois partidos pseudonacionalistas (KOTA e Trabalhistas). Ali, recebem apoio militar e financeiro da Indonésia, tentando recuperar o controlo de Timor-Leste a partir das suas bases na fronteira com a Indonésia.

XII) COMO A IMPRENSA VIU A INVASÃO IMINENTE

De acordo com o "N. T. News" estas foram as manchetes de outubro e novembro:

- out. 2 "Inquérito de Jacarta sobre batalha".
- out. 3 "Nós podíamos ocupar a Embaixada - grupo". "49 países apoiam a Fretilin num encontro." "Observações médicas rigorosas aos refugiados." "A Fretilin tem de traduzir o controlo militar para governo [Rick Collins]. "A pressão dos estudantes."
- out. 6 "Milhares que fugiram à guerra foram feitos prisioneiros".
- out. 7 "Grupo convidados para negociações sobre Timor". "Gado a caminho de Timor Ocidental."
- out. 8 "A Indonésia ataca! Jatos e tropas entram em Timor-Leste [Richard Collins]". "Reina a paz em Díli." "Começam voos para Timor."
- out. 9 "Negadas alegações sobre ataques". "Fretilin protesta na O.N.U."
- out. 10 "A situação em Timor é grave. Proibição de voos foi levantada." "Uma política de vexame [Ken White]".
- out. 13 "Timor: Portugal busca conversações com a Indonésia". "Helicópteros usados para descobrir posições da Fretilin e atacá-las com artilharia [Rick Collins]".
- out. 14 "Movimentos em direção a Díli."
- out. 15 "Fretilin começa a perder terreno, diz a Indonésia".
- out. 16 "Raides irritantes". "A Marinha Portuguesa ao largo de Díli."
- out. 17 "Cidades atacadas em Timor, alega a Fretilin; Indonésia passa a fronteira!". *Últimas*. "Equipa de TV australiana desaparecida."
- out. 20 "100 prisioneiros oferecidos em troca dos jornalistas desaparecidos".
- out. 21 "Corpos podem ser dos jornalistas." "Greve na estiva."
- out. 22 "Verificação da identidade dos corpos, em breve". "100 homens da Fretilin mortos – reportagem da TV."
- out. 24 "As equipas de TV foram mortas à metralhadora - Fretilin". "Nós treinamos os refugiados, diz a Indonésia."
- out. 28 "Fretilin batida - Indonésia."
- out. 30 "Não autorizado a voar para Díli". "Ajuda a Timor." "A morte dos jornalistas: inquérito do governo⁸⁴".
- out. 31 "Governo apela à paz em Timor: tentem encontrar soluções, urge ministro"
- nov. 7 "Malik busca conversações para a paz em Timor". "Fretilin erradica reacionários." "Continua a proibição aos navios da Indonésia."
- novº 13 "Interferência com Linhas aéreas reclama Fretilin". "Barcaça para transportar ajuda para Timor."
- novº 18 "Segurança garantida." "Apelo para doações a favor de Timor."
- novº 25 "Não tínhamos conhecimento da invasão – Camberra."
- novº 26 "Fretilin apela para que pare a agressão".
- novº 27 "ACTU diz a Jacarta para largar Timor".
- novº 28 "Refugiados de Timor temem represálias [Rick Leeming]".

Outros órgãos publicavam os seguintes artigos sobre Timor-Leste:

[THE AUSTRALIAN]

novº 27 "Previsto o embargo aos carregamentos para a Indonésia por causa de Timor."

[THE ADVERTISER, ADELAIDE]

novº 6 "O papel ativo da Indonésia" na guerra em Timor [Bruce Wilson].

novº 7 "A tentativa de paz de Malik". "Jornalistas mortos: Questões que merecem resposta [Bruce Wilson].

novº 8 "Apelo de Ajuda a Timor".

novº 10 "Soldados viram os jornalistas australianos serem abatidos" [Roger East]. "Indonésia gagueja em relação a Timor [Bruce Wilson].

novº 11 "Os Timorenses enfrentam a fome".

novº 13 "Recebidos os restos mortais dos jornalistas da TV".

novº 17 "Fretilin concorda com conversações sobre Timor numa semana".

[THE AGE, MELBOURNE]

novº 18 "Agora há dúvidas sobre as conversações para Timor na Austrália [Michael Richardson]. "Timor era vital à [nossa] defesa há 40 anos."

novº 22 "A Fretilin ataca a nossa neutralidade". "Refugiado: 15 horas a nadar para a liberdade."

novº 24 "Câmara atrasa envio de combustíveis para Timor [Michael Richardson]. Conferência apoia um Timor livre."

[THE FINANCIAL REVIEW]

novº 27 "Timor: Um equilíbrio difícil de manter [Brian Toohey].

[THE BULLETIN]

novº 1 "Timor: uma tragédia de contornos sombrios [Gerald Stone].

[THE CANBERRA TIMES, CANBERRA]

novº 18 "Chegou ajuda australiana".

novº 20 "O governo em Díli funciona [Jill Jolliffe].

novº 21 "Alarme sobre a fome."

novº 24 "Esperada para 'breve' invasão de Timor", 'A Indonésia faz planos' [Bruce Juddery].

novº 25 "Cidade de Timor debaixo de ataque [Bruce Juddery]. "Fretilin busca ajuda para 'parar a invasão' [Bruce Juddery].

novº 27 "Aviso sobre perigo foi recebido na semana passada. Fações exigem data definitiva sobre conversações."

[NATION REVIEW, MELBOURNE]

- outº 3 – 9 “Timor: História da Revolução [Jill Jolliffe]” “E a história dos partidos [Helen Hill]”.
- outº 17 – 23 “Timor: uma pescaria para a Indonésia [Jill Jolliffe]”.

[THE NATIONAL TIMES, SYDNEY]

novº 3 - 8 “Os Timorenses sentem que o mundo não os está a ouvir [Jill Jolliffe]”. Coluna guia: “A guerra desencoberta.”

[FAR EASTERN ECONOMIC REVIEW, Hong Kong]

- outº 3 “Timor: tentando manter a Indonésia na linha [Raymond Yao]”.
- outº 10 “Timor: os protagonistas: o regresso aos campos de batalha [Dan Coggin]”.
- outº 17 “A grande traição [Editorial]”. Timor: Um jogo de esperas [Dan Coggin]”. “Quem é quem na luta [Dan Coggin]”. “Entrevista a Ali Murtopo: Os ‘interesses especiais da Indonésia’ [Dan Coggin]”.
- outº 31 “Timor: ‘O Exército derrotado regressa aos campos de batalha [Dan Coggin]”. “Depois da tempestade; Refugiados de Timor [Johanna Brookes]”.
- novº 78 “Timor: Aumenta a tensão nas relações [Kenneth Randall]”.

[THE NEWS, ADELAIDE]

- novº 7 STOP Press: “Fretilin rejeita oferta de paz.”
- novº 10 “O papel da Indonésia ainda é importante para a Austrália [Dennis Warner]”.

[THE SUNDAY MAIL, ADELAIDE]

- outº 26 “Timor: - Há lá uma guerra civil, não há? [Dennis Atkins]”.

(SYDNEY MORNING HERALD, SYDNEY)

- novº 26 “Indonésia ataca em força cidade chave em Timor. Ataque com rockets (Michael Richardson)”. “Pedido de médicos para Timor-Leste.”

[DIRECT ACTION, GLEBE (SYDNEY)]

- novº 6 “O movimento para a independência de Timor sob ataque (Steve Painter)”.

XIII) INTERESSES AUSTRALIANOS

Há algumas páginas atrás mencionámos que o Ministério da Defesa australiano remeteu uma Minuta ao seu Ministro, W. L. (Bill) Morrison, manifestando a sua posição em relação a Timor-Leste. Vejamos em maior detalhe o seu conteúdo:

“Minuta da Divisão de Estratégia e Política Internacional, Ministério da Defesa, 9 outubro 1975

RELAÇÕES COM A INDONÉSIA SECRETO AUSTEO

Os cabogramas anexos de e para a nossa Embaixada em Jacarta uma vez mais expõem os riscos existentes para as relações da Austrália com a Indonésia contidas no assunto do futuro de Timor Português. Esta proposta revê a situação do ponto de vista dos interesses da Defesa.

ANTECEDENTES

"PROPÕE-SE QUE O FUNDAMENTAL E MAIS IMPORTANTE QUE ESTÁ EM RISCO NAS RELAÇÕES COM A INDONÉSIA SÃO OS INTERESSES DA DEFESA. PARA ALÉM DA PNG (PAPUA NOVA GUINÉ), A INDONÉSIA É O TERRITÓRIO, ATRAVÉS DO QUAL E, DONDE QUALQUER ATAQUE NÃO NUCLEAR CONTRA A AUSTRÁLIA PODE SER LANÇADO COM MAIOR FACILIDADE. PROVAVELMENTE SERIA ESSENCIAL OBTER O COMANDO DE BASES NA INDONÉSIA PARA LANÇAR QUALQUER ATAQUE QUE NÃO FOSSE PURAMENTE MARÍTIMO. UMA INDONÉSIA SEGURA, UNIDA E BEM RELACIONADA É ASSIM UM DESIDERATO BÁSICO E DURADOURO DA NOSSA POLÍTICA ESTRATÉGICA.

AO MESMO TEMPO, A INDONÉSIA É O PAÍS MAIS FAVORECIDO EM TERMOS DE POSICIONAMENTO PARA ATACAR A AUSTRÁLIA. JÁ É CAPAZ DE CRIAR SITUAÇÕES DE ASSÉDIO DE PEQUENA ENVERGADURA QUE NOS CAUSARIAM SÉRIOS PROBLEMAS DE DEFESA. DADO QUE AS SUAS CAPACIDADES CONTINUAM A CRESCER AO LONGO DOS ANOS SERIA ENTÃO CAPAZ DE LANÇAR ATAQUES MAIS SUBSTANCIAIS. UM ATAQUE À AUSTRÁLIA PELA INDONÉSIA NÃO ENVOLVERIA NECESSARIAMENTE TAMANHAS MUDANÇAS NA ORDEM ESTRATÉGICA GLOBAL QUE AFETASSEM DE FORMA CRÍTICA OS INTERESSES DOS EUA (COMPARADAS COM AS PRINCIPAIS MUDANÇAS NECESSÁRIAS PARA UM ATAQUE, LANÇADO, POR EXEMPLO, PELO JAPÃO). O ENVOLVIMENTO DOS ESTADOS UNIDOS EM APOIO DA AUSTRÁLIA, SERIA ASSIM, MAIS INCERTO, EM ESPECIAL SE FOSSE AO NÍVEL DE AMEAÇAS E NÃO DE UM ASSALTO EM FORÇA.

"ESTAS E OUTRAS CONSIDERAÇÕES SEMELHANTES TÊM MUITO MAIS IMPORTÂNCIA DO QUE OUTROS ASPETOS DAS RELAÇÕES DA AUSTRÁLIA COM A INDONÉSIA, TAIS COMO O COMÉRCIO E INVESTIMENTO. DE FACTO, AS RELAÇÕES DA AUSTRÁLIA E DA INDONÉSIA EM ÁREAS QUE NÃO SEJAM POLÍTICAS E ESTRATÉGICAS SÃO AINDA RELATIVAMENTE PEQUENAS E SEM GRANDES PROJETOS PARA UMA RÁPIDA EVOLUÇÃO. (AS COMUNICAÇÕES ATRAVÉS DO ARQUIPÉLAGO SÃO IMPORTANTES, MAS NÃO DEVEM SER AFETADAS POR OUTRAS QUESTÕES QUE NÃO SEJAM ESTRATÉGICAS OU POLÍTICAS).

"AS AVALIAÇÕES FEITAS AO LONGO DOS ANOS TÊM ASSINALADO QUE UMA AMEAÇA MILITAR INDONÉSIA É IMPROVÁVEL E ESTA POSIÇÃO MANTÉM-SE AINDA HOJE. A AVALIAÇÃO ASSENTA FORTEMENTE, NA CONTINUAÇÃO DE RELAÇÕES AMIGÁVEIS E DE COOPERAÇÃO COMO AS QUE SE TÊM MANTIDO DURANTE A MAIOR PARTE DO PERÍODO DESDE A INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA. MESMO DURANTE O PERÍODO DE CONFRONTAÇÃO DE SUKARNO COM A MALÁSIA E DAS FORTES DIVERGÊNCIAS EM RELAÇÃO À NOVA GUINÉ HOLANDESA, NUNCA HOUVE QUEBRAS DE ORDEM POLÍTICA. A INDONÉSIA NÃO ENTENDIA ENTÃO NEM TRATOU A AUSTRÁLIA COMO SENDO UM ADVERSÁRIO PRINCIPAL. NÃO ATACOU POLITICAMENTE A AUSTRÁLIA – APESAR DA NOSSA VULNERABILIDADE ÀS INVETIVAS DE SUKARNO RELATIVAS A ASSUNTOS TAIS COMO A POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO AUSTRALIANA, ABORÍGENES, PNG OU APOIO AOS 'NEOCOLONIALISTAS' BRITÂNICOS."

'O QUE NOS TEM PREOCUPADO NA DEFESA É QUE O ASSUNTO DE TIMOR PORTUGUÊS POSSA EVOLUIR DE UMA FORMA CAPAZ DE SUBSTANCIALMENTE DESEQUILIBRAR AS RELAÇÕES AMIGÁVEIS ENTRE OS DOIS PAÍSES PARA QUE A AUSTRÁLIA SEJA IDENTIFICADA AOS OLHOS DA INDONÉSIA COMO UM ADVERSÁRIO, OU PELO MENOS COMO UM VIZINHO MENOS COMPREENSIVO E INÚTIL, COM POSSIBILIDADE DE HAVER UMA EROÇÃO DA CONFIANÇA MÚTUA NECESSÁRIA AOS NOSSOS INTERESSES DE DEFESA, A LONGO PRAZO. ESTA É AINDA A NOSSA PREOCUPAÇÃO. EU APRESENTEI UMA PROPOSTA A ESTE RESPEITO, AO VOSSO ANTECESSOR ANTES DA SUA VISITA A JAKARTA EM DEZEMBRO PASSADO (1974). EM FEVEREIRO (1975), QUANDO RELATÓRIOS SECRETOS INDICAVAM UMA PROBABILIDADE MAIOR DE AÇÃO MILITAR INDONÉSIA CAPAZ DE SE APODERAR, ELE ESCREVEU PARA O MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS PARA DESVIAR OS INDONÉSIOS DE TAL RUMO DE AÇÃO. A PREOCUPAÇÃO DA DEFESA FOI TAMBÉM MANIFESTADA NUMA NOTA DE INSTRUÇÕES RESUMIDAS PREPARADA PARA A VISITA AO ESTRANGEIRO DE V.Ex.^a EM AGOSTO. O ARGUMENTO PRINCIPAL DAQUELES DOCUMENTOS CITAVA QUE NO CASO DE A INDONÉSIA RECORRER A AÇÕES MILITARES PARA GANHAR O CONTROLO DE TIMOR PORTUGUÊS, A REAÇÃO DOMÉSTICA AUSTRALIANA SERIA PROVAVELMENTE TAL QUE SERIA DIFÍCIL QUE O GOVERNO MANTIVESSE POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO EM RELAÇÃO À INDONÉSIA.

"EM ESPECIAL, O PROGRAMA DE AJUDA E COOPERAÇÃO DE DEFESA COM A INDONÉSIA SERIA ALVO DE ATAQUES DA ESQUERDA E DA DIREITA DO ESPETRO POLÍTICO DOMÉSTICO, E PARA ALÉM DISTO HAVERIA TENTATIVAS PARA DESACREDITAR A AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DO GOVERNO, AS POLÍTICAS DE DEFESA E A NOSSA POSIÇÃO EM RELAÇÃO À INDONÉSIA. A SITUAÇÃO PODERIA SER EXPLORADA COM EXIGÊNCIAS PARA UM SUBSTANCIAL AUMENTO DO ORÇAMENTO DA DEFESA E MAIOR PRONTIDÃO DAS CAPACIDADES DE DEFESA DO QUE AS MANIFESTADAS PELO GOVERNO COMO NECESSÁRIAS NAS NOSSAS CIRCUNSTÂNCIAS ESTRATÉGICAS ATUAIS E FUTURAS. SE TAIS EXPECTATIVAS SOBRE A REAÇÃO DOMÉSTICA SÃO OU NÃO REALISTAS SERÁ UMA QUESTÃO PARA O JULGAMENTO POLÍTICO DE V.Ex.^a. CONTUDO, SE HOUVER DIFICULDADES SOBRE, POR EXEMPLO, O PROGRAMA DE AJUDA E DEFESA À INDONÉSIA, E, EM BREVE FAREMOS PROPOSTAS SOBRE A CONTINUAÇÃO DO PROGRAMA, CORRERÍAMOS O RISCO DE TER UMA REAÇÃO DESFAVORÁVEL DA INDONÉSIA, AFETANDO AS RELAÇÕES DOS DOIS PAÍSES, EM GERAL. ISTO PODE OU NÃO SER EXPLOSIVO.

"DEVERÍAMOS, PELO MENOS, TER DE ENFRENTAR A FORTE POSSIBILIDADE DA PERCEÇÃO INDONÉSIA DA AUSTRÁLIA SE MODIFICAR E NÃO MAIS PODERÍAMOS CONTAR CONFIANTEMENTE NA CONTINUAÇÃO DESSA ATITUDE TIPICAMENTE AMIGÁVEL POR PARTE DA INDONÉSIA COMO TEMOS TIDO AO LONGO DOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS. ISTO NÃO SIGNIFICA QUE DEVEMOS ESPERAR PROBLEMAS INDONÉSIOS NA ÁREA DE DEFESA, MAS AS NOSSAS RELAÇÕES SERIAM MENOS FÁCEIS E SEGURAS: GANHARIA CREDIBILIDADE A CONTINGÊNCIA DE UMA INDONÉSIA NÃO AMIGÁVEL, PRONTA NO FUTURO A EXERCER PRESSÕES POLÍTICAS E MILITARES CONTRA A AUSTRÁLIA.

O DILEMA DA POLÍTICA

"SE EU PUDER MANIFESTAR FRANCAMENTE A NOSSA PREOCUPAÇÃO, A POLÍTICA AUSTRALIANA ATUAL PARECE NÃO OFERECER GRANDES PERSPETIVAS DE SE PODER EVITAR UM RESULTADO FINAL DO ASSUNTO DE TIMOR PORTUGUÊS CAPAZ DE CAUSAR DANOS AOS INTERESSES DA DEFESA. ISTO PARECE TANTO MAIS PROVÁVEL, INDEPENDENTEMENTE DE OS INDONÉSIOS UTILIZAREM OU NÃO A FORÇA, E

ESTIMULAREM UMA REAÇÃO AUSTRALIANA, COMO AQUELA QUE NOS TEM PREOCUPADO, E INDEPENDENTEMENTE DE O GOVERNO SER CAPAZ OU NÃO DE CONTROLAR TAL REAÇÃO.

"SUGIRO QUE TEMOS TANTA CAUSA PARA NOS PREOCUPARMOS SOBRE A PERCEÇÃO INDONÉSIA DA AUSTRÁLIA QUE ESTÁ A SURTIR FRUTO DA SITUAÇÃO EM TIMOR PORTUGUÊS COMO NOS DEVEMOS PREOCUPAR PELAS NOSSAS ATITUDES PÚBLICAS E SEU EFEITO SOBRE A NOSSA CAPACIDADE DE MANTER POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO. BASICAMENTE, TAL COMO IDENTIFICADO PELO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS JÁ NO PASSADO MÊS DE DEZEMBRO, TEMOS PROSSEGUIDO LINHAS DE AÇÃO POLÍTICA INCOMPATÍVEIS - QUE O TIMOR PORTUGUÊS FOSSE INCORPORADO NA INDONÉSIA, MAS QUE DEVERIA HAVER UM ATO DE AUTODETERMINAÇÃO E QUE A INDONÉSIA NÃO DEVERIA UTILIZAR COERÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO.

"DESDE O INÍCIO QUE TODA A EVIDÊNCIA APONTA PARA QUE UM ATO DE AUTODETERMINAÇÃO SE OPOSSA À INTEGRAÇÃO, DE FACTO O QUE OFERECEMOS À INDONÉSIA COM UMA MÃO LHO RETIRAMOS COM A OUTRA. O CABOGRAMA ANEXO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS PARA JAKARTA CONTINUA A ESPERAR A EXISTÊNCIA DE 'CONVERSACÕES' ENTRE OS TIMORENSES, INDONÉSIA E PORTUGAL. MAS, MESMO QUE ESTAS SE DESSEM EXISTEM POUCAS RAZÕES PARA ESPERAR QUE ELAS LEVASSEM OS TIMORENSES A ACEITAR A INTEGRAÇÃO. QUER SE VEJA A Fretilin COMO UM GRUPO NACIONALISTA OU MERAMENTE COMO UM GRUPO QUE DETÉM AS ARMAS - E NÃO EXISTE AVALIAÇÃO FIRME SOBRE ESTE PONTO - SERIA PRUDENTE ASSENTAR A NOSSA POLÍTICA NO PRATO DA BALANÇA DAS PROBABILIDADES QUE INDICA QUE A Fretilin E ELEMENTOS ASSOCIADOS IRÁ MANTER A SUA PREDOMINÂNCIA POLÍTICA.

"PARA ALCANÇAR A INTEGRAÇÃO A INDONÉSIA TERÁ DE SE VER LIVRE DA Fretilin. NÃO PARECE POSSÍVEL QUE ISTO SEJA CONSEGUIDO ATRAVÉS DE NEGOCIAÇÕES POLÍTICAS, E REQUERERIA O USO DE FORÇA NUMA ESCALA QUE NÃO PODE SER CAMUFLADA DA OPINIÃO PÚBLICA AUSTRALIANA. MESMO QUE A Fretilin CEDESSE E FRAQUEJASSE TERÍAMOS A ESPERAR QUE UM NÚMERO SIGNIFICATIVO DE OPOSTOS A INDONÉSIA SE REFUGIASSE NAS MONTANHAS EM OPERAÇÕES DE GUERRILHA.

"WOOLCOTT REFERE-SE AOS OUTROS GRUPOS POLÍTICOS, MAS O ESTATUTO E ATITUDE DA Fretilin SÃO REALIDADES BÁSICAS PERANTE AS QUAIS A POLÍTICA INDONÉSIA E A NOSSA TERÃO DE SE AJUSTAR. WOOLCOTT ARGUMENTA NO SEU CABOGRAMA QUE A PRESSÃO PÚBLICA AUSTRALIANA PODE SER CONTIDA E DEVE SER CONTIDA PARA PRESERVAR 'OS NOSSOS INTERESSES NACIONAIS A LONGO PRAZO'. É EXATAMENTE O ASPETO PRÁTICO DESTE RUMO QUE TEMOS QUESTIONADO NO MINISTÉRIO [DEFESA] E MAIS AINDA O FAZEMOS HOJE. PROPOŃHO QUE SE CONTINUARMOS A APELAR AOS INDONÉSIOS QUE SE ABSTENHAM DE UTILIZAR A FORÇA E A PROPORMOS A REALIZAÇÃO DE NEGOCIAÇÕES QUE NÃO PARECE SEREM CAPAZES DE SATISFAZER REALISTICAMENTE OS OBJETIVOS INDONÉSIOS ARRISCAMO-NOS, CADA VEZ MAIS A CAUSAR UMA EROSAO DA NOSSA RELAÇÃO POLÍTICA COM A INDONÉSIA. OS INDONÉSIOS ACABARÃO POR VER, AO FIM DE ALGUNS MESES, O NOSSO PAPEL, COMO ESSENCIALMENTE NEGATIVO E SEM QUALQUER CONTEÚDO CONSTRUTIVO. PODEREMOS SER VISTOS, POR ALGUNS INDONÉSIOS INFLUENTES, COMO UMA DAS CAUSAS PRINCIPAIS DA SUA FRUSTRAÇÃO.

"ESTARÁ, DECERTO CONSCIENTE DA IMPACIÊNCIA INDONÉSIA NOS ÚLTIMOS MESES E DAS DÚVIDAS SOBRE A POSIÇÃO AUSTRALIANA, E DA CONVICTO INDONÉSIA DE QUE NOS DEIXAMOS COLOCAR NUMA POSIÇÃO DE APOIO AOS PORTUGUESES E À Fretilin. AS HIPÓTESES DE UMA SUBSTANCIAL

DETERIORAÇÃO DAS NOSSAS RELAÇÕES PARECEM CADA VEZ MAIS PROVÁVEIS QUALQUER QUE SEJA O RESULTADO FINAL. A IRRITAÇÃO INDONÉSIA SOBRE O IMPASSE POLÍTICO ESTENDER-SE-Á À AUSTRÁLIA ENQUANTO NOS MANTIVERMOS A SOLICITAR QUE SE REFREIEM DE UTILIZAR A FORÇA E A ADVOGAR A REALIZAÇÃO DE NEGOCIAÇÕES, AJUDANDO, PENSAM ELES, À CONSOLIDAÇÃO DA Fretilin. SE OS INDONÉSIOS DECIDIREM UTILIZAR A FORÇA ESTARÃO EM POSIÇÃO DE O FAZER, SOB UMA CONTINUADA OPOSIÇÃO AUSTRALIANA E UMA FORTE CONDENAÇÃO PÚBLICA CAPAZ DE SE PROLONGAR SE HOUVER UMA PROLONGADA RESISTÊNCIA A INDONÉSIA.

“SE O ASSUNTO FOR ÀS NAÇÕES UNIDAS A POSIÇÃO DA Fretilin SAIRIA MUITO FORTALECIDA E A POSSIBILIDADE DE A INDONÉSIA ATINGIR O SEU OBJETIVO SERIA MAIS REMOTA. PODE A AUSTRÁLIA ESCAPAR POR TER ALGUMA RESPONSABILIDADE AOS OLHOS INDONÉSIOS POR ISTO TER ACONTECIDO? E COMO É QUE A REFERÊNCIA À O.N.U. PODE SOLUCIONAR O NOSSO DILEMA? PARA TODOS OS EFEITOS AS HIPÓTESES PARECEM APONTAR PARA UMA CONTINUADA INSTABILIDADE NA VIZINHANÇA E UM ENDURECIMENTO DAS NOSSAS RELAÇÕES COM A INDONÉSIA. A ESPERANÇA DE QUE OS INDONÉSIOS SEJAM CAPAZES DE RÁPIDA E EFICIENTEMENTE ATINGIREM UM RESULTADO SEM GRAVES REPERCUSSÕES POLÍTICAS PARECE CADA VEZ MAIS DESPROPOSITADA.

CONCLUSÃO

“DADOS OS DILEMAS ESSENCIAIS DA SITUAÇÃO E A POSSIBILIDADE REAL DE DIFICULDADES COM A INDONÉSIA SE A POLÍTICA AUSTRALIANA NÃO TIVER UMA BASE REALISTA, NÓS DESDE HÁ MUITO PROPUSEMOS PARA A DEFESA UM RUMO POLÍTICO QUE PARECIA TER POSSIBILIDADES CONCRETAS DE SATISFAZER OS REQUISITOS BÁSICOS DE CADA PARTE ENVOLVIDA, NOMEADAMENTE A ACEITAÇÃO DE UM ESTADO INDEPENDENTE EM TIMOR PORTUGUÊS. AS DESVANTAGENS DESTA SOLUÇÃO DE INDEPENDÊNCIA SÃO ÓBVIAS, UM ESTADO INDEPENDENTE SERIA POBRE E FRACO. A SUA EXISTÊNCIA PERPETUARIA A INSTABILIDADE COM A INDONÉSIA. A INDONÉSIA SENTIR-SE-IA FRUSTRADA. A DEFESA AUSTRALIANA DESTA SOLUÇÃO ARRISCARIA AS SUSPEITAS INDONÉSIAS DE QUE UM ESTADO INDEPENDENTE TIVESSE SIDO SEMPRE O OBJETIVO AUSTRALIANO.

“POR OUTRO LADO, ESTA HIPÓTESE REMOVERIA A AMEAÇA INDONÉSIA DA UTILIZAÇÃO DA FORÇA COM TODAS AS SUAS CONSEQUÊNCIAS DANOSAS PARA AS RELAÇÕES COM A AUSTRÁLIA. SATISFARIA AS EXIGÊNCIAS DE AUTODETERMINAÇÃO. LEVARIA OS INDONÉSIOS DE UMA POLÍTICA DE CONFRONTAÇÃO, QUE ARRISCA EMPURRAR OS SEUS OPOSTORES TIMORENSES PARA O EXTREMISMO QUE A INDONÉSIA TEME PARA UMA POLÍTICA DE COOPERAÇÃO COM OS ELEMENTOS POLÍTICOS DOMINANTES NO TERRITÓRIO PERMITINDO-LHES BOAS HIPÓTESES DE NEGOCIAREM QUALQUER FORMA DE ENTENDIMENTO CAPAZ DE SATISFAZER AS SUAS NECESSIDADES DE SEGURANÇA. A AUSTRÁLIA PODERIA APOIAR FORTEMENTE ESTA POSSIBILIDADE.

“POR FIM, SE OS INDONÉSIOS FOSSEM HABILIDOSOS NA SUA POLÍTICA, ESTE RUMO OFERECER-LHES-IA COM A PASSAGEM DOS ANOS BOAS HIPÓTESES DE UMA ABSORÇÃO PACÍFICA DO TERRITÓRIO OU, PELO MENOS, UM DOMÍNIO NÃO CONTRARIADO DO MESMO. ENTRETANTO, O TERRITÓRIO TER-SE-IA TÃO FORTEMENTE DEPENDENTE DA BOA VONTADE E DO APOIO DA INDONÉSIA E AUSTRÁLIA, QUE

JUNTOS PODERIAM CONTER QUALQUER AMEAÇA EXTERNA QUE SE TENTASSE ESTABELECEER ALI. UMA VANTAGEM ADICIONAL SERIA A DE INJETAR NA RELAÇÃO DA AUSTRÁLIA E INDONÉSIA UM VALIOSO CONTRIBUTO DE COOPERAÇÃO. TAL TRARIA INÚMEROS BENEFÍCIOS PARA OS INTERESSES DA DEFESA. SE A AUSTRÁLIA CONTINUAR A PROPOR CONVERSACÕES COMO UMA ALTERNATIVA AO USO DA FORÇA PELA INDONÉSIA PARECE SER ALTAMENTE DESEJÁVEL QUE AVANCEMOS COM ALGUMAS SUGESTÕES CONSTRUTIVAS.

"SE A INDONÉSIA PUDER SER PERSUADIDA A ACEITAR A INTRAGÁVEL REALIDADE DA Fretilin E UMA MUDANÇA RADICAL DE POLÍTICA ASSOCIADA COM A ACEITAÇÃO DE UM ESTADO INDEPENDENTE HAVERIA A POSSIBILIDADE DE AS NEGOCIAÇÕES TRAZEREM ALGUNS FRUTOS, COM A INDONÉSIA NUMA POSIÇÃO FORTE PARA SE ESTABELECEER COMO A PRINCIPAL INFLUÊNCIA NO TERRITÓRIO. SE O GOVERNO VIR ALGUM MÉRITO NESTA PROPOSTA SERIA EXTREMAMENTE DIFÍCIL CONVENCER OS INDONÉSIOS A Adotá-La. MAS, COM UM ENORME ESFORÇO DE DIPLOMACIA E PREPARAÇÃO CUIDADA – TAL NÃO SERIA IMPOSSÍVEL. PARECE PREFERÍVEL ÀS ALTERNATIVAS PROVÁVEIS QUE ENFRENTAMOS ATUALMENTE. NAS CIRCUNSTÂNCIAS ATUAIS DE IMPASSE POLÍTICO, E POSSIBILIDADE DE RECURSO À O.N.U. A ALTURA PODERIA SER PROPÍCIA PARA UM DEBATE COM A INDONÉSIA. CASO ENTENDA, QUE ESTE RUMO POLÍTICO É ACEITÁVEL, A QUESTÃO QUE RESTA É A DE COMO DEFENDER OS INTERESSES DA DEFESA DOS APARENTES RISCOS DE UMA DETERIORAÇÃO DE RELAÇÕES POLÍTICAS COM A INDONÉSIA.

"PROPONHO QUE UMA POLÍTICA DE CONTINUAR A LIDAR COM AS DIFICULDADES À MEDIDA QUE ELAS SE NOS DEPARAM NÃO SEJA ADEQUADA. CONTUDO, TUDO O QUE POSSO PROPOR ALTERNATIVAMENTE É DE QUE SEJA FEITO O MELHOR QUE NOS FOR POSSÍVEL DE AGORA EM DIANTE PARA SEPARAR OS INTERESSES E A POLÍTICA DA DEFESA DA POLÍTICA NACIONAL, ISTO É, ATRAVÉS DE UM ÊNFASE PÚBLICO NA RELEVÂNCIA E IMPORTÂNCIA DAS NOSSAS RELAÇÕES DE DEFESA COM A INDONÉSIA, MOSTRANDO OS INTERESSES ESTRATÉGICOS COMUNS COM A INDONÉSIA NUM ACORDO QUE REDUZIRIA A POSSIBILIDADE DE INFILTRAÇÃO EXTERNA NA ÁREA, E MANIFESTANDO A NOSSA COMPREENSÃO PELAS PREOCUPAÇÕES INDONÉSIAS SOBRE ESTE ASSUNTO E DANDO SEGUIMENTO AO PROLONGAMENTO DO PROGRAMA DE AUXÍLIO À DEFESA, TALVEZ PARA CONCLUSÃO DE UMA VISITA PESSOAL POR V. Ex.^a A JAKARTA NAS PRÓXIMAS SEMANAS.

"ESTA LINHA DE AÇÃO TRARIA DECERTO, ALGUMAS CRÍTICAS DOMÉSTICAS E PODERIAM SER INTERPRETADAS NA INDONÉSIA COMO UM APOIO A UTILIZAÇÃO DA FORÇA. PROVAVELMENTE NÃO PERMITIRIA A V.Ex.^a MANTER INALTERADO O RELACIONAMENTO EM TERMOS DE DEFESA, NO CASO DE CONDENAÇÃO PÚBLICA A QUALQUER AÇÃO IMODERADA DA INDONÉSIA, MAS COMPROVARIA AOS INDONÉSIOS A IMPORTÂNCIA QUE V. Ex.^a DÁ AO RELACIONAMENTO EM TERMOS DE DEFESA, AJUDANDO A MANTER TAL RELACIONAMENTO SEM SOFRER A EROSÃO DE DANOS POLÍTICOS E PREPARANDO O CAMINHO PARA UM PRONTO REATAR DE TAL RELACIONAMENTO SE ESTE TIVER DE SER SUSPENSO. CONCORDO QUE ESTA PROPOSTA NÃO PASSA DA TERCEIRA MELHOR, A SEGUIR À DA TENTATIVA DE CONVENCER OS INDONÉSIOS A ACEITAREM A REALIDADE DA Fretilin E DE UM ESTADO INDEPENDENTE EM QUE ELES TERIAM DE TRABALHAR PARA OBTER DOMÍNIO.

"CONTUDO, A MELHOR SOLUÇÃO QUE É A DA INTEGRAÇÃO DE TIMOR PORTUGUÊS NA INDONÉSIA EM TERMOS POLITICAMENTE ACEITÁVEIS NÃO É UMA HIPÓTESE REALISTA E AS ALTERNATIVAS ATUAIS INCLUINDO RECURSO À O.N.U. TODAS ELAS CAUSARÃO DANOS AOS INTERESSES DA DEFESA. DJIO⁸⁵ CONCORDA COM A AVALIAÇÃO DO ESTADO DA Fretilin E A IMPROBABILIDADE DA INDONÉSIA PODER VER-SE LIVRE DOS SEUS OPOSITORES TIMORENSES SEM UM USO CONSIDERÁVEL DA FORÇA ARMADA. SUBMETO À V. CONSIDERAÇÃO. PODERÁ QUERER DISCUTIR MAIS DETALHADAMENTE ESTE ASSUNTO COM ALGUNS DOS SEUS CONSELHEIROS MINISTERIAIS.

(W. B. PRITCHETT) Primeiro Secretário Adjunto"

XIV) A INDONÉSIA ATRAI OS PORTUGUESES

Esta abordagem realística à questão de Timor-Leste não é totalmente aceite pelo Ministro e os sinais enviados quer para a Fretilin quer para a Indonésia são de alguma forma contraditórios. Entretanto, em Roma, na primeira semana de novembro os MNE's⁸⁶ de Portugal e da Indonésia, Major Melo Antunes e Adam Malik encontram-se e subscrevem um acordo de uma plataforma comum segundo o qual Portugal é reconhecido como potência administrante de Timor e em que ambas as partes concordam em estabelecer um acordo de cessar-fogo assim como negociações entre Portugal e os três principais movimentos políticos (Fretilin, UDT e APODETI.)

Malik promete utilizar a sua influência para levar a UDT e a APODETI à mesa de conversações. A UDT já afirma, entretanto, a sua concordância à integração numa mudança política pouco subtil. Darwin, no Território Norte da Austrália é o lugar escolhido para as negociações e a data provável fica marcada para 24 novembro.

A Fretilin responde aceitando. A UDT e a APODETI nunca respondem à proposta portuguesa de conversações. Torna-se então difícil ao governo de Jacarta de manter alguma dualidade política. As agências noticiosas internacionais, entretanto, complicam o problema ao reportarem notícias infundadas. A Cruz Vermelha Internacional raramente relata seja o que for de Díli, numa tentativa desesperada de poderem manter ali a sua precária presença.

Estão já poucos correspondentes internacionais de guerra em Timor (eles são evacuados até 7 dezembro, depois de cinco jornalistas australianos terem sido selvaticamente assassinados por forças (pró) Indonésias em meados de outubro). A delegação portuguesa às negociações é liderada pelo Comandante Naval Vítor Crespo interessado em obter um cessar-fogo, estabelecer uma transferência provisória de poderes e resolver os problemas de repatriar dezenas de milhar de refugiados timorenses. A Fretilin frustrada pelo falhanço das negociações tripartidas mostra a sua vontade de prosseguir com uma declaração unilateral de independência para substituir o vácuo da Administração Portuguesa no Ataúro. Em 17 de novembro, o M.A.C. (Movimento Anticomunista composto pela UDT, APODETI, KOTA e Partido Trabalhista), propõe uma nova Cimeira em Bali. Esta proposta já havia sido recusada por Melo Antunes no seu encontro de Roma com Malik.

XV) CURTA INDEPENDÊNCIA

A 28 de novembro é proclamada a independência da República Democrática de Timor-Leste. As agências noticiosas indonésias relatam uma proclamação de integração pelo M.A.C. A posição oficial portuguesa no assunto só é divulgada publicamente em 29 de novembro. Portugal não reconhece nem a independência unilateralmente proclamada pela Fretilin, nem a integração proclamada pelo M.A.C., e ameaça resolver o caso no seio da Assembleia Geral das Nações Unidas se uma solução pacífica não for encontrada.

Moçambique e a Guiné-Bissau são os primeiros países a reconhecer formalmente a nova República. Em 2 de dezembro, Adam Malik visita Timor Ocidental, e em Atambua exorta o povo timorense (Atambua era o Quartel-General do M.A.C. na fronteira com a Indonésia) ali presente a pegar em armas e recorrer à luta armada como a *ÚNICA* forma de resolver o conflito. Assim, Malik renegava o Acordo de Roma com os portugueses. É curioso notar que a proclamação de independência pela Fretilin foi severamente criticada pelos Indonésios, mas eles nem se preocuparam em aceitar a proclamação simultânea de integração das forças do M.A.C. Malik reitera a preocupação da Indonésia com a situação em Timor-Leste, a qual já transmitiu a oito países, nomeadamente a Washington e a Moscovo. Lisboa acusa numa NOTA DE PROTESTO formal à República Indonésia de erroneamente ter anunciado que Portugal tinha reconhecido a proclamação da Fretilin.

Na sua comunicação ao mundo com a proclamação unilateral de independência, a Fretilin alerta a opinião pública mundial para a ameaça iminente de invasão indonésia da nova República, depois da sangrenta luta que deu a vitória militar às forças da Fretilin.

Recordemos como nas manchetes do jornal "N. T. News" daquela data, não vemos qualquer menção a uma declaração unilateral de independência pela Fretilin. A comunicação social australiana estava desesperadamente a tentar evitar o impossível.

- nov. 25 "Não havia conhecimento da invasão."
- nov. 26 "Fretilin apela ao fim da agressão".
- nov. 27 "ACTU diz a Jacarta para largar Timor".
- novº 28 "Refugiados de Timor temem represálias (Rick Leeming)".
- dez 1 "Tentativa de auxílio humanitário falha."
- dez 2 "A solução de Timor no campo de batalha."
- dez 3 "Evacuação de Timor." "Reconhecimento para a Fretilin."
- dez. 4 "Médico fala de ameaças de morte. Chegam os evacuados de Timor", "Fretilin vai efetuar conversações", "Apoio para a resolução", "Apelo para a paz em Timor".
- Últimas Notícias: "Missa para jornalistas."
- dez 5 "Timor tenta admissão na O.N.U."

XVI) FINALMENTE ACONTECE A BRUTAL INVASÃO

Aos 6 de dezembro depois de uma violenta ofensiva das forças militares pró-Indonésias na vila fronteiriça da Maliana e no seu importante planalto, os membros da República Democrática de Timor-Leste dão início a uma série de visitas a vários países para obterem apoios à sua recém-proclamada independência, assim como às Nações Unidas onde vão tentar obter a sua admissão.

A Presidência da República Portuguesa emite em 7 de dezembro um extenso comunicado onde afirma que a Ilha do Ataúro e o enclave de Oé-cusse Ambeno [Timor Ocidental] estão ainda sob soberania portuguesa. De acordo com as mesmas fontes, a região fronteiriça da Maliana, com a exceção de Bobonaro está sob o controlo das forças do M.A.C. enquanto o resto do território está sob o controlo das forças da Fretilin.

A ameaça de fome e malnutrição é já uma realidade, assim como a falta de medicamentos e combustíveis. É com um certo grau de surpresa que as agências noticiosas internacionais anunciam que Díli foi invadida e capturada pelas forças indonésias, no mesmo dia [7 dezembro]. O MNE da Indonésia, Adam Malik, refere-se à operação militar como sendo fruto de forças voluntárias recrutadas pela UDT, APODETI, KOTA, e Partido Trabalhista.

Da Austrália, um porta-voz da Fretilin acusa o Presidente Ford e o Secretário de Estado, Henry Kissinger de apoiarem a invasão, e acusa a Austrália de inação. Deve considerar-se como mais do que uma mera coincidência o facto de Ford e Kissinger terem uma série de encontros de alto nível na capital indonésia, Jacarta, na véspera da invasão.

Na Austrália, o recém-demitido Primeiro-ministro, Gough Whitlam acusa o governo interino de apoiarem os anticomunistas e a hostilidade anti-FRETILIN da Indonésia. Malcolm Fraser, o líder conservador torna pública uma Nota, na qual o MNE, Andrew Peacock salienta que o Governo Australiano ainda considera Portugal como potência administrativa e declina reconhecer qualquer representatividade à Frente Revolucionária de Timor-Leste [Fretilin].

O embaixador indonésio em Portugal, entretanto informa o governo de Lisboa das razões humanitárias para desembarcar e conquistar Díli, a pedido das autoridades locais. Surpreendentemente, considerando que previamente Portugal havia sido lento a reagir aos acontecimentos em Timor, o Conselho de Ministros do governo em Lisboa decide imediatamente romper as relações diplomáticas com a Indonésia, e submete uma Nota formal de Protesto às Nações Unidas, a fim de conseguir impor o termo da intervenção militar indonésia, e para conseguir obter a libertação imediata de 23 Oficiais do Exército detidos pelas forças da UDT desde o golpe de agosto.

XVII) TIMOR, OS MÍDIA E A CENA POLÍTICA INTERNACIONAL: JORNALISTAS AUSTRALIANOS FORAM MORTOS PARA SILENCIAR OS GRITOS DE REVOLTA DO MUNDO CONTRA A INDONÉSIA

Para que o mundo desconhecesse os seus crimes, os indonésios não hesitaram em matar cinco jornalistas australianos. Estava-se em 17 de outubro 1975 e duas equipas de filmagem dos canais 7 e 9 da TV australiana estavam a filmar a queda da cidadezinha de Balibó, em Timor Português, às mãos de tropas indonésias apoiadas por refugiados timorenses. Essas imagens poderiam tirar todas as dúvidas sobre a participação do exército regular indonésio no ataque e poderiam desfeitar a propaganda indonésia de que só refugiados timorenses agrupados no M.A.C. [Movimento Anticomunista] e voluntários da Indonésia estavam a tentar recuperar o controlo de Timor.

Na Maliana, a poucos quilómetros de Balibó uma equipa de filmagens da R.T.P., liderada pelo jornalista Adelino Gomes testemunhava o ataque de artilharia pesada, bombardeamentos e metralhadoras automáticas enquanto tentavam filmar a aterragem de um helicóptero momentos depois do combate. Na véspera, Adelino Gomes (R.T.P.) falara com os seus colegas australianos do canal 7 de Melbourne e do 9 de Sydney. Nas paredes amarelas da casa onde estavam a palavra Austrália e a bandeira da Austrália eram proeminentes. Um dele, Greg Shackleton dissera-lhe:

"Isto é para os indonésios notarem, se vierem para Balibó eles saberão que há estrangeiros e não nos matarão. É a nossa Embaixada."

Menos de 24 horas depois, ao amanhecer de 16 outubro 1975, os Indonésios começam a atacar Balibó com o apoio de membros timorenses do M.A.C. Quer as autoridades da Indonésia quer as da Austrália sabiam que eles ali estavam, apesar de durante anos o terem negado. Uns dias antes os programas de TV haviam transmitido as suas mensagens a caminho de Balibó por se tratar de uma região prevista para ser atacada pelos indonésios que iam tentar desalojar as forças inferiores da Fretilin que a defendiam.

Um dos jornalistas australianos conseguiu antes de morrer gritar que era australiano, mas o objetivo indonésio era o mesmo: eliminar qualquer testemunha inconveniente pelo que todos foram conscientemente abatidos a sangue frio. Além do jornalista Greg Shackleton, os outros eram Tony Stewart [engenheiro de som], Jan Cunningham e Brian Peters [operador de câmara] para além doutro jornalista, Malcolm Rennie. Os generais indonésios responsáveis por esta operação [Cor. Dading Kalbuardi e Major Yunus Yusuf, que se tornaria, ironicamente no Primeiro-ministro da informação do governo de Yusuf Habibie em junho 1998] rapidamente foram promovidos depois disto. O fotógrafo oficial desta operação foi também prontamente condecorado pelo próprio General Suharto.

Embora o Governo Australiano tivesse ficado embaraçado com o impacto do acontecimento na opinião pública, conduziu um rápido e inconclusivo inquérito, mas acabaria por ser forçado em 21 outº 1998, a reabrir o inquérito na sequência de um programa da ABC TV em que Olandino Rodrigues um timorense que fazia parte

da força indonésia garantir que os jornalistas foram mortos por soldados indonésios depois de a Fretilin ter retirado de Balibó. Assim se esfumou, de vez (?) a teoria deles terem morrido vítimas do fogo cruzado.

Naquela época havia outros jornalistas estrangeiros (e australianos) em Timor, incluindo Roger East, os quais obtiveram depoimentos que já então não deixavam dúvidas da intervenção das Forças Armadas Indonésias (ABRI) no crime. A Indonésia não pode obter ganhos territoriais substanciais depois da campanha fronteiriça e passado mês e meio, em inícios de dezembro, era óbvio que a invasão estava iminente, forçando as autoridades australianas a avisar todos os seus cidadãos para abandonarem o território.

A maioria dos estrangeiros e jornalistas seguiram esse conselho, mas Roger East decidiu ficar, mesmo depois da Cruz Vermelha Internacional decidir mudar-se para a Ilha do Ataúro. Em 7 de dezembro, uma hora depois da invasão, Roger East ainda conseguiu através do centro de Telecomunicações da Rádio Marconi, em Díli, uma mensagem para a Australian Associated Press [AAP] e Reuters na Austrália. Pouco depois, era levado para a zona do porto onde foi assassinado juntamente com centenas de timorenses.

A colusão entre o governo da Austrália e os Indonésios foi tal que nem sequer um protesto se ouviu pela morte deste jornalista e cidadão australiano, ainda hoje, muitas vezes esquecido quando se fala dos restantes cinco outros jornalistas assassinados. Durante mais de 13 anos [dezembro 1975 - dezembro 1988] a Indonésia impõe um *blackout* noticioso quase total sobre Timor-Leste. Poucos são os jornalistas estrangeiros autorizados a visitar Timor-Leste. Quando as suas visitas são autorizadas eles são estreitamente vigiados e a sua liberdade de movimentos é mínima. Relatórios de jornalistas independentes focam o medo generalizado duma população dizimada, traumatizada pela guerra e pela fome, e por todas as outras atrocidades cometidas pelas forças ocupantes. A única exceção à regra surge de jornalistas comprometidos que decidiram antes de embarcar escrever peças favoráveis à Indonésia.

Nestes casos são autorizados apenas a verem cidades, novas escolas e hospitais, novas estradas e outros melhoramentos de fachada com que a Indonésia tenta fazer esquecer o genocídio do povo timorense. Os contactos com a população e com o mato são muito limitados e as poucas exceções acabariam por resultar na prisão ou morte dos guerrilheiros (a prisão de Xanana Gusmão em novº 1991 resultou diretamente da entrevista dada ao sindicalista e jornalista australiano Robert Domm).

A Cruz Vermelha Internacional foi autorizada temporariamente a visitar o território em 24 de março 1979 sob severas restrições e limitações, depois de durante mais de três anos ver a sua presença proibida. Num dos seus primeiros relatórios, em 1979, a CVI descreve a situação humanitária em Timor-Leste como sendo pior do que a do Biafra na década de 60 com a morte de dezenas de milhares de pessoas.

Timor foi "aberto" em janº 1989, mas jornalistas independentes e organizações humanitárias viram negados os seus pedidos de visto. Eu mesmo quando tentei, como jornalista australiano acompanhar a visita do Papa em outº desse ano vi recusado o meu pedido. Outros jornalistas admitem terem sido muito bem-

recebidos, convidados para jantares por membros do corpo diplomático e do governo capazes de lhes darem todo o 'apoio' para as suas histórias desde que fossem favoráveis à Indonésia, mas que mais tarde viram os seus vistos revogados quando não embarcaram no jogo.

XVIII) OS PORTUGUESES DEIXAM O TERRITÓRIO DE TIMOR-LESTE E A INDONÉSIA INSTALA UM GOVERNO FANTOCHE

O Governo Português anuncia a imediata retirada da guarnição militar estacionada na Ilha do Ataúro. Em 8 de dezembro, Adam Malik anuncia a formação de um Governo Provisório em Díli, acrescentando que embora seja um pesado fardo para a Indonésia, o seu país não podia evitar responder ao perigo e à ameaça à sua segurança e estabilidade da República Indonésia. Um porta-voz da Casa Branca desmentiu categoricamente que quer o Presidente [Gerald Ford] ou o Secretário de Estado [Henry Kissinger] tivessem, em qualquer momento da sua estadia em Jacarta, sido informados sobre a invasão iminente pelo Presidente Indonésio.

A República Popular da China que já tinha reconhecido a República Democrática de Timor-Leste, critica severamente a invasão indonésia, considerando-a uma mera desculpa para a anexação do território para o privar de alguma vez atingir a independência. Jacarta retalia contra Portugal exigindo o encerramento imediato da Embaixada em Jacarta e a suspensão imediata de todas as relações diplomáticas entre os dois países, assim como a repatriação de todo o pessoal consular.

A 12 de dezembro, Baucau, a segunda cidade de Timor é capturada pelas forças pró-Indonésias. A Assembleia Geral da O.N.U. aprova naquela data uma primeira Resolução (por 72 votos contra 10 e 43 abstenções) na qual "deplora a intervenção militar indonésia e exige uma retirada imediata" Jacarta anuncia a 14 de dezembro a anexação do enclave português de Oé-cusse Ambeno.

Em Lisboa, a 18 de dezembro, um dirigente do M.A.C. entrevistado pelo semanário "TEMPO" confirma a presença de Chineses (de Taiwan), Malaios, Filipinos e Indonésios nas Forças Armadas do Movimento Anticomunista e acusa Fretilin de ter mercenários de Moçambique e do Vietname. A 20 de dezembro, nas Nações Unidas, Mário Viegas Carrascalão [fundador da UDT, e ex-Vice-Presidente da ANP em Timor] acusa Lisboa de favorecer a Fretilin, e propõe a integração de Timor na Indonésia.

XIX) A CONDENAÇÃO DA O.N.U.

Duas semanas depois de Portugal ter inicialmente colocado o problema, as Nações Unidas e o seu Conselho de Segurança finalmente aprovam a 2ª Resolução sobre Timor-Leste. Dentro do Conselho de Segurança existem duas correntes divergentes de opinião, uma liderada pelo Movimento dos Países Não Alinhados que critica duramente Lisboa pela sua inaptidão para descolonizar Timor, e critica a Indonésia pela sua intervenção armada. A outra corrente liderada pela CEE e Suécia tenta vivamente exonerar Lisboa do resultado do desastre de Timor. As palavras finais da Resolução tentam reconciliar estas duas teses: "deplorando

a intervenção armada indonésia e lamentando que Portugal não tenha cumprido com as suas obrigações totais como potência administrante."

Assim, a invasão passa de *"condenada"* a *"deplorada"* e a ação do governo de Lisboa passa de *"deplorada"* a *"lamentada"*. Aparte esta sinuosidade verbal diplomática, é *"solicitado"* em vez de *"exigido"* de todos os países *"que respeitem a integridade territorial de Timor-Leste"* assim como o seu *"inegável direito à autodeterminação."* É também *"solicitada a retirada das forças indonésias"* e a *"cooperação da potência administrante [Portugal] para, com o apoio da O.N.U. ajudar a população a exercer o seu direito à autodeterminação."* Por último, mas nem por isso, menos importante, é aprovado o *"envio de um emissário especial do Secretário-geral, Kurt Waldheim, para estudar no local a situação e tentar estabelecer contacto com os diferentes movimentos."*

A lenta evolução da situação na frente diplomática, conjugada com a ascensão das forças conservadoras ao poder na Austrália e Nova Zelândia, e a recente confirmação duma aliança do imperialismo Norte-Americano no sudeste asiático e Pacífico, servem apenas os interesses do invasor e não deixam alternativas a uma solução pacífica para o problema.

Em termos gerais poderemos comparar a falta de apoio internacional à luta em Timor-Leste com o que se passou com a anexação do reino de Sikkim pela Índia.

Todas as agências tentam fornecer os dados mais contraditórios sobre Timor, E UMA DAS MAIS NEGRAS FASES DA História de Timor aproxima-se do seu termo. Nas montanhas perto de Díli, as forças da Fretilin lutam ferozmente contra o invasor indonésio e as forças do M.A.C., naquilo que se irá converter numa prolongada guerra de guerrilha. Em 28 de dezembro, o governo fantoche pró-Indonésio, chefiado por Arnaldo Reis Araújo [dirigente da APODETI]⁸⁷ pede a Kurt Waldheim para adiar a visita da delegação da O.N.U., mas esta não presta atenção ao pedido. Nesse mesmo dia é anunciada a queda do Ataúro para as forças invasoras.

A Fretilin, entretanto, continua com a sua ofensiva diplomática: Rogério Lobato [ex-Alferes do exército colonial português em Timor] é recebido em audiência pelo governo de Pequim, como Ministro da Defesa da República Democrática de Timor-Leste em Pequim.

Em Lisboa, os dirigentes da Fretilin avistam-se com os partidos revolucionários portugueses [MRPP e FEC (ml)]. Nas Nações Unidas, José Ramos Horta, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Informação da República Democrática de Timor-Leste denuncia uma segunda invasão de tropas indonésias (mais de 25 mil homens) no dia de Natal, mas afirma que o seu movimento ainda controla 2/3 do território. Jacarta alerta a delegação da O.N.U. para o facto de a situação em Díli ainda não estar sob controlo total e cita os perigos para a delegação no caso de se efetuar tal visita.

Na O.N.U., o representante oficial da Indonésia solicita o seu adiamento. Alarico Fernandes, Secretário-geral da Fretilin, utiliza transmissões de Timor para pedir auxílio humanitário à Austrália na evacuação de

refugiados e declara que uma segunda vaga de invasão está a ser contida com uma concentração maciça das forças da Fretilin em Ailéu [40 km a sul de Díli, e Quartel-general provisório do exército indonésio].

A 10 de janeiro, contudo a situação já mudou drasticamente e Adam Malik pode gozar um golpe de publicidade ao visitar Díli, e mostrar ao mundo, que, de facto, Timor já é indonésio. Durante essa visita, não é ainda possível determinar a composição do elenco governamental do autoproclamado Governo Provisório nem sequer quais as regiões de Timor totalmente controladas pelos “voluntários.”

Em Lisboa, em 17 de janeiro, o Ministro da Coordenação Interterritorial alerta a opinião pública para a manipulação e especulação criadas por relatos contraditórios da Indonésia e de emissões de rádio de Timor. A Fretilin foi já, entretanto, reconhecida pelo menos, por sete países e obtém um sólido apoio da R. P da China, Vietname, Coreia, e Camboja, na sua luta contra os imperialistas invasores.

XX) DELEGAÇÃO DA O.N.U. A TIMOR

O Sr. Gucciardi, depois de uma visita de quatro dias a Timor, como emissário de Kurt Waldheim declara que foi apenas capaz de visitar as áreas controladas pelas forças do M.A.C. Simultaneamente o autoproclamado governo de Díli declara que “a fusão com a Indonésia, anunciada pela coligação, resolve para sempre o problema da descolonização de Portugal, a qual é já um ‘fait accompli’ se (ainda) não o é de ‘de jure’.

De Darwin chega a notícia de que o transmissor que estabelecia comunicações com Timor-Leste havia sido apreendido pelas autoridades da Austrália. Cristóvão Santos, o porta-voz da Fretilin acusa o Governo Australiano de negar a Gucciardi, a oportunidade de visitar os 60 por cento de Timor ainda controlados pela Fretilin. Santos acusa também o governo de Malcolm Fraser de recusar transporte para Gucciardi desembarcar em Same [Costa Sul], onde o aeródromo ainda está sob controlo da Fretilin.

O recém-demitido Partido Trabalhista (australiano) então na oposição também dá largas à sua frustração pelo boicote dos conservadores. Portugal oferece uma das suas duas corvetas da Marinha para transportar Gucciardi às regiões controladas pela Fretilin. Apesar da sofisticação do equipamento militar utilizado pelas forças Indonésias e pró-Indonésias, os invasores (voluntários, do exército regular ou não) têm de se debater com uma forte oposição das forças de guerrilha. Esta sofisticação foi pessoalmente observada pelo Ten-Cor. Ângelo de Magalhães, Comandante Militar e último Encarregado de Governo, antes de abandonar a ilha do Ataúro. Isto vem apenas demonstrar que mais de um mês após a invasão, aquelas forças controlam apenas um terço do território.

A missão da O.N.U. a Timor-Leste não é francamente apreciada pelas nações do bloco ASEAN que não suportam as forças da Fretilin e aquilo que representam. A hegemonia da ASEAN, mais a Austrália e Nova Zelândia está, entretanto, a ser contestada pelos autonomistas da Papua Nova Guiné, Nova Guiné Ocidental (Irian Jaya), Molucas, Filipinas, Bornéu, China, Coreia, Vietname, Laos e Camboja.

Estes países opõem-se à tendência da ASEAN de se aliar aos Estados Unidos e às forças imperialistas ocidentais. Um enorme xadrez de interesses diferentes e divergentes partilha o destino de mais de 600 mil timorenses, que apenas querem alguma paz e autodeterminação. Em troca, oferecem-lhes a guerra, a miséria, a fome e provavelmente até mesmo o extermínio. Qual o crime? Porquê eles, vítimas apenas de se expressarem como seus representantes?

Os desígnios dos 23 oficiais do exército português cativos só serão conhecidos mais tarde nesse ano [1975]. Será que ainda estão vivos? E os milhares que já foram mortos? É isto mais um genocídio? Recordemos o que se passou em 1965, com a alegada conspiração comunista em que mais de um milhão de pessoas foram massacradas sem apelo nem agravo, por causa de serem suspeitas de serem, ou poderem ser, comunistas.

Foi então que a 'Ditadura Democrática' do Sr. Suharto venceu com todo o apoio dos EUA.

Esta a trágica visão duma terra que teve a desdita de ser colonizada e descolonizada pelos Portugueses. ***"Descolonizar não é abandonar"*** estas eram as palavras proferidas pelo Dr. Almeida Santos e pelo Ten-Cor. Lemos Pires. Mas eles acabaram por abandonar impotentemente o que haviam prometido manter. Será que podemos considerar esta a original via da descolonização à Portuguesa?

XXI) 200 MIL MORTOS E NEM O GADO ESCAPOU

O Washington Centre of Defence Institute publicou em maio 1983 uma estimativa na qual se afirma que entre 100 mil e 250 mil pessoas haviam sido mortas no conflito de Timor, tornando-o na segunda maior e mais mortífera guerra.

Apenas o Camboja podia exceder aquele número. Os bombardeamentos indonésios entre 1977 e 1979, napalm, e tudo o mais foram extremamente mortíferos e criaram uma enorme fome na população.

De acordo com as estatísticas do "Governo Provincial de Timor" citado num relatório da Comissão do Senado Australiano o número de cabeças de gado em Timor-Leste foi drasticamente reduzido entre 1973 [dois anos antes da invasão] e 1979 [quatro anos após a ocupação indonésia]:

GADO	1973	1979	Δ %
BÚFALOS	141 000	24 000	83%
CAVALOS	139 000	15 000	89%
SUÍNOS	305 000	27 000	91%
OVINOS	318 000	36 000	88%

As estatísticas relacionadas com a agricultura são mais difíceis de estabelecer, mas uma carta escrita ao General Suharto por aqueles dois membros da "Assembleia Regional da Província de Timor" a cultura do sândalo foi totalmente devastada. Tudo o que sobreviveu aos bombardeamentos não sobreviveu à cupidez dos

ocupantes. Esta política de terra queimada implicou uma destruição sistemática de Timor-Leste e da sua vida, causada pela ocupação indonésia.

XXII) COMO A IMPRENSA VIU A INVASÃO

Vejamos quais eram as manchetes desde a data da invasão:

[*"N.T. News"*]

dez 9 "Dirigente da Fretilin a abater. 500 mortos, diz dirigente da Fretilin. "O próximo aviso será a PNG." "Vergonha Sr. Whitlam [carta de Stella Kirk]."

dez 10 "Ordenada a Execução da Fretilin". "O ALP (Partido Trabalhista) virou as costas a Timor". "Médico espalha sangue em protesto. Ajuda humanitária é precisa". "A O.N.U. vai votar sobre Timor. Austrália quer ter uma palavra sobre as conversações de Timor na O.N.U.". 'Conspiração' diz Pequim. "Boicote aos sobressalentes para aviões a jato."

dez 11 "Adiado o voto da O.N.U." "PNG satisfeita com a estabilidade."

dez 12 "Próxima uma decisão da O.N.U." "Mulheres e crianças massacradas [Ken White]." "Os 'voluntários' são quem decide quando vão sair de Timor, diz Malik."

dez 15 "Díli bombardeada e saqueada, diz Fretilin."

dez 16 "Díli destruída por fogo de canhão: Fretilin." "Timor: amanhã debate na O.N.U." "Protesto de Parlamentares britânicos."

dez 17 "Apelo para ajuda ignorado: Cruz Vermelha." "Indonésia e Portugal colidem."

[*NATION REVIEW, Melbourne*]

dez 12 - 18 "Timor: Sangue nas mãos da Austrália [José Ramos Horta entrevistado por Bill Green]. Manter a Fretilin quieta [Robert Cameron]."

[*N. T. News*]

dez 19 "East [Roger] desaparecido em Timor." "Partidos pró-indonésios formam governo."

dez 22 "Peacock visita Jacarta."

dez 23 "O.N.U. declara: Saíam de Timor." "Indonésios acusados de atrocidades [Ken White]."

dez 24 "Mais conversações antes de a O.N.U. enviar Delegado a Timor." "Feliz Natal 1975, Ricos, Anafados e Egoístas Australianos, Agressor Indonésio [Anúncio, R. N. Wesley-Smith]."

dez 30 "Jacarta 'anexa' Ataúro". "Saíam, diz a China". "Missão de Paz."

dez 31 "Cancelada a evacuação: a Fretilin retira [Ken White]. Tentativa de integrar a missão da O.N.U.". "Bispos pedem ao Primeiro-ministro para atuar."

1976

jan 1 "Vandalizado o consulado da Indonésia"

janº 2 "Timor uma pradaria de fogo: Fretilin."

janº 5 "Jornalista abatido diz a Fretilin."

janº 6 "Missão da O.N.U. esta semana em Timor."

janº 7 "Boas vindas debaixo de armas para Malik [Ken White]. Política de braço de ferro trazem ricas recompensas a Jacarta [Ken White]. Indonésia ainda quer ser amiga dos comunistas."

janº 8 "Fretilin: 75 Indonésios morrem em combate."

janº 9 "Enviado parte para Jacarta."

janº 12 "Portugal oferece-se para enviar tropas para Timor."

janº 13 "Coroas para os mortos de Timor. Ambon é o final da regata este ano [A regata anual Darwin - Díli muda para Darwin - Ambon]."

janº 14 "Não há liberdade de voto para os timorenses. A ilusão dos senhores da guerra de Jacarta em relação a Timor [Ken White]."

janº 15 "Possibilidade de protesto sobre Timor. Malik ataca os críticos da sua política. Fretilin diz ter reconquistado três cidades."

janº 16 "Enviado vai a Díli apesar dos avisos [Ken White]."

janº 19 "PM rejeita conselho sobre Timor [Ken White]"

janº 20 "A CIET de Darwin exige demissão do embaixador"

janº 21 "Médicos tentam furar bloqueio"

janº 22 "Peacock: não a uma equipa de ajuda australiana"

janº 23 "Timor ligado a Jacarta, dizem ao enviado".

janº 26 "Polícia fecha transmissões de rádio [Ken White]"

janº 27 "A apreensão de rádio transmissor impede processo de paz". "O MacDili encalha ao largo do Vietname". "A visita de Malik correu bem: Jacarta."

janº 28 "Ataques podem impedir a visita da O.N.U. a Timor"

janº 29 "Testemunhas dizem que os varões estão a ser chacinados [Ken White]" "Tomada da PNG?"

janº 30 "Corvetas prontas para o enviado". "O governo sabia dos planos para apreender transmissor."

fevº 2 "Enviado da O.N.U. chega a Darwin"

fevº 3 "Jacarta interfere com as transmissões de rádio"

fevº 4 "Ameaças não impedirão a missão do enviado"

fevº 5 "Transmissor para a Fretilin". "Um criminoso de guerra é agora o líder do governo provisório em Timor". [Ken White].

fevº 6 "Missão da O.N.U. cancelada? Aeródromos sofrem ataques: Fretilin [Ken White]."

fevº 9 "Waldheim apoia força de paz". "Conversações com Peacock."

fevº 10 "Processo de paz ainda não acabou: Chefe da O.N.U.". "Refugiados timorenses podem ficar: Governo."

fevº 11 "Governo corta a ligação da Fretilin." "A guerra de Timor pode causar outro Vietname: Horta."

fevº 12 "Jovens violadas e abatidas: Fretilin"

fevº 16 "Crianças mortas: diz a Fretilin".

fevº 17 "Exige-se ação sobre a morte dos jornalistas."

fevº 19 "Fretilin sai de Darwin"

- fevº 20 "Portugal 'armou' as tropas da Fretilin"
- fevº 26 "Membro da Assembleia ataca a diplomacia australiana sobre Timor [Ken White]".
- fevº 27 "Jacarta substitui o dinheiro de Timor [Ken White]"
- mar 11 "Conselho de Segurança vai discutir Timor"
- mar 16 "Fretilin matou 30 estrangeiros, acusa agricultor."
- mar. 24 "Darwin quer papel na defesa". "A verdade sobre as mortes de Balibó [Ken White]."
- mar. 29 "Indonésia condenada."
- abr 1 "Fretilin diz que os seis foram queimados."
- abr 5 "Banco congela contas da Fretilin."
- abr 7 "Pires desligado do cargo de Timor." "Jatos sobre Timor."
- abr 12 "Araújo quer a integração."
- abr 13 "Jacarta apreende colheitas." "Peacock chega a Jacarta para conversações."
- abr 15 "Timor: a O.N.U. pode exigir a retirada da Indonésia" "Resolução sobre Timor-Leste".
- "Peacock promete mais ajuda à Indonésia."
- abr 20 "Cruz Vermelha pronta a voar com auxílio humanitário para Timor."
- abr 21 "Hawke exige novo inquérito sobre jornalistas". "A Fretilin não tem apoios: diz a Malásia."
- abr 22 "Resolução sobre Timor em votação na O.N.U." "Recusa oficial de uma ligação via rádio."
- abr 23 "Conselho de Segurança pede a retirada da Indonésia."; "Resolução sobre Timor-Leste".
- "Hawke quer inquérito da O.N.U. sobre as mortes."
- abr 26 "Jacarta está a trabalhar nos detalhes do inquérito." "Mas milhares estão a morrer: diz Senador"
- abr 27 "Provável inquérito urgente sobre as mortes em Timor."
- abr 28 "Equipa para inquirir sobre as mortes em Timor."
- abr 30 "Evidência do *'assentimento'* a Jacarta: parlamentar". "Mente aberta sobre os resultados do inquérito: Peacock."
- maio 3 "Não houve aprovação para a invasão de Timor: Whitlam". "Secretário-geral da APODETI morto em ataque da Fretilin a Same."
- maio 4 "Grupo de Timor planeia inspeção pela O.N.U."
- maio 5 "As forças da Fretilin estão em baixo, anuncia o governo provisório". "Tropas portuguesas ainda em cativeiro."
- maio 10 "Relatório acusa: Governo falhou no caso de Timor."
- maio 13 "East [Roger] pode ainda estar vivo: Horta"
- Jun. 11 "Assembleia de Timor: uma farsa: China"

XXIII) UM SUMÁRIO DE EVENTOS

Basicamente poderemos condensar o que se passou em Timor. Durante o processo de descolonização, dois dos principais partidos locais pegam em armas para imporem a sua vontade e iniciam uma guerra civil

utilizando armamento português. O Comando militar português testemunha tudo isto com a mais inacreditável ingenuidade até que se decide retirar com a guarnição militar para a ilha do Ataúro.

Pouco depois os indonésios decidem avançar com uma invasão já calculada e a qual só se torna possível com o abandono das tropas portuguesas da capital da colónia, Díli. Temos demonstrado neste trabalho que implicitamente o governo português teria gostado imenso de deixar de ter responsabilidades sobre uma tão distante e pouco remuneradora (política e economicamente) colónia.

Lembremos as palavras do transatlântico encalhado (ou estaria ancorado?) como pronunciadas pelo Dr. Almeida Santos em outubro 1975.

Esquecido neste trágico processo é o facto de os Timorenses terem sido os únicos Portugueses que lutaram e morreram pela Pátria durante a 2ª Grande Guerra.

Esquecida também a intolerante posição do regime de Jacarta face ao comunismo [lembramos a queda do Presidente Sukarno e suas circunstâncias].

Esquecidas também as observações sobre o subdesenvolvimento socioeconómico do território tal como temos vindo a ilustrar. Sem equipamento, sem estruturas, sem quaisquer possibilidades de ser economicamente independente, mas mesmo assim o descolonizador português segue um rumo semelhante ao desastroso percurso seguido nas ricas colónias africanas, criando incentivos para uma rápida independência sem considerar a total falta de quadros locais técnicos, políticos e outros.

Um ponto crucial para o qual nunca poderá haver explicação suficientemente boa (nem mesmo agora) para entender porque é que o Governador, Ten-Cor. Lemos Pires decide abandonar o seu Quartel-general governatorial, imediatamente após o levantamento da UDT. Esta atitude ocorre pela primeira vez na história de Timor: nem sequer durante a invasão japonesa, tinha o Governador deixado o seu Palácio e Quartel-General.

O rápido alastrar do conflito armado inicialmente limitado à capital pode 'apenas' ser explicado pela total passividade das Forças Armadas. A Fretilin não tem apoios externos [que se conheçam até hoje, contrariamente ao que se passou em Angola e Moçambique], eles estão a combater a UDT em território português, então porque é que NUNCA se considerou a possibilidade da intervenção portuguesa? Pode isto ser o resultado antevisto da 'timorização' das Forças Armadas locais? Como é que depois do levantamento armado da UDT, com esta a controlar a maior parte da capital, é possível à Fretilin sem qualquer apoio externo congregar armas e munições suficientes supostamente sob controlo português?

Porque é que o Ten-Cor. Maggiolo Gouveia é deixado para trás, para ser torturado e morto se o exército português ainda está em Timor? Será por ele ter aderido à UDT e como tal dever ser punido em conformidade? Ou ele é um desertor e nesse caso deveria ser capturado e sujeito a tribunal marcial ou está detido pelas forças da Fretilin. Em qualquer dos casos, nem uma só tentativa é feita para o libertar do seu cativeiro.

O êxodo da Administração Portuguesa para o Ataúro pode ser comparado à reação do Governo Australiano se confrontado com problemas internos decidisse passar a governar das ilhas Cocos (no Índico).

Isto em si proporciona à Indonésia uma maravilhosa oportunidade de explicar a sua invasão. Quanto à falta de Movimentos de Libertação em Timor, antes de 1974, uma pessoa pode acabar em conjeturas infundáveis. Se focarmos a nossa atenção de novo na situação em Lisboa durante o progresso da descolonização em Timor poderemos constatar:

i) Falta de interesse e de conhecimentos da população portuguesa em relação a Timor. Isto é também aplicável aos principais partidos políticos portugueses,

ii) O sentido de prioridades dado à descolonização de Angola e Moçambique,

iii) A revolução portuguesa não favorecia a manutenção de laços com Timor, nem Portugal mostrava qualquer interesse em apoiar económica e financeiramente as mudanças necessárias para o desenvolvimento da ilha,

iv) Quer ao nível político, quer diplomático, a atuação portuguesa era incapaz de interessar ou motivar a comunidade internacional em relação a Timor, e de criar uma oposição forte aos desígnios expansionistas da Indonésia,

v) A demora em nomear um novo Governador para Timor, depois de abril 1974, seguida por atitudes hesitantes quanto à possível definição de futuras opções possíveis para a colónia.

Estes, dentre muitos outros fatores servem apenas para convencer os timorenses de que os portugueses estariam dispostos a abandoná-los à sua sorte. Embora algumas personalidades políticas reiterassem promessas de consultas sobre a vontade da população timorense, nunca foi admitido que se tal vontade expressa – independência ou incorporação na Indonésia – fosse oposta pela Indonésia, Portugal estaria disposto a angariar apoio internacional contra ameaças indonésias.

Militarmente, outros fatores têm de ser tidos em consideração, tais como a profunda falta de vontade dos oficiais do exército português servirem naquele posto colonial tão distante e afastado dos acontecimentos reais de uma Revolução que amadurecia. Simultaneamente é importada para Timor, a continuada agitação política dentre as fileiras das Forças Armadas, com as tendências populistas revolucionárias a prevalecerem naquela época e tentando impelir o Exército a tornar-se politicamente ativo, deixando para trás a velha neutralidade dos seus membros.

Militarmente, Timor é indefensável. É distante e embora pequeno necessita de vastos recursos para justificar uma mais elevada proporção de quadros militares profissionais. Não é esse o caso. Algo, porém, não pode ser olvidado: o governador Tenente-coronel Lemos Pires falhou no exercício das suas responsabilidades básicas como Comandante-chefe e como Governador: manter a lei e a ordem, depois do golpe da UDT.

Evitando todo e qualquer risco de confrontação militar, Lemos Pires tenta 'não perder face' para conseguir a 'mais barata possível' solução do problema, no que concerne a Portugal. Pode ter parecido uma decisão brava na época, tentar por todos os meios estabelecer um diálogo político entre as partes beligerantes, mas o resultado final foi desastroso.

Contudo, deve ser assinalado, como deveria ser difícil forçar a UDT e a Fretilin a aceitar a reposição da lei e ordem pelas Forças Armadas quando estas estavam tão fortemente desorganizadas, depois da introdução da designada "Timorização". A sua lealdade podia ser difícil de conseguir pois o novo exército estava dividido entre as linhas de lealdades políticas e não muito afeitas a regressar ao comando do velho senhor colonial [o Português] contra a UDT ou Fretilin.

Em qualquer momento havia um pequeno destacamento de 85 paraquedistas de operações especiais treinados em Portugal. Pode argumentar-se que, inicialmente, quando os confrontos entre a UDT e Fretilin se restringiam à capital Díli, estes paraquedistas teriam sido suficientes para restaurar a paz.

Fora da capital as únicas forças militares que haviam permanecido com uma ordem de comando estritamente militar, inafectadas pelas lutas partidárias, eram a Companhia de Cavalaria n.º 5 em Bobonaro e a Companhia de Caçadores do Oé-cusse. Os elementos portugueses estavam praticamente ausentes de todas as unidades militares e era difícil conseguir que alguns deles organizassem a defesa do porto e do bairro residencial militar depois do golpe da UDT. Eles eram também os últimos interessados em estarem envolvidos nos confrontos armados.

Não podemos esquecer que depois do 25 abril 1974, a maior parte de sargentos e oficiais estavam profundamente interessados num fim rápido para as suas comissões de serviço, com o subsequente regresso a Portugal.

Todos estes acontecimentos surgem em virtude dum longo vazio de poder imediatamente após a revolução portuguesa, quando – o então Governador - Alves Aldeia é mantido durante tanto tempo no seu cargo, consabido o seu profundo comprometimento com o regime deposto.

A nomeação do Major Arnao Metello como representante do M.F.A. cria uma dupla cadeia de comando. É uma situação ambígua que apenas serve para propagar a ideia de que Portugal não se interessa por Timor, e se quer 'ver livre' disso.

Metello deixa o território em setembro 1974, por entre inúmeros conflitos com o Encarregado de Governo, Níveo Herdade, e a acusação não provada de que ele [Metello] estaria a tentar 'vender Timor à Indonésia'.

Esta acusação surge das forças locais mais conservadoras e as associações pró-Portugal.

Em outubro 1974 uma nova Companhia, da Polícia Militar, desembarca e é rapidamente designada como a 'Companhia Vermelha'. Ao mesmo tempo, cinco estudantes timorenses, radicais, muito ativos regressam de Lisboa e conseguem criar uma nova imagem para a ASDT, que se batiza de Fretilin.

Administrativamente, a situação como mostramos ao longo deste trabalho é quase caótica e o território tem falhas de víveres essenciais e de combustíveis.

Enquanto algumas figuras chave em Lisboa advogam a independência e autodeterminação, o Primeiro-ministro [Mário Soares] envia [o Ministro da Coordenação Interterritorial], Dr. Almeida Santos a Timor, Austrália e Indonésia, enquanto desmente que a Indonésia tenha qualquer interesse que seja sobre Timor-Leste.

Ao mesmo tempo, em Lisboa, uma delegação da Indonésia deixa bem claro que é a incorporação ou a manutenção de laços com Portugal. A maioria dos políticos portugueses nunca acreditaram como sendo uma possibilidade real qualquer intervenção militar indonésia.

Almeida Santos num telegrama de Timor, após visitar a Indonésia, salienta que esta não tem ambições territoriais sobre Timor-Leste. Mas, os indonésios jamais arriscarão uma intervenção enquanto os portugueses forem os legítimos preservadores da paz e da ordem na região. É só quando falta a presença portuguesa que lhes é proporcionada uma desculpa e pretexto para a intervenção.

De algum modo, é-me extremamente doloroso escrever sobre estes acontecimentos. Vivi em Timor e lutei por um Timor melhor e mais justo. Penso que a paz nunca será possível de alcançar. Mais do que palavras é a dor sobre a continuada falta de interesse sobre Timor. Tal como Pôncio Pilatos todos lavam as suas mãos. Portugal declara-se (ainda) potência administrante de Timor. Depois de toda a inação inicial não foi mais do que simbólica a presença de duas corvetas portuguesas durante alguns meses ao largo da costa de Timor-Leste. Será este mais um espinho profundamente gravado na consciência portuguesa ou será que os portugueses vão admitir os seus erros na descolonização?

Quanto ao envolvimento da Austrália já sabemos que quer o governo de Whitlam quer o de Fraser lavaram as suas mãos tanto quanto podiam e ficaram muito satisfeitos por verem vencer os seus interesses primitivos, económicos e políticos, nas fronteiras marítimas e prevalecer por sobre quaisquer considerações humanitárias.

A força das armas, a belicosidade e todos os interesses económicos e geopolíticos são instrumentos de uma certa supremacia. Portugal perde a posse de uma colónia desconfortável, longínqua e quase esquecida. Sem tropas e sem um princípio descolonizador racional a aproximação pacífica portuguesa converte-se mais num papel de mero espetador deixando os principais atores desempenhar os seus papéis e cenas de luta, para depois pedir à O.N.U. que resolva o problema.

Claro que é ingénuo esperar que as Nações Unidas pudessem ter conseguido fosse o que fosse quando os poderes influentes preferiam abster-se das suas responsabilidades.

Para ser totalmente compreendido este problema, temos de o seguir desde o seu início mais longínquo: a ingénua 'atração revolucionária' de converter Timor numa colónia independente, só porque o (nosso) Império colonial tinha acabado de se extinguir. Esquecendo e ignorando todas as regras da política internacional a iniciação do processo é deixada aos políticos portugueses que são lesto a inventar partidos e representantes políticos dos timorenses.

O processo de descolonização exige uma autodeterminação de Timor-Leste sem garantir que tal venha a acontecer sobre bases sólidas. Os países da ASEAN não têm nenhuma simpatia por um minúsculo país que se está a formar para ser independente e hostil aos mesmos princípios que regem aquela organização. Esta pura ingenuidade política já estava nas cartas, como o Encarregado de Negócios em Jakarta (Chargé d'affaires), Dr. Souza-Girão alertava: *"Lisboa tem de entender os perigos para se aperceber da mentalidade oriental e da noção de "Democracia Indonésia."*

Portugal despreza esse conhecimento na sua arrogante posição de tentar recapturar o prestígio e respeito de um Império há muito ido. Depois de inventar partidos para representar os timorenses nas suas mais legítimas aspirações, os portugueses deixam-nos à mercê de todos os interesses manipuladores na região geopolítica. Inicialmente favorecem a UDT, por vezes até descaradamente e algumas pessoas começam a entender que eles se limitam a dar Prémios de Consolação à Fretilin, criando assim uma clivagem entre dois extremos.

As autoridades nunca pensam muito na segurança interna do território e, menos ainda, ouvem os conselhos sobre a possibilidade (ou probabilidade) de uma invasão da Indonésia. Depois, não apresentam soluções para manterem os laços entre Díli e Lisboa, e torna-se óbvio para a maioria que o rumo mais fácil será, o de – lentamente – ceder todas as rédeas do poder.

A Descolonização Africana e os seus métodos têm valor dúbio, e ainda não foram comprovados até hoje, mas foram então apressadamente seguidos sem respeitar as diferenças culturais, económicas ou idiossincrasias civilizacionais. A importação de modelos ocidentais nunca considera o hermetismo característico de sociedades orientais como a de Timor.

Subitamente, a Administração Portuguesa acorda e descobre que já não detém nenhum poder real sobre o território que supostamente devia administrar. Proclamando a ofendida dignidade de alguém, que se vê desapossado das suas legítimas possessões, a administração deixa aos timorenses a missão de se desenvencilharem, por si mesmos, da embrulhada em que os meteram num conflito fratricida.

A retirada para o Ataúro, e a recusa de deixar as tropas portuguesas intervir para restabelecer a lei e ordem deixam o Governador assumir esta simbólica posição de Guardião à distância da presença portuguesa em território Timor. Esta presença simbólica, para além de ser frágil (fútil?) pode ser mais bem interpretada como um autoexílio.

Com a escalada do conflito armado a presença portuguesa não é suficiente para conter a tão, de há muito esperada invasão indonésia e embora não haja perigo para a guarnição militar portuguesa Lisboa decide que chegou a hora de se retirar do território timorense.

Provavelmente na mente dos militares que tomaram tal decisão, o exemplo de Goa anexada pela Índia em 1961 era ainda demasiado vívido⁸⁸.

Assim, com a bandeira portuguesa a ondular sozinha num improvisado forte no Ataúro terminaram mais de 450 anos de domínio colonial. A bandeira sempre considerada um símbolo pelos Timorenses foi deixada para os guiar através da invasão e da anexação.

Apenas uma certa queda para símbolos tal como aquele último: depois de todas as tropas estarem a são e salvo em Lisboa, o governo decide enviar duas corvetas para patrulhar águas de Timor. Enquanto os timorenses ainda batalham pela sua sobrevivência contra outro colonizador, e depois de um terço da população ter sido exterminada pelos invasores, Portugal repousa na frágil convicção de que um dia as Nações Unidas corrijam os erros e enganos de colonizar e descolonizar por omissão.

Adenda I:

TIMOR: ALGUNS FACTOS E DADOS ESTATÍSTICOS

1. LOCALIZAÇÃO

Timor é uma ilha do Pacífico Sul, situada entre o meridiano 123° e 127° longitude leste (de Greenwich) e os paralelos 8° 17' e 10° 22' latitude sul. Timor fica entre o mar de Wetar Banda a norte, o mar de Suva a noroeste e o mar de Timor a sul, sendo a ilha mais oriental das ilhas do arquipélago da Pequena Sunda (Sumba, Sabu, Rore, Leti, Moua, Tanimbar, Seram e Buro.)

Timor fica aproximadamente a 600 km de Darwin [o aeroporto australiano mais perto] e a cerca de 2 200 km de Jacarta [a capital da Indonésia na ilha de Java]. Timor é a maior ilha deste subarquipélago, tendo de NE a SE, 470 km de comprimento (293 milhas) e 100 km (61 milhas) de largura, com uma área total de 30 775 km² [O Kuwait tem apenas 17 818 km².]

A antiga colónia portuguesa de Timor inclui a metade mais oriental da ilha (Timor-Leste), o enclave de Oé-cusse, a ilha do Ataúro na Grande Sunda (23 km a norte de Díli), e o ilhéu Jaco na costa leste. O seu nome foi sempre Timor, que deriva do termo malaio significando oriente.

No mar de Timor entre a Austrália e Timor-Leste existem reservas de petróleo e gás que se estima serem das 20 maiores do mundo. Em 1975, a população do território rondava os 700 000 [metade da do Kuwait]. A metade ocidental da ilha, pertencendo à Indonésia tem cerca de 11 000 km².

A fronteira entre Timor-Leste e Timor Ocidental foi acordada por Portugal e Países Baixos pela Convenção Luso Holandesa de 1 outubro 1904 e pela Arbitragem Internacional de 25 julho 1914, ficando a metade Portuguesa com 14 953 km² (5 774 milhas quadradas, 270 km comprido (168 milhas W S W - E N E, e 75 km de largura (48 milhas) com 120 km (75 milhas) de fronteira terrestre) e 675 km (419 milhas) de costa.

2. OROGRAFIA

A ilha é montanhosa com algumas planícies costeiras, que confluem em zonas pantanosas, de mangue, regularmente inundadas. A costa norte é montanhosa com vales fluviais bastante pronunciados e sem planícies litorais, enquanto a costa sul é uma vasta planície aluvial de pequenas elevações. O interior é extremamente irregular com a cordilheira do Ramelau a atingir picos no Tata Mai Lau de 3 000 m. (9 842 pés). Outras cordilheiras incluem a Matebian ou Mata-Bia (2 400 m., 7 874 pés), o Cablac (2 200 m., 7 218 pés) e o Cailaco (1 900 m., 6 233 pés), A parte leste é menos montanhosa com os planaltos de Baucau e Fui-Loro a dominarem a costa oriental sendo o seu pico mais elevado o do Mundo Perdido a 1 700 m. (5 577 pés).

3. HIDROGRAFIA

Em Timor, não há rios e a maior parte das ribeiras e riachos são de natureza sazonal. Durante a época das chuvas grandes enxurradas enchem, e por vezes fazem transbordar os leitos secos das ribeiras, tornando impossível a passagem exceto durante curtos períodos do dia. As principais ribeiras são a Lois (junção de várias como a Marobo, a Gleno e outras) cujo estuário é a 20 km oeste de Maubara; Cômoro, Laleia, e Seiçal todas na costa norte, sendo a mais longa a Lacló com 80 km (50 milhas) desaguando no Manatuto. As principais na costa sul são a Tafara, a Carau-Ulum, a Bé-Lulic, e a Irabere. Timor-Leste tem algumas lagoas como a Maubara, Suro-Béc, e Bé-Malai.

4. GEOLOGIA

A teoria mais comum localiza a ilha de recente formação como tendo sido formada há 600 mil anos. De acordo com a teoria de Wegener, Timor não resulta de nenhuma erupção vulcânica, mas antes de um enrugamento da crosta terrestre, consubstanciada na estratificação dos Subões e na fratura de Cribas, ambas na região do Manatuto.

Não existem vestígios primários de vulcanismo em Timor-Leste, mas existem vulcões de lama em Ossú (na costa leste), Oé-cusse (o enclave de Timor Ocidental) e águas sulfúreas em Marobo e Vai-Cana.

Embora não existam estudos geológicos (que nunca foram efetuados) foram descobertos fósseis marítimos no planalto de Baucau.

Timor-Leste é assolado por pequenos tremores de terra mais de uma centena de vezes em cada ano.

5. CLIMATOLOGIA

O clima em Timor reparte-se em três zonas distintas:

Costa norte: máx. 30 - 33 C, mín. 20 - 25 C;

Costa sul: máx. 25 - 33 C, mín. 18 - 24 C;

Montanhas centrais (zona baixa): máx. 23 - 30 C, mín. 14 - 21 C;

Montanhas centrais (zona alta): máx. 16 - 24 C, mín. 4 - 13 C.

Os meses mais quentes são também os mais húmidos: novembro a fevereiro e a época seca e fresca ocorre de junho a agosto.

Nas regiões altas centrais e na costa sul existem duas estações pluviosas: novembro a março e junho a agosto embora as monções sejam de certa forma irregulares.

A pluviosidade média anual é de 1 475 ml. (58 polegadas), sendo o máximo em Bobonaro e Fatubéssi (82%) e o mínimo em Ainaro (66%).

6. ECONOMIA

I) COMÉRCIO E INDÚSTRIA

A Administração Portuguesa retomou o controlo da colónia após a enorme devastação causada pela 2ª Grande Guerra e a ocupação japonesa do território, sendo as suas prioridades a reorganização das estruturas administrativas, a renovação da agricultura e da engenharia civil (sobretudo na construção civil).

As atividades comerciais e industriais foram, como dantes, entregues à iniciativa privada. Tal como aconteceu na Indonésia antes da revolta anticomunista de 1965, as atividades comerciais estavam todas nas mãos da minoria chinesa, especializada no comércio a retalho.

Muito ativos e empreendedores, ignorando as tendências consumistas, os chineses tinham cerca de uma dúzia de empresas de importação e exportação com domínio total do comércio em Timor-Leste.

Combustíveis e lubrificantes eram importados de Singapura e Austrália; leite e farinha da Austrália; cimento e betão do Japão e Formosa (Taiwan); equipamento técnico e maquinaria do Japão, Hong Kong, Macau, Singapura e Europa; têxteis e calçado de Macau e Hong Kong.

As principais exportações eram café, copra, cacau, madeira, amendoim e borracha, mas o único produto que realmente tinha algum volume era o café. Embora o montante de capitais recebidos fosse pequeno localmente ele representava um enorme investimento. As indústrias não passavam então de incipientes artesanatos.

As últimas estatísticas fornecidas pelos Portugueses indicavam que em 1973, apenas 90 companhias tinham um capital social de 21 mil contos (aprox. AUD \$ 840 000 ao câmbio de 1973) criando 500 postos de trabalho em serrações, panificação, fábricas de refrigerantes. O artesanato embora detivesse uma elevada qualidade tinha um peso mínimo em termos de exportações e resumia-se a ourivesaria, cerâmica e tecelagem.

II) FAUNA E FLORA. AGRICULTURA E PESCAS.

A pecuária em Timor estava limitada aos suínos, bufalinos (de água), equinos e caprinos. Não existe arrolamento estatístico válido porque o gado declarado estava sujeito a imposto. Animais bravos típicos incluíam marsupiais (a rara mêda), crocodilos, catatuas (cacoas, papagaios loiros (lory lorikeet, Lorius Apnosmictus), veado, javali (cervus timorensis), macacos, o laco e uma variedade enorme de cobras.

Nalgumas zonas podia ver-se o chamado 'camarão de montanha' ou "camarão do rio" uma espécie mista que quando transportada pelas correntes se agarrava às árvores até os níveis de água estabilizarem. Havia ainda o vulgar e sonoro toké, um lagarto muito barulhento cuja idade se calculava pelo número de vezes que articula o som "toké" [pronuncia-se toh keh].

Os mares largamente inexplorados eram muito ricos em mariscos. Para lá dos recifes coralíferos existem vários tipos de tubarão, raias, garoupas, peixes-serra que controlavam o crescimento da fauna marinha. Pequenos jacarés (caimão) encontram-se no estuário das ribeiras.

A agricultura de base tradicional e arcaica, não diferia muito da contemplação (prática de ficar a ver passar navios) e os produtos nasciam espontaneamente sem muita intervenção humana.

As florestas tropicais que em tempos preenchiavam a costa leste e zonas da costa sul estavam já reduzidas a pequenas florestas depois de 400 anos de pilhagem colonial.

O pau sândalo, pau-rosa, pau-ferro, teca, ai-tassi, casuarina e os palavões (*eucalyptus alba*) têm importância suficiente para se tornarem, de novo, economicamente importantes, se e quando a reflorestação for feita. O comércio português com Timor iniciou-se em 1520 por causa das enormes reservas de pau sândalo.

Timor era quase autossuficiente até à primeira metade do século XX e a sua dieta consistia de milho, arroz, mandioca, feijão, grão, batata-doce e batata europa, sendo a carne e o peixe raramente comidos. As variedades de fruta incluíam: papaia, mangas, limão, toranjas, fruta-pão (*artocarpus altilis*), e coco.

A agricultura, pesca e pecuária eram deveras primitivas. O solo muito montanhoso sofria a erosão das ribeiras tormentosas e torrenciais com a desflorestação levando o húmus para o mar, dificultando ainda mais o cultivo.

Os coloridos “beiros” [canoas escavadas] de casca de árvore com dois balanceiros (estabilizadores) em cana de bambu, pangaia e velas de esteira (palha entrelaçada) não apanhavam muito peixe.

Ictiologicamente, os mares são ricos, mas (até 1975) os “Bere-mau” (homens Timores) passavam todo o dia, do sol nascente ao poente meio submersos na água com um pau de bambu e uma rede primitiva de pesca esperando que os peixes mordessem o isco.

III) PETRÓLEO

A exploração de petróleo começada no princípio do século XX, iniciou-se, de forma mais consistente, na década de 60 com especulação de que podia e iria mudar dramaticamente a face do, então, Timor Português. A administração colonial muito típica do ‘*deixa andar*’ nos últimos 400 anos sonhou subitamente com uma torrente de riqueza que poderia talvez catapultar toda a economia do país e evitar o desastre que se aproximava do fim da ditadura.

Em pequenos números, pessoas foram atraídas a Timor com projetos apressados, altamente aventureiros. Em termos práticos, porém, quer a Timor Oil Lda, prospetando na costa sul (Suai) com meios muito primitivos e a mais sofisticada prospeção *offshore* da Burma Oil BHP não revelavam vastas reservas de petróleo.

A Burma Oil quase causou o pânico na população ao operar dois helicópteros com equipamento e pessoal durante seis meses em 1974, voando de volta ao seu Quartel-general de operações em Perth, duas vezes por semana.

Depois, subitamente, um terceiro grupo petrolífero, a "Oceanic" instalou a primeira plataforma torre de prospeção no Mar de Timor.

O pequeno contingente da comunicação social local começou a crer que todo o aparato era mais fumo do que o fogo que inicialmente se imaginara, mas nenhuma fuga de informações transpirou, quer do governo português, quer da outra parte.

O mistério que rodeava estas prospeções adensou-se então.

Mais tarde, uns dez anos, a questão 'Porquê' foi respondida de forma categórica pelos governos australiano e indonésio.

Adenda II: (A MINHA PRESENÇA AUSTRALIANA NUM) SEMINÁRIO SOBRE TIMOR-LESTE, PORTUGAL E A COMUNIDADE INTERNACIONAL

1. BREVE SUMÁRIO

Entre maio 9 e 11, 1991, a Universidade do Porto ganhou vida com os debates sobre o destino de Timor-Leste. Promovida pela Reitoria pelo terceiro ano consecutivo, o Seminário reuniu parlamentares, jornalistas, juristas, representantes da Convergência Nacional Timorense, Timorenses, personalidades políticas e individuais.

Naquele ano, a palavra de ordem, era "Responsabilidades complementares na mesma luta pela Justiça, paz e respeito pelas leis internacionais," tendo sido oficialmente inaugurada pela mais alta entidade portuguesa: o Presidente da República, acompanhado dos embaixadores do Brasil e dos PALOP's e representantes do governo português.

2) A SESSÃO DE ABERTURA

A cerimónia de abertura deste III Seminário sobre Timor-Leste foi seguida dum debate sobre a "CEE/Indonésia/Timor-Leste" com a intervenção de deputados portugueses no Parlamento Europeu e jornalistas internacionais. No dia seguinte foram sessões de trabalhos intensivos com timorenses a prepararem-se para o futuro, com a intervenção da 'Comissão ad-hoc da Assembleia da República para Timor-Leste', representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Convergência Nacionalista e grupos de solidariedade internacional, seguida duma sessão sobre a opinião pública internacional, governos e órgãos internacionais.

O último dia foi preenchido com preparações para apoios futuros, secundados por Lorde Avebury, fundador do grupo "Parliamentarians for East Timor", com uma comunicação escrita de Michel Robert (da Universidade da Sorbonne) e membros da Convergência Nacionalista, de grupos cristãos e grupos de solidariedade.

Com a presença do Presidente da República e dignatários estrangeiros o Seminário começou com a garantia de que: "Portugal continuará a afirmar e a lutar pelo direito imprescritível [do povo de Timor-Leste] à autodeterminação e independência."

Na primeira sessão, os representantes em Portugal da Fretilin e UDT, salientaram a importância das últimas propostas de paz, então avançadas pelo comandante da guerrilha Xanana Gusmão.

O coordenador do Seminário, Professor Barbedo de Magalhães teve um discurso inflamado salientando os paralelos entre a invasão do Kuwait e Timor-Leste, o fim da guerra fria e os focos crescentes de democracia e incremento das liberdades em toda a parte, da Ásia à África. Criticando a Indonésia pelo seu regime militar brutal, que assenta em pelo menos meio milhão de mortos e 1 milhão e meio de Tapols (prisioneiros políticos),

o Professor Barbedo expressou a sua revolta contra o apoio dado ao regime por países tais como os EUA, Japão, Austrália e alguns países europeus.

Criticando a posição do Papa sobre Timor-Leste, no mesmo instante em que Sua Santidade visitava Portugal para as celebrações de Fátima, o Professor Barbedo disse:

“Quinze anos de genocídio não mereceram ainda da Santa Sé uma palavra ... mas apenas algumas raras manifestações de preocupação pela identidade cultural do povo Maubere... A retenção de cartas assinadas por trezentos Bispos Católicos em apoio à proposta do Administrador Apostólico de Díli [Mons. Ximenes Belo, Bispo de Díli], no sentido de ser realizado um referendo livre e democrático ... foram instruções da Secretaria de Estado do Vaticano e ficamos aterrados com os métodos utilizados neste caso para calar um crime contra a humanidade tão grave e hediondo como é o genocídio do povo de Timor-Leste”.

“Para além do silêncio conivente com que o Vaticano ... há ainda a acrescentar a confusão propositadamente gerada pela Sala de Imprensa e Secretarias do Vaticano assim como por revistas de algumas congregações religiosas católicas. Nestas últimas Timor aparece, por vezes, como parte integrante da Indonésia, como se vivesse numa situação perfeitamente normal onde nada de criticável se passasse.

“Compreende-se que a Santa Sé se preocupe em proteger a muito minoritária mas florescente Igreja Indonésia ... na mais populosa nação islâmica do globo, mas não podemos admitir que os fins justifiquem os meios e ... se dispõe a sacrificar a Igreja e o povo deste território a quaisquer interesses. ”

“Na véspera da chegada de João Paulo II a Portugal, faço meu também o apelo ... em documento já entregue na Nunciatura Apostólica [em Lisboa] reconhecendo o “direito inalienável do povo de (Timor-Leste) à autodeterminação e pedindo ao Governo da Indonésia que retire, sem demora, todas as suas forças do território apelando a Sua Santidade para que eleve a Sua voz perante a opinião pública internacional e faça sentir a sua influência junto das instâncias internacionais com responsabilidades na questão, em defesa dos legítimos direitos do povo timorense cujo sangue e sofrimento nos ferem tão profundamente a consciência.”

De facto, nos dias seguintes, a visita do Papa ficou marcada por vários incidentes e manifestações relacionadas com Timor-Leste. O primeiro foi uma Nota à Comunicação Social onde se mencionava Timor como a 27ª província Indonésia; outra foi um discurso mencionando as Grandes Descobertas Portuguesas da América à Indonésia. No segundo dia da sua visita o Papa teve de admitir numa entrevista à Emissora “Rádio Renascença” a “sua profunda preocupação em relação a Timor-Leste cujos problemas têm de ser resolvidos de acordo com os princípios de justiça e de acordo com os Direitos do Homem.”

Esta foi a primeira vez que o Papa admitiu um ponto tão contencioso.

A UDT (União Democrática Timorense) lembrou o apelo do Bispo de Díli, Mons. Ximenes Belo: “Não deixem morrer os timorenses” e salientou a importância para Portugal de manter vivas na região, a sua língua e cultura.

A primeira sessão terminou com um vivo debate dos Parlamentares Europeus e jornalistas sobre a situação atual em Timor-Leste, e estratégias para intervenções futuras no Parlamento de Estrasburgo. O facto de Portugal ser membro da CEE marcou de forma notável um aumento da atitude vocal do Parlamento Europeu ainda não consubstanciado em factos, como um embargo de venda de armamento. Foi mencionado que todos os países europeus, incluindo Portugal têm um comércio intenso com a Indonésia, vital ao regime de Jacarta, mas não essencial para a CEE.

3) A REPRESENTAÇÃO DA AUSTRÁLIA

Na sessão da tarde do segundo dia, teve lugar uma mesa redonda da opinião pública internacional cujo orador principal foi o porta-voz da AJA (Australian Journalists' Association) para este Seminário que leu algumas mensagens de entidades australianas.

No seu discurso, o autor deste trabalho declarou:

“Quando deixei Timor-Leste em junho 1975, deixei lá todas as minhas possessões para uma viagem a Portugal, e recusei-me a escutar as vozes que então previam já o pior. Quando estava pronto a regressar em agosto, fui confrontado com a falta de acesso a Timor-Leste devido ao começo da guerra civil. E até ao dia de hoje, não pude regressar.

Nesse mesmo ano, a colónia australiana da Papua Nova Guiné tornou-se independente. Hoje é apenas um pequeno parceiro em relação ao gigante país vizinho, a Indonésia, e desde há muito deixou de proteger o movimento pró-independência da OPM (Organisi Papua Merdeka) que, desde a década de 60, vem lutando para a independência da metade ocidental da ilha, anexada pela Indonésia.

De igual modo, vêm os Timorenses lutando pela independência da sua nação do jugo javanês, desde 1975. Quero expressar aqui que existe uma minoria na Austrália que se sente ofendida e insultada pela atitude do seu país em relação a Timor-Leste, visto os interesses económicos e políticos serem mais fortes do que a necessidade de proteger os direitos humanos.

A maior parte dos jornalistas está subjugada por uma concentração da comunicação social em que esta depende da concentração do capital em volta de alguns para sobreviver, e, mesmo que quisessem não poderiam escrever livremente sobre Timor-Leste. A maior parte dos meios de comunicação social na Austrália tenta ignorar o mundo e nem sequer disfarçam esse facto.

Uma visão limitada e xenófoba ainda caracteriza os meios de comunicação australianos e, embora nós, australianos, proclamemos ser a nação mais multicultural do mundo vivemos ainda com os nossos fortes laços emocionais com o Reino Unido, os nossos laços ideológicos com os EUA e os nossos laços linguísticos com o Canadá. Embora nos localizemos na área geopolítica do sudeste asiático e Pacífico fingimos viver na Europa. Em décadas futuras tornar-nos-emos mais asianizados, mas enquanto isso não acontece a nossa mentalidade ainda é muito europeia.

O caso de Timor-Leste já foi adotado por políticos, acadêmicos e pelo homem da rua, mas parece sempre demasiado afastado quando comparado com as atrocidades no Chile, Camboja, América Latina ou África.

Contudo, Timor fica apenas a 400 km de Darwin, no Território Norte e é sempre mais fácil defender os Direitos Humanos daqueles que vivem mais longe e não nos dizem muito em termos civilizacionais. Esta a razão pela qual decidi basear a minha representação neste Seminário em depoimentos escritos de políticos, australianos, indivíduos e grupos de apoio.

Antes de terminar, deixem-me garantir-vos que existe uma forte mensagem vinda dos Aborígenes Australianos, essa raça fabulosa que há mais de 60 mil anos inventou o equilíbrio ecológico, e que até hoje ainda não dispõem do mais básico direito. Deles recebemos uma mensagem que identifica a sua luta com a dos primos vizinhos de Timor-Leste.

Mensagens da Austrália:

A) DO SECRETÁRIO FEDERAL DA AJA'S89, CHRISTOPHER WARREN:

"Embora a AJA não tenha uma política específica em relação a Timor-Leste desde há muito que tem uma forte dedicação ao princípio da liberdade de imprensa e dos direitos de os jornalistas relatarem livremente e em segurança de qualquer parte do mundo. A morte de cinco jornalistas australianos, há mais de 15 anos, reforçou esse nosso compromisso pelo qual lutamos ativamente nesta nossa região e através da nossa filiação com a Federação Internacional de Jornalistas. Por favor transmite os meus melhores votos à Conferência em nome da AJA."

B) DE LAURIE FERGUSON, CONVOCADOR DOS 'PARLIAMENTARIANS FOR EAST TIMOR', DEPUTADO FEDERAL POR REID:

"Em nome dos Parlamentares Australianos por Timor-Leste quero expressar a minha solidariedade com a vossa Conferência. Infelizmente, sessões do Parlamento tornam a minha presença aí impossível. No ano passado assistiu-se a um aumento da cobertura da comunicação social a Timor-Leste, quer em ofertas de negociações, quer a entrevista de Xanana Gusmão, ou os paralelos com a Guerra do Golfo. Permanecemos dedicados à crítica construtiva do papel da Austrália na supressão da autodeterminação de Timor."

C) DE MICHELE TURNER, ESCRITORA (FALECIDA 1995)

"O meu avô foi um soldado australiano que deve a sua sobrevivência na 2ª Grande Guerra aos Timorenses, sem os seus cuidados eu jamais o teria conhecido. De acordo com o recenseamento de 1946, mais de 40 mil timorenses morreram durante a 2ª Grande Guerra. Na sua maior parte, como acontece em guerras de ocupação, muitas crianças e velhos morreram de doenças causadas pela fome devido às falhas de uma economia de subsistência provocada pelas tropas em luta e bombardeamentos dos Aliados. Quando comparamos estas perdas com as 46 mil vítimas australianas da Guerra do Pacífico e consideramos

o tamanho proporcional da população (450 000 timorenses comparados com mais de 7 milhões de australianos), e o facto de que a Austrália não estava ocupada, podemos ficar com uma ideia do significado que a Guerra teve para os timorenses.

“Desde 1982 que tenho vindo a entrevistar e a juntar informação, para um livro que estou prestes a acabar chamado “TIMOR LEST/E”⁹⁰ abrangendo as últimas três invasões de Timor-Leste (Japonesa, Australiana e Javanesa). O que eu aprendi sobre a última e mais devastadora invasão e ocupação desde 1975 coloca-a mais perto do genocídio. A Rádio Nacional ABC transmitiu uma série de histórias sociais com atores lendo excertos do livro e das entrevistas de “Timor Lest/E” em março 1991, tendo obtido uma enorme e angustiada participação do público. Com um conhecido realizador de cinema estou atualmente a colaborar no guião de um documentário sobre as experiências de guerra das mulheres timorenses. O assunto de Timor-Leste e da sua relação com a Austrália não vai desaparecer e é sobretudo um assunto sobre o qual os australianos com consciência estão cada vez mais informados.”

D) MENSAGEM DE PADDY KENNEALLY, SOLDADO DA 2ª GRANDE GUERRA EM TIMOR:

“26 abril 1991: Ontem por toda a Austrália as pessoas comemoravam o ANZAC Day⁹¹ e o desembarque em Gallipoli.

Em todos os cantos da ilha-continente serviços em honra e memória dos homens e mulheres que deram as suas vidas ao serviço do seu país.

Eu marchei com a minha unidade, a Companhia Independente (2nd/2nd Independent Company, mais tarde rebatizada Esquadrão de Comandos 2/2nd Commando Squadron) que prestou serviço em Timor-Leste de dez 17, 1941 a dez 16, 1942. O meu corpo estava a marchar pelas ruas de Sidney e a minha mente estava a galopar longe pelas montanhas de Timor-Leste: de Díli, a ocidente para o Cailaco, a sul para o Betano e a leste para Ossurua.

Os Postos⁹² e os povos que viviam nessas montanhas eram-me bastante familiares. As pessoas que deram tanto ao “Australie soldado⁹³” para o ajudar a esquecer a sua guerra contra o exército japonês. Sem a ajuda instintivamente dada por essa gente aquela campanha não poderia ter tido sucesso.

Não foi ajuda por um dia ou uma semana, continuou durante dez meses. Eles alimentaram-nos, abrigaram-nos, carregaram os nossos feridos, avisaram-nos de qualquer movimento dos Japoneses (nós não poderíamos certamente cobrir todas as áreas naquelas montanhas) e guiaram-nos por caminhos sem trilhas se nos perdíamos.

“Estas pessoas maravilhosas enchiam-me a mente enquanto eu marchava. As vinganças que eles sofreram: aldeias incendiadas, gado queimado e colheitas destruídas, muitos deles mortos por terem ajudado os australianos.

Ao terminar a guerra em agosto 1945, uns 60 mil deste povo indefeso haviam morrido de fome, doença, excesso de trabalhos forçados ou executados e maltratados. Eles estavam num país neutral e nada tinham a ver com a guerra. Foram invadidos igualmente por Australianos e Japoneses sem terem meios de se defenderem.

As suas perdas foram maiores, muito maiores do que as perdas sofridas por todas as forças australianas em todos os teatros de guerra na 2ª Grande Guerra. Certamente que temos uma enorme dívida para este pacífico e galante.

Recompensámo-los ao ignorá-los totalmente e apoiando os que os invadiram, os Indonésios.

De dezembro até hoje, a conduta dos Governos Federais tem sido vergonhosa. Reconheceram a anexação militar da Indonésia. Ofereceram à Indonésia, milhões de dólares em auxílio económico e assinaram um Tratado com eles, o chamado 'Gap Treaty' apesar do facto de as Nações Unidas recusarem reconhecer a anexação militar.

"Como povo, temos pouco de que nos orgulhar neste assunto. Graças a Deus que essa postura está a mudar. O ACFOA (Australian Council for Overseas Aid) esteve sempre ativo na causa da autodeterminação de Timor-Leste.

Shirley Shackleton e Patsy Thatcher visitaram Timor-Leste e têm trabalhado incansavelmente pela mesma causa.

Michele Turner passou anos a pesquisar e gravar as vidas das pessoas que sofreram sob o regime da Indonésia.

Muitas organizações religiosas estão interessadas neste trabalho pelo povo de Timor-Leste. Ainda hoje de manhã [26 abril 1991], uma freira me deu alguns panfletos sobre Timor-Leste. Eles realizam reuniões. Mostram vídeos e estão interessados em pessoas para falar e estarem presentes nas suas reuniões.

A SBS mostrou um documentário extremamente bom "Shadow over East Timor" [Sombras sobre Timor-Leste] produzido por Mandy King e Jim Kesterven. Mandy King também visitou Timor-Leste no ano passado.

A Associação 2/2nd Commando da Austrália Ocidental mais uma vez está interessada nos assuntos de Timor-Leste. Esta associação tem uma cláusula não-política na sua constituição que a não deixa participar em assuntos políticos. Os seus membros estão, claro, livres de defenderem qualquer causa como indivíduos. E é isso que têm feito no caso de Timor-Leste desde 1975, e bastante mais desde 1989, depois de visitas individuais a Timor-Leste por membros da Companhia 2/2nd.

Com tanto interesse por Timor-Leste na Austrália, EUA e Grã-Bretanha está agora nas mãos do Governo PORTUGUÊS prosseguir a causa de Timor-Leste nas Nações Unidas. Aquela organização não reconhece a ocupação militar de Timor-Leste pela Indonésia.

"Portugal é ainda reconhecido como a potência administrante de Timor-Leste por aquela organização. Com o fim da Guerra do Golfo, e a luta dos Curdos no Iraque, é chegada a altura de focarmos a nossa atenção no sofrimento dos Timorenses.

A conquista brutal de Timor-Leste foi uma ofensa muito maior contra um povo indefeso do que a invasão do Kuwait pelo Iraque. Mas nenhuma nação levantou a questão de sanções económicas contra a Indonésia se esta não cumprir com a exigência das Nações Unidas para retirar de Timor-Leste. Como podem as nações do mundo condenar e corrigir a invasão do Kuwait e apoiar sem nada fazer sobre a invasão de Timor-Leste pela Indonésia? Chegou a altura de retificar esta posição."

E) MENSAGEM DE JAMES KESTERVEN, SHADOW FILMS, CORREALIZADOR DO DOCUMENTÁRIO "SHADOW OVER EAST TIMOR", TRANSMITIDO PELA CADEIA SBS EM ABRIL 1991:

"Caros Conferencistas: como produtores do documentário australiano "The Shadow over East Timor" desejamos o melhor para essa oportuna conferência sobre Timor-Leste. Acabado em fevereiro deste ano "The Shadow over East Timor" foi transmitida em abril no canal multicultural da Austrália, SBS Television.

A esmagadora resposta da audiência de TV foi de ultraje pelo encobrimento da guerra em Timor-Leste e a duplicidade de critérios das potências mundiais predominantes ao ajudarem o Kuwait enquanto fechavam os olhos aos direitos do povo de Timor-Leste. Em particular, o que mais ultrajou a audiência australiana foi a assinatura do Tratado do Petróleo do Timor Gap.

"Esta resposta, para nós é de que Portugal tem todo o seu apoio ao levar a Austrália ao Tribunal Internacional de Justiça. Por termos estado envolvidos na realização deste filme ao longo de sete anos podemos ver que chegou a altura de aplicar tanta pressão quanta possível a governos, políticos, diplomatas e Nações Unidas para fazer respeitar os direitos dos Timorenses de acordo com a legislação, orientação e resoluções das Nações Unidas.

F) MENSAGEM DE RAYMOND LONGBOTTOM, CONSELHEIRO PARA ASSUNTOS ABORÍGENES DO ACHRCS, CORPORAÇÃO ABORÍGENE PARA OS SEM-ABRIGO E SERVIÇOS COMUNITÁRIOS DE REABILITAÇÃO:

"Os povos Aborígenes Australianos querem lembrar às pessoas que tomam parte neste Seminário que não se deviam realizar Jogos Olímpicos na Austrália antes dos Aborígenes terem o que lhes pertence. Depois de fazer esta declaração quero salientar que como vizinhos e parentes reconhecemos o direito de cada nação e cada povo alcançar a autodeterminação. Isto ainda não aconteceu no caso de Timor-Leste.

"O(s) nosso(s) governo(s) sempre tão preocupado(s) com as violações dos Direitos Humanos em partes longínquas do mundo prefere(m) fechar os olhos à situação em Timor-Leste e assinar um tratado ilegal com os Indonésios para a exploração da riqueza de Timor-Leste em petróleo e gás natural. De igual modo, o Governo Australiano, tem explorado as riquezas e fortuna dos aborígenes australianos sem vontade de lhes proporcionar padrões de vida decentes e direitos humanos. Penso que chegou a altura do mundo reconhecer que aos Timorenses e aos Aborígenes Australianos estão a ser negados os seus direitos à autodeterminação e posse das suas terras e recursos naturais."

A audiência ao Seminário aplaudiu com uma ovação em pé estas mensagens, as mais fortes que se ouviram até hoje vindas da Austrália.

CONCLUSÃO - 23 ANOS DEPOIS: “TIMOR-LESTE, E OS VENTOS DA MUDANÇA”

A Humanidade deu grandes saltos rumo à supremacia dos Direitos Humanos e dos Direitos dos Povos quando olhamos retrospectivamente para a evolução política na Ásia, Europa de Leste, África, América do Sul e no resto do mundo. Tudo isto se passa por entre hesitações históricas, avanços e recuos, por entre conflitos que se tornam mais agudos, outros desaparecem das manchetes outros novos florescem.

A fome ainda afeta e consome milhões de crianças por ano, ainda se assiste a prisões políticas, tortura e guerras consomem milhões de crianças todos os anos e ainda testemunhamos tudo o que a loucura humana acalenta. Nem todas as revoluções se tornaram primaveras políticas e muitas foram esmagadas pelo sangue das suas vítimas. A ocupação estrangeira mantém-se em muitos países, há povos em nações sem país, cortadas por fronteiras artificiais ou integração forçada em nações que não são deles nem por eles escolhidas.

A estrela brilhante do Presidente Suharto que se vinha diminuindo ao longo de mais de 32 anos tornou-se cadente em 21 de maio 1998 quando se viu obrigado a abandonar o poder que havia obtido numa sangrenta Revolução em 1965.

Poder-se-ia pensar que a boa estrela de Suharto começou a perder o brilho nos confrontos estudantis em 1974 ou dez anos mais tarde quando a ABRI deteve alguns muçulmanos perto da mesquita Rawa Badak na capital. Dias depois uma multidão que gritava pela sua libertação foi brutalmente massacrada, com, pelo menos 60 mortos e centenas de feridos em Tanjung Priok [Jacarta].

Amir Biki, um distinto líder muçulmano foi dos primeiros a cair às balas das tropas do General Benny Murdani. Era conhecido por ter comandado as tropas estudantis do batalhão da Universidade, que em 1965 haviam ajudado o General Suharto a estabelecer a “Order Baru ou Nova Ordem” e por se ter tornado num dos principais interlocutores entre as autoridades e os muçulmanos.

Quatro dias depois um grupo de 50 políticos e generais reformados revoltava-se e criava o ‘Grupo dos 50’ que exigia o respeito pela Constituição de 1945. Do grupo faziam parte três ex-ministros: Sjafruddin Prawiranegara [ex-ministro das Finanças], Burhanuddin Harapan [ex-primeiro-ministro], H. M. Sanusi, [ex-ministro da Indústria no 1º governo de Suharto 1966-1968], generais Ali Sadikin [Marinha, Ex-Governador de Jacarta], Hugeng [Chefe da Polícia até 1972], General Azis Saleh, General Suyitno Sukitno e General H. R. Dharsono, ex-Secretário geral da ASEAN.

Na época, o advogado de renome Mulya Lubis diz que “algo se está a passar que não vem nos jornais. Os próximos anos serão explosivos.” Suharto começa a perder o controlo e responde a um jornalista da Newsweek: *“Se me querem substituir sem respeito pela Constituição, aniquilá-los-ei, sejam militares ou políticos.”* Uns anos antes ele não se teria exasperado nem perdido o controlo. Benny Murdani (ex-ministro da Defesa) que durante

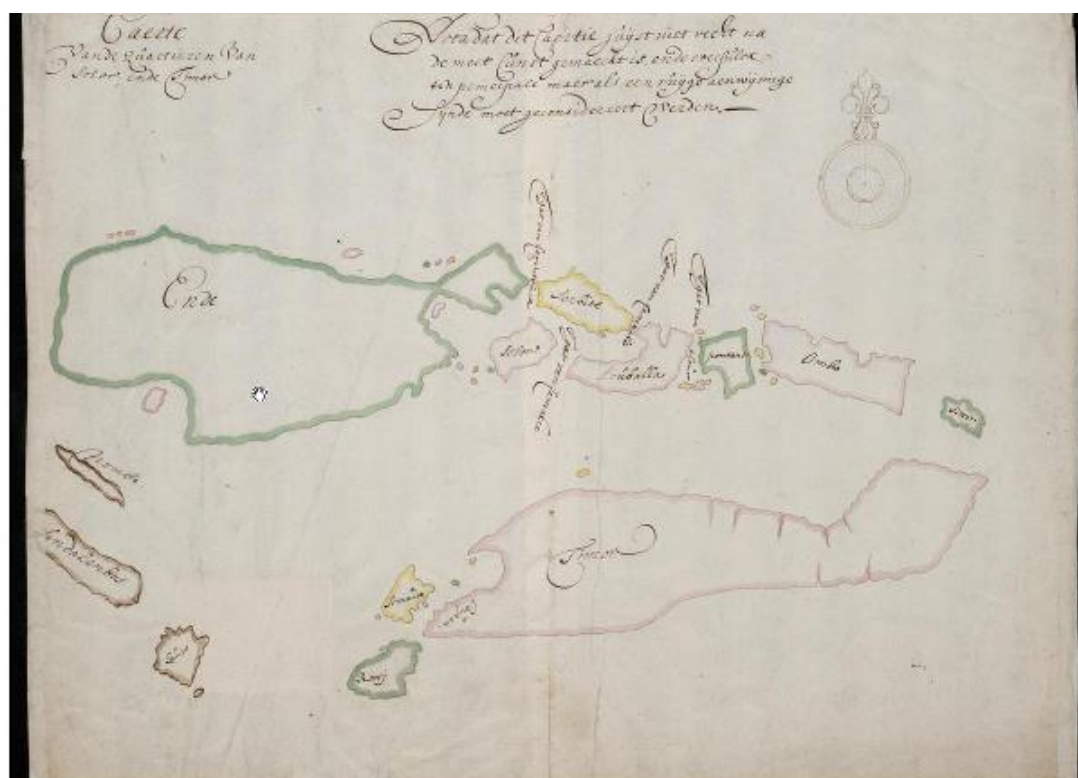
anos fora o sucessor designado e Vice-Presidente declarou então que era possível haver demonstrações populares como as das Filipinas [1986], Coreia do Sul [1989] e a 'Petição dos 50' era disso um sinal.

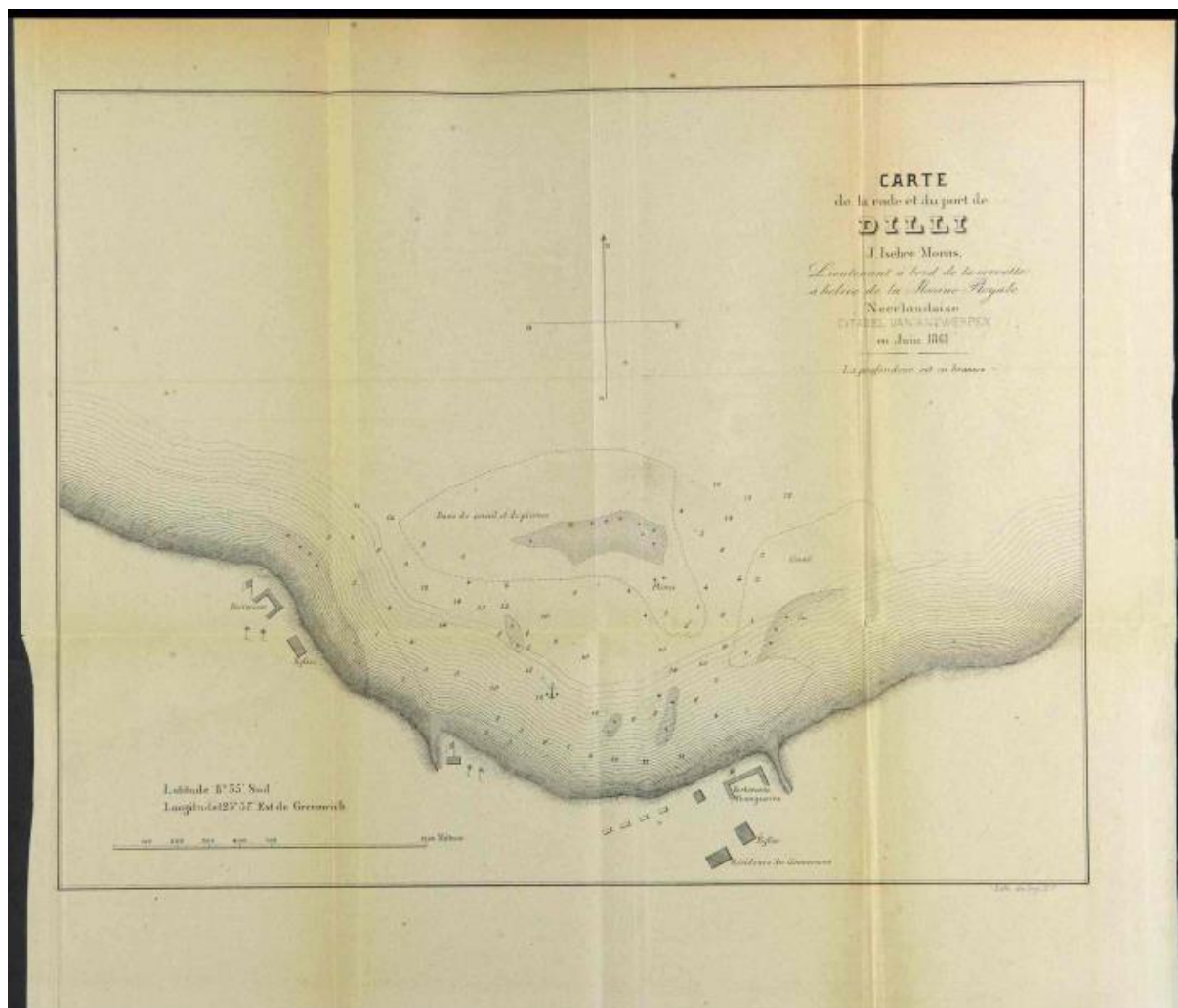
Foi preciso a grave crise económica asiática de finais de 1997 culminando em manifestações de estudantes (outra vez e sempre os estudantes) para levar Suharto a ficar encurralado. Com a sua revolução económica desfeita, veio a desvalorização da rupia que chegou a atingir os 70%, motins de rua acompanhada de manifestações populares exigindo arroz. Não restava ao velho general abandonado por todos, sem o apoio dos militares e deserdado pelos americanos (que pediam que ele se demitisse em 20 de maio 1998) o sair da cena, deixando atrás de si o que ele tinha encontrado nas ruas em 1965: o caos.

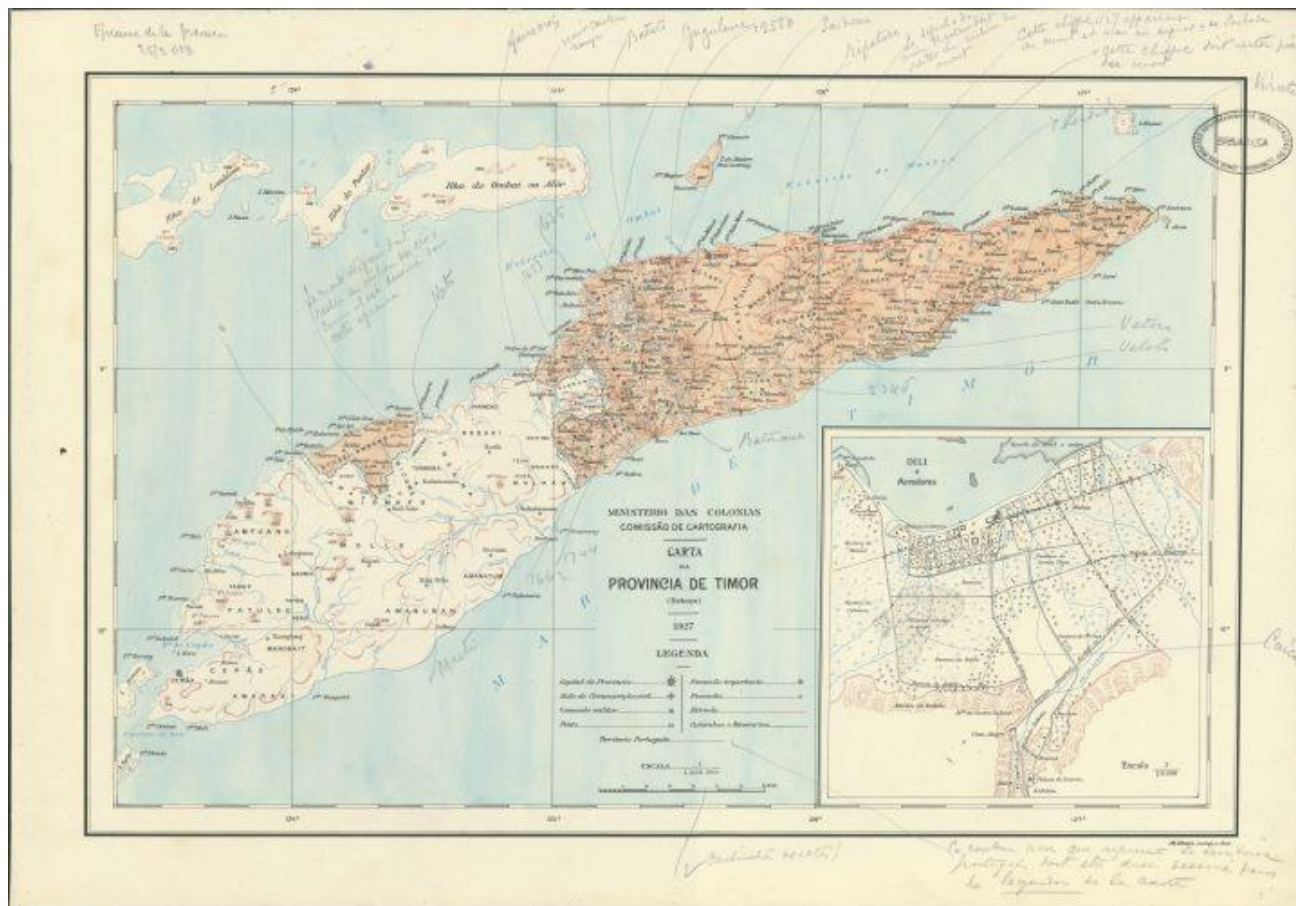
Um Presidente interino foi arranjado na figura caricata do seu então Vice-Presidente de semanas, Yusuf Habibie, o megalómano engenheiro educado na Alemanha que quis criar uma indústria aeronáutica e outras loucuras onde se enterraram milhões de dólares. O futuro ainda é jovem à data em que escrevemos para sabermos o que acontecerá à República Indonésia com as suas 18 mil ilhas, centenas de etnias e idiomas e 200 milhões de pessoas sem rumo.

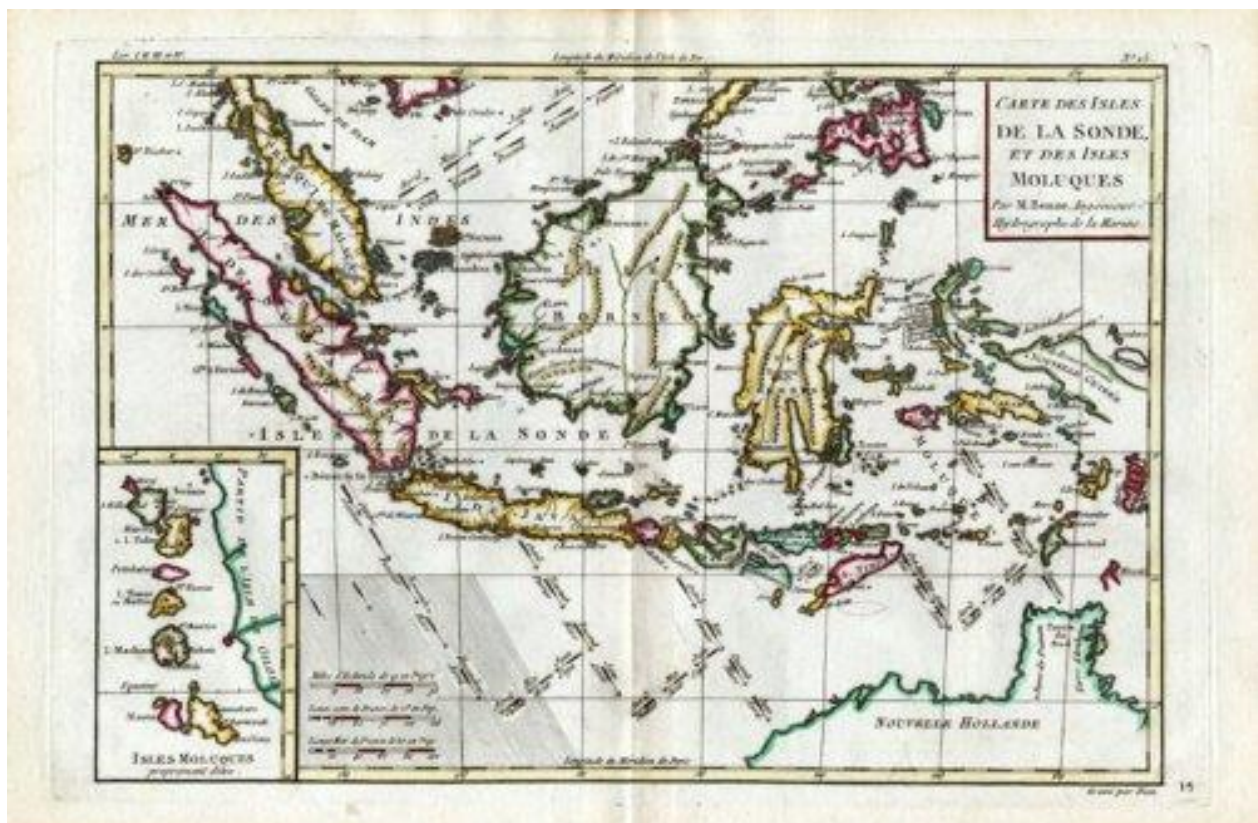
Depois de ter lido isto voltemos agora a Timor onde a população teve finalmente em 30 agosto 1999 um plebiscito prometido pelos Portugueses em 1974-1975, desta vez manchado pelo sangue e fogo do ódio indonésio contra os 78% que votaram pela independência. De Jacarta, Kay Rala Xanana Gusmão (capturado em 1992, um ano após o massacre de Santa Cruz) saiu em setembro 1999, livre para reviver algumas das aspirações mais profundas do povo de Timor-Leste, atrasadas por mais de duas décadas de violência e genocídio.

Obrigado a todos os Mauberes que preencheram a minha vida...com a sua alegria de viver e de serem livres.

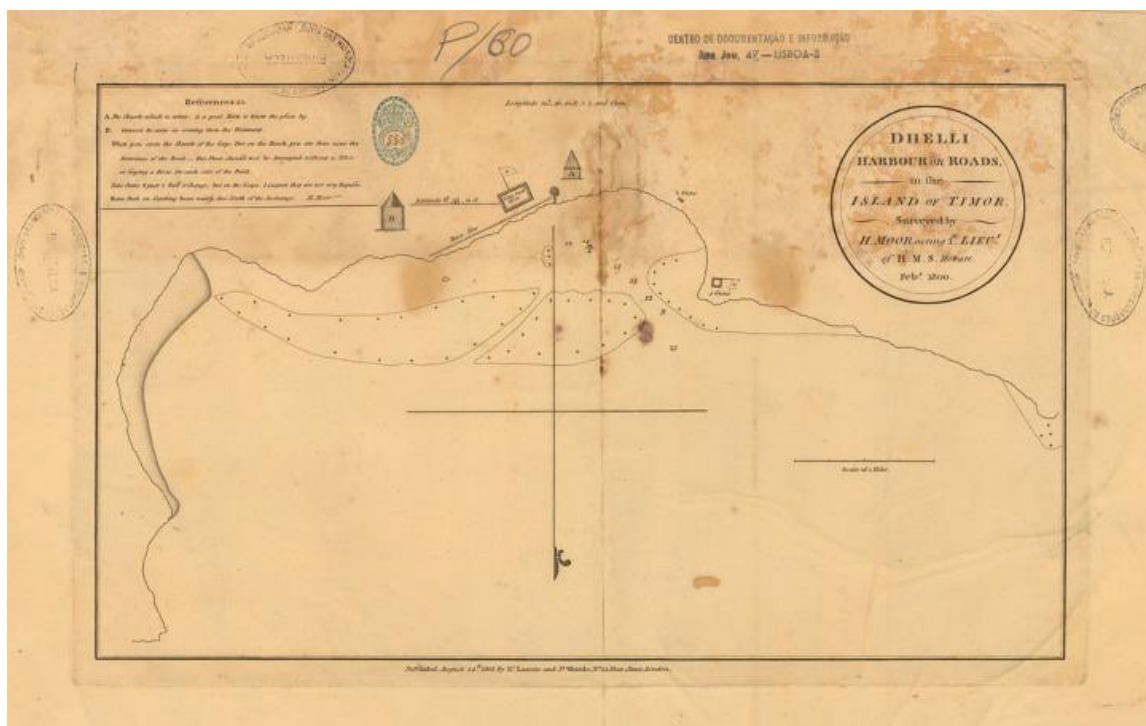
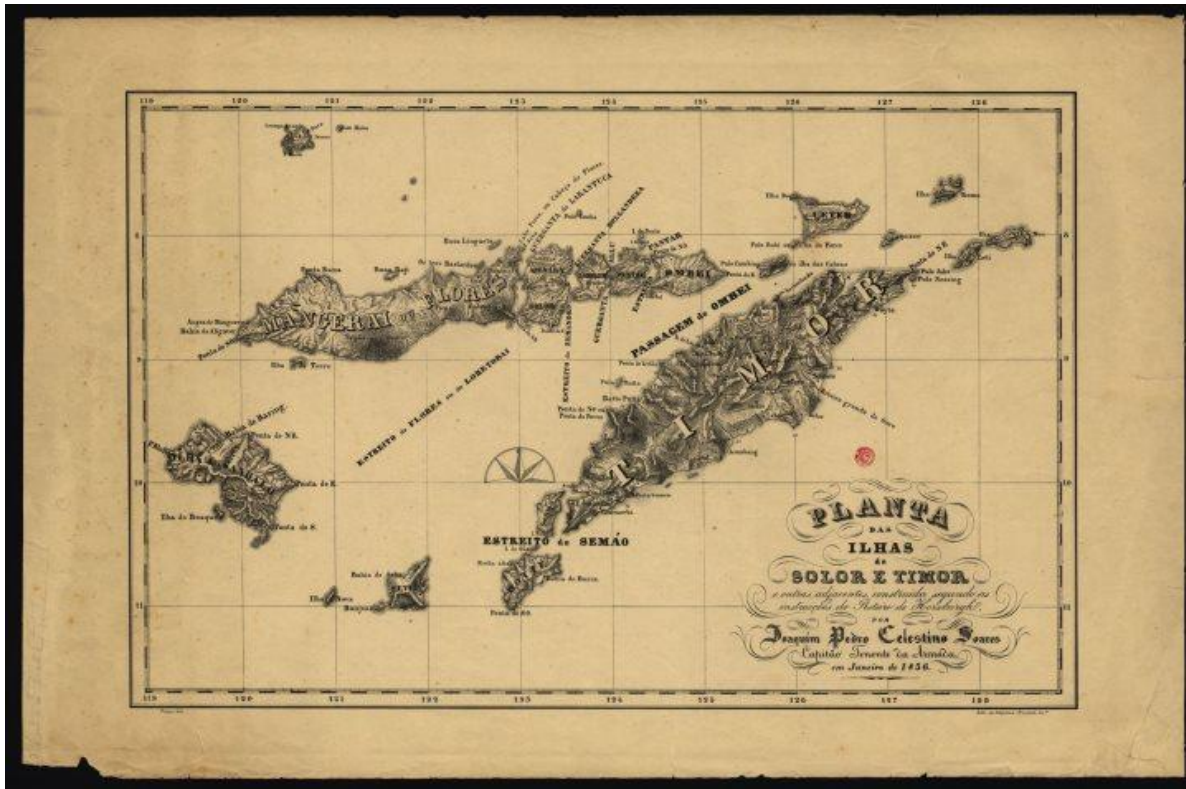
[illegible]





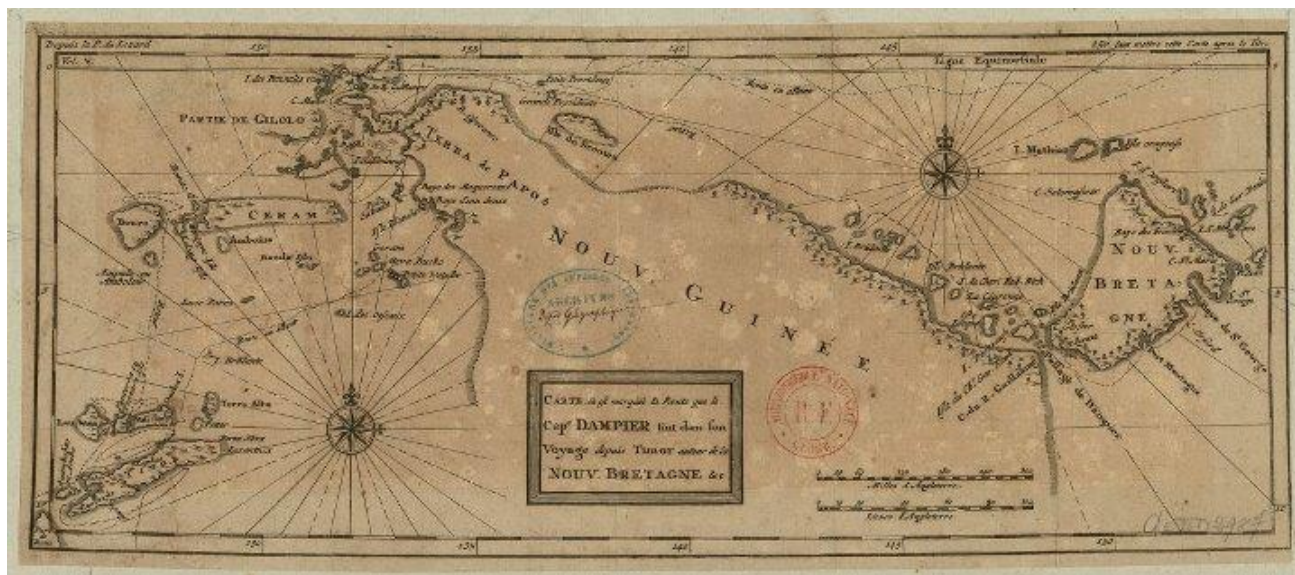
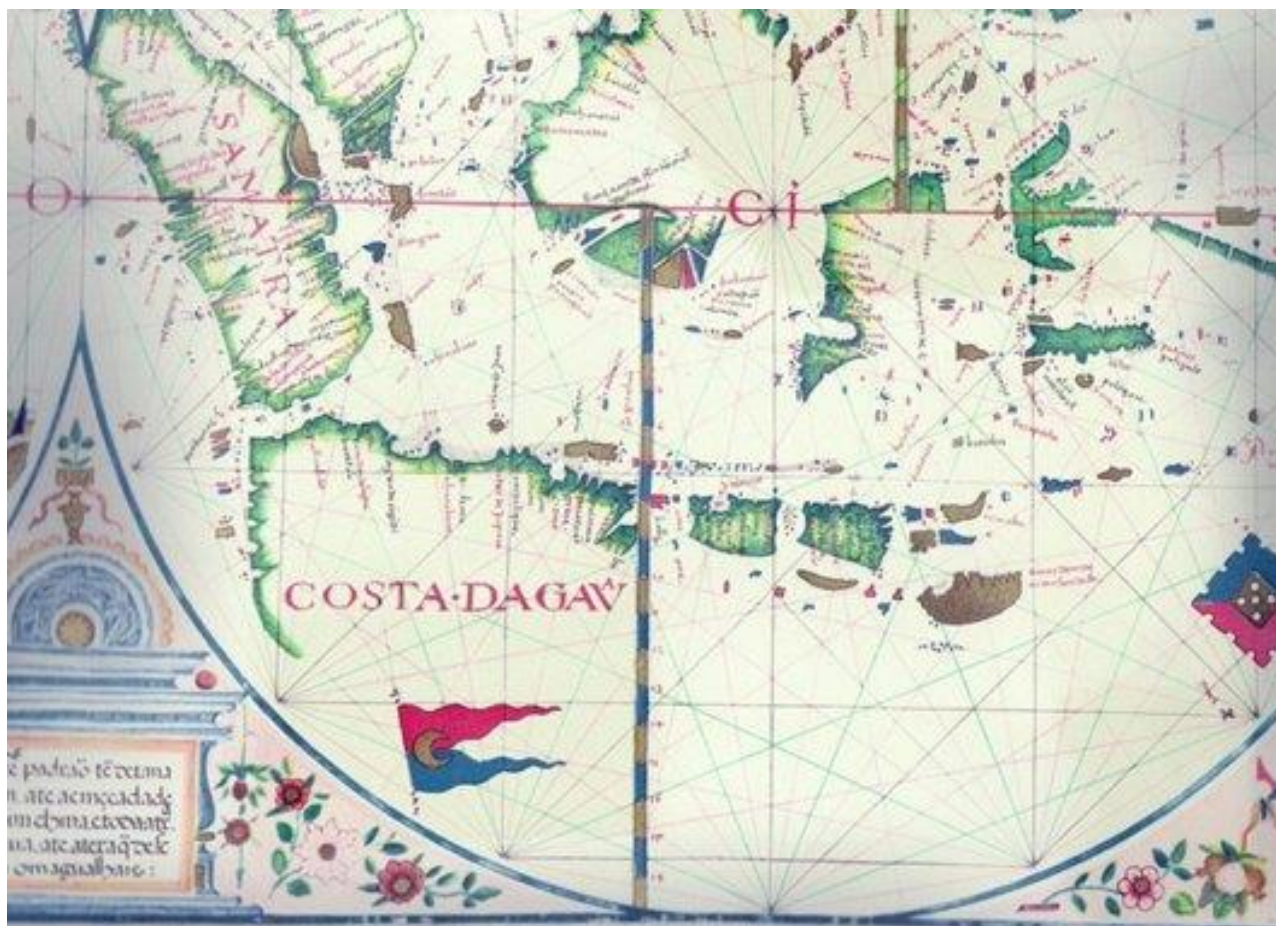




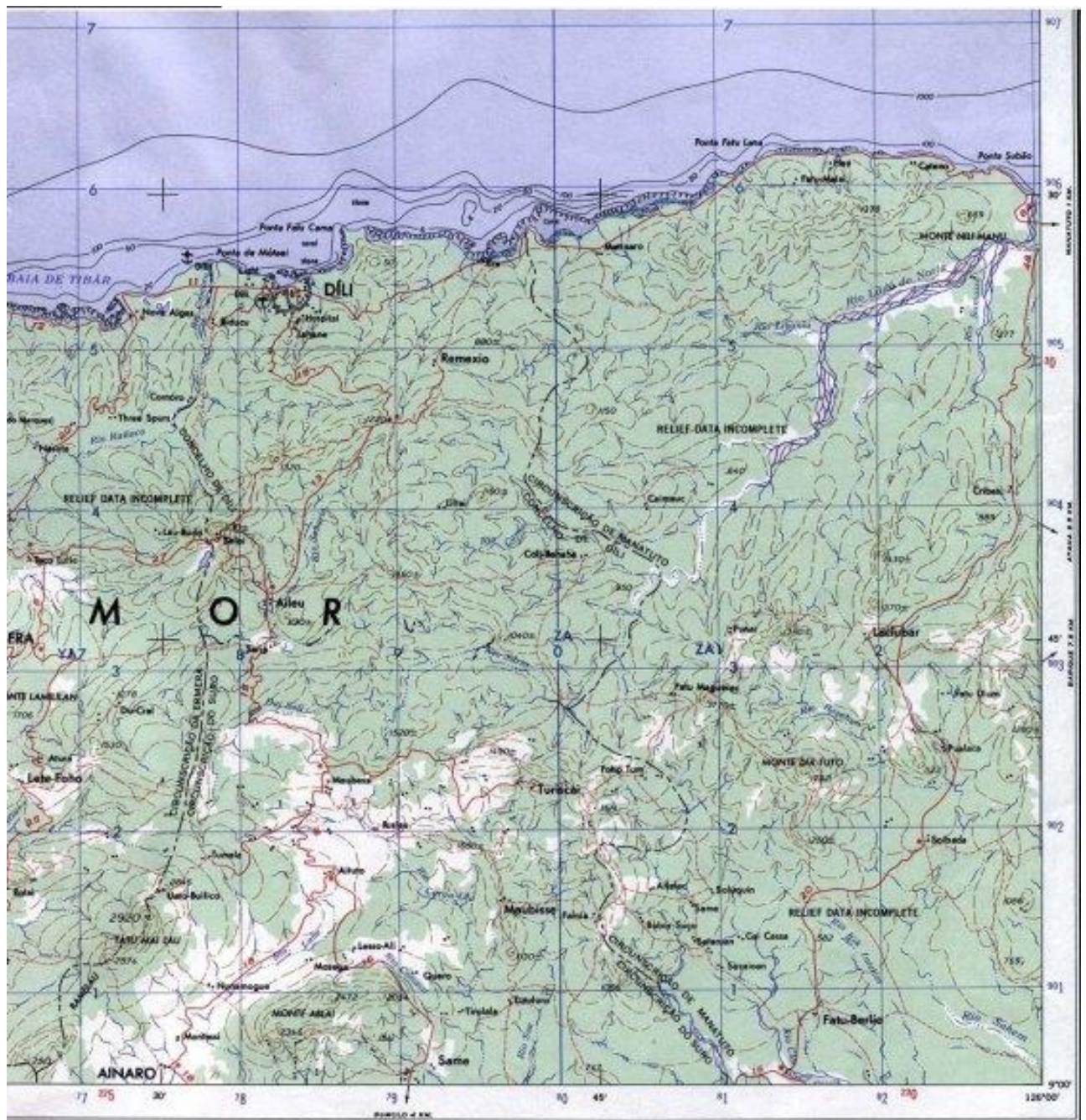




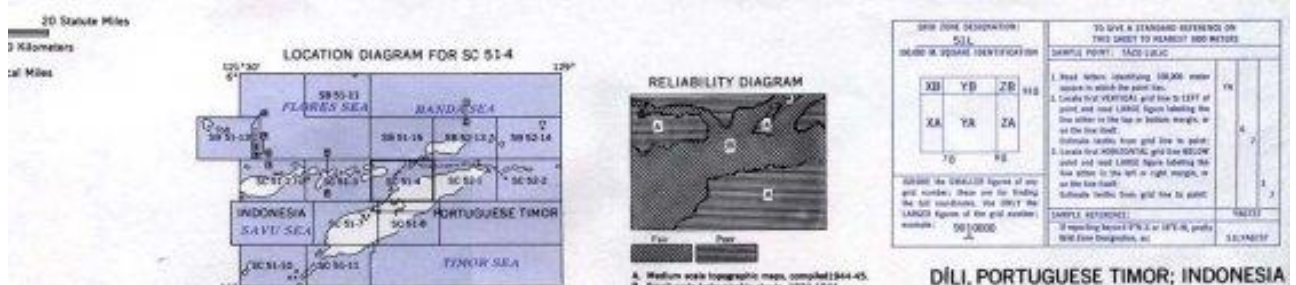


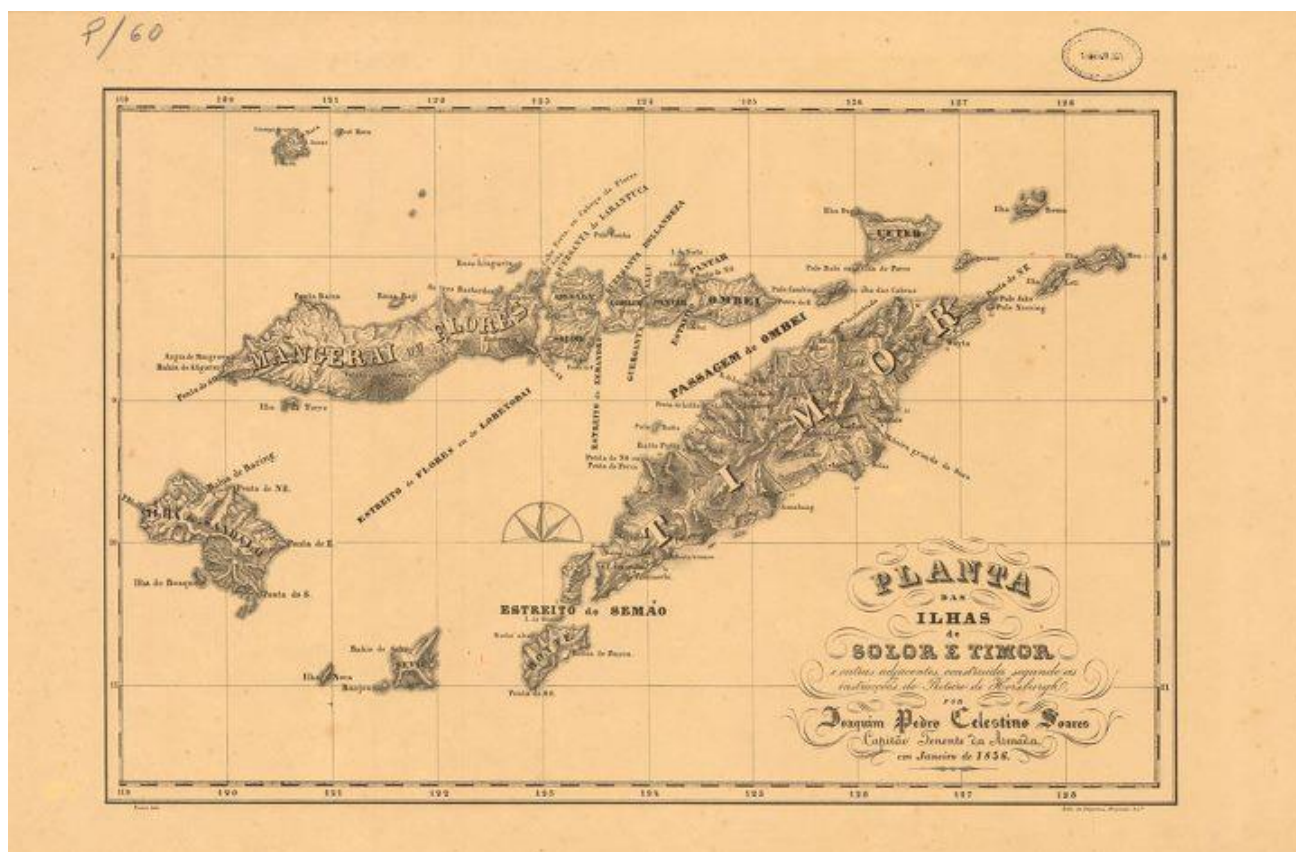


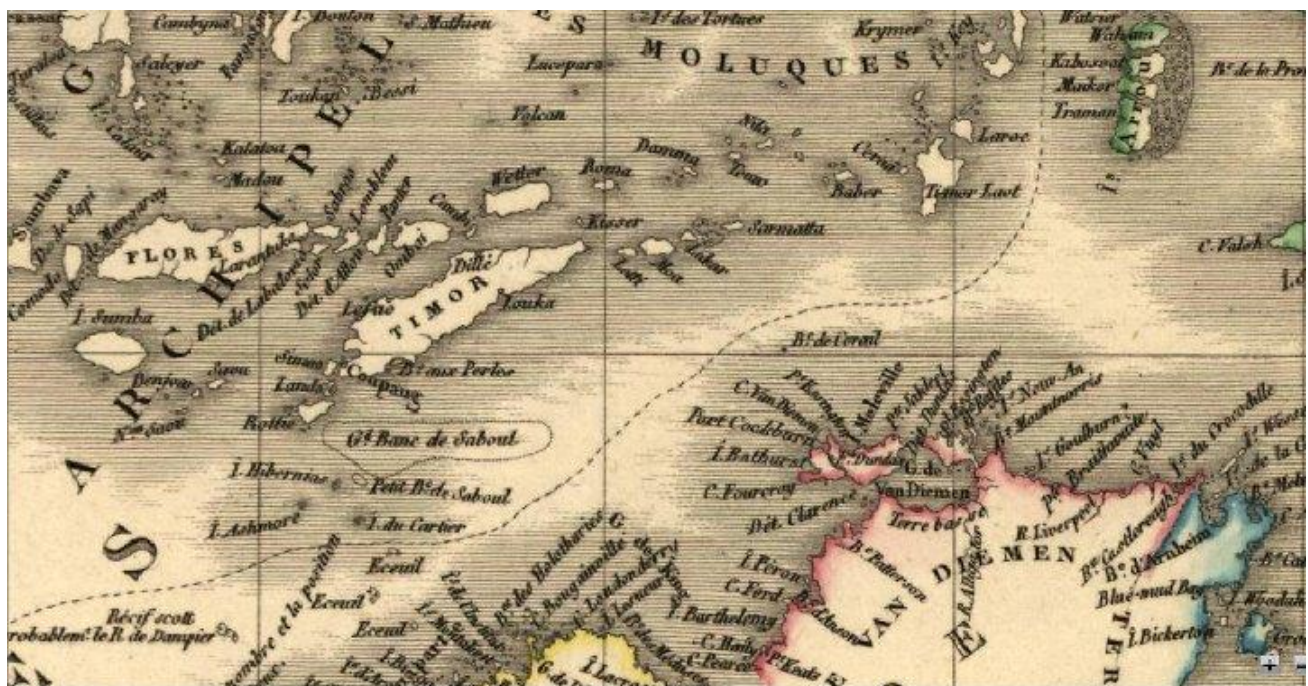
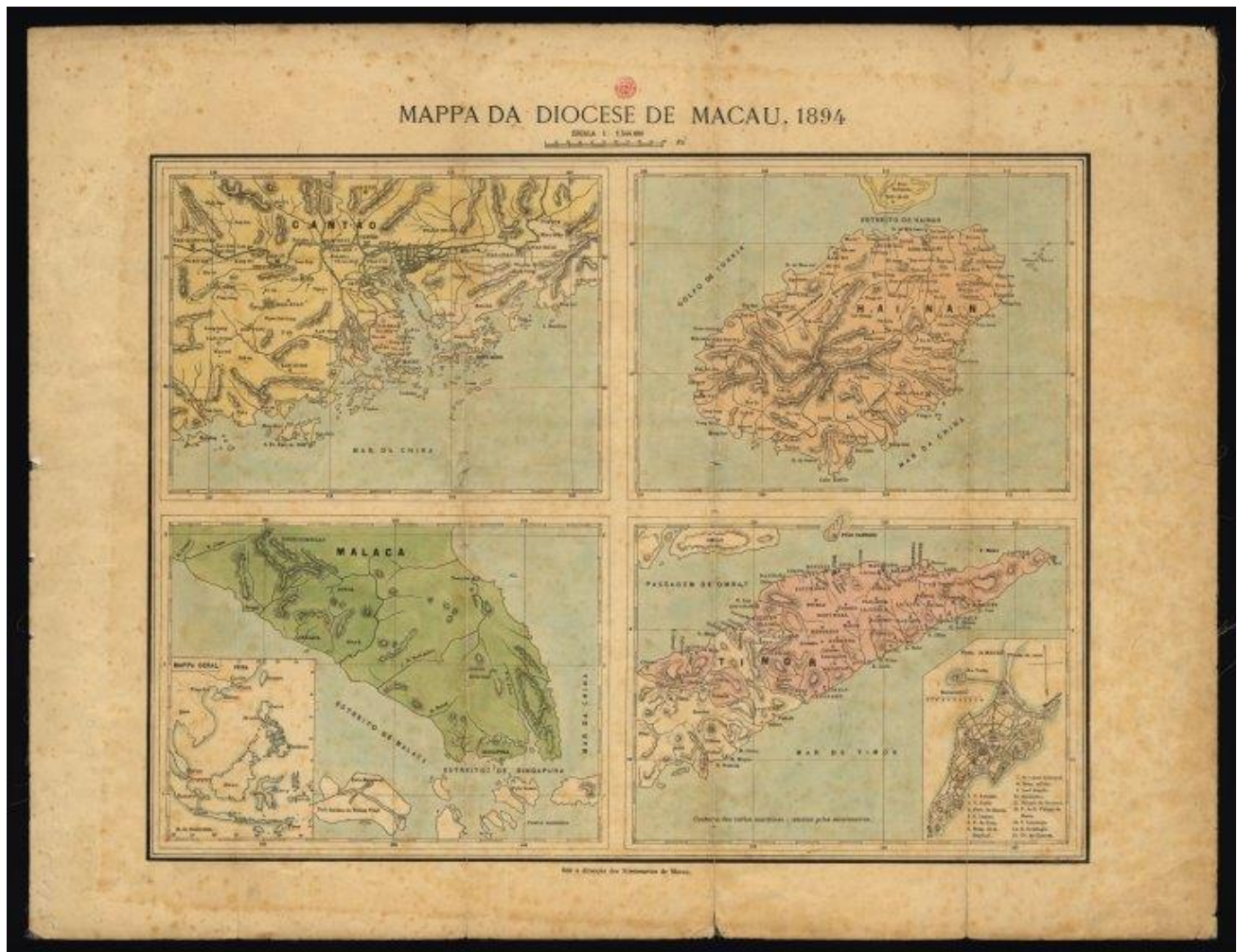


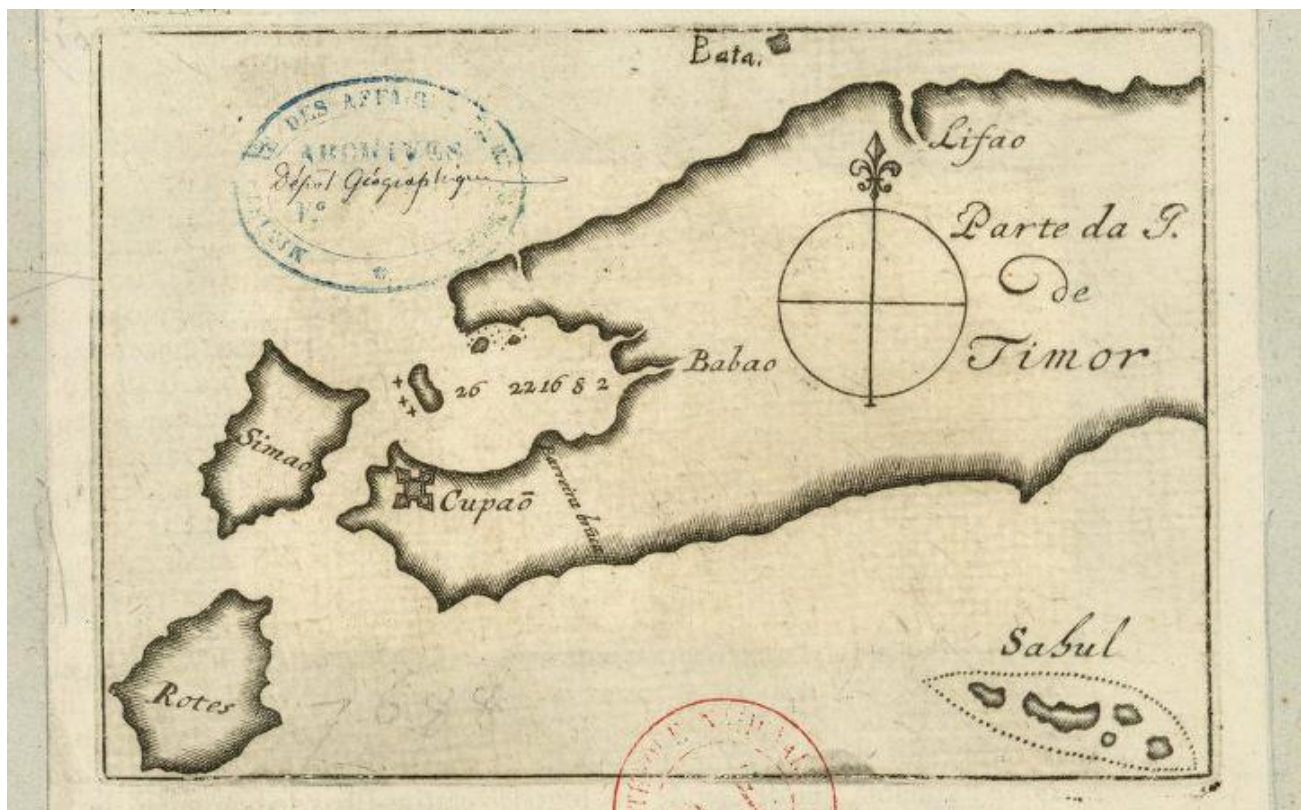


1-65 PRINTED BY ARMY MAP SERVICE, CORPS OF ENGINEERS

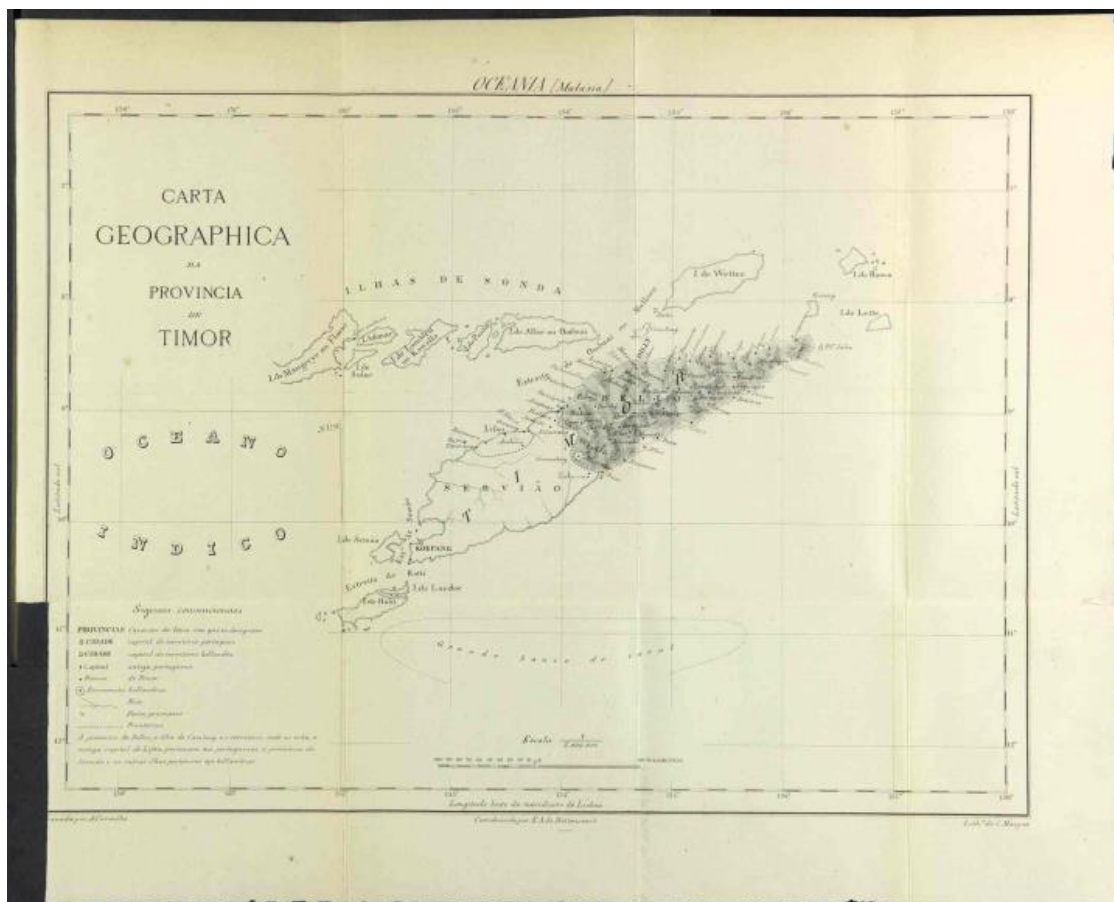
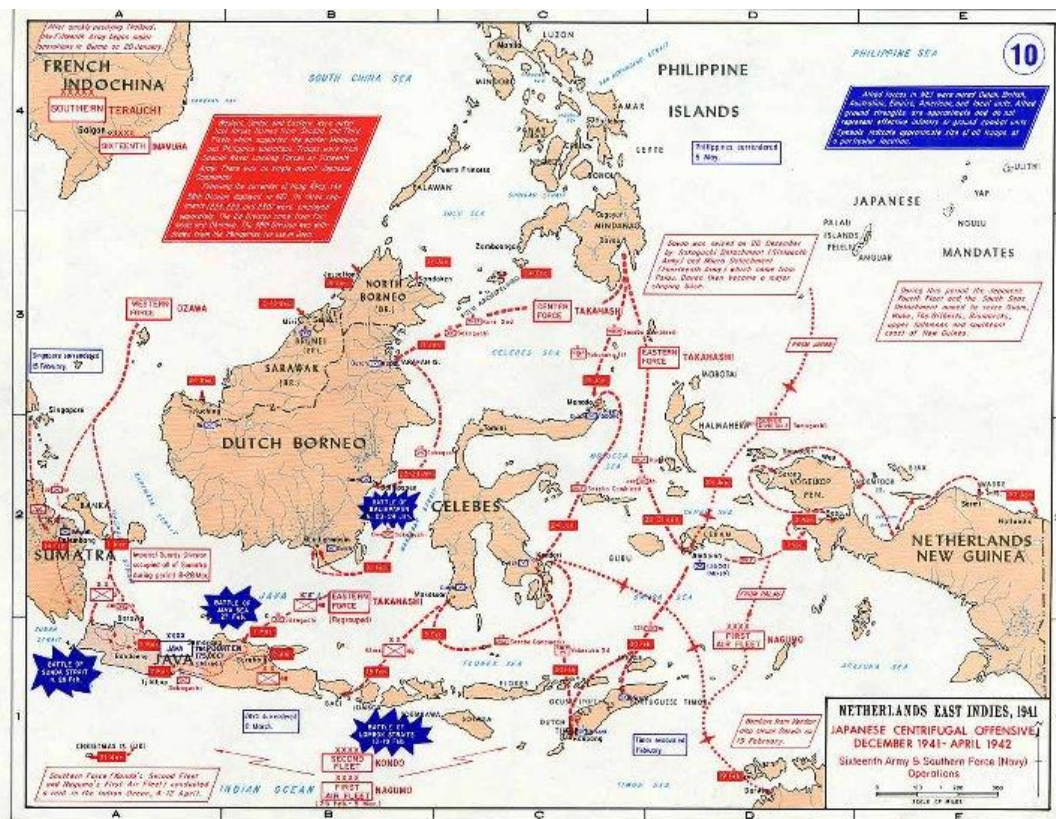


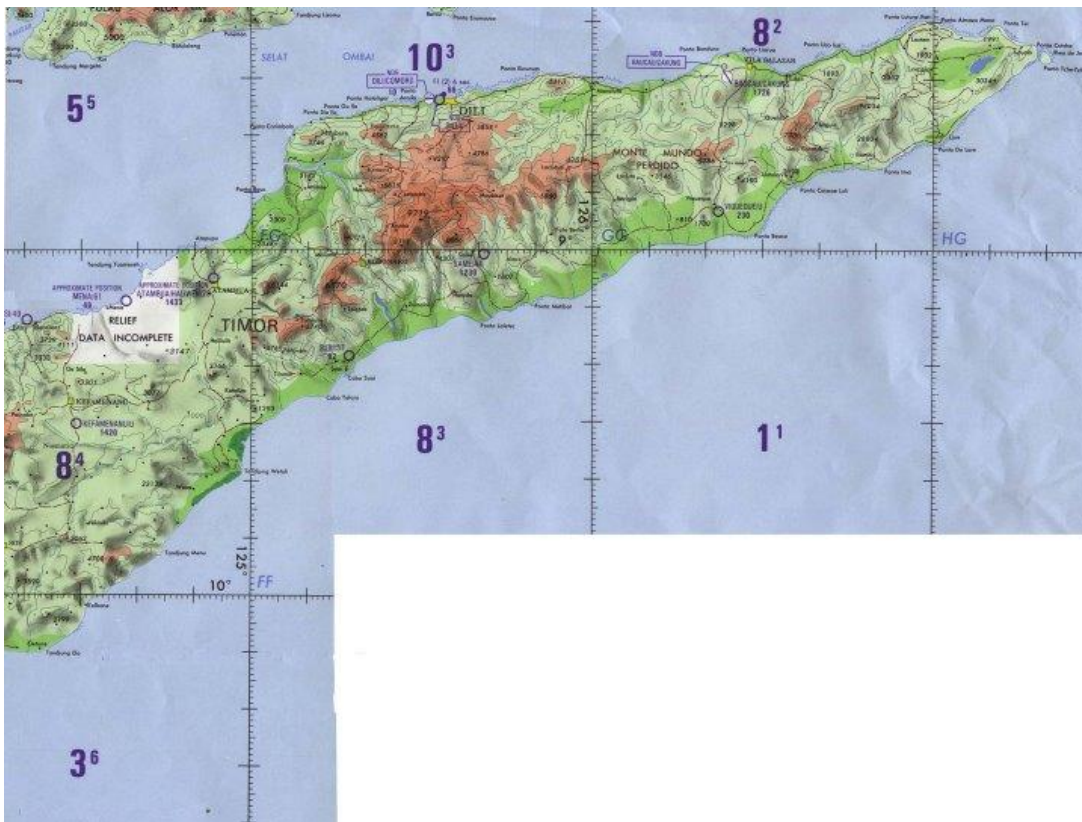


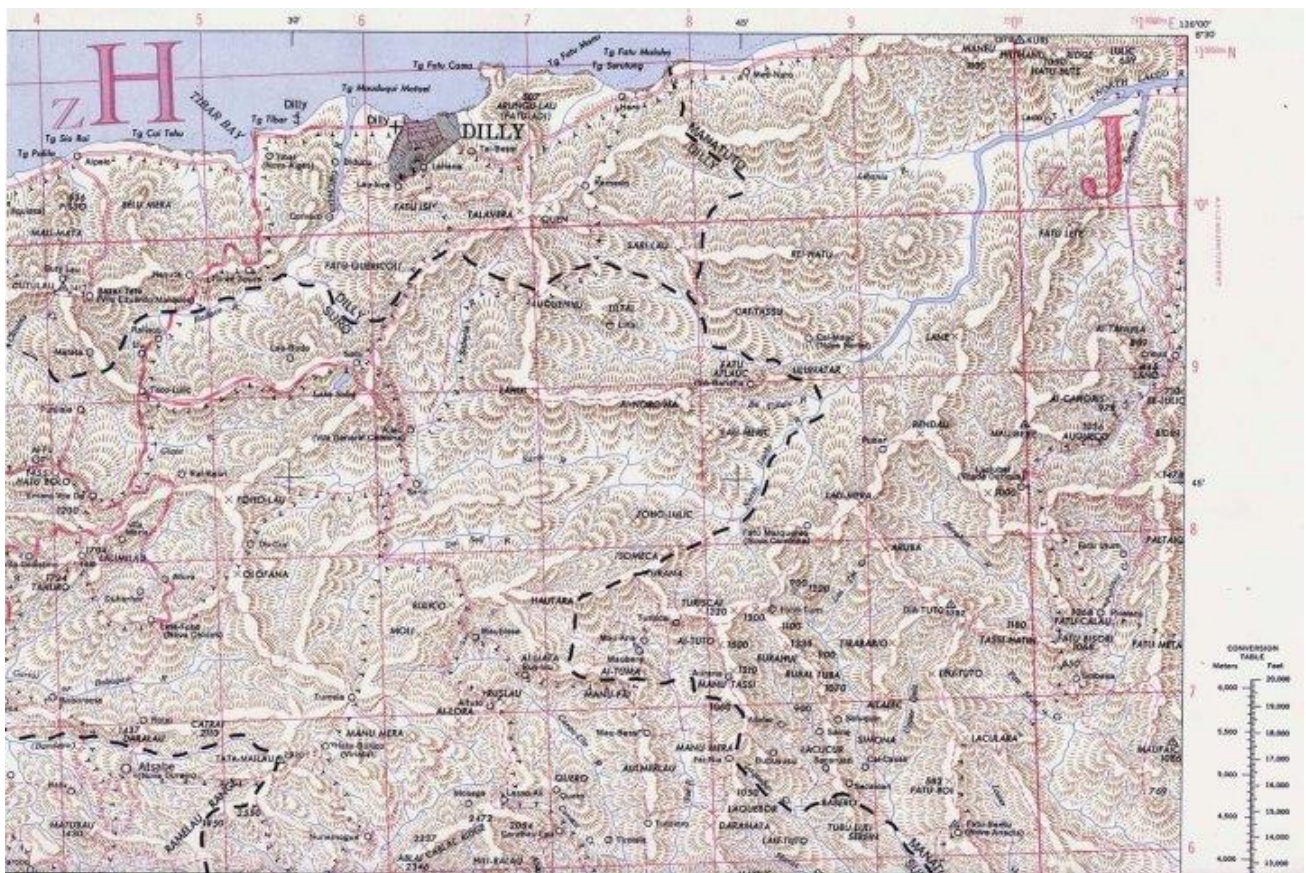
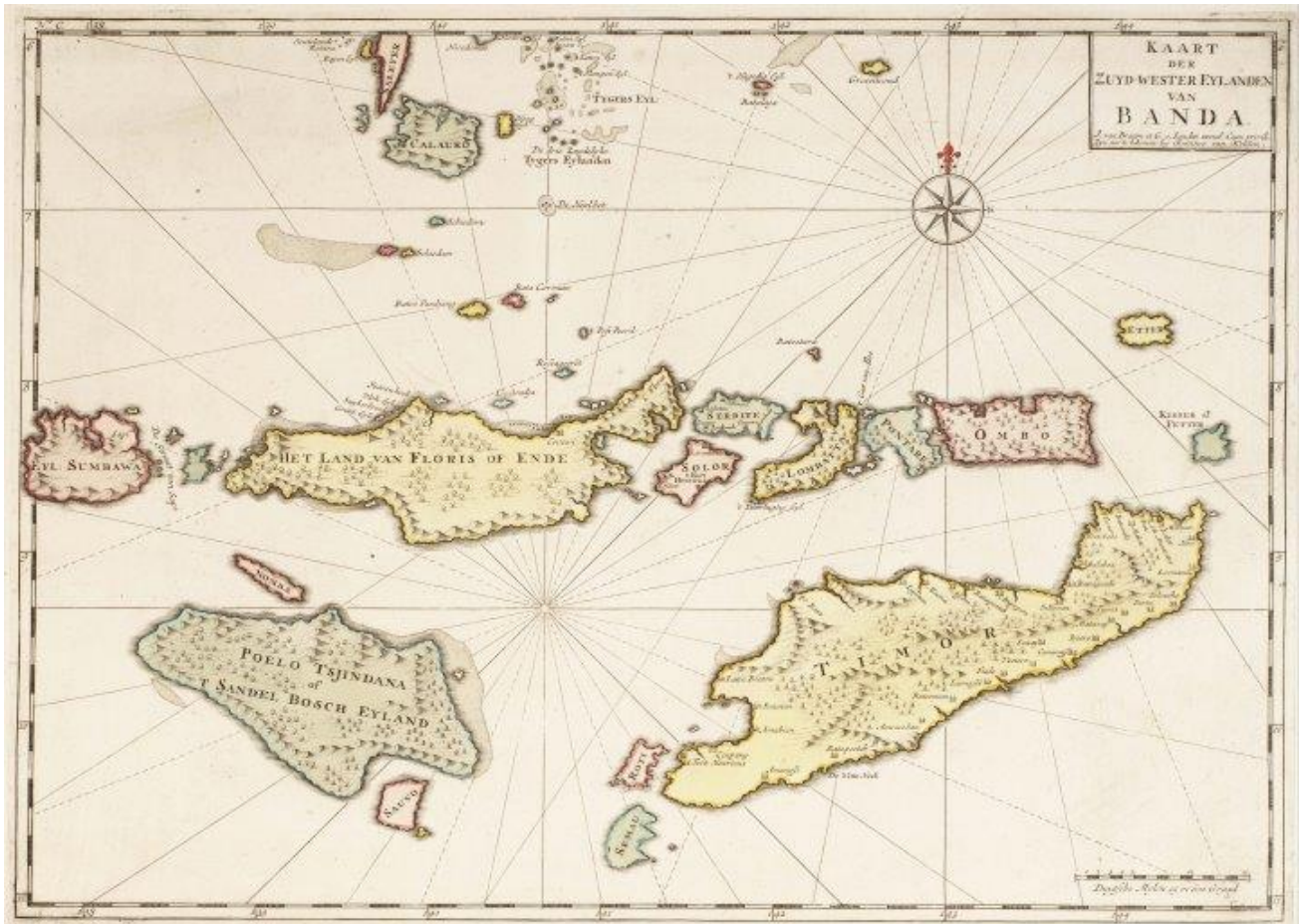


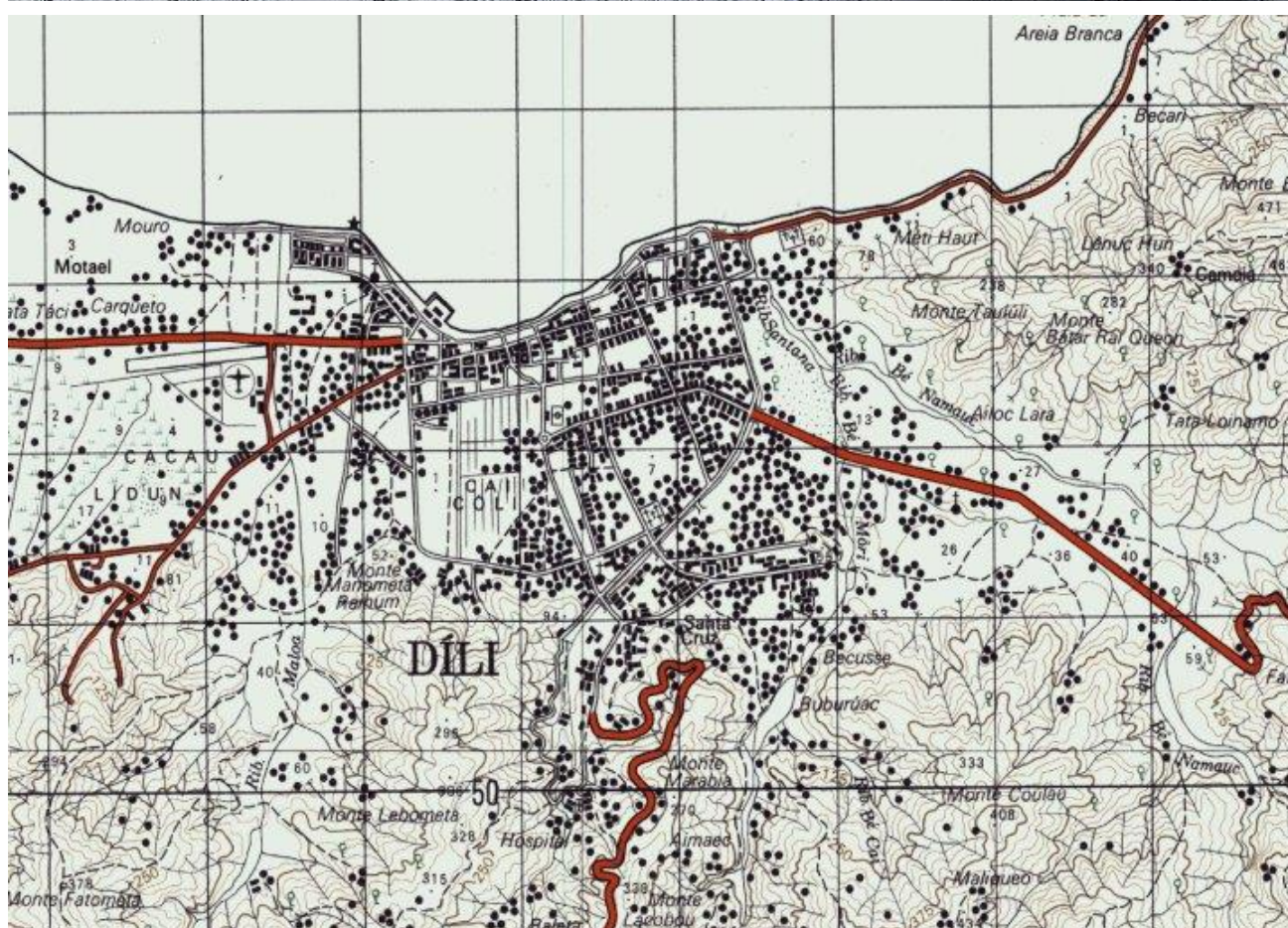
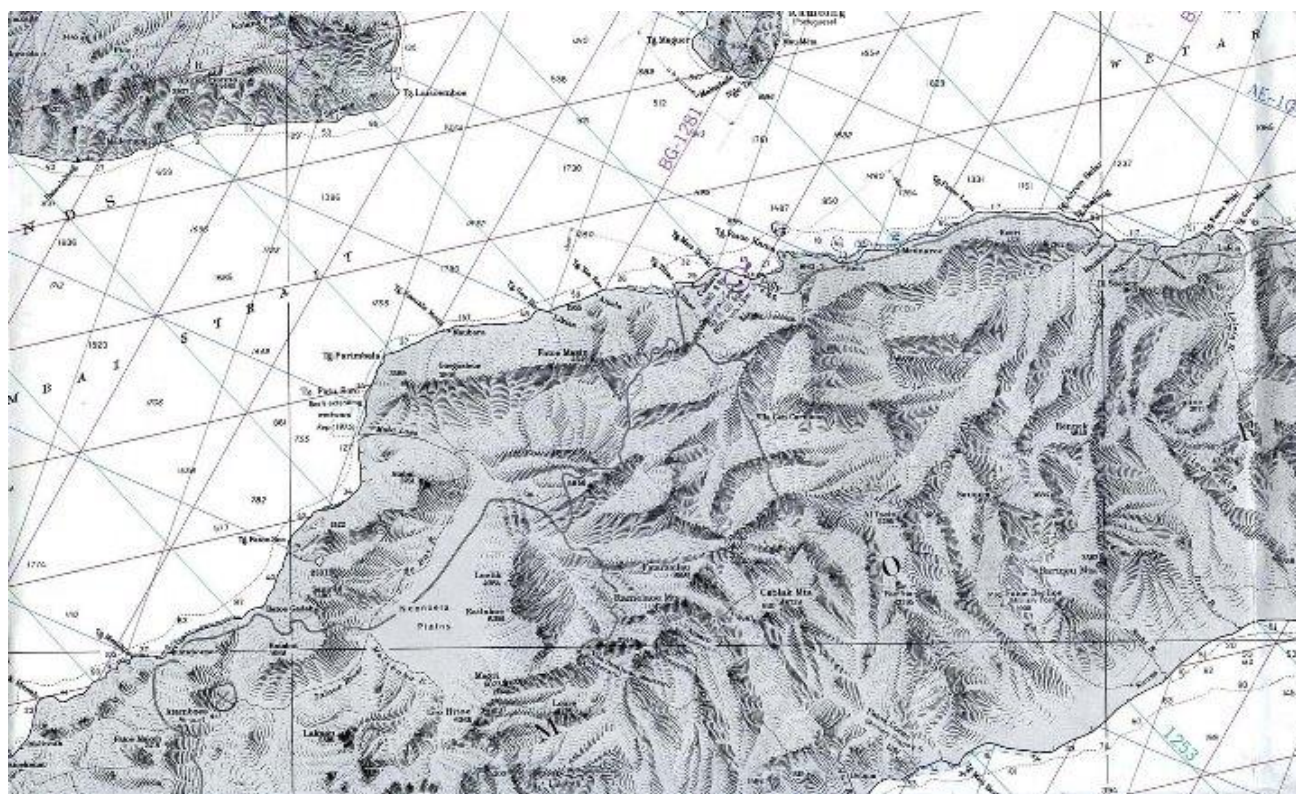


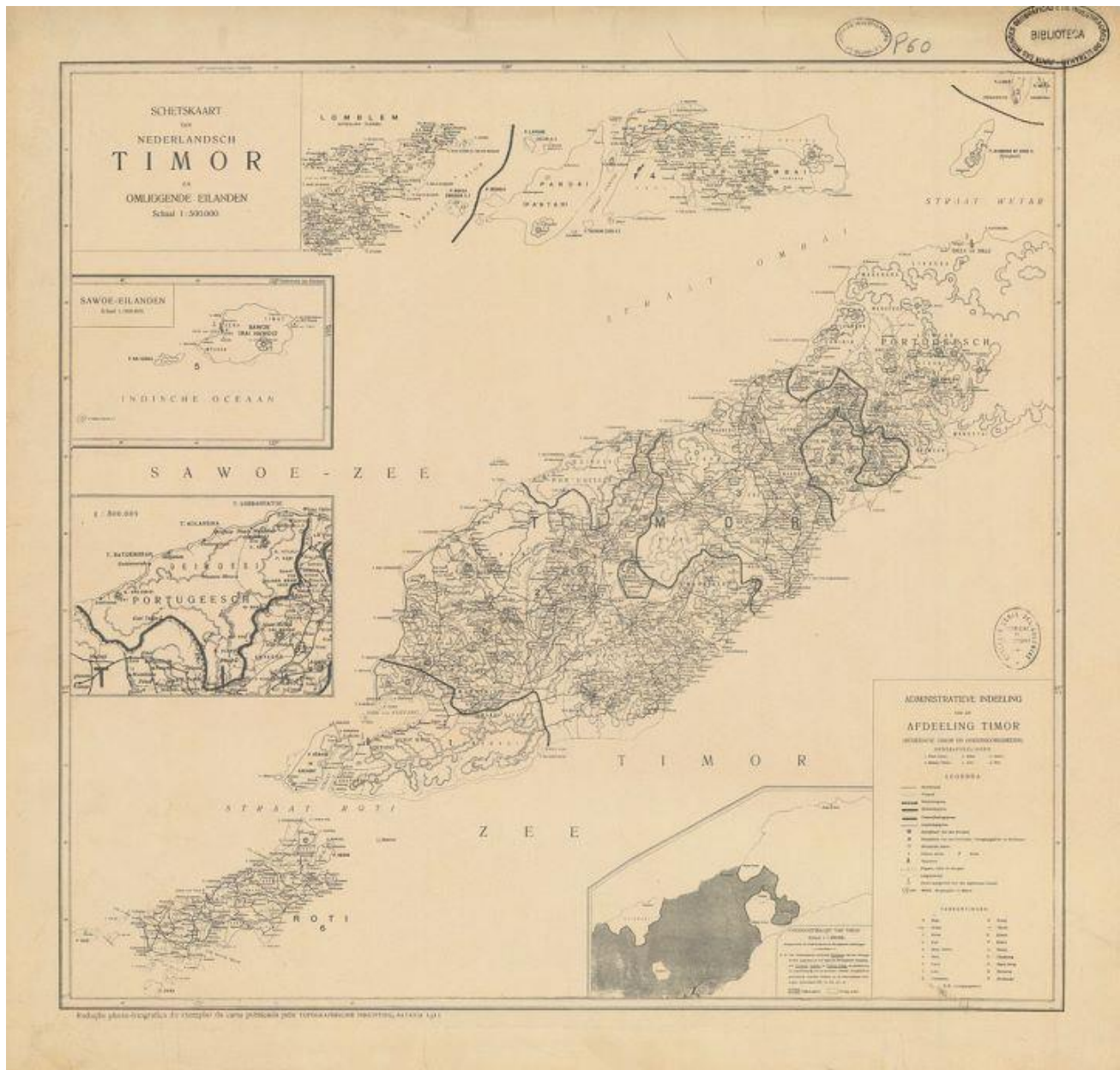


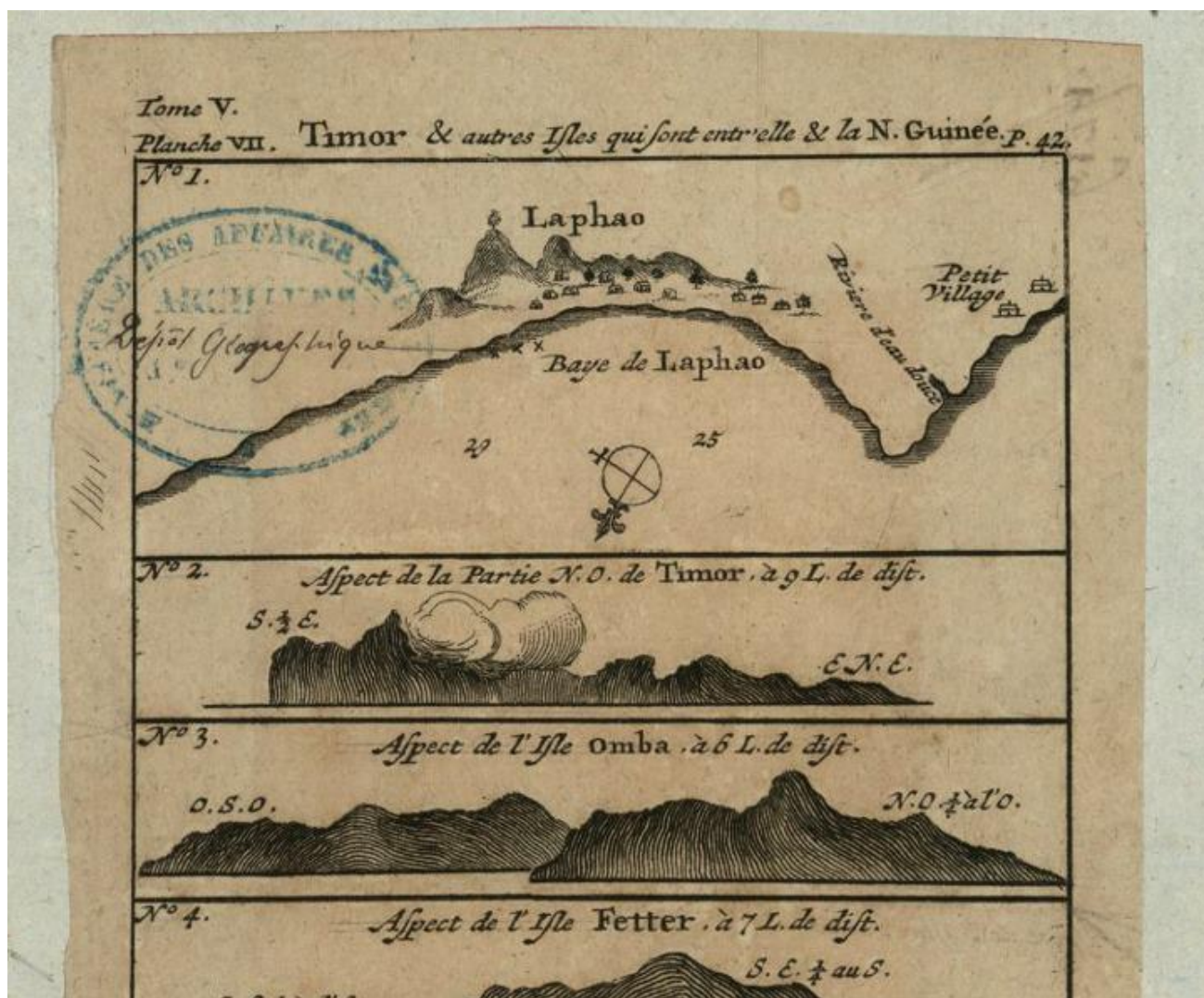












¹ Lipa - tipo de vestuário usado por ambos os sexos enrolado da cintura para baixo

² Palapas: casas tradicionais, de colmo com teto circular.

³ Harecan: uma folha vegetal, tipo folha de tabaco

⁴ Mundo subterrâneo.

⁵ Capital da província de Timor Ocidental Indonésio.

⁶ 'Portuguese Timor: A Rough Island Story: 15151-1960' em C. R. Boxer, History Today, vol. 10, n.º 5 maio 1960, páginas 349-355 e também citado em 'East Timor's Unfinished Struggle' de Constâncio Pinto e Matthew Jardine, ed. South End Press, Boston, Ma., EUA e também por Jim Dunn em 'East Timor: a people betrayed' Jacaranda Press, Queensland, Austrália, 1983.

⁷ Alfred Russell Wallace citado em 'East Timor's Unfinished Struggle,' por Constâncio Pinto e Matthew Jardine, South End Press, Boston, MA, USA, 1997.

⁸ Todos os tipos de bandeiras portuguesas, incluindo as da monarquia, eram consideradas Lulic (sagradas) ao longo da história de Timor. Por exemplo: não se podia sequer passar ou pisar a sombra da bandeira portuguesa.

⁹ Como citado por Matthew Jardine em "East Timor: Genocide in Paradise", Odonian Press, Tucson, Arizona, 1995.

¹⁰ Designação dada à mulher timorense.

¹¹ Filipe Themudo Barata, ex governador 1959-1963, em 'Timor Contemporâneo', ed. Equilíbrio Editorial, Lisboa 1998, apresenta a versão oficial da rebelião, que difere desta, e que ocorreu enquanto ele estava em trânsito para tomar posse como Governador.

¹² Em George Aditjondro, 'Prospects for Development of East Timor after the capture of Xanana Gusmão, Hayam Garuk, n.º 1 Th VIII/1993 PP 62-67.

¹³ Em 'East Timor: The Continuing betrayal', publicado pelo CIIR (Catholic Institute for International Relations), Londres, setembro, 1996

¹⁴ Em Cliff Morris: A Traveller's Dictionary in Tetun English and English Tetun, ed. Baba Dook Books, Frankston, Austrália 1992.

¹⁵ idem.

¹⁶ Fernando Sylvan, in Cancioneiro Maubere (Hananuknanoik Maubere), publicado pela Fundação Austronésia Borja da Costa, Lisboa, 1988.

¹⁷ Katuas: ancião venerando e respeitado.

¹⁸ Contador de palavras, histórias, declamador de poesia previamente determinada, mas improvisada e complementada em cada declamação. Ver DADOLIN.

¹⁹ DADOLIN: Poesia de duas linhas, em que cada linha se inicia com o verso final da linha anterior e assim sucessivamente sem ter um fim predeterminado, podendo sempre ser acrescentados mais versos consoante a predisposição do/a declamador/a e a situação específica a que se dirigia.

²⁰ Todos os tipos de bandeiras portuguesas, incluindo as da monarquia, eram consideradas Lulic (sagradas) ao longo da história de Timor. Por exemplo: não se podia sequer passar ou pisar a sombra da bandeira portuguesa....

²¹ Os Régulos eram Reis de uma província/distrito, seguindo-se na escala real outros reis menores em hierarquia. Os Liurais eram chefes de distrito e os Chefes de Suco lideravam povoações e aldeias.

²² Chaffi, Shafiiyah, também conhecidos como as Shafi'itas ou Madh hab Shafi'i. Uma escola Sunni de Lei Islâmica, derivada dos ensinamentos de A'abd Allah Ash-shafi'i (767 - 820 D.C.). Esta escola estabilizou as bases da teoria legal islâmica, admitindo a validade dual da especulação divina e humana. Reclama a aceitação incontestada do Hadith (tradições relativas à vida e afirmações do Profeta) como a principal base para os julgamentos legais e religiosos e a utilização do raciocínio lógico (Q'iyas) quando não existirem diretivas específicas no Corão ou Hadith.

²³ A Bahasa Malay, língua ainda recentemente unificada na forma escrita é paralela e idêntica à Bahasa Indonesia. Usa-se em Singapura e Malásia (península, Bornéu e Sarawak).

²⁴ 'superimposição' no texto original.

²⁵ ANP, o único partido político com existência legal em Portugal sendo o partido do poder desde o início da ditadura de Salazar em 1928

²⁶ Já em 1961 houvera outro mistério típico de Timor: um pequeno bimotor novo, depois de efetuar duas viagens inaugurais entre Dili e Darwin desvaneceu-se sem deixar rasto.

²⁷ ANZAC - AUSTRALIAN AND NEW ZEALAND EXPEDITIONARY CORPS, Corpo Expedicionário da Austrália e Nova Zelândia, de fama imemorial desde o fim do século XIX.

²⁸ MP ou Mocidade Portuguesa era uma organização paramilitar, criada pelo ditador Salazar nos moldes do jovem movimento Nazi.

²⁹ Em 'The West Australian', março 1974

³⁰ ANP era o único partido legal em Portugal durante a ditadura de 1926 - 1974.

³¹ Nome dado durante a ditadura ao regime político em Portugal.

³² Posteriormente veio a saber-se ter havido tiros, mortos e feridos. Não houve nenhum Pide morto. Quem disparou foi a PIDE, das janelas da sua sede na Rua António Maria Cardoso. Atirou indiscriminadamente sobre a multidão. Morreram quatro pessoas. "Um morto" desses quatro era da ilha de São Miguel, o José Guilherme Arruda, de Santo António. Houve vários feridos.

³³ Mais tarde porta-voz da FRETILIN e ministro da Comunicação Social no curto governo da República Democrática de Timor Leste.

³⁴ Citação do épico do século XVI "Os Lusíadas" de Luís Vaz de Camões.

³⁵ Em 'Jornal do Comércio', 21 de junho 1974, citando a Agência France Press em Jacarta

³⁶ Metropolitanos é a terminologia utilizada para distinguir os originários de Portugal Continental dos nascidos nas ilhas Adjacentes e ex colónias.

³⁶ P.M.E. - Pequenas e Médias Empresas.

³⁷ idem.

³⁸ Barlaque, instituição consuetudinária equivalente ao casamento.

³⁹ Mais tarde tornar-se-ia num conselheiro de confiança do presidente Suharto e um embaixador sem pasta para os assuntos de Timor Leste.

⁴⁰ O PKI, partido comunista indonésio foi esmagado por Suharto em 1965/66 como estando apoiado e aliado com o regime comunista da República Popular da China.

⁴¹ Komodo, lagarto das Celebes que chega a atingir quatro metros e tem fama de comer seres humanos.

⁴² Movimento das Forças Armadas Portuguesas que lideraram a revolução do 25 de Abril.

⁴³ Movimento das Forças Armadas.

⁴⁴ Ver Livro 1, Capítulo 1, 3. História.

⁴⁵ Associação Agrícola, Comercial e Industrial de Timor.

⁴⁶ Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho.

⁴⁷ Nome tradicionalmente dado ao brasão de armas português, pelos cinco castelos que estão impostos no meio da bandeira nacional, representando a rápida expulsão dos Mouros nas primeiras décadas da independência portuguesa, e pelas cinco partidas do mundo, depois descobertas.

⁴⁸ O único partido legal em Portugal durante a ditadura.

⁴⁹ Todos os preços mencionados ao longo deste trabalho tomaram como base a taxa cambial de então: Escudos 25\$00 a 32\$00 para AUD \$1.00 (um dólar australiano). O salário médio mensal dos timorenses era de cerca de AUD \$10.00 na cidade (Dili).

⁵⁰ Associação Agrícola, Comercial e Industrial de Timor.

⁵¹ Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho.

⁵² Komodo, lagarto das Celebes que chega a atingir quatro metros e tem fama de comer seres humanos.

⁵³ São várias as fontes: Jill Jolliffe no "Expresso" (17 out. 1981); Hamish McDonald em "Suharto's Indonesia", ed. Fontana 1980; Yayasan Parikesit em "Integrasi" ed. Soekarno, Jakarta 1976; Michael Richardson "Why Timor talks upset Indonesia", Set. 75

⁵⁴ Rebelião de 1959 em Uato Lari, como vem sendo mencionada.

⁵⁵ Lusíada, dos Lusitanos, antigas tribos do Portugal Ibérico que se opuseram à invasão das tribos góticas do Norte: Suevos, Visigodos, Godos e outros Bárbaros.

⁵⁶ 'Souk' ou Suco, o termo português, tem sido alternativamente usado ao longo deste trabalho. A palavra de origem árabe significa na origem uma pequena vila, aldeia, ou um lugarejo onde as pessoas estão sob a jurisdição direta de um ancião ou respeitável chefe local, daqui advém 'Chefe de Suco'.

⁵⁷ Nome popular dado à revolução de 25 abril 1974.

⁵⁸ Campanha para a Independência de Timor Leste (Campaign for the Independence of East Timor

⁵⁹ APODETI.

⁶⁰ Focados no comunicado da APMT.

⁶¹ O único partido legal antes da revolução portuguesa.

⁶² O subúrbio do Farol Motael era onde viviam os funcionários públicos mais importantes e os oficiais de alta patente.

⁶³ Utilizando o método universalmente considerado como mais efetivo, o do brasileiro Paulo Freire.

⁶⁴ Portugueses metropolitanos.

⁶⁵ "Tímores" em Português em vez do então mais vulgar substantivo "Timorenses." Mais tarde, "Tímores" será substituído por "Maubere people."

⁶⁶ O autor, depois de uma amnistia concedida a todos os militares pelo Presidente Spínola, é finalmente autorizado a partir em dezembro 1974 em gozo de licença militar prolongada, viajando para Bali e Java (Jacarta, Jogjakarta, Surabaya) antes de visitar a Austrália (Melbourne e Sydney), onde estabelece contactos com os diplomatas portugueses naquelas capitais estaduais, e tenta aperceber-se da amplitude da revolução dos cravos, e os sentimentos populares quanto ao futuro de Timor Leste. Depois de regressar à Indonésia, a caminho de Timor, é impedido de embarcar num voo da Merpati Airlines para Kupang – Timor Ocidental, porque o território está 'off-limits' (interdito). Tentando insistir, reiterando a sua posição como Oficial do Exército [Português], a situação agrava-se mais, sendo tido como suspeito de ser espião, sendo interrogado pelas autoridades militares da Indonésia. Quando o autor decide, e pode finalmente vai para Bali. Só em finais de março quando tenta de novo, é autorizado a regressar a Dili, Timor Leste. A sua chegada tão fora do prazo assinala a possibilidade de um caso de tribunal marcial, por deserção, como é exigido por alguns elementos mais conservadores. Contudo, devido à situação de rarefação de oficiais do exército, o Chefe dos Serviços de Intendência que estava a tentar regressar a Portugal, não tem subordinado imediato para lhe suceder. É concedido um perdão ao autor, por ter sido aceite a sua explicação de não poder voar de regresso, e o seu estatuto de 'AWOL' (ausente sem licença) revogado, ele recebe também um louvor por altos e meritórios serviços e é promovido a Chefe Interino dos Serviços de Intendência. Curiosas as acusações sobre ele feitas na comissão de descolonização

Coronel Nívio Herdade

27/7/76

- Declarações à C. A. E. 6
P. de Descoberta de Timor
divulgada pelo Brig. Abreu Reisenclo

roz e carne à população que veio do interior sendo algumas camione-
tas de arroz oferecidas pelos comerciantes, e búfalos também ofereci-
dos por diversas entidades por iniciativa própria, embora não saiba
em pormenor como as coisas se passaram. Viu num Jornal em Lisboa
uma referência segundo a qual aquela manifestação ao Ministro teria
sido organizada "à antiga maneira fagista". Acrescentou que é pre-
ciso não se saber nada da população de Timor, nem o que se está a di-
zer, ou então ter-se uma intenção pouco honesta sobre o problema por
que de facto não foi assim, e fez-se o que se devia fazer.

Em relação às populações, os nossos militares políticos sabiam muito
pouco, mas que havia em Timor muita gente capaz que conhecia bem as
populações e que era da sua opinião. Referiu entre estes o Inten-
dente Santa, que conhecia extraordinariamente bem o povo timorense,
era funcionário que gozava de alto prestígio entre a população e cu-
jo conselho pedia, sempre que tinha de tratar assuntos relativos aos
timorenses, ao contrário do que faziam os "aprendizes de feiticeiro"
que, ao fim de poucos meses de estarem na Província, já sabiam tudo so-
bre as populações. - De duas uma, ou eram inconscientes, ou mal inten-
cionados, e os resultados viram-se -.

Na sua visita, o Ministro Almeida Santos esteve em Timor 2 dias. Du-
rante este tempo, viu aquilo que disse quando regressou a Lisboa. Dis-
se que solicitou a atenção do Ministro para dois pontos: primeiro,
disse-lhe que iria ter muita dificuldade em transmitir em Lisboa o
que ali se passou, em segundo lugar pediu-lhe a atenção para a expres-
são daquela gente, dizendo que podiam forçá-los a estar ali em mas-

8

nhecendo-lhe a sua capacidade, determinou-lhe que o passasse a acompanhar sempre nas suas deslocações ao interior, gravando todas as declarações que o declarante fizesse, para que as pudesse reproduzir com fidelidade, dando-lhes difusão também com a mesma fidelidade. Entendia o declarante que por este processo, era possível fazer conhecer, além de Timor, todo o seu proecimento, sem que houvesse lugar para deturpações ou dúvidas quanto ao seu pensamento, em relação aos princípios enunciados pelo MFA. Embora solicitado, nunca deu entrevistas ao jornal, excepto quando soube da nomeação do novo Governador de Timor, e como tinha conhecido o Sr. Ten. Cor Lemos Pires na Guiné, e de quem ficara com uma óptima impressão, procurou nessa entrevista dar o maior relevo à personalidade do novo Governador e portanto abrir caminho para a sua aceitação.

Que o CEM nas mensagens que mandara para Lisboa "sem o seu conhecimento" dizia sempre que o Governo estava inoperante, mas o Governo estava inoperante porque não fazia os disparates que ele queria que fizesse, e que deram o resultado que mais tarde se viu, com outros que seguiram as suas pegadas. Nessa mensagem ele referia-se aos chefes de serviço, militares que tinham uma craveira fora de série, mas a quem ele chamava "inconformistas e reaccionários", assim como ao Comandante da PSP, ao chefe do Serviço de Justiça, ao chefe do Serviço da Marinha, pessoas com quem, antes do 25 de Abril, se dava muito bem, segundo se dizia, e de quem se afastou depois daquela data. Disse que tem em seu poder cópias dessas mensagens, e cujos originais supõe deverem existir no EMGFA e portanto serem juntas a este auto.

nomeasse um oficial para o acompanhar.-----

Também, tal como na Metrópole, começou a haver problemas no jornal, (insultos, críticas destrutivas, disparates, etc) que era dirigido pelo Alferes Miliciano Cristelo e que lá tinha sido colocado para orientar o jornal pelo Major Metelo. Começou a aperceber-se que o Alferes Cristelo em vez de ser isento, se servia do jornal para fazer a apologia das suas ideias políticas. Chegou a não publicar um discurso do Presidente da República, fazendo sair em contrapartida uma carta da Casa de Timor em que uns pseudo-intelectuais incitavam os enfermeiros do Hospital a ensinar aos médicos como é que deviam dirigir o Hospital e tratar dos doentes, usando uma prosa sem qualquer nível. Chamou a atenção do Chefe do Estado Maior para o caso e disse-lhe para avisar o Alferes Cristelo que não podia continuar assim e que não aceitava que se dirigissem ofensas a ninguém. A isto respondeu o Major Metelo dizendo que então havia liberdade e que, portanto, não poderia haver censura. Face a esta resposta, o declarante esclareceu que não desejava que se fizesse censura mas sim, controle de qualidade, e não havendo espaço no jornal para publicar toda a colaboração, seria apenas uma questão de se seleccionarem os melhores artigos. Mas as coisas pioraram de semana para semana, até que um dia face à escalada de disparates que o jornal inseria, determinou ao Chefe do Estado Maior que o Alferes Cristelo saísse do jornal e fosse substituído por outro oficial qualquer que não consentisse tais disparates. O novo director do jornal pareceu-lhe uma pessoa capaz de bem cumprir a missão, o que realmente aconteceu, e reco-

7

zou: Quando o Dr. Girão chegou a Dili, disse-lhe o declarante que poderia ali estar o tempo que entendesse conveniente, ver e falar com quem quizesse, mas que lhe impunha que contactasse todos os chefes de serviço civis e militares; com o representante da Associação Comercial, com os representantes diplomáticos acreditados em Dili, (Indonésia e China), com o Chefe do Estado Maior de Timor e, por fim, que viesse falar consigo e lhe dissesse se achava o seu procedimento correcto ou errado, o que ele assim fez.

Que passado algum tempo, chegou a Dili um Inspector Administrativo enviado pelo Ministério da Coordenação Inter-Territorial, o Inspector Sousa Santos, certamente para tomar conhecimento da situação, a quem recomendou o mesmo procedimento que tinha sugerido ao Dr. Girão. Estabelecidos os contactos e feitas as visitas que entendeu, o Inspector Sousa Santos compareceu no gabinete do declarante para lhe transmitir as suas impressões e dando-lhe a entender, no final, que o declarante estaria a ser apunhalado pelas costas pelo Chefe do Estado Maior de Timor, ao que o declarante respondeu que já o sabia. Mas que, apesar disso, tinha sempre feito o possível por manter toda a correcção, não deixando transparecer qualquer desacordo que pudesse ter repercussões sobre a população. O declarante manteve sempre esta conduta inalterável até ao dia da partida do Major Metelo e inclusive nesse dia, foi despedir-se dele ao Aeroporto. Quando se deslocava ao interior em visitas e contactos, quer com os militares, quer com a população, convidava sempre o Chefe do Estado Maior para o acompanhar ou, quando não o desejasse ou pudesse fazer, solicitava-lhe que

sa, podiam forçá-los a dar vivas, mas não podiam forçar as expressões das caras deles, e essas não deixavam dúvidas ...

Entretanto, como a viagem ao interior demorava cerca de 2 ou 3 horas para cada lado, foi a única possibilidade que teve de falar com tempo com o Ministro e pôr-lhe os problemas de Timor, que eram muitos, e possui ainda cópia do sumário dos assuntos que tratou e lhe entregou.

Antes de o Ministro sair de Timor, proporcionou-lhe um contacto com todos os funcionários, no Palácio do Governo e durante um beberete.

Que o Ministro a certa altura lhe perguntou se havia alguma coisa contra o Major Leandro, ao que respondeu que tinha ouvido dizer qualquer coisa, mas que não lhe interessava a vida particular dos outros, e que

estava presente o delegado do Procurador da República que tinha o processo, e lhe poderia dizer alguma coisa. O Procurador da República

foi chamado pelo Ministro a quem disse que havia algo gravíssimo contra o Major Leandro, ao que o Ministro retorquiu "Então não posso nomeá-lo Governador de Timor," nomeou-o Governador de Macau... Crê que há em Lisboa 2 pessoas cujos nomes, por enquanto, não deseja revelar, que terão uma, a cópia parcial do processo, outra, a cópia integral ...

Que ao tempo em que era Governador, o Cor. Aldeia, o Consul português em Djakarta, Dr. Girão, tinha-o contactado para ir a Dili, a fim de se inteirar dos problemas de Timor e assim poder em Djakarta, colaborar com as autoridades portuguesas de Timor. O Coronel Aldeia quando partiu deixou ao declarante umas três folhas dactilografadas com os assuntos mais importantes a serem tratados. Entre estes constava a visita do nosso Consul em Djakarta, Dr. Girão que mais tarde se reali-

⁶⁸ Austrália, Nova Zelândia e EU.

⁶⁹ Tribunal Permanente de Justiça, criado sob os auspícios de um tratado da Liga das Nações em 1921, cujas funções, em geral, foram assumidas pelo Tribunal Internacional de Justiça da Haia, e fazendo parte das Nações Unidas.

⁷⁰ Mais tarde, como diplomata na Alemanha (Occidental) em meados da década de 80 foi acusado de corrupção e condenado a oito anos de prisão por ter emitido fraudulentamente e ilegalmente passaportes a cidadãos não Portugueses.

⁷¹ José Alexandre Gusmão, mais tarde conhecido como Kay Rala Xanana Gusmão

⁷² Tais atividades ocorreram no nightclub local 'Mermaid' do complexo do Hotel Lisboa Casino, cheio de camareiras Filipinas, à hora, numa noite agitada da diplomacia internacional.

⁷³ Alguns destes documentos foram brevemente tornados públicos (na Austrália) numa publicação de George Munster e J. Walsh, 1980, "Documents on Australia's Defence and Foreign Policy 1968-1975", Munster and Walsh, Hong Kong. O livro foi censurado pelo 1º ministro [Malcolm] Fraser e ainda hoje é classificado como 'segredo de estado', estando fora de circulação. Nele se revela a latitude da 'aprovação' australiana da invasão e a colusão para a exploração das riquezas do mar de Timor, entre a Austrália e Indonésia que levaram ao Tratado do Timor Gap em 1990.

⁷⁴ Esta e todas as traduções feitas neste trabalho são da responsabilidade do autor.

⁷⁵ Sublinhado do autor.

⁷⁶ Sublinhado do autor.

⁷⁷ Sublinhado do autor.

⁷⁸ Major Barnabás

⁷⁹ Major Barnabás

⁸⁰ Domingos de Oliveira

⁸¹ "THE AGE" 22 fevereiro 1975.

⁸² O ciclone Tracy, na noite de consoada em 1974, devastou e arrasou mais de 80% da cidade de Darwin, capital do território norte Australiano.

⁸³ Cristóvão Santos, jornalista ligado à Fretilin.

⁸⁴ Concluído em 1998, mas inconclusivamente.

⁸⁵ DJIO, oficial dos serviços secretos em Jacarta

⁸⁶ Ministros dos negócios estrangeiros

⁸⁷ Um traidor de Timor, colaboracionista com os invasores Japoneses durante a 2ª Grande Guerra.

⁸⁸ Depois de inicialmente decidirem lutar contra o Exército da União Indiana numa relação de 1 para 10, os Portugueses sofreram a mais humilhante derrota e rendição da sua História. A sublevação dos nacionalistas indianos levou-os a reconquistar as colónias portuguesas da Índia, na costa ocidental do subcontinente, em Goa, Damão, Diu, e Nagar-a-vely.

⁸⁹ Sindicato dos Jornalistas Australianos (Australian Journalists' Association).

⁹⁰ 'Telling East Timor: personal testimonies 1942-1992) NSW University Press, 1992

⁹¹ Dia em que na Austrália (25 de Abril) se comemoram todos os feitos dos veteranos dos ANZAC's - AUSTRALIAN AND NEW ZEALAND EXPEDITIONARY CORPS, Corpo Expedicionário da Austrália e Nova Zelândia, de fama imemorial desde o fim do século XIX, e particularmente na guerra dos Bóeres, 1 e 2ª Grande Guerra, e Vietname.

⁹² Em português no original.

⁹³ Em português no original.